



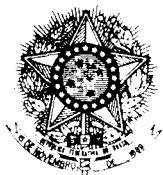
resenha

de política exterior do brasil

número 22. julho, agosto e setembro de 1979

1. figueiredo: concex agiliza o comércio exterior brasileiro
2. a visita do presidente do governo espanhol, adolfo suárez
3. em Brasília, o presidente da república de zâmbia
4. saraiva guerreiro, na esg, fala sobre a política externa do brasil
5. na visita a caracas, chanceler instala comissão de coordenação brasil-venezuela
6. no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros do japão
7. ministro da economia da república federal da alemanha visita o brasil
8. Brasília recebe o ministro dos negócios estrangeiros da costa do marfim
9. chanceler brasileiro abre a XXXIV sessão da assembléia-geral da onu

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

figueiredo: concex agiliza o comércio exterior brasileiro

Discurso do Presidente João Figueiredo, no Clube Monte Líbano do Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1979, por ocasião da sessão solene do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX).

Excelentíssimo Senhor Governador Chagas Freitas,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,
Excelentíssimas Autoridades,

Minhas Senhoras, meus Senhores:

O novo CONCEX, agora instalado, é o instrumento do meu governo para a promoção e agilização do comércio exterior brasileiro.

Seu mandato é simplificar, tornar as estruturas mais leves.

Dar velocidade aos processos, tanto na exportação como na importação.

Eliminar complicações irritantes, freqüentemente irracionais, tantas vezes desnecessárias e inúteis.

Através da discussão franca e leal, o CONCEX procurará a harmonização dos interesses e a boa administração dos mecanismos de estímulos e incentivos à exportação.

Além de vocação natural do Brasil, desde antes da independência, o comércio internacional é parte integrante e inseparável de nossa política externa. É, também, expressão da vontade de

entendimento e cooperação entre os povos. É elemento importante na busca de formas mais harmoniosas e profícuas de convívio entre as nações.

Cada produto exportado é uma mensagem do nosso povo, uma indicação de nossa capacidade de fazer bem as coisas de que os outros precisam.

Do ponto de vista social, o comércio externo cria empregos no País e concorre para melhorar a qualidade e baixar os preços internos dos produtos.

O custo do petróleo, sempre em elevação, o serviço de nossa dívida, e a nossa necessidade de importar tornam absolutamente indispensável atingirmos, até o meio da próxima década, novos patamares de valor das nossas exportações.

Confiamos em que nossos parceiros comerciais saberão compreender a justiça de nossas aspirações e a firmeza de nossos propósitos.

Devido ao nosso processo acelerado de desenvolvimento, o Brasil é naturalmente um grande importador. Para nós, a exportação é não só um objetivo, em si, mas o meio com que esperamos realizar — em escala cada vez maior — a com-

pra dos insumos físicos, financeiros e tecnológicos necessários ao nosso desenvolvimento.

É confortador encontrar, mesmo nas extrapolações mais cautelosas, números compatíveis com esse objetivo. Entretanto, projeções são simples exercícios no papel. Mesmo aquelas aparentemente mais fáceis de alcançar, só se concretizam através do esforço conjugado de todos. O novo CONCEX é justamente para isso.

Temos muitos obstáculos, nessa corrida. Um deles é o **protecionismo**. As novas formas de protecionismo são mais cruéis porque efetivamente dificultam o progresso dos países em desenvolvimento.

O neoprotecionismo dos países desenvolvidos, na verdade, constitui uma reserva do mercado de trabalho. Levado às suas últimas e injustas consequências, as tarefas sofisticadas, geradoras de empregos mais bem remunerados, acabariam por tornar-se privativas dos trabalhadores dos países mais ricos.

A nossos parceiros industrializados declaramos, portanto, nossa disposição para o diálogo e o entendimento, e nossa rejeição a qualquer atitude gratuita de confrontação. Desejamos chegar, juntos, a soluções estáveis e construtivas. Por meio delas, contamos afastar o espectro do protecionismo — hoje aguçado pelas dificuldades generalizadas. E abrir espaços cada vez mais amplos ao comércio e à cooperação internacional.

Outras iniquidades ainda marcam fortemente os padrões de relacionamento entre as nações industrializadas e os países em desenvolvimento. O próprio diálogo Norte/Sul, ou não produziu resultados, ou estes certamente ficaram muito aquém das aspirações legítimas dos povos pobres.

Seguiremos solidários com estes no esforço de negociar a revisão das estruturas do comércio internacional. Certos de que, em todas essas questões, o comércio credencia países como o nosso para as responsabilidades políticas e econômicas do mundo de hoje.

Entretanto, o mundo em desenvolvimento não pode ter sua unidade calcada exclusivamente na coincidência de interesses perante as nações alta-

mente industrializadas. O peso crescente dos insumos energéticos ameaça introduzir, em caráter duradouro, agudos desequilíbrios no intercâmbio entre países em desenvolvimento.

Graças à nossa atuação equilibrada no domínio político e à correção com que nos lançamos nos mercados do mundo, o Brasil é um parceiro confiável. Compramos e vendemos sem ambições hegemônicas. Sem exigir compromissos que nossos parceiros não poderiam assumir sem renúncia a princípios que nós próprios defendemos.

O Brasil está pronto a cooperar, ao máximo de suas possibilidades, para o fortalecimento dos vínculos entre as nações da América Latina, África e Ásia. Trabalharemos pela dinamização da ALALC, e pela integração latino-americana. Intensificaremos o comércio e a cooperação técnica com países da África e da Ásia. Com eles partilharemos o acervo de experiência, em muitos casos considerável, de que já dispomos, como nação tropical, e em estágio relativamente adiantado de industrialização.

Ainda importamos, como petróleo, cerca de 40% da energia que consumimos. Mas estamos resolvendo esse problema através do esforço de nossos empresários, com apoio decidido do governo. Hoje podemos vislumbrar soluções próprias, originais, baseadas em recursos renováveis também para substituir parte considerável da energia importada.

Nesse sentido, os brasileiros mais uma vez rejeitaram as posições negativistas, sombrias, pessimistas. Em vez de caminhar para novas restrições, iniciamos, com otimismo, fé e confiança, programas de aumento de produção.

Vamos soltar mais, diminuir a intervenção do Estado na economia.

Para isso, o novo CONCEX instituirá regras simples, compreensíveis e de aplicação tão automática quanto possível.

Essa uma das razões para termos três representantes do setor privado entre os membros do novo CONCEX. Um outro exercerá a secretaria-executiva. Cumpro, assim, com prazer, mais uma promessa feita na campanha eleitoral, de ter a

participação dos empresários na discussão dos assuntos que lhes falam de perto.

E renovo o apelo feito na mesma época: precisamos exportar mais.

O sucesso de nosso esforço ajudará a dar ao Brasil condições adequadas para continuar lutando por um novo estilo de relacionamento entre as nações do mundo.

Fundado na igualdade e no respeito recíproco, esse novo estilo deverá facilitar o acesso das nações mais pobres a uma vida espiritualmente mais rica e materialmente mais confortável.

Essas aspirações são de toda a humanidade, neste final de século. Podem ser concretizadas em nosso tempo. Basta que as nações e os povos venham a encontrar, nos corações uns dos outros, os mesmos ideais de liberdade, igualdade e justiça.

Ideais e aspirações que, de nossa parte, ajudaremos a alcançar, na medida em que, juntamente com os nossos produtos, possamos entregar aos nossos amigos e clientes um pouco da alma generosa do nosso próprio povo.

Muito obrigado.

a visita do presidente do governo espanhol, adolfo suárez

Discursos do Presidente João Figueiredo e do Presidente do Governo espanhol, Adolfo Suárez Gonzalez (tradução não-oficial), no Palácio Itamaraty de Brasília, em 6 de agosto de 1979, por ocasião do jantar oferecido ao Chefe de Governo espanhol.

JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo espanhol, Doutor Adolfo Suárez:

A visita que hoje nos faz Vossa Excelência, em atenção ao convite que tive a honra de lhe formular, é importante passo para o desenvolvimento das tradicionais relações de amizade entre o Brasil e a Espanha.

Brasileiros e espanhóis se conhecem, estimam-se e convivem fraternalmente. Boa vontade e simpatia recíproca são a marca de nossas relações. Agora, acredito haver chegado o momento de traduzirmos, no plano oficial, todo esse extraordinário capital.

A presença de Vossa Excelência no Brasil permite-nos ampla troca de opiniões a respeito de questões internacionais e bilaterais de interesse dos dois países. Nesse contexto, nossas relações bilaterais devem ganhar novo impulso. Devem refletir, em toda a sua inteireza, a presença da Espanha e do Brasil nos mais variados campos de atividade internacional.

É-me especialmente grata a decisão de Vossa Excelência de fazer-se acompanhar de tão importan-

te comitiva. A propósito, desejo realçar a presença dos Ministros de seu Governo, que a integram. Estou certo de que a alta hierarquia, a experiência e o renome desses Ministros muito facilitarão nossos contactos, e seu seguimento prático nos próximos meses.

Senhor Presidente:

A autenticidade é a marca admirável da tradição cultural espanhola. Ela constitui o segredo da irradiação verdadeiramente universal do país de Vossa Excelência.

País de formação extremamente rica, tem a Espanha uma densidade histórica excepcional e singular. Graças à interação de tradições variadas, a Espanha desenvolveu as virtudes da sensibilidade e da inteligência — nítidos apanágios do valoroso povo espanhol.

Por representarem o que há de mais profundo e legítimo na alma de seu povo, as grandes figuras da história e da cultura da Espanha são compreendidas, admiradas e respeitadas em toda a parte.

A todos impressiona o desenvolvimento contínuo da cultura e das artes hispânicas. Suas obras

ajudam a moldar a sensibilidade moderna, e caracterizam fortemente não apenas a Espanha, mas a própria civilização ocidental.

Diante desse pano de fundo, Vossa Excelência conduz — com reconhecida vocação de liderança, talento e desassombro — um processo político democrático particularmente fecundo. Tendo como inspirador o Chefe de Estado, Sua Majestade o Rei de Espanha, D. Juan Carlos I, o Governo de Vossa Excelência responde, com criatividade e decisão, ao desafio da complexidade espanhola.

Porque tudo o que se passa na Espanha interessa a todos os homens, seus esforços e suas realizações são por todos acompanhados com apreço, simpatia e respeito.

A Espanha, Senhor Presidente, é, por todos os motivos, um país muito próximo do Brasil. Seus filhos aqui correram em grande número. Com sua capacidade de trabalho e suas características de generosidade, enriqueceram a sociedade brasileira.

Não é demais dizer que os espanhóis se integraram em nosso País com exemplar perfeição: a Espanha é parte da alma brasileira, do nosso modo de ver e sentir a vida.

A contribuição espanhola foi ainda mais direta na formação de nossos vizinhos da América Latina. Não posso deixar de saudar com interesse, por tal razão, o fortalecimento dos laços que unem a Espanha aos países desta parte da Terra.

O mundo ibérico assenta sobre um patrimônio comum, construído através dos séculos à custa de grande esforço e não pouco sacrifício. Assim, nossa vivência histórica pode e deve servir de base a empreendimentos conjuntos, em benefício de todos os nossos povos.

No encontro político entre a Espanha e a América Latina, a possibilidade de mantermos um diálogo aprofundado e realista decorre da própria riqueza da individualidade de cada nação. Por isso, não basta levar em conta e saber interpretar o nosso passado. Precisamos de muito mais: precisamos forjar novos laços. Pois nossos países são essencialmente voltados para o futuro. Nosso interesse é descobrir novas formas de aproximação.

No momento da visita de Vossa Excelência ao Brasil, a situação econômica mundial pode ensejar mais desalento que esperança. Problemas sérios acumulam-se em excessivo número na agenda internacional. Ninguém parece vislumbrar soluções capazes de, a curto prazo, atender aos interesses de todas as nações.

A inflação, a instabilidade cambial, a crise energética somam-se às dificuldades conhecidas do mercado internacional de produtos de base, e ao protecionismo comercial contra as exportações dos produtos manufaturados.

Tódos esses problemas afetam de forma dramática o meu País e nos obrigam a tomar medidas internas para minorar, na medida do possível, seus efeitos. Eles tornam ainda mais árduos os esforços do povo brasileiro em prol do seu desenvolvimento sócio-econômico.

Continuamos, porém, otimistas e confiantes em encontrar os caminhos que nos permitirão superar essas dificuldades.

No plano internacional, não acreditamos em soluções unilaterais para problemas de caráter global, em sua essência. Esperamos porém que, ao examiná-los, a comunidade mundial de nações leve especialmente em conta os anseios e as aspirações dos países em desenvolvimento. Não é justo fiquem eles eternamente compelidos a sacrificar parcelas essenciais de seus interesses econômicos. Ou a adiar indefinidamente as melhorias de padrão de vida a que seus povos têm direito.

A Espanha está empenhada não só na modernização política, mas também na econômica. Notabiliza-se o seu país, Senhor Presidente Adolfo Suárez, por um progresso que o coloca entre os dez mais industrializados do mundo. Em sua política econômica externa, procura o Governo de Vossa Excelência retirar todas as conseqüências práticas dessa nova e auspiciosa situação.

O Brasil espera que, ao ingressar na Comunidade Econômica Européia, a Espanha venha a juntar-se aos que propugnam, ali, pela liberalização das correntes de comércio. Só desejamos que os benefícios da atividade econômica global sejam proporcionalmente maiores e mais bem distribuídos entre todos os parceiros.

Esperamos, igualmente, possa o Governo espanhol levar avante o seu actual esforço de intensificação das relações económicas com os países da América Latina. Há novas portas a abrir para um intercâmbio moderno e mutuamente proveitoso.

As perspectivas altamente favoráveis de entendimento e cooperação entre os nossos dois países aconselham a não nos conformarmos com o actual nível de nossas relações.

Muito há que fazer. Penso que devemos consultarnos mais e dar toda ênfase aos mecanismos ao nosso dispor, inclusive à Comissão Mista Brasil-Espanha. Podemos dinamizar nossas relações políticas, económicas, culturais, científicas e tecnológicas. Sobretudo, podemos colocá-las à altura das aspirações dos nossos dois povos.

De parte do Brasil, pode Vossa Excelência estar certo de toda a nossa disposição de corresponder ao gesto de amizade e interesse representado pela visita de Vossa Excelência ao nosso País.

Senhor Presidente:

Permita-me pedir aos presentes que levarem um brinde à saúde e felicidade do Chefe de Estado, Sua Majestade D. Juan Carlos I, aos continuados êxitos de Vossa Excelência à frente do Governo espanhol, e ao progresso das relações entre nossos dois países.

Muito obrigado.

ADOLFO SUÁREZ

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentísimos Senhores e Senhoras,

A cortesia, a hospitalidade e o sentido de amizade são três valores frente aos quais um espanhol não pode jamais permanecer insensível. São três princípios de boa convivência de que tão constantes provas tivemos nestes dias de reencontro de nossos povos. Quero agradecer-lhe as carinhosas palavras de boas-vindas e saudação e as numerosas provas de afeto que todos os membros da delegação espanhola receberam no curso de nossa breve estada em seu maravilhoso país.

Conhecê-lo, ter a oportunidade de convergir para a sua pessoa toda a carga de boa-vontade e estima que o povo espanhol sente pelo Brasil é para mim um alto motivo de satisfação. Talvez seja esta a ocasião propícia para assinalar o quanto me impressionaram as palavras de Vossa Excelência por ocasião de sua posse a 15 de março último. Percebi, naquelas palavras de Vossa Excelência, a personalidade de um grande estadista e hoje confirmo esta impressão ao comprovar que Vossa Excelência assumiu com lucidez o controle deste grande país com ânimo resoluto e decidido para agir como impulsor da vontade de mudança que distingue este povo jovem e vigoroso.

E em sua pessoa, máxima encarnação do Governo e do povo brasileiros, quero saudar esta grande nação que é o Brasil, um dos países de mais definida identidade e importância entre todos os da Terra, verdadeiro continente dentro de um continente, que não somente é o quinto país do mundo em extensão e o oitavo em importância demográfica, como está começando a ser um dos grandes focos económicos e culturais, dos quais irradia o verdadeiro carácter pluralista de uma nova política mundial e de um sistema de relações em que vai haver, cada vez, mais vozes decisivas que se somem ao que até há pouco tempo era um reduzido número de responsáveis pelas grandes decisões internacionais.

Saúdo, pois, a nação brasileira, com profunda simpatia e confiança em seu futuro. E com o sincero desejo de que este reencontro, que estreita laços amigos que parecem prefigurar um comum destino de amizade e entendimento, contribua decisivamente para que nossas relações bilaterais sejam um elemento de estabilidade da paz mundial, de justiça, de progresso e de cooperação entre as nações da Terra.

Penso sinceramente que a identidade e singularidade específicas e próprias do Brasil fundamentam a importância destas relações bilaterais. O que não exclui, naturalmente, o esforço por uma reflexão comum sobre os numerosos problemas contemporâneos que afetam a comunidade internacional.

A política externa do Governo espanhol pretende uma crescente ampliação de nossa presença nas

áreas das grandes decisões, uma intensificação dos contatos e intercâmbios numa atmosfera sem hegemonias nem blocos dominadores e se encaminha, portanto, para a potenciação de nossos interesses num mundo complexo, em rápido processo de mudança e cada vez mais independente. A igualdade soberana dos Estados e a necessidade de uma ampla cooperação internacional são idéias básicas plenamente compartilhadas pelo Brasil e Espanha, e que delineiam uma base de entendimento sobre a qual acreditamos ser possível construir um futuro de harmonia e de intensas relações em todo os campos.

Queremos contribuir para a construção da paz e afirmamos categoricamente que a paz só é possível quando as sociedades clamam por uma pronta e efetiva atenção para suas aspirações e direitos, dentro de um mundo mais livre, mais seguro e mais justo. É precisamente por isso que não aceitamos que um reduzido número de Estados pretenda ser dono do destino político e econômico do mundo. Os grandes problemas de nosso tempo, muito ao contrário, só encontrarão solução num novo clima de cooperação internacional, já que para implantar maiores níveis de justiça é mister fazê-lo em torno de princípios inequívocos de igualdade e independência.

A Espanha é plenamente consciente tanto da interdependência que condiciona e caracteriza o mundo atual, como da peculiar identidade que nos distingue dentro das coordenadas universais da época contemporânea. Somos encruzilhada de línguas e cultura, berço de mestiçagem, local de encontro de civilização e heranças históricas de mui diverso signo. E é precisamente neste contexto, no qual se funda o que nos irmana no passado e o que nos faz coincidir necessariamente no futuro, que reside o grande interesse com que seguimos tanto a defesa que faz o Brasil do princípio da igualdade soberana dos Estados, como os esforços de colaboração, tanto em escala universal como regional. Aí, precisamente, é onde penso que deitam raízes e hão de florescer relações bilaterais que no futuro desejamos cada vez mais intensas, estreitas e fecundas, principalmente através de uma aproximação mais razoável entre nossas respectivas exportações e importações de mercadorias.

Sei que isso é possível se aliarmos à técnica econômica, Senhor Presidente, uma decidida vontade

de política para alcançar esses objetivos, e penso que ambos os países devem fazer um esforço nesse sentido, já que uma balança comercial crônica e gravemente deficitária para uma das partes acaba produzindo efeitos desfavoráveis e mais profundos, difíceis de corrigir posteriormente. Creio sinceramente que ainda estamos a tempo para evitá-los.

O amplo caminho da constituição de empresas mistas hispano-brasileiras deve ser explorado e explorado a fundo, como, por exemplo, no setor pesqueiro, em que nossos mútuos interesses podem estreitar-se agora com imensas possibilidades de êxito. Eis aqui, em breves traços, o muito que ainda podemos empreender juntos.

Brasil e Espanha, Senhor Presidente, têm as mesmas raízes espirituais e culturais, e por pertencer a uma mesma comunidade de origem temos um destino que em muitos aspectos pode ser também comum. Por isso penso que tanto no plano cultural, como no econômico, comercial e tecnológico, há muito o que fazer, e felizes e promissoras são as perspectivas que se abrem à nossa frente. Neste sentido, a coesão hispano-brasileira — a que Vossa Excelência fez alusão — há de ser o veículo adequado para aprofundar neste caminho que há de levar-nos, estou seguro, a entendimentos mais completos.

Desejo sinceramente que esta viagem sirva para nos conhecermos melhor e para aprofundar esta malha de relações que desejamos estreita e proveitosa. Se houve uma série de circunstâncias que impediam que a natural vocação de coincidência se traduzisse em contatos freqüentes, penso que este tempo ficou felizmente para trás. Temos agora uma longa estrada a percorrermos juntos. E estou certo de que há de permitir um intercâmbio de experiências que beneficiará nossos dois povos, como os beneficiará igualmente uma integração da Espanha nas comunidades econômicas européias nas quais meu país saberá ser eco das aspirações deste hemisfério.

E neste sentido reiteramos que um esforço de investigação e colaboração no campo da tecnologia é a melhor resposta a nossa comum rejeição dos obstáculos interpostos por alguns países superindustrializados ao esforço empreendido pelas demais nações para dispor da tecnologia necessário ao seu próprio desenvolvimento.

Permita-me, Excelência, que nesta solene ocasião tenha uma emocionada palavra de lembrança para os imigrantes e a coletividade espanhola no Brasil, que fizeram deste imenso país que os acolheu com fraternal carinho sua segunda pátria e para cujo desenvolvimento e prosperidade contribuíram com seu denodado esforço, seu incansável trabalho, sua honestidade. Esses espanhóis que vivem e trabalham na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, ao Norte, ao Sul, a Leste e Oeste do Brasil também não querem esquecer a pátria em que nasceram e recebem que alguns entress administrativos levantem uma barreira econômica que os impeça de visitar de vez em quando as terras em que nasceram e os seres queridos que lá deixaram. Sei que esta é uma preocupação de seu Governo, Senhor Presidente, e espero e muito confio que em breve se encontrem fórmulas apropriadas para derrubar estes obstáculos e acalmar essas ansiedades.

Nossa política externa tem como um dos seus mais caros objetivos a proteção daquelas espanhóis que afetados de sua terra desenvolvem sua atividade fora de nosso país. Mas a Espanha não renuncia, e me alegro que nossas conversações tenham sido uma excelente ocasião para confirmar a identidade de nossos pontos de vista, para realizar uma positiva abordagem de resolução dos problemas com que hoje se defronta a Espanha.

A Espanha, em resumo, pratica uma política aberta a todos os problemas de nosso tempo, marcada pelos princípios de igualdade soberana e não ingerência na política interna de outros países, baseada, em suma, na convicção de que a ordem política e a paz social não podem ter outros fundamentos que a dignidade da pessoa e o respeito de seus direitos fundamentais. Foi esta a vontade soberana de nosso povo ao dotar a nova democracia espanhola de uma Constituição que, desilando estabelecer a justiça, a liberdade, a segurança e o bem de quantos integram a nação, proclama entre outros objetivos o de colaborar para o fortalecimento de relações pacíficas e de eficaz cooperação entre todos os povos da Terra.

Esta Espanha, em resumo, pratica uma política aberta a todos os problemas de nosso tempo, marcada pelos princípios de igualdade soberana e não ingerência na política interna de outros países, baseada, em suma, na convicção de que a ordem política e a paz social não podem ter outros fundamentos que a dignidade da pessoa e o respeito de seus direitos fundamentais. Foi esta a vontade soberana de nosso povo ao dotar a nova democracia espanhola de uma Constituição que, desilando estabelecer a justiça, a liberdade, a segurança e o bem de quantos integram a nação, proclama entre outros objetivos o de colaborar para o fortalecimento de relações pacíficas e de eficaz cooperação entre todos os povos da Terra.

Para a Espanha, em resumo, pratica uma política aberta a todos os problemas de nosso tempo, marcada pelos princípios de igualdade soberana e não ingerência na política interna de outros países, baseada, em suma, na convicção de que a ordem política e a paz social não podem ter outros fundamentos que a dignidade da pessoa e o respeito de seus direitos fundamentais. Foi esta a vontade soberana de nosso povo ao dotar a nova democracia espanhola de uma Constituição que, desilando estabelecer a justiça, a liberdade, a segurança e o bem de quantos integram a nação, proclama entre outros objetivos o de colaborar para o fortalecimento de relações pacíficas e de eficaz cooperação entre todos os povos da Terra.

Para a Espanha, em resumo, pratica uma política aberta a todos os problemas de nosso tempo, marcada pelos princípios de igualdade soberana e não ingerência na política interna de outros países, baseada, em suma, na convicção de que a ordem política e a paz social não podem ter outros fundamentos que a dignidade da pessoa e o respeito de seus direitos fundamentais. Foi esta a vontade soberana de nosso povo ao dotar a nova democracia espanhola de uma Constituição que, desilando estabelecer a justiça, a liberdade, a segurança e o bem de quantos integram a nação, proclama entre outros objetivos o de colaborar para o fortalecimento de relações pacíficas e de eficaz cooperação entre todos os povos da Terra.

proveitosos os entendimentos de adolfo suárez no brasil

Palavras do Presidente João Figueiredo por ocasião do banquete oferecido pelo Presidente do Governo espanhol, Adolfo Suárez, na Embaixada da Espanha, em Brasília, em 7 de agosto de 1979.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Espanhol, Doutor Adolfo Suárez:

Fico muito reconhecido a Vossa Excelência pelas amáveis palavras que acaba de pronunciar.

Nestes dois últimos dias, mantivemos entendimentos muito proveitosos. Trocamos opiniões sobre assuntos de interesse recíproco e tratamos, objetivamente, do desenvolvimento de nossas relações bilaterais. Igualmente, nossos Ministros realizaram úteis conversações, no âmbito de suas respectivas pastas.

Em nosso encontro, Vossa Excelência me impressionou, como era de esperar, pelos seus conhecimentos de homem de Governo e por suas qualidades pessoais.

Faço votos de que Vossa Excelência e sua ilustre comitiva tenham em sua visita a São Paulo, amanhã, uma estada agradável. E de que possam realizar contactos igualmente proveitosos, naquele Estado, com os mais variados setores de atividade. Lá, Vossas Excelências terão oportunidade de ver, perfeitamente integrados, como disse ontem, numerosos espanhóis e outros tantos brasileiros de origem espanhola.

Peço aos brasileiros aqui presentes que comigo levantem suas taças, em homenagem a Sua Majestade o Rei de Espanha, D. Juan Carlos I, pela saúde do Presidente do Governo espanhol, Doutor Adolfo Suárez, e pelo fortalecimento dos laços de amizade que unem o Brasil e a Espanha.

comunicado conjunto brasil – espanha

Comunicado Conjunto Brasil-Espanha, divulgado pelo Itamaraty em 8 de agosto de 1979, ao final da visita ao Brasil do Presidente do Governo espanhol, Adolfo Suárez González.

Atendendo a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Presidente do Governo espanhol, Adolfo Suárez González, visitou o Brasil, em caráter oficial, no período de 6 a 8 de agosto de 1979.

O Presidente do Governo espanhol fez-se acompanhar do Ministro de Assuntos Exteriores, Marce-

lino Oreja Aguirre; do Ministro da Indústria e Energia, Carlos Bustelo y Garcia del Real; do Ministro do Comércio e Turismo, Juan Antonio Garcia Diez; do Secretário de Estado para a Informação, Josep Meliá Pericás, e de altos funcionários do Governo espanhol.

O Presidente do Governo espanhol, durante sua permanência em Brasília, manteve encontros com

Afirmaram o direito de todos os países à sua plena realização no seio da comunidade internacional, de acordo com os princípios, consagrados na Carta das Nações Unidas, da igualdade soberana e respeito mútuo entre os Estados, da autonomia e participação dos povos, da não-ingêrência nos assuntos internos de outros países, da exclusão da ameaça ou do uso da força nas relações internacionais, do respeito aos tratados e da solução pacífica de controvérsias.

Concordaram em que as políticas globais de desenvolvimento devem ser intensificadas e apoiaram também iniciativas regionais neste sentido. Manifestaram sua firme oposição a quaisquer tentativas de estabelecimento de zonas de influência. Expressaram que a garantia dos direitos humanos, políticos, económicos e sociais é objetivo permanente de seus governos, ao mesmo tempo em que a afirmação desses direitos constitui uma das mais nobres tarefas das Nações Unidas.

Detendo-se na consideração da situação internacional na África e no Oriente Médio, reiteraram o seu repúdio às práticas do **apartheid** e a todas as formas de discriminação racial. Manifestaram seu firme apoio às resoluções pertinentes das Nações Unidas, tanto as referentes à autodeterminação da Namíbia e do Zimbábue, quanto as relativas à situação do Oriente Médio, entre as quais avultam as resoluções n.ºs 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU.

Ao examinar a situação económica internacional, manifestaram sua preocupação com a persistência do sério desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e expressaram que a correção dessa tendência é de importância fundamental para garantir o progresso da humanidade. Nesse sentido, concordaram em que deve ser intensificado o diálogo entre o Norte e o Sul e em que se devem enviar esforços sistemáticos em favor do estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional, que assegure a liberalização do comércio internacional, preços remuneradores para os produtos básicos e acesso ao pleno desenvolvimento científico e tecnológico.

Nesse contexto, reiteraram seu apoio à utilização soberana dos recursos naturais de cada país como meio de obtenção do desenvolvimento económico.

O Presidente da República, visitou o Presidente do Senado Federal, Luiz Viana Filho, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marçílio, assim como o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Antônio Neder. Paralelamente, membros da comitiva presidencial mantiveram conversações com autoridades brasileiras: o Ministro de Assuntos Exteriores encontrou-se com o Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro; o Ministro da Indústria e Energia, com o Ministro da Indústria e Energia, com o Ministro da Indústria e Energia, Cesar Cals de Oliveira Filho, o Ministro do Comércio e Turismo, com o Ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter, e com o Ministro, interino, dos Transportes, Wando Pereira Borges. O Ministro do Comércio e Turismo e o Ministro da Indústria e Energia visitaram também o Ministro da Indústria e do Comércio, João Camillo Penna, e o Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento, Mário Henrique Simonsen. O Secretário de Estado para a Informação foi recebido pelo Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social, Said Farhat.

Após sua permanência em Brasília, o Presidente do Governo espanhol visitou São Paulo, no dia 8 de agosto de 1979, tendo sido recebido pelo Governador do Estado, Paulo Salim Maluf, tendo-se encontrado com representantes das classes empresariais, da comunidade hispano-brasileira e tendo visitado, finalmente, diversas instituições espanholas.

Os encontros havidos entre os Presidentes da República do Brasil e do Governo espanhol transcorreram em clima cordial, construtivo e amistoso, consentâneo com as tradicionais relações de fraternidade existentes entre os povos do Brasil e da Espanha, tendo o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo notado como feliz a circunstância de incumbir-lhe receber a primeira visita oficial de um Chefe de Governo espanhol ao Brasil.

Analisando a situação internacional, os dois Presidentes expressaram a importância que atribuem à Organização das Nações Unidas e o propósito de contribuir para seu fortalecimento como o foro principal para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para a cooperação entre os Estados em bases igualitárias.

nômico e manifestaram-se dispostos a contribuir para a criação de condições adequadas à realização de entendimentos internacionais em matéria de energia e desenvolvimento.

O Presidente da República, manifestando interesse pela incorporação da Espanha às Comunidades Europeias, ouviu do Presidente do Governo espanhol ampla exposição sobre o andamento atual do tema, ao cabo da qual fez votos para que a plena adesão espanhola, além de benéfica para a CEE e para a própria Espanha, possa também refletir-se de modo favorável nas relações entre as Comunidades e a América Latina.

No plano das relações bilaterais, os Presidentes da República e do Governo lembraram com satisfação a tradicional amizade que une os povos brasileiro e espanhol, para a qual muito têm contribuído o patrimônio cultural comum e a presença de grande contingente espanhol na formação do povo brasileiro. Concordaram em que deve ser dado novo e redobrado impulso ao desenvolvimento das relações entre os dois países, aprofundando-as e estendendo-as, em todos os campos.

Nessa nova fase de estreitamento de relações, ora iniciada, congratularam-se pela troca de notas, recém-efetuada, entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha, que estabelece um mecanismo especial de consultas anuais, em alto nível entre os dois países.

Com relação ao intercâmbio comercial, assinalaram que seu valor triplicou na presente década, havendo consenso de que seus níveis atuais ainda não correspondem à potencialidade de ambos os mercados e, também, de que é mister esforço conjunto para que se consiga a expansão crescente das trocas e seu maior equilíbrio.

Os dois Presidentes concordaram quanto à urgente necessidade de ampliar a cooperação econômica entre os dois países. Nessa área, aludiram aos resultados obtidos pelos esquemas entre empresas brasileiras e espanholas, para a fabricação, em regime de complementação, de locomotivas no Brasil, bem como às perspectivas de incremento da cooperação nos setores siderúrgico,

naval e hidrelétrico. Manifestaram também o interesse de ambas as partes no desenvolvimento da colaboração em matéria de pesca. Realçaram, outrossim, a grande importância e alcance da associação espanhola no projeto da HISPANOBRAS, inaugurado em maio último, reconhecendo que essa participação ilustra as possibilidades favoráveis para investimentos espanhóis no Brasil.

Detiveram-se nos contatos mantidos entre as autoridades do setor de minas e energia de ambos os países, durante os quais foram examinadas a evolução recente da conjuntura energética mundial e suas perspectivas, bem como a promoção de conversações para estudar as possibilidades de uma cooperação mais íntima entre o Brasil e a Espanha em matéria de energia e mineração. Em particular, reconheceram aquelas autoridades a importância do aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos e manifestaram a intenção de examinar com especial atenção as possibilidades de cooperação bilateral nesse campo.

Registraram, ainda, com satisfação, as promissoras perspectivas para uma ação conjunta com vistas à execução em terceiros países de projetos de infra-estrutura ferroviária. Para facilitar sua realização, decidiram constituir um grupo de trabalho que estude as condições de execução de projetos específicos em tal setor.

No mesmo contexto, referiram-se com agrado ao Protocolo contemplado pelo Banco Central do Brasil e pelo Banco de Espanha, com vistas à instalação operativa de bancos brasileiros na Espanha e de bancos espanhóis no Brasil, de conformidade com a legislação, normas e regulamentos específicos dos respectivos países.

Manifestaram ainda confiança em que a próxima reunião da Comissão Mista, a celebrar-se em Brasília, no mês de setembro vindouro, será ocasião para amplo e frutífero exame das relações econômico-comerciais e da cooperação cultural, industrial, científica e técnica entre os dois países, com vistas a dar-lhes a expressão que seria desejável.

O Presidente do Governo espanhol convidou o Presidente da República Federativa do Brasil a visitar a Espanha. O Presidente João Baptista de

Oliveira Figueiredo aceitou o convite e solicitou, por seu turno, ao Presidente Adolfo Suárez González que transmita ao Rei Juan Carlos I convite para visitar o Brasil.

O Presidente do Governo espanhol agradeceu a acolhida que lhe foi dispensada no Brasil, bem como a hospitalidade com que foi recebida sua comitiva.(*)

(*) Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 180, o texto do Acordo entre o Brasil e a Espanha para estabelecimento de um mecanismo de consulta em alto nível entre os dois países.

em Brasília, o presidente da república de zâmbia

Discursos dos Presidentes do Brasil, João Figueiredo, e de Zâmbia, Kenneth David Kaunda, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 29 de agosto de 1979, por ocasião do jantar oferecido ao Chefe de Estado zambiano.

JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente Kenneth Kaunda:

Em nome do Governo e do povo brasileiros, tenho a honra de acolher Vossa Excelência e os eminentes membros de sua comitiva, na primeira visita do Chefe de Estado de Zâmbia ao Brasil.

Vossa Excelência tem papel decisivo na vida de seu país. Além de liderar os esforços do seu povo, para libertar-se do regime colonial, hoje conduz com firmeza seus destinos, dentro do conturbado paronama da África austral.

Graças à sua capacidade política e aos seus reconhecidos dotes pessoais, Vossa Excelência soube interpretar com fidelidade os anseios do povo de Zâmbia, sua dedicação à independência, à justiça e ao desenvolvimento. Vossa Excelência é um líder estimado dentro e fora de seu país. Como grande expressão política do continente africano, o nome de Vossa Excelência é conhecido em todas as partes do mundo.

Frente aos desafios que hoje se acumulam na África austral, o governo de Vossa Excelência tem agido com dignidade e eficácia. E constitui, por isso, uma das mais altas expressões do nacionalismo africano.

Zâmbia, juntamente com outros países africanos, está integrada num vasto e difícil esforço diplomático do qual podem muito bem depender as perspectivas de solução negociada para as delicadas questões do Zimbábue e da Namíbia.

Invariavelmente, o Governo brasileiro tem manifestado seu apoio aos direitos inalienáveis dos povos do Zimbábue e da Namíbia. Em decorrência do próprio processo de formação de nossa nacionalidade e do modo de ser do povo brasileiro, somos visceralmente contrários à dominação colonial e à discriminação racial, cristalizada na política do aparteidismo.

Acreditamos que Zimbábue deve ter um regime que satisfaça a dignidade de seu povo e suas aspirações de igualdade.

Favorecemos, igualmente, a autodeterminação e a independência da Namíbia, direitos tantas vezes expressos em resoluções aprovadas, nas Nações Unidas, pela unanimidade da comunidade internacional.

Saudamos, assim, os esforços que Vossa Excelência vem conduzindo no sentido de que tão altos ideais se transformem em realidades concretas.

Ideais e princípios comuns informam a atitude do Brasil com relação aos países africanos.

Somos amistosa e francamente abertos à cooperação.

Respeitamos a individualidade de cada país, e o direito de construir seu próprio destino.

Acreditamos em relações internacionais regidas pelos princípios da igualdade soberana dos Estados e da não-ingerência em seus assuntos internos.

Assim como Zâmbia, repudiamos o colonialismo e o racismo. Consideramos sua eliminação fundamento necessário à criação de um sistema internacional mais seguro, mais eqüitativo e, conseqüentemente, mais pacífico.

Outra de nossas preocupações comuns é vermos a ordem econômica internacional ainda assente em termos essencialmente iníquos, em relação aos países em desenvolvimento. Nossos esforços para transformá-la decorrem da justiça mesma das aspirações de progresso de nossos povos. Por isso, não esmoreceremos até vê-las concretizadas no menor prazo possível, e com os menores sacrifícios.

Sabemos que a solução de nossos problemas exigirá, também, uma ampla cooperação para o fortalecimento dos vínculos políticos, econômicos e de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento.

É responsabilidade de nossos governos traduzir nossa vontade política comum em relações mais intensas entre nossos países, firmadas em formas de cooperação mutuamente satisfatórias, nos mais variados campos de atividade.

Certamente, o Brasil se dispõe, nos limites de suas possibilidades, a desenvolver as relações econômicas, a cooperação técnica, e as consultas sobre assuntos de interesse comum com Zâmbia. Queremos examinar, com o Governo de Vossa Excelência, os meios e mecanismos mais eficazes para alcançar esses objetivos.

O Brasil, Senhor Presidente, atribui alta prioridade às suas relações com os países da África. Re-

conhece e apóia os seus esforços em prol do progresso e da justiça. Nosso interesse nacional, os sentimentos e a comum opinião do povo brasileiro exigem contatos cada vez maiores com as nações africanas.

Nesse espírito, saúdo Vossa Excelência, e convido todos os presentes a comigo erguerem suas taças pelo desenvolvimento das relações entre a Zâmbia e o Brasil; pela saúde do nosso amigo Presidente Kenneth Kaunda; e pela felicidade e prosperidade do povo irmão de Zâmbia, em sua luta pela liberdade e dignidade humanas. Muito obrigado.

KENNETH DAVID KAUNDA

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
João Figueiredo;

Trago a Vossa Excelência e ao seu feliz povo, as calorosas e fraternas saudações do povo de Zâmbia. E quando eu voltar para o meu país, levarei ao povo de Zâmbia este acolhimento caloroso e fraterno que recebemos, eu e minha delegação, no momento em que desembarcamos na histórica cidade do Rio de Janeiro e até este momento em que estamos acomodados e jantando nesta bela capital, Brasília. Nós estamos dispostos e ansiosos para usufruir ainda mais de seu país e da amizade cordial, quando conhecermos melhor seu povo e sua gente, num futuro próximo. Para todos nós nesta delegação é realmente um momento muito feliz poder estar com vocês em seu grande país. A única coisa que sinto, pessoalmente, é não poder assistir a uma partida de futebol durante minha permanência aqui. Para um fã de futebol como eu, em Zâmbia seus Pelés e outros ídolos do futebol brasileiro têm proporcionado grande satisfação.

Eu lhe agradeço, Senhor Presidente, por suas amáveis referências ao meu país e sobre mim mesmo. Os sentimentos que Vossa Excelência expressou são uma fonte de inspiração e encorajamento para nós. Vossa Excelência presenteou-nos com grande desafio para enfrentar algumas das fases críticas do mundo, particularmente aquelas em nosso hemisfério. Nós apreciamos enormemente a continuada inspiração e apoio que sempre recebemos do Brasil desde que nossos dois países vieram a se conhecer melhor através de nossa

representação diplomática e se encontraram em vários fóruns internacionais.

mem. É, na realidade, o homem que importa para a humanidade e não a raça, não a cor, não o credo.

As sociedades não-raciais, tal como vocês têm aqui no Brasil e nós temos em Zâmbia, nos mostram o caminho para uma paz real e harmônica da humanidade, porque o desenvolvimento humano, que significa o desenvolvimento do potencial humano como pessoa e não como um grupo racial, é a única verdade e o último fundamento para a paz. Esta paz sobre a qual a prosperidade genuína pode ser estabelecida, pode nada significar em termos reais, mas sim o estabelecimento de um desenvolvimento humano baseado no livre credo, na liberdade da cor e da raça.

Nós, em Zâmbia, sabemos que o povo do Brasil é um povo dinâmico e cristão e também que é um povo trabalhador para o seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento do homem no mundo todo. Seu sucesso no seu próprio trabalho, como povo independente, pacífico e progressista, proporciona um importante estímulo para a recente descolonização em nosso próprio território. Porque o Brasil tornou-se livre, independente, feliz e com sucesso, não havia razão para que os povos africanos de países como Moçambique, Angola e de outras áreas da África que tiveram semelhantes experiências históricas e cultural não poderiam também assegurar a sua independência.

O futuro do continente africano não pode ser diferente do futuro da América do Sul. As duas populações dominantes no hemisfério sul cresceram juntas. Elas têm experiências históricas comuns e semelhantes, baseadas em interações econômicas e culturais. Como membros do mundo em desenvolvimento, os países da África estão encontrando as mesmas questões econômicas em seus variados níveis e estão atingindo o mesmo processo de desenvolvimento e transformação. Contatos sérios como o que nós estamos fazendo neste momento poderão somente resultar em benefício dos dois países e dos dois continentes.

Meus amigos, é neste espírito de unidade entre a África e a América do Sul e na fraternal solidariedade de nossos povos, agora e no futuro, na amizade e nos objetivos de desenvolvimento comum do Brasil e de Zâmbia que proponho este brinde a Sua Excelência o Senhor Presidente e Senhora Figueiredo; à amizade entre os dois povos de nossos dois países; e à genuína paz e justiça através do mundo.

Muito obrigado.

Nós, em Zâmbia, sob nossa Filosofia do Humano, estamos convencidos e acreditamos firmemente que o futuro dos povos do mundo reside no indivíduo: que os povos do mundo, independentemente de raça, cor ou crença podem aprender, e aprender depressa, a aceitar o homem como ho-

comunicado conjunto brasil – zâmbia

Comunicado Conjunto Brasil-República de Zâmbia, divulgado pelo Itamaraty em 30 de agosto de 1979, ao final da visita de Kenneth David Kaunda ao Brasil.

Atendendo a convite de Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Doutor Kenneth David Kaunda, Presidente da República de Zâmbia, visitou oficialmente o Brasil nos dias 29 e 30 de agosto de 1979.

2. O Presidente de Zâmbia se fez acompanhar das seguintes personalidades: Honorável R. C. Kamanga, MCC, Presidente do Comitê Político Legal, Honorável R. Chisupa, MP, Ministro do Comércio e da Indústria e de outros altos funcionários governamentais.

3. Durante as conversações, realizadas em clima de amizade, cordialidade e entendimento mútuo, os dois Chefes de Estado passaram em revista a situação internacional, com particular ênfase sobre a América Latina e África. Examinaram em profundidade o estado atual das relações entre Brasil e Zâmbia, e expressaram a convicção de que suas conversações permitiram abrir novas perspectivas para a intensificação das relações entre os dois países, em diversos setores.

4. No cenário internacional, os dois Presidentes reafirmaram a adesão de seus países aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, bem como às normas consagradas pelo Direito Internacional, particularmente no que se refere ao respeito pela independência, soberania, igualdade, integridade territorial e não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

5. Reafirmaram sua convicção quanto à necessidade urgente e imperiosa de intensificar esforços para alcançar um desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional, com prioridade para o desarmamento nuclear.

6. Com referência à situação econômica internacional, os dois Presidentes manifestaram sua preocupação a respeito da persistência de sérios desequilíbrios e desigualdades existentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Lamentaram a falta de progresso real na solução de tais desequilíbrios e desigualdades. Expressaram a opinião de que a tendência às políticas e práticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos é altamente nociva aos interesses dos países em desenvolvimento. Conclamaram os países desenvolvidos a adotar políticas econômicas e comerciais que melhor correspondam às necessidades e aspirações dos países em desenvolvimento. Expressaram ainda a convicção de que a liberalização das políticas comerciais constitui um fator fundamental na criação de uma ordem econômica internacional justa e equitativa. Nesse sentido, os dois Presidentes reafirmaram a deter-

minação de prestar o seu apoio à criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional que permita a todos os países desfrutar, de forma total, de seus direitos ao desenvolvimento econômico e social.

7. Os dois Presidentes passaram em revista a situação energética mundial e concluíram que a crise atual impôs encargo adicional às economias de muitos países em desenvolvimento. Concordaram que, em consequência, conversações produtivas, em nível internacional, devem ser realizadas urgentemente sobre o assunto.

8. O Presidente do Brasil relatou a seu homólogo de Zâmbia os esforços internos realizados no país, destinados à criação de fontes renováveis de energia. O Presidente de Zâmbia muito apreciou as informações recebidas sobre o assunto.

9. Em relação à situação na África Austral, os dois Presidentes expressaram sua solidariedade para com os povos da região em sua luta justa. Denunciaram todas as formas de discriminação racial, especialmente o **apartheid**, que consideram, **inter alia**, como uma ameaça à paz e à segurança internacionais e manifestaram seu continuado apoio ao povo oprimido da África Austral, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

10. No campo das relações bilaterais, consideraram que existem amplas possibilidades de intercâmbio comercial, bem como de cooperação técnica e cultural entre os dois países. Expressaram a intenção de que os dois países concluam um acordo que estabeleça bases para a intensificação da almejada cooperação.

11. O Presidente João Figueiredo condecorou o Presidente Kenneth Kaunda com o Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul.

12. Durante a sua estada em Brasília, o Presidente Kaunda visitou o Supremo Tribunal Federal e foi recebido pelo Congresso Nacional, em sessão solene conjunta, realizada em sua honra.

13. As duas Partes expressaram a convicção de que a visita constituía um marco importante nas relações entre os dois países e que gerava novo

impeto para a crescente cooperação em todos os campos.
Kaunda expressou ao Presidente Figueiredo sua profunda gratidão pela calorosa hospitalidade oferecida a ele e a sua delegação pelo Presidente, Governo e povo do Brasil.

saraiva guerreiro, na esg, fala sobre a política externa do brasil

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1979.

Senhor Comandante,

Senhores Estagiários.

É para mim uma grande satisfação e uma grande honra comparecer, pela primeira vez na qualidade de Ministro de Estado das Relações Exteriores, à Escola Superior de Guerra, instituição por que passaram tantos brasileiros ilustres e à qual o país é devedor de tantos serviços.

Tratarei hoje do tema relativo à Política Externa do Brasil, que é a própria razão de ser do Ministério das Relações Exteriores. Não é possível fazer política externa sem que se tenha uma visão de conjunto da evolução das relações internacionais e da própria sociedade brasileira; o que direi aos Senhores esta manhã toma por base essas duas ordens de preocupação, muito embora a ênfase de minhas palavras deva necessariamente recair no plano externo.

Para quem deve atuar no contexto da política internacional contemporânea, dois fenômenos são claros. Em primeiro lugar, configura-se um adensamento das relações entre os países, processo que aprofunda tendências originárias do século passado. Os diferentes países são crescentemente influenciados pelo sistema internacional, e o mo-

do de sua presença nesse sistema condiciona não só sua política externa, mas também sua política interna e suas possibilidades de desenvolvimento econômico.

O segundo fenômeno a mencionar é a dificuldade de se formularem, hoje, esquemas conceituais globalizantes sobre o sistema internacional e, conseqüentemente, a dificuldade, e mesmo a inconveniência, de se empregar um título ou rótulo para indicar a natureza desse sistema. As formas clássicas de equilíbrio de poder, que caracterizavam o século XIX na Europa; o modelo bipolar, que dava as regras de comportamento na disputa entre EUA e URSS ao tempo da Guerra Fria; e os esquemas do multipolarismo, que marcam a ascensão dos países da Europa Ocidental, Japão e China, ao clube dos "donos do poder" indicavam a possibilidade de ligar o conceito à realidade e pareciam simplificar a proposta de opções diplomáticas e de prescrições políticas. Essa possibilidade só pode existir na medida em que o sistema internacional conte com uma importante dose de estabilidade estrutural. A construção conceitual parecia mais fácil, na medida em que refletia uma relativa estabilidade política, que, em nossos dias, se está diluindo.

Vivemos um tempo de transformações rápidas, às vezes dramáticas, com o aumento das tensões

go admite, bastaria analisá-lo em função do que ocorre efetivamente na prática internacional e verificar se o mesmo não estaria conduzindo a um certo congelamento de esteras de influências hegemônicas. Creio que ocorre um processo de interferências localizadas, tidas como toleráveis, desde que não ameacem a **détente** naquilo que ela tem de mais essencial, ou seja a disciplina da competição estratégica, consubstanciada nas conversações SALT. A **détente**, portanto, prevê, dentro de limites políticos, o emprego internacional da força. Prevê, ademais, um outro tipo mais sutil de interferência: a de atores transnacionais que parecem funcionar autonomamente e com objetivos próprios, não apenas nos momentos de crise, mas no dia-a-dia da política internacional. Por isso tudo, a **détente**, é, ainda, insatisfatória. Outra área de transformação de tensões está localizada na economia internacional. Não preciso lembrar as tensões econômicas entre os países desenvolvidos, nem as dificuldades históricas em superar a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Chamará a atenção, simplesmente, para o fato de que a capacidade de proporcionar soluções para o problema, evidenciada claramente na UNCTAD e em outros foros, não resultou na negociação de medidas efetivas, reais, que permitissem participação mais equitativa dos países em desenvolvimento na economia mundial. Neste sentido, não há como deixar de registrar com preocupação a atual situação das negociações internacionais econômicas. Decididamente, se observa, por parte dos países desenvolvidos, um comportamento insensível ao que se preconiza desde a década passada. As tendências protecionistas, a instabilidade cambial, a oligarquia dos foros decisórios são a antítese da doutrina do Grupo dos 77 e das fórmulas da UNCTAD. Em suma, a rapidez do processo de transformação econômica, a nível mundial, não conseguiu criar articulações que, acompanhando o processo, tornassem mais justo, mais equitativo na distribuição dos seus frutos. A própria expansão do sistema econômico mundial e de sua produtividade, entretanto, careciam dessa melhor distribuição.

Os problemas contemporâneos da diplomacia brasileira, tema central de nossa palestra, devem ser apreendidos tanto no contexto do sistema internacional vigente, quanto no plano das aspirações que tipo de conduta e moderação esse código internacional das Superpotências. Para descobrir que tipo de conduta e moderação para o comportamento — e efetivamente o é — como um código internacional das Superpotências, A **détente** tem sido apresentado a uma questão que poderia ser vista de forma deliberadamente, estou dando tratamento sintético a uma questão que poderia ser vista de forma abrangente e mais construtivas para o encaminhamento das tensões regionais.

Assim, o "fechamento" do debate internacional sobre a Paz é um dos fatores que explicam a resistência à superação de certos conflitos regionais. Não se pode, objetivamente, responsabilizar as Superpotências pelos variados conflitos regionais. Em boa medida, as raízes históricas e as causas da dinâmica desses conflitos encontram-se essencialmente em cada região considerada. Trata-se, porém, de ressaltar que a **détente**, como modalidade restrita ao relaxamento de tensões, impediu que se articulassem fórmulas alternativas, mecanismos mais abertos de encaminhamento do problema da Paz. E a minimização do objetivo global de Paz gera um amesquinçamento da possibilidade de fórmulas alternativas mais abrangentes e mais construtivas para o encaminhamento das tensões regionais.

A primeira dessas transformações tem que ver com o próprio núcleo da disputa Leste-Oeste: a construção da **détente**, que serve para aliviar a construção de virtuais entre as duas Superpotências. A **détente** é um processo que infelizmente nunca se completa. Não se completa em termos de sua dinâmica interna, já que, a despeito das negociações SALT, subsiste o quadro de tensão nuclear. Mais do que isto, a **détente** não se completa porque não permite gerar, a nível mundial, mecanismos efetivos e de participação ampla, que sirvam realmente ao esforço de fortalecimento da segurança mundial. No fundo, a **détente**, embora tenha sentido positivo, é também responsável direta pela aceitação de uma concepção minimalista dos objetivos do sistema internacional. Nessa concepção, baseada, ainda, no impasse estratégico, não se abre espaço para fórmulas mais permanentes de construir a Paz: o quadro mundial não se estabiliza de forma útil para o sistema internacional como um todo, e, ao contrário, contribui para agravar, estruturalmente, as tensões.

Para soluções dessas tensões.

lamente mecanismos eficientes, justos, abertos, o que é grave — sem que se construam parâmetros internacionais a nível político e econômico, e —

ções nacionais. Neste sentido, a primeira observação que devo fazer é a de que o quadro internacional "faz parte" do processo de formulação da política externa brasileira. Em que sentido? Inicialmente, o feito global da política internacional combina-se com o conjunto das aspirações brasileiras e leva necessariamente a uma consequência: a inevitabilidade da participação do Brasil na vida internacional. Pelo seu peso, pela confiabilidade do comportamento que historicamente tem demonstrado, pelos interesses que projeta internacionalmente, não há alternativa para o Brasil que não seja a de participar ativamente do jogo internacional, sem aceitar papéis para os quais não está preparado, mas sem refugar oportunidades e responsabilidades adequadas às suas circunstâncias nacionais.

A realização de interesses brasileiros passa pelo sistema internacional, e, portanto, no próprio processo de realização, há que se viver plenamente esse sistema, em sua presente instabilidade e na variedade de seus subsistemas, para que as opções adotadas sejam as mais adequadas ao cumprimento dos objetivos nacionais.

Como participar? Aqui, cumpre dividir esta exposição em dois tópicos. Primeiramente, falaria das premissas doutrinárias ou "filosóficas" que devem nortear a atuação externa e, em seguida, mais concretamente, das linhas gerais e setoriais da ação diplomática brasileira, com ênfase nas questões que, no momento, quase monopolizam as atenções.

A primeira linha de objetivos do país está ligada ao problema da Paz. De fato, o Brasil tem interesse fundamental em que prevaleçam condições de calma, tranquilidade entre as nações, em âmbito global e regional. Na medida de suas possibilidades práticas, tem sido este um vetor da atuação internacional do Brasil: o trabalho no sentido da remoção de tensões, do patrocínio da solução pacífica de controvérsias, buscando criar um ambiente internacional que facilite o seu próprio desenvolvimento e também o de todas as nações que lutam por alcançar melhores condições de bem-estar, e que, além disto, reflita o esforço de democratização no plano interno, centrado na convivência pluralista entre diferentes correntes de opinião. Deseja, portanto, o Brasil, que as relações internacionais se tornem mais

igualitárias e mais pacíficas, e que todos os países, mesmo os mais fracos, tenham condições de organizar-se com liberdade, desenvolver-se economicamente e defender seus direitos essenciais. A construção de uma Paz verdadeira não se coaduna com a perpetuação de presunções e esquemas hegemônicos em benefício de determinados Estados; supõe, isto sim, uma ordenação adequada das soberanias nacionais por meio da ampla satisfação dos fins construtivos que as legitimam.

A segunda dimensão doutrinária da atuação internacional brasileira tem a ver com a própria necessidade de desenvolvimento econômico, nosso e dos demais países em desenvolvimento. Não quero ligar, conceitualmente, paz e desenvolvimento, tarefa especialmente complexa. Nossa luta é para alcançar os dois. Uma pretensa hierarquia teórica entre economia e política não deve paralisar os esforços em favor da paz, em vista das "razões de miséria", nem tampouco se pode aceitar o adiamento do tratamento dos problemas econômicos, em função da "urgência" da solução desta ou daquela questão política. Estruturas políticas estáveis e pacíficas devem fornecer o encaminhamento do problema econômico, da mesma forma que a superação de desigualdades econômicas está na base da construção de uma paz estável.

Nesse plano, é necessário solidariedade entre os países em desenvolvimento. O próprio insucesso institucional aconselha o reforço da solidariedade entre os países em desenvolvimento, e exige sejamos criativos na formulação de modos próprios e eficazes de aproximação e cooperação horizontais e de mecanismos internacionais que favoreçam efetivamente o desenvolvimento.

É nesse contexto que se colocam as linhas básicas de atuação da diplomacia brasileira, definidas pelo Presidente João Figueiredo; são elas: o universalismo, a dignidade nacional e a boa convivência. Passo agora a examiná-las.

O universalismo é, antes de mais nada, uma exigência colocada pelo processo de mundialização do sistema internacional. O impacto dos acontecimentos internacionais, mesmo os aparentemente remotos, se transformou num dado do cotidiano. É necessário, assim, evitar que se sofra pas-

sivamente esse impacto. O primeiro passo para isto é o de abrir, amplamente, o espectro mental e globalizar a convivência internacional do país. A convivência universal é hoje a base, a partir da qual se pode controlar o modo de ligação do sistema doméstico com o internacional. O conhecimento que a convivência universal nos dá serve para prever e controlar o tipo de impacto da realidade internacional sobre a nacional. É, também, o caminho necessário para que se identifiquem os meios possíveis para agir e influir sobre essa mesma realidade internacional. No universalismo estão, portanto, fundados um sólido mecanismo de defesa do interesse nacional e a capacidade de projeção eficiente da diplomacia brasileira no mundo. O universalismo é essencial como instrumento de descoberta das oportunidades de atuação e dá um metro seguro para as linhas de ação da política externa.

A própria fluidez do quadro internacional, de que falei anteriormente, reforça a opção universalista. A complexidade e a dificuldade de encontrar opções óbvias, são fatores que indicam a necessidade de aproximação global com relação à realidade internacional e do encontro de caminhos próprios nessa realidade. A ampla presença internacional só favorece o encontro das melhores opções diplomáticas.

O universalismo, porém, não significa, apenas, uma dimensão formal de presença internacional do Brasil, nem, exclusivamente, uma regra sobre a eficácia da ação diplomática. O universalismo é componente interno aos objetivos de paz, que orientam a política externa brasileira. Um perfil universalista, para não ser um artifício, deve partir da aceitação da diversidade. Deve admitir a diferença de tendências, e entender que os laços sólidos entre países são construídos na plena percepção dessa diferença e, em certos casos, até com base nela. A política da construção da Paz internacional deve estar essencialmente articulada a partir de formas de conciliação e de convívio útil. E, nesse plano, a Paz e o Desenvolvimento se tocam.

Se o fenômeno da mundialização introduz a atitude universalista, o problema da fluidez da realidade internacional acentuará a necessidade de que a diplomacia se oriente pelo vetor da dignidade nacional. Num quadro fluido e complexo, é

fundamental que a atuação diplomática esteja permanentemente atenta ao cumprimento de aspirações nacionais e que não perca nunca de vista os seus princípios cardeais. Assim, em nosso esforço de convivência universal, a política externa se guia pela preocupação permanente com a independência nacional, pelo absoluto respeito aos princípios da igualdade soberana dos Estados, autodeterminação dos povos, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias.

Nossa adesão firme e clara a tais princípios, como sempre ocorreu com a diplomacia brasileira, tem corolário importante. Demonstra que o Brasil é parceiro confiável, que cumpre seus compromissos. E se estamos dispostos a cumprir plenamente nossos deveres internacionais, estamos também plenamente conscientes de nossos direitos. Não entendemos, nem aceitamos, qualquer regime internacional que restrinja nosso acesso ao que legítimamente precisamos para construir as bases de nosso desenvolvimento econômico e político.

Nesse quadro, falta referir o terceiro vetor: a vocação do Brasil à boa convivência internacional. Este vetor é fundamental, pois corresponde à transposição para plano da política externa de valores que, tradicionalmente, distinguem a sociedade brasileira. É por meio da boa convivência que, na prática, se realizam as propostas de universalismo e de dignidade nacional. A boa convivência é uma exigência da própria formação histórica e de características estruturais do Brasil. Nosso país faz parte, simultaneamente, do Mundo Ocidental e do Terceiro Mundo, e deve saber dialogar com igual proficiência e equilíbrio nessas duas esferas. A nossa personalidade cultural nos estimula a esse comportamento. Somos uma sociedade de cultura predominantemente ocidental, mas com forte conteúdo africano. O intercâmbio diário com os países que nos são vizinhos nos leva, pelo próprio exercício, ao permanente aperfeiçoamento da arte de conviver. Se a boa convivência exige, inicialmente, capacidade e vontade de dialogar, exigirá, também, e de modo decisivo, disposição para encontrar, nas relações concretas, formas que equilibrem os interesses que se colocam concretamente. Boa convivência é, portanto, respeito aos outros Estados, e certeza de que nesse respeito e na capacidade de conhecimento mútuo encontram-se os

fundamentos de modos harmônicos e mutuamente benéficos de relacionamento internacional.

Gostaria, ainda, de acrescentar uma qualificação importante. O respeito e a abertura para o diálogo não implicam, de forma alguma, alienação do interesse nacional. Ao contrário, seguramente são formas mais eficientes de conseguir os objetivos colocados pelo interesse nacional. E, quando vemos os traços do comportamento contemporâneo de certos países industrializados, fica claro que parece ainda não terem compreendido claramente essa distinção singela. Preferem, então, tentar garantir interesses de curto prazo, sem entender a necessidade de concessões, nas negociações econômicas, de respeito às diversidades de níveis de desenvolvimento, etc. Com isto, mal percebem que até sacrificam seu interesse nacional. As atuais e perigosas formas de egoísmo nacional freqüentemente encobrem apenas interesses localizados e setoriais e devem ser substituídas por formas amplas de distribuição dos benefícios do enriquecimento mundial, com efeitos multiplicadores para todos. Não há alternativas à "boa convivência": os problemas mundiais são complexos e graves para admitir soluções que sirvam a interesses pequenos, que pretendam esquecer o movimento histórico e a necessidade de participação sentida profundamente de Norte a Sul do planeta.

linhas de ação setoriais

Como indiquei, já se desenham, hoje, modos peculiares de relacionamento brasileiro com os diversos sistemas regionais, o latino-americano e o interamericano, o africano, o dos ocidentais desenvolvidos, o dos países socialistas, o asiático, o do Oriente Médio. Da mesma forma, vai o Brasil se colocando diante de temas de interesse global, como o desenvolvimento, a energia e a cooperação internacional no campo da ciência e da tecnologia.

Na verdade, em termos concretos, a determinação das opções políticas deve identificar, país a país, as perspectivas de intensificação de relacionamento, que é a forma correta dos encontros de vantagens mútuas. Aliás, a descoberta de modos equilibrados de relacionamento realmente afasta da agenda diplomática brasileira quaisquer perspectivas de hegemonia ou de pretensões des-cabidas.

Em linhas gerais, que são as desta palestra, devo indicar que continuará a diplomacia brasileira a dar atenção especial ao nosso relacionamento com os nossos vizinhos americanos e africanos. Há, além disso, vastos espaços diplomáticos a aproveitar na Ásia e Oriente Médio. E, com os países desenvolvidos, tanto na América do Norte, quanto na Europa, procuraremos intensificar o relacionamento tradicional, buscando sempre formas que sejam verdadeiramente úteis no sentido de assegurar-lhe equilíbrio.

Infelizmente, dadas as limitações de tempo, não poderei, hoje tratar como gostaria, de forma concreta e específica, todos os quadros regionais e temáticos da atuação diplomática brasileira. Selecionei, então, motivado por razões estritamente conjunturais, duas dimensões do relacionamento externo brasileiro, a latino-americana e a relativa à temática da situação energética internacional. Com isto, poderei abordar questões, como a da crise da Nicarágua e do problema do petróleo, que se tornaram especialmente candentes nestes últimos meses.

1. américa latina

O Brasil é membro ativo da comunidade latino-americana, não só em razão de sua inserção geográfica, mas também devido a que comungamos valores e aspirações, cultura e história. Essa base já é suficiente para definir a primeira dimensão da presença brasileira na América Latina.

A América Latina gerou uma série de princípios de convivência internacional, hoje consagrados juridicamente, que norteiam a convivência inter-americana, e muito influenciaram os princípios gerais da própria Carta das Nações Unidas. Servem tais princípios, como a não-intervenção, a igualdade soberana dos Estados, o respeito aos tratados, a solução pacífica das controvérsias, a renúncia ao uso da força nas relações internacionais, o repúdio a hegemonias, etc., também para definir, como vimos, uma atitude universal de ação diplomática, que por sua vez, encontra lastro na própria presença latino-americana do Brasil e é nesse sentido, portanto, autêntica. **Nossa primeira atitude, comum à dos demais países latino-americanos, é de defesa desses princípios, e, mais do que isto, de esforço permanente para**

que sejam reforçados e ampliados. E isto por duas razões básicas. Em primeiro lugar, servem para garantir a estabilidade das relações internacionais latino-americanas. Não deixam de existir no Continente zonas de atrito, razões de dissidência, mas o que também tem ocorrido é uma extraordinária capacidade de encaminhar soluções para tais questões. Enfim, os princípios não vivem exclusivamente no mundo do direito, mas também no âmbito da própria cultura latino-americana, e, destarte, garantem a eficácia da proposta jurídica. Além disto, a defesa dos princípios é, em si mesma, um fator adicional de coesão latino-americana e, como tal, um instrumento importante na defesa contra pretensões externas à região.

Mas, ao lado desses princípios "estabilizadores", não devem ser esquecidos os "mobilizadores", voltados essencialmente para a construção de uma ordem melhor, radicados, portanto, no futuro. A contribuição latino-americana para o entendimento e reversão dos mecanismos internacionais de cristalização dos modos de distribuição de poder e de riqueza é decisiva. Ademais, a América Latina tem demonstrado, de formas variadas, uma importantíssima capacidade de inovar em termos de cooperação horizontal, entre países em desenvolvimento. Reconheço, neste campo, que os esforços estão ainda no limiar. Há muito que fazer em termos de ampliação dos mecanismos de cooperação e há muito que fazer em termos de aprofundar os contactos entre os países e os povos da América Latina. Mas os exemplos da cooperação estão plantados; o ideal de integração ainda está vivo, e nosso caminho é o do aprofundamento do processo de aproximação. O Tratado sobre a Cooperação Amazônica, para só citar um exemplo, é prova de nossa capacidade de iniciativa, da capacidade de criar da diplomacia latino-americana, e portanto, deve ser, antes de mais nada, um instrumento para fortalecer a confiança em nós mesmos, latino-americanos, em nossa capacidade de encontrar em nosso próprio meio soluções para os nossos problemas.

Gostaria agora de mencionar, ainda no quadro latino-americano, certas questões específicas. Inicialmente, desejo me referir ao relacionamento do Brasil com a Argentina. Como se sabe, a Argentina é um dos nossos mais importantes parceiros não só no âmbito da América Latina, mas tam-

bém se pensarmos nas dimensões mundiais de nosso processo de relacionamento exterior. Falo aqui tanto dos números do relacionamento, quanto da sua qualidade e abrangência. Tudo leva, portanto, à idéia de que a melhor política é a de incentivar os contactos já densos que mantemos. E, não será outra a linha do Itamaraty. Cremos, aliás, que a solução do problema de Itaipu poderá contribuir significativamente para adensar nosso relacionamento com a Argentina, e estamos perfeitamente abertos ao diálogo e à cooperação. O diálogo não é evidentemente uma forma de alienação dos interesses brasileiros, ou dos interesses argentinos, mas mecanismo adequado para compô-los, quando houver divergência. No caso de Itaipu, tenho certeza de que a composição é possível e servirá às melhores aspirações dos dois países.

Ainda na América do Sul, outras linhas de ação podem ser divisadas. Pretendemos intensificar o tradicional relacionamento que mantemos com o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia e o Chile. Devo salientar o processo de aproximação com o México e a Venezuela, países que adquirem relevância crescente, em termos quer regionais, quer mundiais. O relacionamento do Brasil com esses países, e ainda com os demais vizinhos latino-americanos, sofre com as distorções derivadas dos modos verticais e estanques de organização da vida latino-americana que herdamos do tempo colonial. Hoje, se temos esboçado um quadro para a cooperação, ainda falta muito para dar a desejável operacionalidade a esse quadro. Neste sentido, deverá atuar a diplomacia brasileira, consciente de que, desse modo, tornará mais equilibrada e mais real não só a presença do Brasil na América Latina, mas também o próprio cenário político latino-americano.

Ainda este mês visitarei Caracas. A visita vem sendo preparada há muito tempo embora só anunciada ontem. Em conjunto com com o Chanceler Zambrano terei a oportunidade de passar em revista a evolução da situação internacional e regional. Minha visita marcará, também, a abertura dos trabalhos da Comissão de Coordenação Brasil-Venezuela, que cobre toda a pauta econômica, comercial, cultural, científica e técnica das relações entre os dois países. Desta forma, estarei dando curso a um processo de aproximação que, só este ano, já trouxe o Chan-

celer venezuelano duas vezes ao Brasil: a primeira delas quando aqui esteve em missão de boa-vontade antes mesmo de assumirem seus encargos os dois novos Governos, brasileiro e venezuelano, e a segunda, por ocasião das solenidades de posse do Presidente João Figueiredo.

Um esforço similar deverá ser feito junto aos países amazônicos, o Equador, a Colômbia, as Guianas, o Suriname, o Peru. Dos países mencionados, cinco — Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela — integram o Grupo Andino, com o qual o Brasil mantém excelentes relações.

Ainda em maio último, o Presidente Figueiredo endereçou mensagens aos Chefes de Estado presentes à reunião comemorativa do décimo aniversário do Acordo de Cartagena, que constituiu o Grupo Andino.

É chegada a hora não só de amoldarmos o processo de integração às realidades econômicas do momento presente, mas também de arejá-lo, politicamente, descontraí-lo de forma que possa recolher o amplo e decidido apoio dos povos latino-americanos.

A América Central e o Caribe também são áreas às quais a diplomacia brasileira deve dedicar crescente atenção. Com feitiços peculiares, as duas áreas devem ser melhor conhecidas no Brasil, para que, inclusive, possam ser dimensionados, com maior precisão, os modos de relacionamento que devemos ter com os países dessas regiões.

Finalmente, gostaria de referir-me à questão da Nicarágua. Dois são os vetores que orientam o Brasil: a adesão ao princípio da não-intervenção e a necessidade de que os organismos interamericanos busquem permanentemente exercer sua vocação para o encontro de soluções pacíficas e consensuais, diante de casos concretos que possam ameaçar a paz regional. Ao mesmo tempo, uma análise factual revelou que a capacidade de influência direta sobre os atores do drama da Nicarágua se dividia entre os Estados Unidos da América, no que se referia a Somoza, e os andinos, Panamá e Costa Rica, no tocante às oposições. O Brasil sempre tivera relações corretas com a Nicarágua, sem imiscuir-se diretamente nos seus assuntos internos. Embora nosso interesse fosse constante e nossa relevância no contexto in-

teramericano geral indisfarçável, cabia-nos manter consultas com os países acima mencionados e atuar com vistas a uma resolução política de ampla base consensual.

Para atuar, preocupou-se o Governo brasileiro em buscar um diagnóstico seguro da situação nicaragüense. Chegou-se à conclusão de que o Governo Somoza perdera o controle político do país, e a sua permanência no poder passara a depender exclusivamente do uso da força em larga escala. As conseqüências dramáticas da situação, com o desencadeamento de violência irrefreável, são conhecidas de todos. As imagens da tragédia nicaragüense, a rigidez de Somoza, abalaram a opinião pública internacional e regional.

Essa situação teve duas conseqüências internacionais importantes. Em primeiro lugar, abriu oportunidades, diante do desassossego crescente na região, para tentativas de intervenção unilateral, que, caso efetivadas, poderiam criar traumatismos permanentes e, a curto prazo, dificultar a busca de soluções políticas para o conflito. O risco para a paz na região era evidente. Diante disso, e aqui falo da segunda conseqüência internacional da tragédia, tornou-se necessária uma ação cuidadosa da comunidade interamericana, através da OEA, para que, evitando atitudes indesejáveis, e reconhecendo o fato de que Somoza deixou de ser elemento válido para a solução política da crise, propusesse um caminho útil e viável para o encaminhamento de soluções.

A resolução votada a 23 de junho pela XVII Reunião de Consulta da OEA atende perfeitamente a tais objetivos. De fato, ao caracterizar "a conduta desumana do regime ditatorial imperante" na Nicarágua como "a causa fundamental da dramática situação que atravessa o povo nicaragüense" e ao afirmar que a solução dessa crise deve inspirar-se entre outros fatores, na "substituição imediata e definitiva do regime somozista", colocou o Governo Somoza em situação de ilegalidade declarada. E, o que é mais importante, abriu espaço para que se tente uma negociação política. Isto se deve, sobretudo, ao fato de que a resolução da XVII Reunião de Consulta está baseada em amplo consenso interamericano, fator rigorosamente necessário para o êxito de uma solução política.

Em conseqüência da resolução, julgou o Governo brasileiro necessário adotar atitude que indicas-

se claramente seu apoio à mesma e que pudesse facilitar a sua implementação. Daí, a decisão de suspender relações diplomáticas com o Governo Somoza e a conseqüente retirada do Embaixador brasileiro de Manágua. Cabe lembrar que não tendo particular influência junto a Somoza, a Embaixada não seria eficaz para gestões políticas próprias da situação e que, por outro lado, a tarefa de proteção a brasileiros se esgotara.

Com essa atitude, o Governo brasileiro, além de tirar as conseqüências políticas da resolução, adquiriu plena liberdade para contribuir, na medida em que houver interesse e possibilidade, para os esforços que vêm sendo desenvolvidos por diversas chancelarias latino-americanas. O objetivo desses esforços é permitir que a Nicarágua possa se refazer da tragédia com a instauração de um Governo que represente amplo consenso nacional e que incorpore as forças democráticas e representativas de seu sofrido povo. Desde já, o Brasil se dispõe a prestar os auxílios de ordem humanitária que tiver a seu alcance para que sejam atenuadas as dramáticas conseqüências da guerra civil que ainda abala nosso vizinho centro-americano.

2. energia

Também devido às limitações de tempo, meus comentários sobre o problema energético internacional se dirigirão basicamente à questão do petróleo e de forma muito genérica.

O suprimento internacional de energia transformou-se, sobretudo a partir das reiteradas altas dos preços internacionais do petróleo, em um dos problemas mundiais mais cruciais e que necessita atenção e tratamento prioritário. A recente decisão da OPEP, em 28 de junho último, de aumentar os preços daquela matéria-prima para uma média de cerca de US\$ 21 dólares por barril dá bem a medida da seriedade e magnitude do problema, pois poderá acarretar, segundo os órgãos técnicos, uma despesa, em 1980, pelo Brasil, de aproximadamente US\$ 7,5 bilhões de dólares.

Em seu pronunciamento de abertura da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, no dia 4 último, o Senhor Presidente da República forneceu à Nação um quadro da situação ener-

gética brasileira, à luz da conjuntura internacional, e destacou a urgência e prioridade de serem tomadas medidas que possam contrabater eficazmente os efeitos negativos das altas de preços do petróleo para a economia brasileira.

No plano diplomático, o Itamaraty aportará sua contribuição à tarefa de buscar superar essa conjuntura desfavorável e seu conseqüente impacto sobre nosso processo de desenvolvimento. Dentro de sua área de competência, a diplomacia brasileira redobrará seus esforços com vistas a contribuir sobretudo para:

- a) criar clima favorável à discussão realista da questão energética quer no plano bilateral, quer no multilateral, evitando recriminações desnecessárias;
- b) intensificar relações com os países que nos têm assegurado o suprimento em momentos críticos do mercado internacional;
- c) assegurar garantia continuada de suprimento, de forma a evitar a necessidade de recurso ao mercado livre;
- d) criar a receptividade política para a utilização das mais variadas fontes de suprimento dos países produtores da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, preservadas as características comerciais das operações de compra de óleo;
- e) obter as melhores condições possíveis de suprimento à luz da expressão como maior importador dentre os países em desenvolvimento, buscando salientar as singulares condições em que o Brasil se insere no mercado mundial; e
- f) buscar harmonizar as compras brasileiras de petróleo com o desenvolvimento de novas oportunidades de expansão de nosso comércio exterior.

No plano multilateral, na sua condição tanto de país em desenvolvimento, quanto de país duramente afetado pela alta dos preços do petróleo, o Brasil participará ativamente das discussões na matéria.

Em tal contexto, a atitude dos países industrializados é fundamental e essa responsabilidade se acha precisamente consubstanciada na maior capacidade desses países de influir sobre os destinos da economia mundial, hoje abalada, também, por outros graves problemas, como a inflação e os constantes desequilíbrios monetários. Infelizmente, não se chegou, até agora, a um entendimento global que permita resolver quaisquer desses problemas.

Os principais países industrializados continuam a buscar soluções de natureza e alcance limitados. Ainda recentemente, em Tóquio, logo após à reunião da OPEP, os países industrializados voltaram a se reunir, para deliberar sobre problemas do interesse mundial. Como não podia deixar de ser, o tema da energia predominou. As conclusões de Tóquio não são animadoras, com relação tanto à questão energética quanto ao relacionamento Norte-Sul. Pelas informações disponíveis, as conclusões de Tóquio ainda não constituem base sólida que possa evitar novos desequilíbrios na situação do mercado mundial. Sobre a questão energética, as decisões principais consistiram, em linhas gerais, no estabelecimento de metas autolimitativas de importação de petróleo e em recomendações, não especificadas em maior profundidade, sobre o aproveitamento e desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Só a execução rigorosa dessas decisões, nem sempre permitidas pelas conjunturas internas, poderá ter algum efeito.

O relacionamento Norte-Sul, por sua vez, recebeu, em Tóquio, tratamento marginal. Evitaram os principais países industrializados enunciar qualquer medida em favor dos países em desenvolvimento. Aproveitando os contornos dramáticos da atual situação energética mundial, e apontando o caráter "global" dos problemas atuais em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento, os países industrializados declararam que tais problemas só podem ser resolvidos por meio de "responsabilidade e parceria compartilhada", com o que rejeitam, implicitamente, a dimensão do desequilíbrio nas relações Norte-Sul, e as resultantes pressões no sentido de que atendam às conhecidas reivindicações do mundo em desenvolvimento.

Estamos, pois, diante de uma situação extremamente complexa e grave. No plano internacional,

não existem soluções fáceis para o problema. A agenda de trabalho, a nível tanto bilateral quanto multilateral, exigirá ação persistente e ampla por parte do Brasil. Creio que estamos preparados para enfrentá-la e não fugiremos à nossa contribuição neste momento difícil.

considerações finais

Antes de encerrar, desejaria fazer duas observações. A primeira tem que ver com o encontro do processo de política interna com a formulação da política externa. A abertura democrática, que vem sendo conseguida firmemente pelo Presidente Figueiredo, tem evidentes implicações para a política externa. Não há dúvida de que a diplomacia brasileira sempre procurou formas de ação que, superando conjunturas partidárias, representassem com fidelidade o interesse do conjunto da Nação. Creio mesmo que uma das razões de certo peso diplomático do Brasil, e o respeito que o Itamaraty tem como instituição, nasce exatamente da coerência desse esforço. A sociedade brasileira compreendeu sempre a direção da política externa e procurou apoiar o Governo na projeção internacional do país. Quero deixar claro, porém, que, no próprio processo de criar consenso, reconhecemos a inevitabilidade do dissenso. Será mais forte o consenso se criado num quadro amplo de franquias democráticas, e, por isto, o Itamaraty, como instituição, está certo de que a abertura política servirá com proveito à política externa. Estamos preparados para aceitar o debate sobre política externa, debate esse que, de uma forma ou de outra, sempre existiu. Tenho a certeza de que, com o debate, não haverá abalo na confiança que a nação deposita em sua política externa. Faço questão, também, de indicar que não é esta uma atitude retórica. Ao contrário, a capacidade de resposta democrática, de aceitação das propostas que visem consistentemente ao interesse nacional, a ponderação de sugestões devem fazer parte do metabolismo institucional do Itamaraty. É nosso instrumento de participação democrática no Brasil.

Chego, agora, à segunda observação, com a qual terminarei minha palestra. Volto ao começo, e à minha menção da complexidade do quadro internacional contemporâneo. Não devemos ter ilusão

quanto ao futuro. Será certamente ainda mais complexo, ainda mais rápido o processo de transformação do sistema internacional. Igualmente, será ainda maior a agenda que terá que enfrentar a diplomacia brasileira, maiores serão as responsabilidades internacionais do país, maiores serão as responsabilidades da diplomacia no processo de desenvolvimento econômico e político do Brasil. Precisamos, por isto, de uma diplomacia ágil enquanto instituição, capaz de entender, com flexibilidade e rapidez, as mudanças da cena internacional e da cena nacional. Uma diplomacia capaz de sintonia imediata com os mandamentos do interesse nacional, e com as formas de sua realização no sistema internacional. Uma diplomacia que saiba adaptar-se ao que os brasileiros esperam dela. Uma diplomacia que fuja aos caminhos de pretensão hegemônica, que fuja à repetição dos vícios que marcaram historicamente o comportamento das Potências, mas que, ao mesmo tempo, tenha plena capacidade para entender corretamente a dimensão internacional da presença brasileira no mundo.

primeira reunião da comissão mista brasil-austrália

Discursos do Secretário-Geral das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, e do Secretário-Adjunto do Ministério de Comércio e Recursos Naturais da Austrália, Paul H. Barratt, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 18 de julho de 1979, por ocasião da sessão de abertura da primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Austrália.

BAENA SOARES

É com grande satisfação que, em nome do Governo brasileiro, dou as boas-vindas a Vossa Excelência e sua delegação. O nosso encontro atesta, de modo eloqüente, que o Brasil e a Austrália entraram definitivamente em novo estágio de relacionamento e cooperação. Não há distância geográfica que a convergência de vontades não vença; nem diferença de perspectivas que o diálogo não aproxime.

A visita de Vossa Excelência dá continuidade aos entendimentos iniciados entre nossos Governos em 1977, que culminaram com a assinatura em Camberra do Acordo Comercial, em fevereiro de 1978. A ampla gama dos resultados então alcançados constitui demonstração inequívoca das potencialidades da nossa cooperação bilateral.

Vale a pena recordar, para bem caracterizar o significado do Acordo Comercial Brasil-Austrália, as palavras pronunciadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, então Secretário-Geral, quando assinou em nome do Governo brasileiro aquele Acordo:

“É recompensador saber que esse documento transcende, em muitos aspectos, ao acordo comercial bilateral clássico. Ao contrário da prática tradicional, não estamos tentando disciplinar o fluxo de comércio bilateral; na realidade, empenhamo-nos, agora, para criar, em bases significativas, um fluxo de comércio inteiramente novo, que estará baseado em enorme potencial para trocas proveitosas”.

Criada pelo Acordo Comercial de 1978 para assegurar a consecução dos objetivos desse instrumento, a Comissão Mista Brasil-Austrália celebra agora sua primeira reunião, no prazo previsto no Acordo, como prova do empenho de ambos os Governos em promover “o fortalecimento, expansão e diversificação das relações comerciais, econômicas e de intercâmbio entre os dois países, em bases eqüitativas e mutuamente vantajosas e dentro de uma perspectiva de longo prazo”.

No curso desta reunião, procederemos conjuntamente a uma avaliação geral da situação e das perspectivas do comércio bilateral, examinando os diferentes itens das exportações — atuais e potenciais — brasileiras para a Austrália e australianas para o Brasil. Procuraremos identifi-

Primeiramente, permitam-me exprimir em nome da Delegação australiana nossos sinceros agradecimentos por suas gentis palavras de boas-vindas, e o prazer de todos nós de ter a oportunidade, na verdade a honra, de estar aqui em Brasília, para a reunião inaugural da Comissão Mista, criada nos termos do Acordo Comercial. Emprego a palavra "honra" porque acredito, como suas observações iniciais claramente demonstram, que estamos começando hoje uma aventura muito estimulante e importante — a tarefa de dar sentido real ao desenvolvimento das relações econômicas comerciais entre nossas duas nações, e de encorajar um maior entendimento de nossos respectivos objetivos e aspirações.

A assinatura do Acordo Comercial em fevereiro de 1978 foi descrita pelo Vice-Primeiro Ministro australiano e Ministro de Comércio e Recursos Naturais, Senhor Anthony, como um marco no desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre a Austrália e o Brasil.

O Senhor Anthony declarou que via na sua conclusão um claro indicio da vontade política de ambos os governos de trabalharem juntos para aprofundar e ampliar as relações econômicas e comerciais entre nossos dois países.

É com este espírito que procedemos à primeira Reunião da Comissão Mista. O Acordo significa muito mais do que simplesmente a formalização de nossas relações comerciais. Prové um quadro no qual, através de nossas discussões na Comissão Mista, podemos trabalhar juntos no sentido de estimular o desenvolvimento da maior expansão do intercâmbio bilateral e da cooperação econômica, comercial, industrial e tecnológica (inclusive investimentos) entre as empresas e organizações interessadas dos nossos dois países.

Na troca de cartas havida entre os Ministros das Relações Exteriores quando da assinatura do Acordo Comercial, admitiu-se que, apesar do que se fez no sentido de estreitar as relações econômicas e comerciais entre nossos dois países, nos últimos anos, o pleno potencial do relacionamento está longe de ser alcançado. Nessa troca de cartas, os Ministros reconheceram que as diferenças da população e dos mercados de consumo dos nossos dois países e das reservas de recursos naturais deveriam constituir uma base para um relacionamento fundamentado na complementa-

Sua Excelência, Senhor Secretário-Geral, Ministro Azambuja; ilustres membros da Delegação brasileira.

PAUL BARRATT

Dentro desse espírito, se processará nosso trabalho na Comissão Mista. Vossa Excelência verificará que somos abertos ao diálogo, francos nas negociações e leais no cumprimento das obrigações assumidas. O resultado final desse intercâmbio refletirá, sem dúvida, a maturidade que em tão pouco tempo alcançou nosso relacionamento.

A intensificação do intercâmbio e da cooperação entre nossos países é uma decorrência desses fatores. Agora que as potencialidades do nosso relacionamento bilateral começam a se materializar, é nossa obrigação estimular ainda mais o aprofundamento dos interesses comuns.

laborar proveitosamente um com o outro. Muitas das carências setoriais nos permitem colaborar proveitosamente um com o outro. O Brasil e a Austrália são países ricos em recursos, tanto humanos quanto naturais, que oferecem a viabilidade de nosso contínuo desenvolvimento. Não somos auto-suficientes e justamente as carências setoriais nos permitem colaborar proveitosamente um com o outro.

A intensificação do intercâmbio e da cooperação entre nossos países é uma decorrência desses fatores. Agora que as potencialidades do nosso relacionamento bilateral começam a se materializar, é nossa obrigação estimular ainda mais o aprofundamento dos interesses comuns.

Deve ser ressaltado o alcance da decisão de nossos Governos de estender por 10 anos o período inicial da aplicação desse Acordo. Pelas características de nossas economias, baseadas na livre iniciativa, esse prazo assegura às empresas de ambos os países horizonte adequado para o planejamento e a execução das atividades que consolidam nossas relações econômicas e comerciais, além de criar perspectivas para negociações de contratos de suprimento a longo prazo.

A parceria econômica entre o Brasil e a Austrália não foi simples decorrência de trocas comerciais aleatórias, mas, ao contrário, nasceu da previsão consciente de ambos os Governos. O instrumento firmado antecipou e propiciou a liberação de energias criadoras para um intercâmbio mutuamente benéfico.

ridade que muito deveria contribuir para o desenvolvimento de setores econômicos específicos em ambos os países.

Ambas as Partes devem reconhecer que, no atual estágio, o comércio entre nós é de pequena monta comparado com a totalidade de nosso comércio com os mercados mundiais. Isto, porém, não representa a importância potencial do comércio bilateral. O Brasil tem uma grande população e, com razoável acesso, é um mercado potencialmente importante para a Austrália. Por outro lado, a Austrália tem uma pequena população, com uma alta renda *per capita* e um razoável grau de industrialização; o que significa que a Austrália pode ser importante para o Brasil. Ao mesmo tempo tem havido, até recentemente, uma relativa falta de contato entre os dois países, por razões tais como distância, o que aumenta o custo e o tempo de viagem. Há, portanto, uma clara necessidade, para nós, de trabalharmos juntos para concretizar o potencial existente a fim de aumentar o comércio bilateral.

Vemos uma necessidade de ambos os países examinarem de perto áreas de cooperação econômica, comercial, industrial e tecnológica. De nossa parte sugerimos o desenvolvimento mineral e agrícola como áreas que a Austrália gostaria de ver exploradas inicialmente. Essas são áreas nas quais a Austrália tem desenvolvido especial tecnologia durante um longo período, e é nosso sentimento que parte dessa experiência pode ser benéfica para o Brasil e que a experiência brasileira em conduzir seu desenvolvimento reverterá em nosso benefício.

Manifestamos a nossa satisfação em que esteja em curso a colaboração no tocante a pesquisas agrícolas entre os órgãos pertinentes em ambos os países e esperamos que esta colaboração possa ser expandida. Esperamos também que esta colaboração se possa estender a áreas tais como a produção de álcool de açúcar e outros produtos — campo em que o Brasil lidera o mundo com sua tecnologia.

Propusemos que seja iniciado um intercâmbio de informações acerca de produção, metas, etc., para produtos básicos agrícolas, conforme previsto no Acordo e consideramos esse intercâmbio como sendo importante para produtos de interesse para a economia dos dois países.

Reconhecemos a importância que o Brasil atribui aos assuntos referentes a transporte como fundamentais para o desenvolvimento do comércio entre os nossos dois países e incluímos em nossa delegação um representante do nosso Ministério de Transportes a fim de que as conversações sobre temas de transporte marítimo possam ser levadas adiante. Conforme o acordo entre os Ministros de Transportes de ambos os países, admitem-se gestões da outra parte para conversações e consultas sobre os serviços marítimos, sempre que for necessário.

Gostaríamos de assistir a um fluxo de investimentos entre nossos dois países e julgamos fundamental para esse intercâmbio que as diretrizes de ambas as Partes sejam analisadas e compreendidas. De nosso lado, teremos prazer em levar ao conhecimento das empresas australianas quaisquer oportunidades de investimento no Brasil que nos queiram indicar. Esperamos também que as empresas e entidades brasileiras sejam incentivadas a contemplar a possibilidade de investimentos na Austrália.

Esperamos, igualmente, e creio que esta é uma área importante, poder intercambiar idéias a respeito da evolução do comércio internacional. Estamos trabalhando conjuntamente no sentido de alcançar metas comuns no comércio internacional e exercemos ambos influência nas consultas internacionais sobre o comércio de produtos de base, e em foros internacionais, tais como o GATT e a UNCTAD.

Por essas observações, Vossa Excelência verá que estamos procedendo à tarefa da Comissão Mista com o mesmo espírito que os Senhores, e tenho a certeza de que nos encontrarão igualmente francos, abertos ao diálogo e fiéis aos nossos compromissos. Esperamos que a discussão dos assuntos que nos aguardam nos próximos dois dias nos conduza a uma melhor compreensão das práticas e políticas comerciais de ambos os países e que sejam identificadas as áreas de potencial crescimento do comércio, da cooperação industrial e técnica e dos investimentos.

Encaramos, assim, essas discussões e seus resultados como fundamentais para o futuro comércio e o desenvolvimento das relações econômicas e cooperação entre nossos dois países.

ata final da primeira reunião da comissão mista brasil-austrália

Ata Final da primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Austrália, assinada no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 19 de julho de 1979, pelo Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores, Marcos Castrioto de Azambuja, e pelo Secretário-Adjunto do Ministério de Comércio e Recursos Naturais da Austrália, Paul H. Barratt.

Nos termos do Acordo Comercial firmado entre os dois países, realizou-se em Brasília, em 18 e 19 de julho de 1979, a 1ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Austrália.

2. A Reunião foi aberta pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador J. C. Baena Soares, que, em breve alocução, congratulou-se com o início da implementação efetiva da Comissão Mista e realçou a importância do Acordo para o crescimento do comércio bilateral (Anexo 1). Em resposta, o Chefe da Delegação australiana, Senhor Paul Barratt, Secretário-Adjunto do Ministério de Comércio e Recursos Naturais, indicou que a Comissão Mista estava empreendendo a importante tarefa de dar real impulso ao desenvolvimento das relações econômicas e de comércio total entre as duas nações (Anexo 2).

3. A Delegação do Brasil foi presidida pelo Ministro Marcos Castrioto de Azambuja, Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores. Os demais membros de ambas as Delegações constam da lista de participantes (Anexo 3).

4. Os temas tratados na reunião cobriram todos os itens da Agenda previamente acordada (Anexo 4).

5. Abriram-se os trabalhos com um amplo exame dos objetivos do Acordo Comercial e dos termos de referência da Comissão Mista. A esse respeito, as duas Delegações convieram em que a Comissão Mista deve manter um enfoque abrangente e global dos objetivos que lhes são atribuídos pelo Acordo Comercial. Foi salientado que o Acordo Comercial procura criar condições que permitirão um intercâmbio crescente em diferen-

tes setores de cooperação e a criação de novos fluxos de comércio. Nesse sentido, as duas Delegações reiteraram sua vontade política em concorrer para a progressiva realização dos objetivos do Acordo.

6. A Reunião fez uma avaliação do atual estágio do comércio bilateral e de suas perspectivas futuras de crescimento. Nesse contexto, ambas as Delegações notaram com satisfação que o volume e valor totais das trocas, particularmente das exportações brasileiras, haviam crescido de modo significativo nos últimos anos, favorecendo desta forma o relacionamento bilateral.

7. A Delegação brasileira declarou que, na expectativa de uma expansão ainda maior da venda de seus produtos para a Austrália, julgava ser auspicioso que o mercado australiano já seja um dos principais importadores de alguns produtos brasileiros, como rum, aparelhos de barbear, peças para máquinas de fabricar papel, objetos de decoração de porcelana e tecidos de algodão. Nesse contexto o lado brasileiro observou que a pauta de exportações brasileiras para a Austrália era bastante diversificada e — sendo dependente da demanda do setor privado — está, conseqüentemente, sujeita às flutuações econômicas naquele setor.

8. O lado australiano, por sua vez, observou que o contínuo crescimento do parque industrial brasileiro propiciava um aumento da demanda de insumos que a Austrália estaria capacitada a oferecer em termos competitivos, notadamente o carvão e metais não-ferrosos. A Delegação australiana manifestou a expectativa de que, no futuro, os produtos manufaturados poderiam constar mais substancialmente dos fluxos de comércio.

9. Reconhecendo a importância do comércio externo para a economia de ambos os países, a Comissão manifestou a sua disposição de estudar, em um clima construtivo de mútua compreensão e cooperação, as possibilidades de atenuar os fatores adversos que afetam o comércio bilateral e levar em consideração, segundo suas respectivas políticas e legislação, medidas que estimulem uma expansão harmoniosa do comércio. A esse respeito, a Comissão Mista passou em revista as políticas comerciais e industriais de ambos os países.

10. Com relação ao Artigo V (c) do Acordo Comercial, relativo à troca de informações sobre produtos de importância para os dois países, as duas Delegações convieram em iniciar essa troca no setor de produtos agrícolas. As duas Delegações trocaram pontos de vistas acerca dos desenvolvimentos ocorridos no comércio internacional de produtos de base, com especial referência aos problemas relativos ao Acordo Internacional do Açúcar, e registraram a utilidade de consultas realizadas entre os dois Governos sobre uma ampla gama de assuntos concernentes a produtos de base.

11. A Comissão Mista examinou em profundidade o desempenho das exportações de ambos os países e as possíveis áreas de expansão.

12. No tocante às exportações australianas, foram realizadas discussões proveitosas sobre areias minerais e sobre metais e concentrados não-ferrosos (cobre, chumbo, zinco, alumina, alumínio e níquel). A Delegação australiana manifestou a sua satisfação com as informações sobre estes minerais fornecidas pelo Brasil. A Delegação brasileira identificou possibilidades no mercado brasileiro para alguns produtos de aço, cujo fornecimento poderia interessar à Austrália. Aludiu, outrossim, aos planos para a importação de carvão, e registrou as potencialidades de participação australiana no fornecimento do carvão, desde que se possam propiciar condições satisfatórias de transporte.

13. A Delegação brasileira mencionou, igualmente, as necessidades brasileiras de importação de malte e, a este respeito, a notícia da redução gradual do sistema brasileiro de depósitos prévios até 1983 foi acolhida com agrado. Manifestou

também o seu interesse na importação de sementes para pastagens; discutiram-se problemas de quarentena relacionados à importação de sementes para pastagens e, a este respeito, a Delegação australiana antecipou o envio de um relatório técnico. Reconheceu-se a existência de possibilidades para o aumento dos níveis existentes de intercâmbio agrícola entre os dois países. A Delegação brasileira registrou a recente decisão do Governo australiano no tocante à suspensão parcial da proibição da exportação de carneiros da raça Merino. Com relação aos produtos básicos de interesse para a Austrália, foi acordado que era limitado o potencial do trigo e de laticínios. A solicitação australiana no sentido da antecipação, na medida do possível, da notificação quanto às quotas anuais brasileiras de importação de lã foi discutida e sugerido um contato do lado brasileiro. A Delegação australiana indicou que acolheria com agrado uma visita por parte de autoridades sanitárias brasileiras a fim de visitarem frigoríficos de exportação, uma vez que a falta de autorização para a referida exportação constitui um dos problemas que inibem o desenvolvimento deste comércio. Foi anotada a preocupação das autoridades sanitárias brasileiras com relação à presença de doenças em gado proveniente de áreas tropicais da Austrália e foram exploradas possíveis soluções para estes problemas. A Delegação australiana adiantou que uma indicação quanto aos níveis da demanda brasileira estimada de gado reprodutor e sêmen bovino seria necessária para a implementação das soluções.

14. As discussões relativas a exportações brasileiras tradicionais para a Austrália concentraram-se em têxteis, vestuário, calçados, suco de laranja, ladrilhos de cerâmica, artigos de couro, lâminas de barbear e rum. Foram examinados fatores que poderiam influir no crescimento do comércio desses itens — em especial as medidas adotadas pelo Governo australiano para auxiliar a produção local — e foram explicadas as bases da política governamental australiana. A Delegação brasileira identificou também uma série de produtos não-tradicionais com potencialidade de penetração no mercado australiano (Anexo 5). A Delegação australiana tomou nota da lista apresentada e se comprometeu a examinar o potencial destes produtos no mercado australiano através de sua Agência de Assessoria de Mercado.

A relevância do Sistema Australiano de Preferências Tarifárias para países em desenvolvimento, instituída com vistas a prover um maior acesso ao mercado australiano para seus produtos, seria examinada.

15. A Comissão Mista examinou a viabilidade da expansão e do aproveitamento da cooperação nos campos econômicos, comercial, industrial e tecnológico.

16. A Comissão Mista passou em revista o progresso alcançado até o presente no tocante à cooperação científica e técnica assim como o estabelecimento de vínculos mais estreitos entre instituições de pesquisa científica de ambos os países. Foi acordado que já se haviam estabelecido valiosos vínculos entre a EMBRAPA e o CSIRO. Seguindo-se a uma troca de cartas entre as duas organizações, certas áreas de pesquisa agrícola de interesse mútuo haviam sido definidas e certos programas acordados já estavam sendo implementados. A Delegação brasileira considerou que os objetivos de cooperação adicional com outros centros australianos de pesquisa seria facilitada através de apoio adicional por parte do Governo australiano, o qual poderia ser formalizado por meio da negociação de um acordo-quadro. A Comissão Mista considerou, portanto, que seria interessante para as autoridades competentes de ambos os países estudar os meios através dos quais vínculos institucionais mais estreitos entre as comunidades científicas e tecnológicas de ambos os países poderiam ser estabelecidos.

17. No setor mineral, a Comissão Mista identificou possíveis áreas de cooperação na tecnologia de exploração e processamento de minerais. Nesse sentido, algumas sugestões específicas foram feitas pela CPRM (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais) e pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) (Anexo 6). A Delegação australiana tomou nota das sugestões brasileiras e realizará os contatos necessários junto a organizações e empresas australianas competentes para dar prosseguimento a estes assuntos.

18. A Comissão Mista passou em revista certos assuntos levantados na troca de cartas entre

os Ministros das Relações Exteriores de ambos os países, por ocasião da assinatura do Acordo Comercial, especialmente com relação ao interesse brasileiro de estabelecer na Austrália uma instituição financeira, uma companhia de comércio e um entreposto aduaneiro. A Delegação brasileira reafirmou seu interesse em dar andamento aos referidos projetos, na época oportuna, solicitando para tanto a continuidade do apoio das autoridades australianas.

19. Com referência à troca de cartas havida entre os Ministros dos Transportes de ambos os países em 23 de fevereiro de 1978, técnicos em transportes das duas Delegações analisaram os problemas de transporte marítimo entre os dois países. O lado brasileiro salientou seu esforço em manter uma linha regular para a Austrália, no interesse do desenvolvimento do comércio bilateral. Da mesma forma, foi notado que este transporte seria beneficiado pelo crescente fluxo regular de carga entre os dois países. Foi reiterado o interesse em trocar informações sobre as respectivas políticas de transporte marítimo.

20. Reconhecendo que o investimento privado australiano no Brasil e vice-versa é pequeno, a Comissão Mista passou em revista a atual situação. As duas Delegações descreveram suas políticas governamentais e regulamentos concernentes a investimentos externos e referiram-se às oportunidades existentes em cada país. Mencionou-se a possibilidade de se orientarem investimentos australianos para a área de exploração de recursos minerais, em associação com capital brasileiro. Foi dada especial atenção às áreas de carvão-vapor, níquel e caulim. A Delegação australiana declarou que poderia haver interesse na Austrália nesse sentido.

21. Durante as discussões, as duas Partes concordaram em considerar a possibilidade de representantes do setor privado contribuírem, na forma adequada, para o trabalho da Comissão Mista.

22. As duas Partes convieram em realizar a II Reunião da Comissão Mista em Camberra, em data a ser oportunamente fixada, em setembro de 1980.

suriname ratifica o tratado de cooperação amazônica

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 23 de julho de 1979, por ocasião da cerimônia de depósito do instrumento de ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica, pelo Suriname, efetivado pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário daquele país, Inderdew Sewrajsing.

Senhor Embaixador,

A cerimônia que temos a satisfação de realizar, de depósito, junto ao Governo brasileiro, pelo Governo do Suriname, do instrumento de ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica, reveste-se de significado todo especial para nossos dois países, assim como para todos os signatários do referido instrumento.

Trata-se de mais um passo, firme e determinado, que empreendemos no sentido da plena execução dos propósitos estabelecidos quando da assinatura daquele histórico documento, em ato solenemente realizado em Brasília, no ano passado, com a presença dos ilustres Chanceleres dos países daquela Região. Reiteramos, agora, mais uma vez, a deliberação, então enfaticamente proclamada por nossos Governos, de imprimir cunho operativo à vontade de colaboração profícua que nos inspirara na celebração do Tratado.

As relações do Brasil com o Suriname já apresentam notável acervo de realizações positivas, em que se destacam o melhoramento das comunicações aéreas e marítimas, o incremento dos programas de cooperação técnica e do comércio bilateral que, nesses últimos seis anos, cresceu em mais

de 1.500%. A recente Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, realizada em Paramaribo, veio acrescentar àquele acervo mais uma importante conquista para o desenvolvimento do nosso comércio, com os entendimentos que conduziram à assinatura de contrato para aquisição de 80 mil toneladas de alumina surinamense pela Companhia Vale do Rio Doce.

Senhor Embaixador, o alto grau de entendimento e cooperação que caracteriza as relações entre nossos dois países reflete, também, a identidade de ideais de nossas sociedades e o sentimento de haver, em sua formação histórica, participado de uma experiência comum, enriquecida pela contribuição de diferentes raças que dão permanente exemplo de convivência harmoniosa e criativa. Essa experiência, a confiança clara e o amadurecimento seguro que atingimos em nosso convívio bilateral reasseguram, de forma inequívoca, o valor que atribuímos à participação surinamense no aprofundamento das relações dos países da região, entre si e com o Brasil, no amplo contexto da cooperação amazônica. E sublinha, em seu testemunho eloqüente, o futuro promissor das relações entre o Brasil e o Suriname, em perfeita consonância com os mais elevados ideais de solidariedade entre nossos países.

na visita a caracas, chanceler instala comissão de coordenação brasil-venezuela

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, em Caracas, em 27 de julho de 1979, por ocasião da solenidade de instalação da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana.

Excelentíssimo Senhor Ministro
das Relações Exteriores da Venezuela,

Senhores Delegados e Assessores.

A mudança qualitativa nas relações entre o Brasil e a Venezuela, que desejamos transformar em realidade rica e dinâmica, trouxe consigo a necessidade de uma instituição nova, que viesse a imprimir unidade e sentido a essa evolução.

A Comissão de Coordenação, que hoje instalamos, nesta acolhedora cidade de Caracas, nasceu da necessidade de congregar, num órgão colegiado, todos os Ministérios e empresas interessados no relacionamento, a fim de que essa verdadeira assembléia da cooperação bilateral pudesse traçar o roteiro a ser seguido no dia-a-dia das atividades governamentais e diplomáticas.

À diferença das antigas Comissões Mistas setoriais, a Comissão de Coordenação é um órgão de cúpula com a missão de unificar e harmonizar, numa visão abrangente, todos os aspectos e variáveis — econômicos, comerciais, culturais, científicos, tecnológicos.

Sua ampla competência destina a Comissão a tornar-se o instrumento político por excelência da decisão dos dois Governos de conferir a mais alta prioridade à cooperação entre a Venezuela e o Brasil.

A base e o pressuposto, por assim dizer, territoriais dessa colaboração se encontram na contigüidade geográfica, que nos faz compartilhar 2.200 km de fronteira comum, cuja final demarcação, aprovada em sessão solene realizada em Caracas, em 23 de agosto de 1973, bem atesta o espírito de concórdia e amizade que sempre presidiram as nossas relações.

Essa mesma fronteira, até ontem remota e inacessível, hoje enlaçada pela primeira estrada a vincular, na Região Amazônica, os sistemas rodoviários de dois países sul-americanos, começa a conhecer aceleradamente os efeitos transformadores trazidos pelas facilidades de transporte. E tão rápidos têm sido esses efeitos que um dos primeiros pontos inscritos no temário desta reunião foi precisamente a necessidade de ordenar e regulamentar as oportunidades criadas pelo florescente comércio de madeiras de Roraima, já da ordem de dezenas de milhões de dólares por ano, assim como as perspectivas de importação

de cimento, aço e alumínio do Estado Bolívar e do escoamento de produtos de Manaus para a Venezuela.

Até recente data, os documentos conjuntos firmados pelo Brasil e pela Venezuela traziam, como item obrigatório, o compromisso de realizar o projeto de interconexão rodoviária. O projeto se transformou em realidade, cabendo-nos agora esperar que se materializem no futuro as condições para possibilitar a pavimentação da rodovia, conforme aspiração das populações fronteiriças e compromisso da Declaração do Encontro Presidencial de Santa Elena de Uairén.

As relações econômicas e financeiras registraram progressos substanciais, com destaque para duas grandes decisões. A primeira marca o estabelecimento de relações bancárias diretas, com a inauguração, em 1978, da Agência do Banco do Brasil em Caracas e a do Banco La Unión em São Paulo. O segundo acontecimento relevante foi a associação de capitais e esforços de empresas brasileiras e venezuelanas para a construção, com tecnologia genuinamente latino-americana, de uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, em território venezuelano.

Ao mesmo tempo, a expansão do intercâmbio bilateral pela primeira vez promete alcançar e superar a cifra dos 500 milhões de dólares, o que faz do comércio Brasil-Venezuela um dos mais significativos entre países da América Latina.

Como elemento multiplicador do nível do intercâmbio, o petróleo ganha cada vez maior relevo, tendo-se conseguido reverter a tendência declinante que fizera do Brasil cliente marginal do óleo venezuelano. Ainda se está longe de haver esgotado o potencial do petróleo, em nosso comércio, para a expansão dos mercados de um e outro país. São, também, consideráveis as possibilidades de cooperação entre as empresas estatais na pesquisa de novas tecnologias petrolíferas, em matéria de petroquímica e de produtos minerais, sobretudo bauxita.

A pauta desta Comissão mostra um número elevado de oportunidades e suscita uma variedade de propostas capazes de multiplicar esse intercâmbio, aproximando-o, assim, do nível que se pode razoavelmente esperar de duas vigorosas economias em expansão.

O impulso de aproximação entre venezuelanos e brasileiros não se esgotou apenas em sua dimensão material, mas se estendeu, em alcance e profundidade, ao domínio valioso dos laços culturais e humanos. Da Venezuela, recebeu o Brasil, em época recente, Missão intelectual que congregou as maiores expressões da cultura deste país amigo. Também recebemos, já em fins do ano passado, um dom com que a generosidade venezuelana enriqueceu e honrou o patrimônio das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo: os magníficos monumentos do Libertador Simón Bolívar e do Generaíssimo Francisco de Miranda, que, no coração dessas duas cidades brasileiras, constituem hoje vínculo de bronze entre as gloriosas Histórias dos dois países.

De nossa parte, concorreu o Brasil para a realização, em atenção a convite venezuelano, de um ciclo de conferências no Instituto de Assuntos Internacionais, de que foi ponto alto a visita a Caracas do Professor Gilberto Freyre, aqui divulgado pelas edições da Biblioteca Ayacucho. Nos domínios do cinema, da música, das artes plásticas, o Brasil esteve também presente na Venezuela, com alguns dos seus mais destacados valores.

O balanço sumário do que se vem fazendo indica que a intensificação do relacionamento tem transformado em realizações concretas muitos planos que, por largo tempo, forneceram matéria apenas para a expressão de bons desejos.

As mesmo tempo, esboça-se, como uma das tendências centrais do relacionamento futuro, uma idéia situada no coração mesmo do desafio do desenvolvimento: a cooperação na criação e transferência de tecnologia nos setores estratégicos do conhecimento científico e da industrialização.

Ninguém ignora que, ao lado e talvez até acima do protecionismo, o monopólio tecnológico representa, hoje em dia, a última linha de resistência à adoção de uma nova ordem econômica internacional, justa e equitativa.

Para a superação do obstáculo, é preciso que países que se encontram, como nós, a meio caminho do desenvolvimento, inaugurem um padrão novo e equitativo de partilha do patrimônio tecnológico.

É o que já começamos a fazer bilateralmente no domínio da técnica de construção de barragens hidrelétricas. Cabe agora estender o esforço a campos como o da cooperação em siderurgia e outros setores industriais onde o Brasil completou o processo de substituição de importações em que se acha, no momento, empenhada a Venezuela.

O capítulo da cooperação em ciência e tecnologia se desdobra também em duas vertentes: a dos setores científicos de vanguarda, capazes de contagiar, com seu impacto transformador, todo o vasto espectro do conhecimento e o da pesquisa para criar tecnologias adequadas às nossas peculiares condições ecológicas. Nesse último campo, onde os avanços venezuelanos são conhecidos e admirados no Brasil, vamos nos libertar do hábito conformista de importar soluções prontas e procurar elaborar, nós mesmos, as fórmulas apropriadas às regiões tropicais úmidas de nossos territórios. É esse um dos terrenos prioritários do processo de cooperação amazônica que estamos iniciando e, como tal, recomenda-se, com ênfase especial, para inserção nos programas concretos com os quais o CNPq e o CONICIT tencionam pôr em marcha o Convênio de Cooperação que firmaram.

Não faltam, como se vê, idéias promissoras para orientar as deliberações que ora se iniciam.

Ao cogitarem da instalação da Comissão de Coordenação, os Governos do Brasil e da Venezuela optaram por fazê-lo logo, sem aguardar trâmites preparatórios excessivos que arriscassem entorpecer o ritmo acelerado da aproximação entre os dois países.

Entenderam, assim, que a Comissão é foro apropriado e estimulante para conversações, mesmo de caráter preliminar e exploratório.

Este enfoque conceitual é, inclusive, o que mais convém à situação semelhante das Administrações recém-iniciadas em Brasília e Caracas. A fase inicial dos dois Governos constitui momento propício para o planejamento das relações bilaterais e para retomar o exame de tópicos pendentes. A realização do encontro, nesta data, expressa também a prioridade e o sentido de urgência que o Brasil e a Venezuela dedicam à intensificação do seu relacionamento.

Caberá a esta Comissão analisar o feixe de projetos e sugestões que se foram acumulando nos últimos tempos, estabelecer entre eles prioridades e, dessa forma, elaborar a agenda coerente dos programas de cooperação para os próximos anos.

Fruto do dinamismo de nossas relações, a Comissão de Coordenação coloca a serviço dessas mesmas relações um método integrado para o exame e eventual negociação das questões de interesse bilateral, quer no aspecto global de competência do plenário, quer nos Grupos de Trabalho especializados.

Nessa tarefa, estou certo de que os membros da Comissão sempre terão presente, como inspiração e meta, o potencial criador de venezuelanos e brasileiros, cuja convergência abre perspectivas ilimitadas à cooperação franca e construtiva em benefício de ambos os povos e de toda a região em que histórica, geográfica e culturalmente se inserem.

chanceler brasileiro recebe o grande cordão da ordem do libertador da venezuela

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Caracas, em 25 de julho de 1979, ao receber, do Chanceler José Alberto Zambrano Velasco, o Grande Cordão da Ordem do Libertador da Venezuela.

Excelentíssimo Senhor Ministro José Alberto Zambrano Velasco,

Excelentíssimos Senhores Embaixadores,
Minhas Senhoras, meus Senhores.

Sob a inspiração da amizade que constantemente enriquece e atualiza os laços de simpatia e colaboração entre venezuelanos e brasileiros, recebo, sensibilizado e agradecido, esta insigne dis-

elaborar as fórmulas jurídicas que revolucionaram o velho sistema internacional, agregando-lhe conceitos inovadores, como o da igualdade jurídica dos Estados, os princípios da não-intervenção e da autodeterminação, o da legitimidade do uso da força na solução das controvérsias, a instituição do asilo diplomático, etc.

Hoje, essa mesma criatividade se expressa na luta pela integração, pelo desenvolvimento sócio-econômico e por uma nova ordem econômica internacional que venha a dar conteúdo concreto à igualdade jurídica.

Como no passado, a presença dos latino-americanos no mundo não se esgota nos limites do nosso Continente e de nossa cultura. A vocação universalista da América Latina lhe permite participar, com renovada autoconfiança e de forma construtiva, nos fóros onde se decidem as questões básicas da vida internacional.

Dentre essas questões, a da energia constitui um dos pontos de encontro que exemplificam a dualidade de esperanças e angústias que caracteriza nosso tempo. Até recentemente, não foram ouvidas as advertências sobre a necessidade de se reestruturar a insatisfatória organização econômica internacional. E as atuais medidas para enfrentar tal necessidade correriam o risco de permanecer incompletas e estereis se se limitassem ao plano da energia. A questão energética, que é importante e mesmo essencial, deve ser situada dentro do contexto global e a presente crise mundial deve servir ao propósito de reduzir as disparidades econômicas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Todas as vezes que se lutou para renovar, no século passado, como nos dias que correm, estruturas internacionais desatualizadas, foi sempre ativa e destacada a presença venezuelana.

Na independência e formação das nacionalidades latino-americanas, a contribuição de sacrifício da Venezuela foi generosa e fora de qualquer proporção com as estreitas dimensões da sociedade colonial da época. Até hoje causa admiração a concentração de talentos que produziu naquele isolado núcleo a extraordinária geração de Bolívar, de Sucre, de Francisco de Miranda, de Andrés Bello, e tantos outros. Assim mesmo, a

tinção com que o Governo da Venezuela e Vossa Excelência quiseram homenagear-me e ao país que represento.

É duplo o privilégio que nos estende a cordial hospitalidade venezuelana: ao acolher-nos nesta dinâmica cidade de Caracas, que soube crescer e modernizar-se, fiel a seus valores culturais e históricos e ao agradecer-me com o Grande Cordão de Ordem do Libertador.

É uma honra maior receber a Ordem evocadora do homem que encarnou, em sua presença histórica, a síntese perfeita do pensamento e da ação e cuja vida exemplar e sacrifício supremo moldaram ideais e metas de que até hoje se alimentam a consciência coletiva da América Latina.

Muito estimaria que Vossa Excelência, Senhor Chanceler, fizesse chegar ao Excelentíssimo Senhor Presidente Luis Herrera Campins a expressão de meu vivo reconhecimento pela decisão generosa de Sua Excelência de distinguir-me com a Ordem do Libertador, que tão alto significado tem para todos nós, latino-americanos.

Não posso aqui retribuir-lhe no mesmo gênero, conforme era meu profundo e sincero desejo, porque o Governo brasileiro, em reconhecimento dos méritos singulares de Vossa Excelência, já lhe conferiu, no mais alto grau, as duas Ordens Nacionais, a do Cruzeiro do Sul e a de Rio Branco.

Se, pela justiça de decisões anteriores, me veio assim privado do prazer pessoal de condacordá-lo, não me faltam, contudo, outros meios e, entre eles, a palavra a que ora recorro, para testemunhar-lhe o apreço do Brasil pelo muito que a causa de aproximação entre os dois povos deve a Vossa Excelência.

Senhor Ministro,

A cada dia que passa, os países da América Latina mais afirmam sua solidariedade. Temos hoje plena consciência da necessidade de que os países da região encontrem, pelo consenso e com suas próprias forças, caminhos adequados para a solução dos seus problemas.

O momento atual lembra instantes decisivos, em que a criatividade latino-americana foi capaz de

presença da Venezuela continua a enriquecer o cenário internacional com a irradiação cada vez maior das idéias e iniciativas de seus filhos.

O Brasil, cuja intensa participação na vida internacional sempre se orientou pela paz, pela justiça e pela cooperação, acompanha, com interesse fraterno, a atuação da Venezuela. Somos países de uma América Latina caracterizada pela autenticidade, a autonomia e personalidade de cada país, mas estamos conscientes de que pertencemos a uma mesma família histórica e cultural.

Tem sido crescente, nestes anos, a convergência de venezuelanos e brasileiros, quer no domínio da invenção de oportunidades geradoras de cooperação horizontal entre países da América Latina, quer no cenário de nossas preocupações universalistas.

Exemplo do que podemos fazer em comum é o Tratado de Cooperação Amazônica, no qual a vontade do Brasil e da Venezuela, juntamente com as da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname, estão prestes a renovar as bases da convivência e da colaboração nesta imensa Região Amazônica que cobre um terço das terras do Continente.

Como esta, outras oportunidades se oferecem à ação transformadora dos dois países, em harmonia com as demais nações latino-americanas,

com as quais desejamos cada vez maior aproximação e colaboração mutuamente proveitosa.

Com os nossos vizinhos da América Latina, desejamos, firmemente, manter as melhores, mais dignas e mais leais relações de amizade. Essa é uma verdade que expressa os mais profundos sentimentos do povo brasileiro e do Governo do Presidente João Figueiredo. Tudo faremos para afirmá-la em nosso trabalho cotidiano, pois essa verdade está no cerne daquilo que distingue os latino-americanos: a capacidade de conviver irmãmente e de enfrentar o futuro com visão desassombrada e com ânimo de realização.

São muitas e evidentes as afinidades entre brasileiros e venezuelanos, nacionalidades surgidas da mescla enriquecedora de culturas e etnias diversas, comunidades fortalecidas por uma grande mobilidade vertical, sociedades comprometidas com o dinamismo do desenvolvimento e aproximadas pela comum aspiração de idênticos valores de participação e de promoção humanas. Coincidimos em que nossos países têm papel inovador a desempenhar no encaminhamento das questões que fazem parte da agenda internacional.

Estas são, Senhor Ministro, as bases sólidas e os fundamentos inabaláveis sobre os quais haveremos de desenvolver as relações entre o Brasil e a Venezuela, que vivem hoje, graças à generosidade e fidalguia de Vossa Excelência, um de seus mais gratos momentos.

brasil e venezuela assinam memorando de entendimento para cooperação no setor nuclear

Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Venezuela para cooperação em atividades científicas, tecnológicas, de desenvolvimento e de aplicação da energia nuclear para fins pacíficos, assinado em Caracas, em 27 de julho de 1979, pelos Chanceleres Saraiva Guerreiro e José Alberto Zambrano Velasco.

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Venezuela,

Inspirados pela tradicional amizade entre seus respectivos países,

Reconhecendo os múltiplos benefícios que os usos pacíficos da energia nuclear trouxeram para a humanidade,

Reconhecendo que uma estreita colaboração na utilização pacífica da energia nuclear é vantajosa

para o desenvolvimento social e econômico de seus povos, bem como para o desenvolvimento científico e tecnológico comum,

Conscientes de que o respeito aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e pela Venezuela, referentes à não-proliferação de armas nucleares, é digno exemplo da dedicação à manutenção da paz mundial,

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. Os dois Governos manterão consultas com vistas ao estabelecimento de bases para uma cooperação em atividades científicas, tecnológicas, de desenvolvimento e de aplicação prática da energia nuclear com fins pacíficos, bem como em qualquer outra área relacionada com o uso da energia nuclear que seja considerada de interesse para ambas as partes.
2. A mencionada cooperação se realizará de acordo com as necessidades e prioridades de cada uma das partes, levando em conta a disponibilidade de recursos humanos, materiais e tecnológicos e a capacidade de financiamento.
3. Ambos os Governos poderão solicitar a suas instituições ou organismos a conclusão de convênios para executar a cooperação científica e tecnológica, os quais entrarão em vigor mediante troca de notas diplomáticas.
4. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela entendem que o estabelecimento neste **memorandum** contribui para facilitar as modalidades de negociação existentes entre ambos.
5. Este **memorandum** entrará em vigor na data de sua assinatura pelas duas partes.

comunicado conjunto de imprensa brasil-venezuela

Comunicado Conjunto de Imprensa Brasil-Venezuela, divulgado em Caracas, em 27 de julho de 1979, ao final da visita do Chanceler Saraiva Guerreiro àquele país.

A convite do ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Doutor José Alberto Zambrano Velasco, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, realizou visita oficial à Venezuela, no período de 25 a 27 de julho de 1979.

2. Por ocasião de sua visita a Caracas, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República, Doutor Luis Herrera Campins, que lhe transmitiu convite para que o Presidente João Figueiredo efetue visita oficial à Venezuela, a qual contribuirá para dinamizar e diversificar as relações em todos os campos.

3. O Chanceler brasileiro e sua comitiva realizaram uma reunião de trabalho com os Ministros

das Relações Exteriores, de Transporte e Comunicações, de Energia e Minas, Ministro, Interino, do Fomento, os Presidentes de Petróleo de Venezuela e do Instituto de Comércio Exterior e outros altos funcionários venezuelanos.

4. Durante sua permanência na Venezuela, o Ministro Saraiva Guerreiro teve a oportunidade de visitar o **Instituto Venezuelano de Investigaciones Cientificas (IVIC)** e o **Instituto Tecnológico Venezolano del Petróleo (Intevep)**.

5. Em ambiente de cordial entendimento e compreensão recíproca, os Ministros das Relações Exteriores intercambiaram pontos de vista sobre a situação mundial e examinaram, com particular satisfação, o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Venezuela, sustentadas na amizade

fraterna entre as duas nações, unidas não só pela vizinhança geográfica mas também por laços comuns históricos e culturais.

6. Afirmaram que todos os países têm direito à sua plena realização no seio da comunidade internacional, com base na igualdade jurídica, no respeito mútuo entre os Estados, no pluralismo ideológico, na autodeterminação dos povos, na não-intervenção nos assuntos internos de outros países, na exclusão da ameaça ou uso da força nas relações internacionais e na solução pacífica das controvérsias mediante os procedimentos estabelecidos pelo direito internacional, especialmente o meio por excelência, a negociação direta entre as partes envolvidas. Destacaram, ademais, a importância e o significado das Nações Unidas na manutenção da paz e segurança internacional.

7. Ao examinar a situação econômica internacional, os dois Chanceleres verificaram a persistência de sérios desequilíbrios e disparidades e a falta de progresso nas negociações entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, pelo que reafirmaram sua vontade de prosseguir nos esforços comuns com vistas a superar tal situação. Nesse sentido, manifestaram sua profunda preocupação pela proliferação de políticas protecionistas e assinalaram a importância de que os países desenvolvidos adotem medidas tendentes a eliminar as políticas que afetam os interesses dos países em desenvolvimento.

Os dois Ministros expressaram, ademais, sua convicção de que a solução desse e de outros problemas das relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento contribuiriam significativamente para o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.

8. Conscientes da necessidade de que a comunidade internacional realize esforços para conter o consumo excessivo de recursos energéticos não-renováveis e para desenvolver fontes alternativas de energia, afirmaram a intenção de seus países de contribuir para criar, no plano internacional, condições propícias para entendimentos entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento em matéria de energia, juntamente com o exame de outros problemas econômicos fundamentais no âmbito das ações tendentes ao estabelecimento de uma nova ordem econômica inter-

nacional os dois Ministros concordaram que seus governos manterão contactos sobre esta matéria, inclusive sobre a situação energética mundial e os meios de superar os problemas existentes.

9. Referiram-se também à contribuição que pode dar a Organização dos Estados Americanos na promoção dos objetivos comuns de bem-estar para os povos americanos.

10. Ao passar em revista, com especial interesse, a situação na América Latina, destacaram a relevância dos esforços nacionais em favor da democracia, da liberdade e da justiça social no continente e afirmaram que a garantia dos direitos humanos é um dos objetivos permanentes de seus governos.

11. O Chanceler Saraiva Guerreiro declarou fer acompanhado com interesse as iniciativas tomadas pelos países andinos à procura de uma solução pacífica e política para a crise da Nicarágua. Os dois Ministros expressaram satisfação pelo término das hostilidades naquele país e manifestaram a firme esperança de que as bases estabelecidas na resolução adotada pela XVII Reunião de Consulta da Organização dos Estados Americanos continue a cumprir função relevante na evolução do processo democrático iniciado pelo povo nicaraguense em sua luta pela paz, justiça e liberdade. Declararam igualmente que seus governos estão dispostos a cooperar ativamente na árdua tarefa de reconstrução da Nicarágua.

12. Referiram-se aos processos de integração da América Latina como necessários para promover a solidariedade e o mais rápido desenvolvimento econômico e social dos povos da área. Frisaram sua determinação de continuar a fortalecer os instrumentos e mecanismos existentes na América Latina e de impulsionar os programas de cooperação regional e subregional.

13. Assinalando a recente passagem do décimo aniversário do Acordo de Cartagena, importante marco do processo de integração continental, o Ministro brasileiro referiu-se à mensagem de felicitações enviada, em 26 de maio de 1979, pelo Presidente João Figueiredo aos Presidentes dos países integrantes do grupo andino, na qual "O Brasil, com espírito de fraterna solidariedade, ma-

nifesta sua satisfação pelos resultados alcançados na implementação do acordo e seu firme propósito de fortalecer, cada vez mais, os vínculos que unem sua economia às dos países andinos”.

14. O Ministro Zambrano Velasco reafirmou o apreço e o interesse que a mensagem do Brasil despertou nos mandatários andinos, cuja resposta ao Presidente Figueiredo realça que “os bons augúrios expressos na mensagem e os estímulos votos de apoio aos esforços de integração que nossos povos vêm realizando nos honram e nos confirmam no propósito de prosseguir, sem desfalecimento, na empresa já exitosa que pusemos em marcha”.

15. Os Chanceleres manifestaram sua vontade de intensificar as consultas e conversações entre a junta do Acordo de Cartagena e o governo do Brasil, com o objetivo de propiciar uma aproximação maior entre o grupo andino e o Brasil.

16. Manifestaram a convicção de que o objetivo superior da integração requer a reestruturação e o fortalecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, tarefa para a qual decidiram intensificar seus esforços comuns. Os Chanceleres reafirmaram o decidido apoio político de seus governos ao mencionado processo de reestruturação da ALALC, sobre as bases da realidade econômica do continente.

17. Ao reiterarem o empenho de criação de um mecanismo regional de aproximação e colaboração entre os países amazônicos, os dois Ministros ratificaram o apoio de seus governos ao Tratado de Cooperação Amazônica e manifestaram a aspiração de que o tratado possa, em breve, servir de instrumento para um processo de cooperação em benefício de todos os integrantes da região.

18. O fortalecimento do SELA como instrumento para uma efetiva cooperação latino-americana no âmbito econômico foi igualmente objeto do exame dos Chanceleres, que notaram com agrado a celebração do V Conselho Latino-Americano, em nível ministerial, a partir de 30 de julho corrente, em Caracas. Nesse contexto, o Ministro Saraiva Guerreiro referiu-se à adesão do Brasil ao Comitê de Ação sobre a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), o qual constitui

um valioso mecanismo de cooperação latino-americana.

19. Ao dar balanço nas recentes iniciativas no âmbito da cooperação bilateral, os dois Chanceleres salientaram que os entendimentos mantidos durante a visita possibilitaram avanços significativos em alguns dos campos mais importantes do relacionamento, tais como, a cooperação econômica e comercial, com destaque para setores industriais básicos ao desenvolvimento, e em matéria agroindustrial e de tecnologia de alimentos, a cooperação em matéria energética, na área científica e tecnológica, no campo cultural, e a regulamentação e aperfeiçoamento dos sistemas de transportes entre os dois países. Felicitaram-se pelo bom resultado de algumas medidas inovadoras no relacionamento bilateral, realçando, em particular, o estabelecimento de relações bancárias diretas e a associação de empresas venezuelanas e brasileiras para a realização de projetos de infra-estrutura.

20. Expressaram sua satisfação pelo êxito das negociações na área do petróleo, mediante a assinatura de contratos pelos quais a Petrobrás aumentará suas compras à Petroven para 50 mil barris diários, e a obtenção de entendimentos para a ampliação posterior, em níveis ainda mais altos, do suprimento de petróleo. As referidas empresas estudarão as possibilidades de cooperação para o desenvolvimento de tecnologias adequadas ao aproveitamento de crus pesados.

21. Manifestaram, ademais, sua satisfação pela assinatura do “Memorandum de Entendimento” entre os dois governos sobre cooperação em atividades científicas, tecnológicas, de desenvolvimento e aplicação prática da energia nuclear, com fins pacíficos, o que contribuirá para fortalecer as relações entre os dois países.

22. Os Chanceleres presidiram à instalação da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana, criada pelo Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela, assinado em 1977 e em vigor desde novembro de 1978. Com sua presença à sessão inaugural, realçaram a importância que atribuem aos trabalhos da Comissão de Coordenação incumbida da formulação gradual de um

programa relevante e harmônico de cooperação entre os dois países.

23. Reafirmaram a fraternal e estreita amizade que sempre uniu o Brasil e a Venezuela, comprometeram-se a colaborar em perspectivas de cooperação entre os dois países e reiteraram sua profunda fé

24. Ao término de sua estada em Caracas, o Chanceler Saravia Guerrero agradeceu ao Chanceler Zambrano Velasco a hospitalidade amistosa que lhe dispensaram a ele, à sua mulher e à sua

comitiva.

no destino independente e soberano da América Latina.

entre os dois países.

23. Reafirmaram a fraternal e estreita amizade que sempre uniu o Brasil e a Venezuela, comprometeram-se a colaborar em perspectivas de cooperação entre os dois países e reiteraram sua profunda fé

24. Ao término de sua estada em Caracas, o Chanceler Saravia Guerrero agradeceu ao Chanceler Zambrano Velasco a hospitalidade amistosa que lhe dispensaram a ele, à sua mulher e à sua

comitiva.

no destino independente e soberano da América Latina.

entre os dois países.

23. Reafirmaram a fraternal e estreita amizade que sempre uniu o Brasil e a Venezuela, comprometeram-se a colaborar em perspectivas de cooperação entre os dois países e reiteraram sua profunda fé

24. Ao término de sua estada em Caracas, o Chanceler Saravia Guerrero agradeceu ao Chanceler Zambrano Velasco a hospitalidade amistosa que lhe dispensaram a ele, à sua mulher e à sua

comitiva.

baena soares: cooperação cada vez mais estreita entre o brasil e a guiné-bissau

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, em Bissau, no dia 6 de agosto de 1979, por ocasião da inauguração dos trabalhos da primeira sessão da Comissão Mista Brasil—Guiné-Bissau.

Senhor Diretor,

É com profunda satisfação que venho inaugurar os trabalhos da I Sessão da Comissão Mista bilateral.

As relações entre a Guiné-Bissau e o Brasil têm sido marcadas por uma vontade comum de expansão e consolidação.

Assim, logo após estabelecermos, em setembro de 1974, relações diplomáticas, tivemos a honra de receber, em 1975, a visita de Sua Excelência Victor Saúde Maria, Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Verificado o profundo entendimento entre os dois países foi possível, já em março de 1976, através de contatos de Sua Excelência o Comissário Sem Pasta José Araújo e de Sua Excelência o Comissário de Justiça, Fidélis d'Almeida, com ministros brasileiros, iniciar um diálogo concreto sobre cooperação entre os dois países.

Em julho de 1976, uma missão brasileira assinou, em Bissau, "Memorandum de Entendimento" que deu início aos primeiros fluxos de cooperação entre os dois países. Em maio de 1978, Sua Excelência Victor Saúde Maria assinava no Brasil Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, Acordo de Cooperação Técnica e Científica e Acordo de Comércio. Estava criado

arcabouço jurídico-institucional que permitiu a dinamização de nossas relações em todos os níveis. Estava, enfim, fundada a Comissão Mista, cujos trabalhos hoje inauguramos. Os contatos entre os dois países tanto se multiplicaram desde então que seria ocioso descrevê-los aqui pormenorizadamente.

Senhor Diretor, essa vontade de cooperar, de estabelecer vínculos estreitos decorria sem dúvida, como todos sabemos, da consciência de um patrimônio comum étnico-cultural. A História e a Cultura no entanto não bastam para explicar e justificar a nossa aproximação.

Existe, efetivamente, entre nós uma comunhão de pontos de vista no que diz respeito à condenação do racismo, particularmente do **apartheid**, e do colonialismo. A afirmação do princípio da igualdade entre os Estados e da não-ingerência em assuntos internos de países soberanos constituem, também para nós, temas com os quais não é possível transigir.

Os nossos países, em conformidade com as resoluções da Assembleia-Geral da ONU, repudiaram o regime ora instalado em Zimbábue. Reafirmaram, igualmente, o direito à independência do povo da Namíbia.

Essa convergência não se limita ao plano político. Tanto o Brasil quanto a Guiné-Bissau reconhecem a necessidade de criar uma ordem econômica mundial mais justa do que a atual. Como países em desenvolvimento, somos conscientes de que é necessário criar novas estruturas, a fim de tornar concretas as aspirações de nossos povos. As nossas aspirações de paz e desarmamento são comuns.

Senhor Diretor: no quadro da nossa Comissão Mista devemos iniciar negociações para tornar cada vez mais abrangente a nossa cooperação. Como países em desenvolvimento os nossos recursos são modestos e sabemos que devemos ser realistas. Todavia o estágio de desenvolvimento em que nos encontramos constitui também poderoso ponto de aproximação na medida em que as nossas experiências são comuns e os nossos problemas semelhantes.

O Brasil está disposto a compartilhar o saber que pôde acumular. A agricultura tropical, a medicina, as comunicações, os transportes, experiências novas de ensino desenvolvidas no nosso país poderão ser de alguma utilidade para a Guiné-Bissau. O esforço de Reconstrução Nacional desenvolvido no país de Vossa Excelência constitui também para nós experiência que nos enriquece. Novos fluxos de comércio, rompendo estruturas

antigas, poderão desenvolver-se em proveito mútuo.

Consciente de suas limitações, o Brasil se propõe a cooperar com os irmãos africanos no objetivo de atingir um desenvolvimento tecnologicamente autônomo. O desejo de cooperar que nos une não reflete apenas uma consciência clara de nossos interesses mútuos — constitui também o reflexo da amizade que une dois povos ligados no passado por estruturas que lhes foram impostas e depois separadas por interesses dessas mesmas estruturas. Essa amizade permitirá agora o estabelecimento de relações cada vez mais estreitas onde as vantagens mútuas de natureza puramente econômica não constituirão o elemento mais importante. A amizade a que me refiro traduz, por parte do Brasil, admiração pela luta heróica do povo de Guiné-Bissau guiado pelo pensamento de Amílcar Cabral; traduz ainda a vontade de cooperar com um país irmão de um continente vizinho com o qual desejamos intensificar as nossas relações; traduz, enfim, satisfação ao verificar que algo já foi feito em matéria de cooperação e que a intensificação dos contatos entre países em desenvolvimento constitui talvez o melhor instrumento para enfrentarmos os grandes desafios do nosso século.

primeira reunião da comissão mista brasil-guiné-bissau

Ata final da primeira reunião da Comissão Mista Brasil—Guiné-Bissau, assinada em Bissau, em 7 de agosto de 1979, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, João Clemente Baena Soares, e pelo Comissário de Estado do Comércio, Indústria e Artesanato da Guiné-Bissau, Armando Ramos.

Celebrou-se em Bissau de 6 a 8 de agosto de 1979 a Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil—Guiné-Bissau, criada pelo artigo 3 do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, assinado em Brasília, em maio de 1978.

2. O Chefe da Delegação Brasileira foi recebido em audiência pelo Presidente do Conselho de Es-

tado da República da Guiné-Bissau, Luiz de Almeida Cabral, a quem transmitiu os cumprimentos do Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo.

3. A Delegação Brasileira visitou igualmente o Comissário Principal do Conselho dos Comissários de Estado, João Bernardo Vieira, com o qual tro-

convicções incluído sobre o estado atual das relações de cooperação e amizade entre os dois países. O Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Victor Saúde Maria, recebeu também a Delegação Brasileira, mantendo com ela frutífero entendimento sobre o estado das relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

4. A Delegação Brasileira foi presidida pelo Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral das Relações Exteriores. A lista de seus membros consta do anexo I. A Delegação Guineense foi chefiada pelo Comissário de Estado do Comércio, Indústria e Artesanato, Armando Ramos, e seus membros constam do anexo II.

5. O Chefe da Delegação Brasileira assinalou que a Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné-Bissau constituiu um novo passo nas relações entre os dois Países e testemunhava de maneira eloquente a sua vontade de cooperação, num clima de franco entendimento e respeito mútuo. Recordou que tivera a oportunidade de transmitir os cumprimentos do Presidente da República Federativa do Brasil ao Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau. O Chefe da Delegação Brasileira assinalou que, muito mais do que a história e a cultura, o que dá conteúdo e dinamismo às relações entre o Brasil e a Guiné-Bissau são os vínculos concretos que os dois Países quiseram e souberam forjar, no pleno exercício de suas soberanias e com lúcida visão dos interesses dos dois povos.

6.1 Declarou ainda que a cooperação entre os dois Países seria particularmente útil nos domínios da formação de quadros, do desenvolvimento rural, informação e cultura, transportes e turismo, saúde e assuntos sociais, além de outros aspectos como sejam os da industrialização da cana-de-açúcar e do café, etc.

6.2 Finalmente, propôs-se a examinar, no âmbito dessa reunião de alto nível, os problemas relacionados com as negociações Norte/Sul no sentido de ser concertada uma posição comum visando a promover transformações justas e equitativas em benefício dos Países e desenvolvimento e da humanidade em geral.

7. As duas Delegações registraram o seu respeito às práticas do **apartheid** e manifestaram o seu apoio à luta dos povos da África Meridional pela autodeterminação e independência, de acordo com a Carta e as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

8. As duas partes, após aprovarem a agenda, examinaram, detidamente, os principais aspectos da cooperação técnica entre os dois países e manifestaram a sua satisfação com os resultados já obtidos. Expressaram o desejo de ver incrementadas as relações de cooperação e estendidas a outros domínios ainda por explorar.

9. A Delegação Brasileira apresentou dois documentos constantes do anexo III que, respectivamente, descrevem os programas que o Brasil já realizou ou vem realizando em cooperação com a Guiné-Bissau e aqueles que, em linhas gerais, estaria o Brasil em condições de levar adiante agora ou no futuro imediato. Esses novos programas respondem a prioridades do Governo da Guiné-Bissau ou a sugestões feitas em contactos e visitas anteriores. Registraram-se, no anexo IV, os programas acordados entre as duas Delegações, bem como os projetos apresentados pela Delegação Guineense que serão cuidadosamente estudados pelas autoridades Brasileiras competentes.

10. Concordaram ainda na necessidade de desenvolver uma cooperação financeira entre os

5.1 O Brasil e Guiné-Bissau, afirmou o Chefe da Delegação Brasileira, se aproximam no desígnio de criação de uma ordem internacional baseada no respeito aos princípios da Carta das Nações Unidas, em particular aos que se referem à igualdade soberana dos Estados, à não-interferência nos assuntos internos dos Estados e à eliminação do colonialismo e do racismo. O Brasil, concluiu, dispõe-se a compartilhar, com espírito de fraternidade, a experiência de desenvolvimento que pôde acumular.

6. O Chefe da Delegação da Guiné-Bissau afirmou, por sua vez, que o desejo de ambos os povos de caminharem no sentido da liberdade e da paz lhes asseguraram as condições básicas para se poderem olhar como aliados. Analisou com satisfação o curso atual das relações entre a Guiné-

dois Países a fim de estimular o comércio bilateral. Com esse objetivo, examinaram a proposta de concessão de uma linha de crédito com base em projeto apresentado pela Delegação Brasileira.

11. Verificando a importância de incentivar as relações comerciais, exploraram novas oportunidades de intercâmbio conforme assinalado no anexo V.

12. As duas partes se felicitaram pelo clima de amizade e cooperação que marcou a reunião da Comissão Mista. Registraram, com interesse, os grandes progressos alcançados em todos os campos nas relações entre os dois Países, e que confirmam os laços de solidariedade entre os povos do Brasil e da Guiné-Bissau.

13. Reconheceram que a Comissão Mista é foro de consulta adequado para a avaliação e programação das atividades culturais, econômicas e comerciais entre ambos os Países.

14. Concordaram ainda que a próxima reunião da Comissão Mista terá lugar em Brasília, em 1980, em data a ser oportunamente fixada.

15. A Delegação Brasileira prestou homenagem à memória de Amílcar Cabral, fundador da nacionalidade Guineo-Cabo-verdiana, ao depositar uma coroa de flores no seu mausoléu.

16. Visitou igualmente, atendendo ao convite da parte Guineense, a Ilha de Bubaque, tendo ali constatado um progresso sensível na área turística.

17. O Chefe da Delegação Brasileira manifestou seu reconhecimento ao Governo e povo Guineense pela fraternal acolhida e hospitalidade dispensada a ele e a sua Delegação durante a sua estada na Guiné-Bissau.

Feita em Bissau aos sete de agosto de mil novecentos e setenta e nove.

ANEXOS

MEMBROS DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA:

— Embaixador Raymundo Nonato Loyola de Castro;

- Ministro Marcos Castrioto de Azambuja, Chefe de Departamento da África, Ásia e Oceania;
- Conselheiro Affonso Celso de Ouro-Preto, Chefe da Divisão de África-II;
- Conselheiro Carlos Alberto Pimentel, Chefe da Divisão de Cooperação Técnica;
- Conselheiro Sérgio Serra, Chefe da Divisão de Operações Comerciais;
- Secretário Luiz Augusto de Araújo Castro, Coordenador de Planejamento Político;
- Secretário Marcelo Jardim;
- Senhor José Ottmar Geotttert, do Ministério da Educação e Cultura;
- Cilmar Pereira Rodrigues, do Ministério da Agricultura;
- Senhor Zulmiro Balthazar, do Banco do Brasil S.A.;
- Senhor Paulo César Brito, da Casa da Moeda do Brasil S.A.;
- Senhor Roberto Carreiro, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
- Senhora Eliete Santiago, do Projeto Rondon.

MEMBROS DA DELEGAÇÃO GUINEENSE:

- Camarada Leonel Vieira, Diretor-Geral do Commissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros;
- Camarada Inácio Semedo Júnior, Diretor-Geral da Cooperação Internacional;
- Camarada Pio Correia, Diretor Geral de Petrominas;
- Camarada Sabino Dias, Diretor-Geral da Assistência Médica do Commissariado de Estado de Saúde e Assuntos Sociais;
- Camarada Maria da Luz Boal, Diretora-Geral da Coordenação do Commissariado de Estado da Educação Nacional;
- Camarada Augusto Évora, Inspetor-Geral do Banco Nacional da Guiné-Bissau;
- Camarada Luiz Cândido Ribeiro, Diretor de Serviço Estatística de Economia e Estatística Agrícola;
- Camarada Helder Regalla, Diretor de Serviços do Commissariado de Estado dos Correios e Telecomunicações;
- Camarada Aguinaldo Embaló, Diretor de Serviços do Commissariado de Estado do Comércio, Indústria e Artesanato;
- Camarada António Melício, Diretor das Finanças;
- Camarada Paulo de Jesus, Vice-Presidente do Comitê de Estado da Cidade de Bissau;
- Camarada José Humberto Alvarenga, Chefe de

Repartição da Direção Geral de Cooperação Internacional;

— Camarada Henriqueta Hopffer, Técnica do CENE para a Cooperação com o Brasil.

ANEXO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

1. Saúde

1.1 Medicamentos e vacinas

A Central de Medicamentos — CEME — do Ministério da Previdência e Assistência Social tem interesse em continuar a cooperação com Guiné-Bissau através do fornecimento de vacinas e medicamentos. Em situação de emergência, os medicamentos serão doados, como já ocorreu em outras oportunidades o fornecimento regular, porém, de medicamentos e vacinas poderá ser feito a preço de custo, constatadas as disponibilidades brasileiras.

1.2 Material Didático e Audiovisual, bem como filmes sobre campanhas de Saúde Pública

A delegação brasileira entregou, a título de doação, às autoridades guineenses, material didático, e audiovisual, bem como filmes sobre campanhas de saúde pública. Este material, preparado pelo Ministério da Saúde do Brasil, tem por objetivo fornecer subsídios às autoridades guineenses para preparação futura de programas de saúde.

1.3 Formação de Pessoal

Na área de saúde, no tocante à formação de recursos humanos, poderá ser prestada cooperação nos seguintes níveis:

1.3.1 Nível Superior: concessão de duas bolsas em medicina, em 1980, no âmbito do programa de graduação.

1.3.2 Nível Para-médico: estágios no Núcleo de Tecnologia de Saúde — NUTES/CLATES da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em número a ser definido.

1.3.3 Nível de especialização:

a) Saúde Pública: bolsas para o Curso Básico da Escola Nacional de Saúde Pública no Rio

de Janeiro, com duração de quatro meses e meio, e para o Curso de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, com duração de 6 meses.

b) Saneamento do Meio: bolsas de estudo a serem destinadas posteriormente.

2. Educação

2.1 Material Didático e Bibliotecas

Na área da Educação será efetuada a doação de material didático escolar e de livros para bibliotecas específicas, em futuro próximo. A relação do material necessário será definida por ocasião da visita a Guiné-Bissau de técnico do Ministério da Educação e Cultura especialista na matéria, provavelmente em setembro próximo.

2.2 Construção e Equipamento Escolar

O Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares — CEBRACE — está pronto a cooperar com a Guiné-Bissau na área de construção e equipamento escolar, inclusive transferindo tecnologia de que dispõe neste campo. Com esse objetivo poderá enviar, caso as autoridades guineenses assim o desejem, um especialista a Guiné-Bissau e receber, a partir de 1980, bolsistas guineenses nas seguintes áreas de atuação:

- a) planejamento de rede escolar
- b) planejamento de unidades escolares
- c) especificação e planejamento da aquisição do equipamento escolar.

A fim de que o Governo guineense possa melhor avaliar as possibilidades de cooperação oferecidas pelo CEBRACE, a delegação brasileira entregou às autoridades de Guiné-Bissau uma coleção completa de documentos acerca das atividades da referida entidade.

2.3 Bolsas de estudo

O Governo brasileiro colocou à disposição do Governo guineense 50 bolsas para 1980, com prioridade para a formação de nível médio. Nestas cinquenta bolsas estão incluídas aquelas previstas em cada área específica.

Adicionalmente, poderão ser oferecidas vagas em cursos de graduação, no âmbito do programa de estudantes-convênio. Os candidatos a estas vagas deverão custear sua viagem e estada no Brasil.

Complementarmente, a Universidade de São Paulo, poderá receber profissionais guineenses para estágio e cursos de especialização de curta duração, bem como enviar professores a Guiné-Bissau, durante o período de férias. O número de vagas nos estágios e cursos mencionados e de professores indicados será definido oportunamente após os entendimentos entre as partes interessadas.

Da mesma forma o Ministério das Comunicações está preparado para receber estagiários guineenses em serviços postais e telecomunicações.

2.4 Avaliação de atividades dos 21 cooperantes brasileiros e intercâmbio futuro

A delegação brasileira manifestou interesse de seu Governo em dar continuidade ao projeto de intercâmbio de cooperantes. Assim poderão ser renovados alguns contratos de cooperantes brasileiros em atividade em Guiné-Bissau, segundo relação a ser acordada entre os dois Governos, bem como contratados novos, em número a ser definido posteriormente.

Essa cooperação, em princípio, continuará a ser desenvolvida no âmbito do Programa de Voluntários das Nações Unidas.

2.5 Educação pelo Rádio

Concordou-se em enviar um técnico brasileiro em rádio-educação, para examinar com as autoridades guineenses a possibilidade de se implantar um sistema de educação através do rádio em Guiné-Bissau. Ainda nessa área poderão ser concedidas bolsas de estudo, desde que sejam definidas a clientela a ser atendida e as necessidades específicas nas áreas de planejamento, produção e utilização dos recursos do setor.

26. Cooperação em Educação, Planejamento Curricular e Material Escolar

Foi acordado, em princípio, o envio em setembro próximo de um especialista brasileiro em edu-

cação e planejamento curricular e outro em material escolar para Guiné-Bissau, a fim de definir projetos de cooperação nessas áreas.

3. Agricultura e Pecuária

3.1 Avaliação do projeto integrado em andamento nos setores de solo e patologia animal

As duas delegações manifestaram interesse em dar continuidade à cooperação nesses setores, através da formulação de novos projetos destinados à formação de pessoal guineense no Brasil e do envio, sempre que necessário, de missões brasileiras de consultoria e avaliação à Guiné-Bissau. Esta nova fase terá início após a conclusão do prédio em que será instalado o laboratório de patologia animal.

3.2 Avaliação dos resultados dos estágios nos setores de fitopatologia, inseminação artificial, ensaio de sementes e armazenamento de produtos alimentícios

Os resultados alcançados com a cooperação nestes setores levaram ambas as delegações a recomendar a intensificação das atividades de formação e aperfeiçoamento profissional de técnicos guineenses no Brasil. Ademais, a delegação brasileira indicou ser possível oferecer publicações técnicas e sementes para experimentação.

3.3 Eventual ampliação destas atividades e levantamento de outros setores a serem futuramente considerados

Além da possibilidade de intensificação das atividades já implementadas de cooperação técnica em agropecuária entre o Brasil e Guiné-Bissau, conforme mencionada nos itens anteriores, ambas as delegações concordaram em desenvolver a cooperação nos seguintes setores:

- a) fruticultura e horticultura: serão desenvolvidas atividades a longo prazo, de conformidade com as solicitações concretas a serem apresentadas pelo Governo de Guiné-Bissau, sempre levando em conta as disponibilidades das instituições brasileiras.
- b) Peste Suína Africana: conforme solicitações das autoridades guineenses, será enviada

uma missão técnica a Guiné-Bissau, a fim de definir os elementos da cooperação. O projeto de Desenvolvimento de Suinocultura e Avicultura apresentado pelo Governo guineense servirá de subsídio para os contatos preliminares.

c) Extensão Rural: a cooperação neste setor deverá considerar as seguintes sugestões decorrentes dos entendimentos havidos entre a missão brasileira que visitou Guiné-Bissau em março deste ano e as autoridades guineenses:

- envio de dois extensionistas brasileiros; um com experiência no campo de bem-estar social e o outro familiarizado com o trabalho junto a pequenos produtores;
- concessão de estágios para extensionistas guineenses;
- doação de material informativo sobre extensãoismo relacionado com agricultura e pecuária, higiene, alimentação e saúde.

A definição da época, duração e condições destas atividades será acordada oportunamente entre autoridades brasileiras e guineenses. O extensionista brasileiro atuando junto a pequenos produtores deverá fornecer subsídios para eventual cooperação para a criação de pequenos núcleos de produção suína.

3.4 Avaliação das atividades implementadas no setor de pesca

O desenvolvimento das atividades em pesca foi considerado positivo por ambas as delegações. Em consequência, recomendou-se dar continuidade à cooperação nesse campo, através das seguintes atividades:

- a) prestação de consultoria, com envio à Guiné-Bissau de técnicos brasileiros por período de tempo a ser acordado entre as duas partes;
- b) formação e aperfeiçoamento de recursos humanos na Superintendência de Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE, e em outras entidades afins.

4. Formação Técnico-Profissional

4.1 Avaliação dos resultados dos estágios realizados no SENAC e SENAI e levantamento das novas áreas de interesse

Tendo em vista o aproveitamento obtido nos estágios realizados no SENAC e SENAI, os dois Governos concordaram em atribuir especial ênfase à formação e aperfeiçoamento profissional, no âmbito das bolsas anuais de nível médio mencionados no item 2.3.

Nesse sentido, uma missão das duas entidades deverá deslocar-se a Guiné-Bissau, a fim de examinar com as autoridades guineenses as necessidades locais e formular um projeto de cooperação a médio e longo prazo.

5. Administração Pública

A cooperação em administração pública deverá desenvolver-se através da continuação do programa de concessão de bolsas para cursos regulares do IBAM, que mereceram o endosso de ambas as delegações.

Ademais, aquele Instituto deverá cooperar com as autoridades guineenses nos seguintes projetos:

- a) Organização Contábil da Empresa Pública — projeto piloto a iniciar-se em setembro de 1979.
- b) Organização de Almoxarifado do Centro de Abastecimento de Água de Bissau.

A implementação das atividades de cooperação nestes dois setores deverá fundamentar-se nos anexos projetos elaborados pelo IBAM, com base no exame das necessidades guineenses, realizado por técnico daquela entidade com as autoridades locais.

6. Planejamento de Transportes

Na área de transportes, o Governo brasileiro ofereceu uma bolsa para o "Curso de Planejamento de Transportes", patrocinado pela Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes — GEIPOT —, e estágios, de trinta a sessenta dias, para executivos e técnicas da área de transportes, a fim de conhecerem práticas de planejamento e

execução de obras em ferrovias, rodovias, portos e navegação.

Por outro lado, as duas delegações convieram ser de interesse o envio de uma missão brasileira a Guiné-Bissau, com vistas a identificar outros setores, na área de transportes, que permitam desenvolver atividades de cooperação entre os dois países.

7. **Ciência e Tecnologia**

As duas delegações consideraram conveniente a vinda a Guiné-Bissau de um técnico generalista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para examinar a viabilidade de cooperação nessa área.

A delegação brasileira indicou, ainda, a intenção de seu Governo de doar material de referência, sobre pesquisa científica, às entidades guineenses interessadas.

PROJETOS JÁ EXECUTADOS E EM EXECUÇÃO

Antes de se iniciarem as negociações relativas aos novos projetos, as duas delegações precederam ao exame e avaliação das atividades já executadas e em execução, nas seguintes áreas:

- 1) Saúde
- 2) Educação
- 3) Agricultura e Pecuária
- 4) Pesca
- 5) Formação Profissional
- 6) Administração Pública

1. **Saúde**

Na área de saúde as duas delegações registraram, com satisfação, as seguintes atividades:

- 1.1 Participação de delegação médica guineense em seminário sobre Gastroenterologia, realizado em Salvador, Bahia, em 1977.
- 1.2 Concessão de 6 bolsas para cursos de graduação em Medicina.
- 1.3 Doação de medicamentos e publicações técnicas.

2. **Educação**

No que se refere à educação, a cooperação entre os dois países desenvolveu-se através da concessão de 16 bolsas para graduação em Direito, Psicologia, Pedagogia, Administração, Sociologia e Biologia. Ademais, foram doadas bibliotecas especializadas e coleção-amostra de compêndios didáticos (quinhentos volumes).

Ambas as delegações registraram, com agrado, a contribuição de professores brasileiros que participam do Programa de Voluntários das Nações Unidas, para o reforço do corpo docente guineense de nível médio.

3. **Agricultura e Pecuária**

A área de agricultura e pecuária obteve especial atenção do dois países. Desenvolveram-se as seguintes atividades dentro do quadro de cooperação técnica:

- 3.1 Doação de Laboratórios de Patologia Animal (por instalar) e Laboratório de Solos (já instalado) com a contribuição de um técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).
- 3.2 Treinamento de 14 técnicos guineenses no Brasil para operação dos laboratórios de solos e patologia animal bem como nos setores de inseminação artificial, sementes e fitopatologia.
- 3.3 Doação de sementes e publicações técnicas e empréstimo de filmes.
- 3.4 Envio de missão da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) para elaborar projeto de cooperação bilateral nesse setor.
- 3.5 Viagem ao Brasil de Diretor do projeto Açucareiro de Gambiel para visita ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

4. **Pesca**

No que se refere ao setor de pesca, desenvolveram-se, após a vinda ao Brasil do Secretário das Pescas de Guiné-Bissau, Senhor Joseph Turpin, em fins de 1977, importantes atividades de cooperação entre os dois países.

Nesse contexto, a delegação de Guiné-Bissau ressaltou, com ênfase, a contribuição prestada ao desenvolvimento pesqueiro do país pelo Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva, Diretor do Instituto de Pesquisa da Marinha do Brasil, que, a convite do Governo guineense, visitou este país, onde se familiarizou com a indústria pesqueira local e, proferi diversas palestras sobre temas de sua especialidade.

Além da mencionada visita, ambas as delegações registraram os bons resultados obtidos com as seguintes iniciativas:

- 4.1 Missão a Bissau em maio de 1978 de três técnicos da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), para realizar estudos sobre o setor pesqueiro guineense.
- 4.2 Visita de técnico da mesma entidade, em final de 1976, para apresentar projeto de Legislação sobre Assuntos Marítimos e Pesqueiros, que ora se encontra em exame pelas autoridades guineenses.
- 4.3 Concessão de 15 bolsas de graduação em diversos setores ligados à pesca.
- 4.4 Doação de material informativo e diapositivos.

5. Formação Profissional

A área de formação profissional foi considerada prioritária para o desenvolvimento da cooperação entre os dois países. Tal prioridade, reconheceram as duas delegações, traduziu-se na prática pela concessão de 57 bolsas assim distribuídas: 14, em diversos setores, no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); 27, em Hotelaria, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); 5 em Correios e Telégrafos e Telecomunicações, nas Empresas Brasileiras de Telecomunicações e Correios e Telégrafos; 3 para funcionários administrativos e diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Secretaria de Estado das Relações Exteriores; 1 em operações financeiras no Banco do Brasil S/A.

Pode-se mencionar, ainda, a visita a Guiné-Bissau de um técnico do Banco do Brasil, em setembro de 1977, a fim de trocar idéias com as autorida-

des locais sobre a formação de recursos humanos no setor financeiro.

6. Administração Pública

No âmbito da cooperação em administração pública visitou Guiné-Bissau uma missão do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) que formulou, com as autoridades guineenses, projetos nos setores de organização contábil de empresa pública e organização de almoxarifado do Centro de Abastecimento de Água de Bissau, a serem implementados em futuro próximo. Por outro lado foram concedidas 6 bolsas para cursos regulares daquela entidade.

Cooperação Cultural

As duas partes salientaram a maneira satisfatória como tem se desenvolvido a cooperação entre os dois países e comprometeram-se a tudo fazer para intensificá-la, como torná-la mais abrangente, nomeadamente no domínio do cinema, na emissão de discos, publicações e intercâmbio artístico.

A esse respeito a Delegação Guineense entregou um documento em que desenvolve o tema da cooperação cultural a qual será devidamente considerado pelas autoridades brasileiras competentes.

Ao Comissariado de Estado dos
Negócios Estrangeiros
BISSAU

630/CEEN/79 31/5/79

A Direção Geral de Coordenação do Comissariado de Estado da Educação Nacional apresenta os seus melhores cumprimentos ao Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros e solicita que seja transmitida à Embaixada da República Federativa do Brasil os **dossiers** dos candidatos à bolsas de estudo:

A. Cursos Superiores

- 01 Ivete Maria Herbeert Duarte Lopes — Direito
- 02 Augusto Francisco da F. Regalha — Arquitetura
- 03 Alexandre Sampaio e Melo — Eng. Industrial
- 04 Manuel Javará — Sociologia
- 05 Isabel Maria Garcia de Almeida — Medicina
- 06 Brandão Gomes Có — Medicina

B. Cursos Médios (*)

- 07 Francisco Vicente G. F. Viana — Administração
- 08 Maria Odete S. G. F. Viana — Administração
- 09 Carlos Djata — Administração
- 10 Alberto Tambá — Administração
- 11 Bacar Cassamá — Administração
- 12 Carlos Alberto M. Barbosa — Administração
- 13 Alexandre M. da Silva — Máq. e Ferramentas
- 14 José António Bento — Mecânico Auto
- 15 Maria Augusta Mendes — Telecomunicações

- a) O candidato encontra-se no Brasil no Estado de S. Paulo a freqüentar o curso de Medicina.
- b) Pretende-se que os candidatos façam os cursos de Máquinas e Ferramentas e Mecânica Automóvel habilitando-os simultaneamente com o curso de Instrutor de formação profissional com possível estágio no SENAI.

Esta Direção-Geral reapresenta a candidatura do Camarada Mário Cissoko e Marciano Cordeiro, respectivamente para bolsas de pós-graduação em História e estágio no domínio Audiovisual.

Esta Direção-Geral propões que seja estudada a possibilidade de contratação no quadro da Cooperação de professores para o ano letivo 1979/1980 com início na primeira semana de Outubro de 1979 nos domínios seguintes:

03	Professores de Física
03	" Química
03	" Geografia
03	" Biologia
03	" Matemática
05	" Pedagogia Didática
05	" Psicologia

Esclarecemos que a lista de necessidades contidas no presente Ofício invalida as demandas anteriormente formuladas, no capítulo de bolsas de estudo.

Sem outro assunto, a Direção-Geral de Coordenação do Commissariado de Estado da Educação Na-

cional aproveita para reiterar ao Commissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros as suas melhores

Saudações Fraternalis
UNIDADE LUTA PROGRESSO
O DIRETOR-GERAL DE COORDENAÇÃO
Maria da Luz Boal

Setor Agropecuário

Os representantes do governo guineense e brasileiro analisaram o constante do Anexo de Cooperação Técnica proposta pela Delegação brasileira, concluindo que em linhas gerais o mesmo representa as aspirações dos dois governos em termos de cooperação técnica no domínio da agropecuária.

Desta forma, tem-se:

1. Avaliação do Projeto Integrado em andamento nos setores de solos e Patologia Animal

As duas delegações manifestaram interesse em dar continuidade à cooperação nesses setores, através da formulação de novos projetos destinados à formação de pessoal guineense no Brasil e do envio, sempre que necessário, de missões brasileiras de consultoria e avaliação à Guiné-Bissau.

2. Avaliação dos resultados dos estágios nos setores de fitopatologia, inseminação artificial, ensaio de sementes e armazenamento de produtos alimentícios

Os resultados alcançados com a cooperação nesses setores levaram ambas as delegações a recomendar a intensificação das atividades de formação e aperfeiçoamento profissional de técnicos guineenses no Brasil. Ademais, a delegação brasileira indicou ser possível oferecer publicações técnicas, sementes e mudas para experimentação.

3. Eventual ampliação destas atividades e levantamento de outros setores a serem futuramente considerados

Além da possibilidade de intensificação das atividades já implantadas de cooperação técnica em

(*) Secretariado (períodos a definir com técnicos do SENAI e do SENAC)

agropecuária entre o Brasil e a Guiné-Bissau, conforme mencionado nos itens anteriores, ambas as delegações concordaram em desenvolver a cooperação nos seguintes setores:

a) **fruticultura e horticultura:** serão desenvolvidas atividades a longo prazo, de conformidade com as solicitações concretas a serem apresentadas pelo Governo de Guiné-Bissau, sempre levando em conta as disponibilidades das instituições brasileiras.

O Governo de Guiné-Bissau enviará, oportunamente, documento especificando todas as espécies de árvores frutíferas, bem como as espécies e variedades de sementes hortícolas, a fim de facilitar ao Governo Brasileiro o estudo das possibilidades concretas de cooperação nesses domínios.

A parte guineense também submeterá ao estudo da parte brasileira, a solicitação de missão composta por dois técnicos brasileiros, com a duração aproximada de 15 dias, para discutir com técnicos locais, problemas relativos a fruticultura e horticultura.

b) **Suinocultura:** conforme solicitações das autoridades guineenses, será enviada uma missão técnica a Guiné-Bissau, a fim de definir os elementos da cooperação. O projeto de Desenvolvimento de Suinocultura e Avicultura apresentado pelo Governo guineense servirá de subsídio para os contatos preliminares.

As duas partes concordaram em que a referida missão técnica deve deslocar-se à Guiné-Bissau, ainda este ano em data e período a serem oportunamente propostos pelo Governo Brasileiro.

c) **Extensão Rural:** a cooperação neste setor deverá considerar as seguintes sugestões decorrentes dos entendimentos havidos entre a missão brasileira que visitou Guiné-Bissau em março deste ano e as autoridades guineenses:

- envio de dois extensionistas brasileiros, um com experiência no campo de bem-estar social e o outro familiarizado com o trabalho junto a pequenos produtores;
- concessão de estágios para extensionistas guineenses;

- doação de material informativo sobre extensionismo relacionado com agricultura e pecuária, higiene, alimentação e saúde.

A definição da época, duração e condições destas atividades será acordada oportunamente entre autoridades brasileiras e guineenses, mediante solicitações concretas do Governo Guineense, a serem estudadas pelo Governo Brasileiro.

d) **Estágios Técnicos:** contemplou-se a possibilidade de serem realizados estágios técnicos nas áreas de fruticultura, horticultura e bovinocultura para técnicos guineenses de nível médio, cuja duração e época serão propostas pelo Governo brasileiro à consideração do Governo Guineense.

Setor Pesca

A cooperação neste setor foi discutida pelas duas partes. Inicialmente o representante Guineense agradeceu as atividades da cooperação até aqui desenvolvidas, representadas por três missões técnicas brasileiras e pelo fornecimento de 15 bolsas em diferentes áreas, cujos beneficiários encontram-se no Brasil freqüentando cursos de administração de empresas (2), biologia marinha (1), contabilidade (2), direito (2), economia (5), engenharia mecânica (1), engenharia de pesca (1) e estatística (1).

Em seguida o representante brasileiro indicou as possibilidades genéricas de:

- a) prestação de consultoria, com envio à Guiné-Bissau de técnicos brasileiros por período de tempo a ser acordado entre as duas partes;
- b) formação e aperfeiçoamento de recursos humanos na SUDEPE, e em outras entidades afins.

O representante guineense, em vista disso, passou a apresentar as aspirações de seu País em termos de continuidade da cooperação brasileira no setor pesqueiro, através de:

- 1) envio de 4 técnicos por um período de 3 anos (podendo ser 3 técnicos por períodos seguidos de 1 ano), nas seguintes especialidades:

- a) 1 gerente de empresas armadoras de pesca;
 - b) 1 técnico em motores marítimos com vista a assistência e reparação dos mesmos e formação de técnicos nacionais;
 - c) 1 técnico em eletrônica, com vista à assistência e reparação de aparelhagem de bordo e formação de técnicos nacionais;
 - d) 1 técnico para apoiar a Secretaria de Estado da Pesca (SEP), no campo das atividades das frotas pesqueiras (vigilância do litoral).
- 2) fornecimento de 3 bolsas de estudo, nas bases das 15 já concedidas para:
- a) 1 estudante de nível médio em contabilidade
 - b) 1 estudante em engenharia mecânica (frio)
 - c) 1 estudante em biologia marinha

NOTA: a ordem acima assumida representa o grau de prioridade guineense.

O representante brasileiro após ouvir as colocações do representante guineense, fez as seguintes ponderações:

— No que tange à atuação de peritos brasileiros em Guiné-Bissau:

- 1) que se vai analisar com bastante interesse as aspirações guineenses;
- 2) que se torna bastante difícil o deslocamento de técnicos brasileiros por períodos longos como o solicitado;
- 3) que dificilmente, em função do período longo mencionado, os técnicos nacionais coo-

perantes poderiam ser oriundos de quadros governamentais, havendo a conseqüente necessidade de recrutamento a nível de mercado de trabalho brasileiro.

Ainda em referência a este segmento, o representante brasileiro procurou obter informações quanto às condições em que a atuação dos técnicos brasileiros, em Guiné-Bissau, se concretizaria.

Ficou esclarecido que existem, em princípio, duas hipóteses:

- 1. O Governo Brasileiro assumiria o custo da remuneração dos técnicos e o Governo Guineense forneceria alojamento e alimentação.
- 2. O Governo Brasileiro assumiria o custo da remuneração dos técnicos e o Governo Guineense forneceria complementação salarial em Escudos Guineenses. Nesse caso, o técnico só disporia de alojamento, ficando a alimentação por sua conta.

Face a essas novas informações, o representante brasileiro esclareceu que não se poderia, em princípio, assumir os compromissos acima previstos, face ao provável montante dos custos financeiros decorrentes, além das naturais dificuldades de seleção dos peritos brasileiros.

— No que tange a concessão de bolsas:

O representante brasileiro informou que a reivindicação poderia ser estudada no contexto mais amplo de fornecimento de bolsas de estudo por parte do Governo Brasileiro, não podendo ser deferido a nível setorial, pois dependerá, também, da própria escala de prioridades estabelecida pelo Governo Guineense.

Esta colocação foi aceita pelo representante guineense.

Além das atividades de cooperação acima especificadas, ficou acertado que existem possibilidades das missões técnicas brasileiras, com o fim de complementar o até aqui desenvolvido nas áreas de organização administrativa da Secretaria de Estado de Pesca (SEP) e elaboração de código de pesca para a Guiné-Bissau.

Finalmente, o representante brasileiro afirmou que o seu Governo acolherá com toda a boa vontade as solicitações guineenses, comprometendo-se a estudá-las à luz das reais possibilidades de que dispõe para cooperar no setor pesqueiro.

Saúde

Na área de saúde além dos estágios e bolsas previstos no esquema de cooperação sugeridas no anexo sobre a matéria apresentada pela Delegação brasileira e que mereceu a aprovação da Delegação guineense, foi solicitada cooperação nos seguintes setores:

Médico-hospitalar

- Fornecimento de material médico-hospitalar.
- Visita ao Brasil de cirurgião dentista para conhecer "in loco" experiência da Faculdade de Odontologia de Pernambuco na produção de equipamento odontológico simplificado.

Saneamento do Meio

- Estágio na Companhia de Saneamento e Tecnologia de São Paulo (CETESB).
- Doação de equipamentos.

Nutrição

Bolsa de estudo na Universidade de São Paulo para dieticista nutricionista ligada à preparação de dietas hospitalares. Ambas as delegações consideram muito importante a troca de informações científicas e publicações na área da saúde.

MEMORANDUM

Telecomunicações

1. Imediato

1.1 Ligação Direta Bissau—RJ

Necessidades locais (equipamentos):

- Emissores (2) 10 KW
- Receptores (2) Gama freq. 10 a 30.000 KHz
- Sintetizador (1)
- Antenas de Rx e Tx
- Peças sobressalentes
- Aparelhos de medida

1.2 Estudos:

- Frequências
- Hionosféricos

2. Formação: Treinamento no Brasil

Cursos especializados:

- Médio 6 unidades, a partir de 1980
- Superior 2 unidades, a partir de 1980

2.1 Áreas

- Transmissão
 - * Rádio
 - * Multiplex — feixes Hertzianos
 - * H.F. (ondas decamétricas)
 - * Cabo submarino
- Comutação
 - * Telefônica — Crossbar Tipo (ARF, ARM e ARK)
 - * Telegráfica
 - Teleimpressores (Técnicos)
 - Centrais SIEMENS (Tipo TW39)
- Exploração comercial (Telecomunicações)
- Eletricistas, Mecânicos Frios, Diesel, Automóvel, tec.

Treinamento na Guiné

Envio de técnico(s) para levantamento "in loco" das necessidades para implementação de uma escola no domínio das telecomunicações para 20 (vinte) alunos.

- Nível: Operário Especializado

- Áreas
 - * Comutação
 - Centrais
 - Telefones
 - * Transmissão
 - * Exploração comercial

(Período máximo 10 dias — 2.º semestre de 1980)

A escola seria de regime interno.

Após a recolha de dados o projeto seria elaborado no Brasil, sendo posteriormente enviado para concerto.

2.ª FASE Nele seriam considerados capacidade, tipos de literatura e filosofia, duração de cada

curso, materiais, etc. e projetos de edifícios que fariam parte do complexo escolar.

3. Necessidade de conhecer o projeto do cabo submarino que ligará o Brasil, Senegal e Lagos, e viabilidade da Guiné-Bissau poder comprar ½ circuitos para ligação com o Brasil, caso seja de interesse da parte brasileira.

4. Documentação

Trocas de documentação, nomeadamente documentos produzidos pelas normas TELEBRÁS.

5. Recepção Técnica de Equipamentos

— Comutação — Tipo ARF, ARM, e ARK, a partir do 2.º semestre de 1981.

— Transmissão — A partir do 2.º semestre de 1981.

— Correios — Formação
A partir de 1980, 2 (duas) bolsas para formação na Escola Superior de Correios (Brasília).

Apazariamos o envio de toda a documentação produzida para melhor escolha na seleção de candidatos:

- Nível (habilitações literárias ou equivalentes)
- Matérias inscritas
- Tempo duração
- Condições (a bolsa englobará todos os custos diretos e/ou indiretos).

MEMORANDUM

Educação

Dentro da Cooperação no âmbito da Educação entre a Guiné-Bissau e o Brasil, reportando-nos ao relatório da missão de Maio, da Camarada Irene Fortes, informamos que:

1. Professores

1.1 Possibilidades de formação de Quadros Nacionais no Brasil;

— necessidades de consultar o novo esquema de formação brasileiro.

1.2 Envio de cooperantes para o ensino secundário;

— necessidades de uma missão técnica da Universidade de São Paulo ao nosso País para analisar as nossas necessidades. Em relação a estes dois subpontos aguardamos informações do Governo Brasileiro.

1.3 Tendo a Cooperante Irene Torrano Filisetti — Voluntário das Nações Unidas — iniciado um bom trabalho no Gabinete de Estudos e Orientação Pedagógica, e impossibilitada de continuar esse trabalho por razões de ordem profissional, solicitamos que seja contratado no quadro da Cooperação Cultural e Técnica.

— Ver em anexo o "Curriculum vitae".

2. Bolsas

2.1 Estágio e/ou formação em vários domínios com possibilidades de formação de pequenos núcleos na Guiné-Bissau ou no Brasil.

- Biblioteconomia
- Programação de "curricula"
- Confecção de material didático
- Secretariado

2.2 Solicitaram-se bolsas de estudo através da Embaixada do Brasil em Bissau para o ano letivo de 1978/79 nas áreas seguintes:

1. para o Curso Superior de Arquitetura
2. para o Curso Médio de Ciências Sociais
3. para o Curso Médio de Guias e Intérpretes
3. para cursos Médios de Pedagogia da Educação Física Escolar
5. para cursos Médios de Cerâmica Artística
6. Empregados hoteleiros e cabeleireiros
7. Gestão de empresas.

Aguardamos até esta a Resposta sobre a disponibilidade do Brasil conceder as referidas bolsas.

2.3 Solicitou-se igualmente para o ano letivo de 1979/80 bolsas de estudo nas Áreas e níveis de:

A. Cursos superiores

1. Engenharia Industrial
1. Pedagogia

- 1. Medicina
- 1. Agricultura
- 1. Engenharia Aeronáutica
- 1. Agronomia
- 1. Direito

B. Cursos médios

6 bolsas que serão distribuídas nas especialidades de máquinas, enfermagem, secretariado, e técnica de impressão em máquinas offset.

3. Material Didático

3.1 Necessidade de discutir a modalidade de pagamento no caso de impressão de livros no Brasil para as nossas escolas.

3.2 Necessidade de solicitar ao Governo Brasileiro o fornecimento de material audiovisual para as áreas de Biologia, Geografia Geral, História Universal, Física, Química, Tecnologia, Matemática, níveis elementares ou não.

3.3 Solicitação de catálogos de material laboratorial de confecção brasileira de preferência com o fornecimento de **Kits**.

3.4 Estudo da possibilidade de doação de material didático (lista anexa).

4. Bibliotecas

4.1 Tem sido enviados alguns livros, sobretudo como amostragem, para análise.

Gostaríamos de receber, dentro da cooperação, uma coleção completa de versão brasileira da enciclopédia britânica — Enciclopédia BARSÁ, além de coleção de História da Civilização e Ciências Políticas e Sociais, nas quantidades mínimas convenientes e livros de área cultural e literária.

Sugerimos os livros editados pelas editoras "Difusão Européia do Livro", "Bloch" e "Editora Nacional".

4.3 Envio de técnicos brasileiros para cursos de instrutores de biblioteca.

5. Concluimos facilmente que no domínio da cooperação com o Brasil, no âmbito da Educação, concretizaram-se até à data 2 aspectos: bolsas de formação para estudantes nossos no Brasil, e envio de amostras de livros.

Direção-Geral de Coordenação do Comissariado de Estado da Educação Nacional em Bissau, 9 de março de 1979.

O Diretor-Geral de Coordenação
Maria da Luz Boal

Cooperação com o Brasil
Anexo ao Memorandum enviado em 10-1-1979

No quadro da Cooperação entre a Guiné-Bissau e o Brasil, informamos que no Setor da Educação, além dos pontos constantes do **memorandum**, devemos acrescentar as seguintes necessidades:

1. Bolsas

1.1 Cursos superiores — 6 bolsas nos seguintes domínios:

- 1 Direito
- 1 Arquitetura
- 1 Engenharia Industrial
- 1 Sociologia
- 2 Medicina

1.2 Cursos médios — 8 bolsas nos seguintes domínios:

- 6 Administração
- 1 Máquinas e Ferramentas
- 1 Mecânica de auto (manutenção)

1.3 Uma Bolsa de pós-graduação em História

1.4 Estágio no domínio Audiovisual

2. Envio de Cooperantes para o ano letivo 79/80 nos seguintes domínios:

- 3 Professores de Física
- 3 Professores de Química
- 3 Professores de Geografia
- 3 Professores de Biologia
- 3 Professores de Matemática
- 5 Professores de Pedagogia Didática
- 5 Professores de Psicologia

—
25 Total

Direção-Geral de Coordenação, em Bissau, 2 de julho de 1979.

O Diretor-Geral
Maria da Luz Boal

Anexo 3.4

QUANT.	ESPECIFICAÇÃO
120.000	Bloco de Desenho
200.000	Borracha escolar
120.000	Borracha para desenho
400.000	Caderno escolar (48 fls.) com linhas
400.000	Caderno escolar quadriculado
300.000	Caneta esferográfica azul
50.000	Caneta esferográfica vermelha
15.000	Caixas de giz (branco) para Quadro-Escola (cx. c/ 96) — Urgente
200.000	Lápis de cor (cx. c/ 12)
200.000	Lápis preto
200.000	Caderno grande (80 fls.) c/ linha
200.000	Caderno grande (80 fls.) quadriculado

Formação Profissional

Na área da formação profissional, além da cooperação acordada pelas partes no Anexo de Cooperação Técnica apresentado pela delegação brasileira, o Governo guineense solicitou a concessão de estágios para seis perfuradores em centros de treinamento brasileiros, conforme documento enviado à Presidência da Petrobrás em junho próximo passado.

Além disso, a delegação guineense manifestou interesse na vinda a Bissau de um geólogo e um geofísico, bem como na cooperação técnica brasileira para a organização administrativa de uma empresa do setor.

INTERCÂMBIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

1. Cooperação Financeira

1. Convênio de Crédito

A Delegação brasileira apresentou o projeto de Convênio de Crédito a ser assinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo Banco Nacional da Guiné-Bissau e destinado ao financiamento de importações guineenses de bens de capital, serviços, bens

de consumo durável e bens de consumo de origem brasileira.

A Delegação guineense, referindo-se aos contatos mantidos anteriormente, abordou as seguintes questões:

a) **Montante:** a Delegação guineense indagou as razões que haviam levado a parte brasileira a fixar o montante do Convênio de Crédito em US\$ 5 milhões ao invés dos US\$ 15 milhões originalmente solicitados. Foi esclarecido pela Delegação brasileira tratar-se de valor estipulado para início de operações, não havendo restrições a um possível aumento desse limite, no futuro, mediante novos entendimentos entre as partes.

b) **Juros e Prazo:** a Delegação guineense manifestou o desejo de que a parte brasileira reexaminasse a taxa de juros de 7% a.a., prevista no Convênio, de modo a, se possível, fixá-la em 5% a.a., conforme havia sido previamente solicitado. A Delegação brasileira esclareceu que o percentual oferecido no projeto já é o mais baixo que o Brasil tem acordado em Convênios semelhantes, afigurando-se difícil a sua redução. Quanto aos prazos de financiamento e de carência, a Delegação brasileira esclareceu estarem também os mesmos enquadrados nas condições mais favorecidas que o Brasil pode acordar em operações desse gênero, sendo difícil o atendimento da solicitação guineense de prazos de financiamento de 15 anos e de carência de até 5 anos, mas que o assunto não deixará de ser reexaminado com atenção.

2. Cooperação Triangular

As duas Delegações concordaram em explorar, no futuro, as possibilidades de cooperação em projetos que contemplem a participação de terceiros países financiadores.

3. Relacionamento Bancário

A Delegação brasileira manifestou o desejo de que fosse estreitado o relacionamento entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Nacional da Guiné-Bissau mediante a abertura de contas correntes e possível utilização da rede internacional de agências do Banco do Brasil por parte do Banco Nacional da Guiné-Bissau. A Delegação gui-

neense informou que o assunto será examinado com interesse e que posteriormente serão mantidos contatos necessários à concretização desse tipo de relacionamento.

II. Relações Comerciais

1. Operações comerciais em andamento

1.1 Fornecimento de passaportes pela Casa da Moeda do Brasil

O Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau encomendou a fabricação, pela Casa da Moeda do Brasil, de 100.000 (cem mil) passaportes comuns, 5.000 (cinco mil) passaportes de serviço e 2.000 (dois mil) passaportes diplomáticos. O valor da operação (estimado em US\$ 150.000,00 FOB — Rio de Janeiro) será coberto pelo Convênio de Crédito a ser assinado entre os dois países. Tendo em vista a urgência do Governo da Guiné-Bissau no recebimento dos passaportes, uma parte desses documentos foi colocada à disposição das autoridades guineenses por ocasião da reunião da Comissão Mista estando presente no ato da entrega o Dr. Paulo César Brito, Diretor-Financeiro da Casa da Moeda do Brasil. A liquidação da encomenda será feita no quadro do futuro Convênio de Crédito.

1.2 Dragagem do Porto de Bissau pela Cia. Brasileira de Dragagem

O Comissariado de Estado dos Transportes e Turismo da Guiné-Bissau convidou, em 4-12-78, a Companhia Brasileira de Dragagem — CBD, a executar a dragagem do Porto de Bissau e solicitou o envio de um técnico da empresa para fazer o primeiro levantamento dos trabalhos a serem executados. Em janeiro do corrente ano, o técnico da CBD, após verificar *in loco* as condições para a dragagem do Porto, prometeu o envio, em Março, de um relatório ao Comissariado de Estado dos Transportes e Turismo, que o encaminharia ao Comissariado de Estado de Coordenação Econômica e Plano para a devida apreciação. Devido às dificuldades encontradas pelo técnico da CBD na obtenção de informações complementares sobre a obra, o relatório sofreu um atraso e só foi entregue durante os trabalhos da Comissão Mista. A parte brasileira aguarda os comentários complementares guineenses.

1.3 Construção de destilaria para a produção de aguardente

Em 6-12-78, a empresa brasileira CODISTIL enviou ao Comissariado de Estado do Comércio, Indústria e Artesanato de Guiné-Bissau uma proposta técnica para construção de uma destilaria de aguardente, com capacidade para 1.000 litros/hora. A delegação guineense informou a parte brasileira que o assunto está sendo objeto de estudo e que posteriormente será enviada ao Brasil uma delegação para retomar as negociações.

2. Operações em perspectiva

2.1 Expansão Rodoviária

O Banco Mundial aprovou recentemente um financiamento de cerca de US\$ 9 milhões para expansão do setor rodoviário guineense. A este propósito, a Delegação brasileira informou que a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT, está em condições de coordenar uma participação brasileira em todas as etapas do projeto, estando habilitada, como empresa pública, a assegurar garantias a nível do Governo. A Delegação guineense tomou nota do interesse manifestada pela parte brasileira e prontificou-se a prestar as informações necessárias sobre o **appel d'offres** internacional relativo a este projeto.

2.2 Industrialização da Castanha-de-caju

A Delegação guineense deu a conhecer à parte brasileira as iniciativas em curso para instalação de uma unidade-piloto para a transformação de castanha-de-caju, manifestando o desejo de participação de empresas brasileiras. A Delegação brasileira registrou com satisfação este interesse, prontificando-se a encaminhar o assunto às empresas brasileiras interessadas que, por sua vez contatarão o Comissariado de Estado do Comércio, Indústria e Artesanato da República da Guiné-Bissau para obtenção de informações mais detalhadas.

2.3 Cooperação com a Casa da Moeda do Brasil

A Delegação brasileira reiterou o interesse da Casa da Moeda do Brasil em ser considerada como possível fornecedora de outros produtos além de passaportes, tais como moedas metálicas, papel-moeda, selos postais e fiscais e outros valores. A parte guineense registrou com interesse a oferta e prometeu canalizar o assunto para as autoridades competentes.

a visita do secretário-geral das relações exteriores a cabo verde

Discursos do Ministro dos Transportes e Comunicações de Cabo Verde, Herculano Vieira, e do Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, João Clemente Baena Soares, em Mindelo, em 8 de agosto de 1979, por ocasião da sessão solene de instalação da Comissão Mista Cabo-Verdiana Brasileira de Cooperação

MINISTRO CABO-VERDIANO

Senhor Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

Senhores membros da delegação brasileira.

É uma grande satisfação tê-los aqui conosco. Ao recebê-los nesta cidade de Mindelo, não podemos deixar de evocar o tempo passado em que o Porto Grande de São Vicente foi elo de ligação entre os nossos países e através dele nos chegavam os ecos do Brasil.

Descobrimos, assim, as identidades culturais existentes entre nós e aprendemos a apreciar a cultura; a conhecer o jeito de ser do Brasil; a nos ritmarmos pela sua música, rica e simples de ser aprendida pelo nosso povo que praticava ritmos e toadas semelhantes.

Foi então que famílias cabo-verdianas ansiosamente procuraram no Brasil o acolhimento e calor humano, e através das suas novidades ficamos a conhecer melhor a realidade brasileira. Se bem que afastados pelo Oceano vasto, parece-nos que não falsearíamos os fatos se disséssemos que de há muito o povo cabo-verdiano se sente de certo modo, próximo desse grande país de fala idêntica.

Ao longo dos anos, esse contato tem-se reforçado cada vez mais. Após a Independência, reassumidos os seus direitos, Cabo Verde tem procurado alargar o intercâmbio e reforçar os laços existentes, porquanto está convencido que a cooperação constitui um fator essencial de paz e prosperidade.

Nesse contexto, parece-nos natural que os nossos esforços nesse sentido se tenham dirigido particularmente ao Brasil, país amigo com que temos muito em comum.

É portanto com alegria que participamos do ato de instalação da Comissão Mista de Cooperação Cabo Verde-Brasil e exprimimos a honra com que, em nome do Governo de Cabo Verde, saudamos a delegação chefiada por Vossa Excelência.

A criação da Comissão Mista representa a institucionalização necessária das relações de cooperação entre os nossos dois países; a criação da Comissão Mista é o culminar de uma certa etapa. O volume das relações já existentes e a necessidade de assegurar dinamismo e continuidade levaram os dois países a concluir da necessidade de se instituir um instrumento permanente.

Ao longo dos últimos anos, assentamos as travessuras dessa cooperação. Várias reuniões a di-

versos níveis, visitas e intercâmbio de delegações abriram decisivamente este caminho.

Bastante tem sido feito até agora. Recordamos que as ações concretas de cooperação entre os nossos países iniciaram-se ainda antes da independência de Cabo Verde quando, respondendo a um apelo, o Governo brasileiro forneceu uma ajuda de urgência em gêneros de primeira necessidade a favor do povo cabo-verdiano.

A estada em Cabo Verde, em junho de 1976, de uma missão do Governo brasileiro dirigida pelo Sr. Embaixador Ítalo Zappa foi a primeira tomada de contatos e permitiu o início da identificação dos campos onde a cooperação entre as Repúblicas Federativa do Brasil e de Cabo Verde poderia desenvolver-se.

Ela seria materializada logo a seguir com a ida de estudantes e trabalhadores para cursos de formação e estágios no Brasil em diversas áreas de formação e aperfeiçoamento profissional e numa cooperação em domínios como a agricultura, a pecuária, o urbanismo e saúde, as telecomunicações, a educação, os transportes.

Novo passo seria dado em 1977, com a ida ao Brasil de uma missão governamental cabo-verdiana conduzida pelo Ministro de Educação e Cultura. O alargamento dos campos de cooperação e a intensificação das ações já iniciadas em vários domínios constituíram um importante resultado dessa missão. Educação, Saúde, Transportes e Comunicações, Obras Públicas, Agricultura e Pecuária, Comércio, Administração Municipal, Previdência Social foram domínios onde incidiram as discussões, estabelecendo-se então alguns objetivos de que resultaram, mais tarde, em ações concretas.

Traduzindo a vontade dos dois Governos de dar corpo, de forma cada vez mais aperfeiçoada, à cooperação técnica, novo contato de balanço e definição de objetivos teria lugar em fevereiro do ano corrente, desta vez com a ida ao Brasil de uma delegação cabo-verdiana conduzida pelo Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A cooperação entre os dois países havia já atingido uma fase em que era possível a proposição de uma série de ações de cooperação, abrangendo áreas muito diversificadas e consti-

tuindo, como sublinhou a Ata Final das Conversações, uma sistematização da cooperação técnica entre os dois países para a criação de um verdadeiro programa de cooperação. Mas várias áreas já identificadas, projetos concretos existem para estudo e decisão no decorrer dos trabalhos desta Comissão Mista.

Não poderíamos, igualmente, deixar de destacar o trabalho que vem sendo feito no sentido da institucionalização da nossa cooperação. Importantes instrumentos jurídicos vêm acompanhando a dinâmica do desenvolvimento das nossas relações, tecendo o pano de fundo da cooperação entre os nossos dois países. A assinatura, em abril de 1977, do Acordo base de Cooperação Técnica e Científica, marcou um primeiro passo, seguido, em fevereiro de 1979, da assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, do Acordo Cultural e da conclusão de um Acordo provisório sobre a Previdência Social por troca de Notas entre os dois Governos. Em domínios como a Marinha Mercante e os Transportes Aéreos a sua necessidade é igualmente sentida e alguns passos para a sua concretização foram já iniciados.

Também não se pode abordar a cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde sem se referir em particular ao importante domínio da formação de quadros e superação profissional, através da frequência de cursos ou estágios no seu país. A comunidade de língua de expressão oficial, muitos outros fatores de identificação cultural e a existência de muitos problemas técnicos semelhantes para os quais o Brasil se pôde empenhar há mais tempo na busca de soluções, fazem da cooperação no domínio da formação um dos pontos fortes da cooperação entre os dois países. As discussões havidas a esse respeito, e mesmo as ações concretizadas, mostraram já a compreensão que ambos os Governos têm da sua importância no quadro geral das relações de cooperação.

Senhor Secretário-Geral,

Ao esboçar este breve balanço das relações de cooperação entre o Brasil e Cabo Verde, regozijamo-nos pelo seu desenvolvimento harmonioso e seguro. Tem sido, com efeito, preocupação dos dois Governos assentar essa cooperação em ba-

ses sólidas e duradouras, o que nos permite perspectivar-lhe um futuro brilhante.

Nós conhecemos, aliás como tivemos a ocasião de testemunhar durante a nossa recente e agradável estada no vosso país, quando da tomada de posse de Sua Excelência o Presidente João Figueiredo, a que tivemos a honra de assistir em representação do Governo de Cabo Verde, nós conhecemos, dizíamos, o empenho pessoal que põe o mais alto magistrado da Nação brasileira no desenvolvimento das relações entre o Brasil e Cabo Verde.

Do nosso lado, queríamos uma vez mais, manifestar à delegação amiga brasileira, a grande importância e o lugar de destaque que o meu Governo atribui à cooperação com o Brasil, e reiterar a nossa disposição em fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para o seu estreitamento progressivo.

Para terminar, Senhor Secretário-Geral, resta-nos exprimir a certeza de que os trabalhos que ora vamos encetar irão fortalecer e dinamizar as relações entre os nossos países, e que a Comissão Mista brasileiro-cabo-verdiana se revelará como um instrumento de trabalho adequado de cooperação e entendimento, para a compreensão e amizade entre os nossos dois povos.

Muito obrigado!

BAENA SOARES

Senhor Ministro,

Com muita emoção e grande alegria estamos em Cabo Verde, para a reunião inaugural da Comissão Mista, criada pelo Tratado de Amizade e Cooperação, assinado em Brasília, em fevereiro deste ano.

Visitar Cabo Verde é, para nós, brasileiros, missão extremamente grata. Sentimo-nos à vontade neste país amigo, ao qual nos ligam não apenas laços históricos, culturais e afetivos — nem apenas o acervo considerável de interesses e aspirações. Liga-nos, sobretudo, uma consciência nítida do muito que temos a ganhar com o constante estreitamento de nossas relações.

A primeira sessão da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde constitui significativo passo adiante no caminho de aproximação entre nossos países. Esse processo teve início antes mesmo da independência de Cabo Verde, quando mantivemos contatos, em Bissau, com os dirigentes cabo-verdianos que preparavam a independência. Estivemos presentes nas comemorações do 5 de julho de 1975 e voltamos a enviar uma missão a Cabo Verde em 1976, quando foi assinado o Memorando de Entendimento que estabeleceu as bases para os planos de cooperação.

Em abril de 1977, o Ministro Carlos Reis, da Educação e Cultura, esteve em visita ao Brasil onde concluiu o Acordo Básico de Cooperação Técnica. Em fevereiro de 1979, foi assinado no Brasil o Acordo sobre Cooperação Cultural e o Tratado de Amizade e Cooperação, que deu origem a esta Comissão Mista. Efetuou-se, ainda, na mesma época, a troca de Notas sobre Previdência Social, destinada a atender aos interesses dos cabo-verdianos residentes no Brasil.

Brasil e Cabo Verde desejam o desenvolvimento econômico e social e o estabelecimento de uma ordem internacional mais justa e equitativa. Temos reafirmados, em palavras e ações, nossa firme adesão aos princípios da Carta das Nações Unidas, em particular os que se referem à igualdade soberana dos Estados, à não-interferência nos assuntos internos e externos dos Estados, à abolição do colonialismo e do racismo. São comuns as aspirações de paz, de justiça e de progresso dos povos brasileiro e cabo-verdiano.

Existem, ainda, outras afinidades. Povo de heróica vocação marítima, Cabo Verde bem conhece o Brasil. Numerosa comunidade cabo-verdiana radicada em terra brasileira tem enriquecido, pelo seu esforço e criatividade, o nosso país. O Arquipélago, por sua vez, terá sempre especial importância nos nossos caminhos marítimos e aéreos.

O Brasil não pretende apenas tirar conclusões da existência de interesses convergentes. Pretende dar expressão a uma opção fundamental. País em desenvolvimento, procura — com ânimo fraterno e solidário — contatos mais dinâmicos com os demais países em desenvolvimento. A aproximação com a África livre e soberana representa, assim, a expressão de uma vontade

política madura e consciente. Desejamos explorar, criar e desenvolver novos meios de contato e novas afinidades.

Sabemos, sem dúvida, que o realismo deverá guiar-nos. Os nossos recursos são limitados e o caminho é longo. Sabemos também que nossa opção de aproximação é legítima e valiosa porque repousa sobre os princípios igualmente importantes tanto para o Brasil quanto para as nações irmãs da África e porque busca produzir

benefícios recíprocos e estimular a cooperação entre países em desenvolvimento.

Cabo Verde e Brasil, estou certo, aceitam o desafio de efetivar por todos os meios um relacionamento profícuo que a história, a geografia e a cultura sugerem e estimulam. Recorde-se a sessão inaugural desta Comissão Mista como um passo decisivo e uma tomada conjunta de consciência de cabo-verdianos e brasileiros daquilo que deles se espera e do muito que poderão realizar juntos em benefício de seus povos.

primeira reunião da comissão mista brasil-cabo verde

Ata final da primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde, assinada na Cidade do Mindelo, em 10 de agosto de 1979, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, João Clemente Baena Soares, e pelo Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura de Cabo Verde, João Quirino Spencer.

Realizou-se na Cidade do Mindelo, na Ilha de S. Vicente, a 1.ª reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde criada pelo Tratado de Amizade e Cooperação assinado em Brasília, em 7 de fevereiro de 1979.

A delegação brasileira foi dirigida pelo Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. A composição da delegação consta do Anexo I.

A delegação cabo-verdiana foi chefiada pelo Comandante Herculano Vieira, Ministro dos Transportes e Comunicações. Integrava igualmente a delegação cabo-verdiana o Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura, João Quirino Spencer. A composição da delegação está incluída no Anexo II.

O Chefe da delegação brasileira foi recebido, em 10 de agosto, na Cidade da Praia, pelo Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira, a quem transmitiu os cumprimentos do Presidente da República Federativa do Brasil.

O Presidente Aristides Pereira manifestou-lhe a sua satisfação pelo progresso das relações de amizade e compreensão já existente entre os dois países.

O Chefe da delegação brasileira, entrevistou-se no mesmo dia com o Ministro da Coordenação Econômica, Comandante Osvaldo Lopes da Silva, congratulando-se pelo fortalecimento dos vínculos de cooperação existentes entre o Brasil e Cabo Verde.

O Governador do Banco de Cabo Verde, Corentino Santos, recebeu, no dia 10 de agosto, a delegação brasileira com a qual trocou idéias sobre a cooperação financeira.

Foi entregue carta de amizade e bom entendimento do Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro, dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Abílio Duarte.

Na sessão solene de instalação da Comissão Mista, celebrada em 8 de agosto e cuja Ata consta do Anexo III, os Chefes de delegação pronuncia-

ram discursos incluídos integralmente nos Anexos IV e V. Na sessão plenária, logo a seguir, foi aprovada a agenda dos trabalhos da reunião da Comissão Mista, que consta do Anexo VI. Com o objetivo de facilitar os trabalhos da Comissão Mista foi julgada conveniente criar duas subcomissões, cabendo à subcomissão A os assuntos políticos e culturais e à subcomissão B os assuntos técnico-econômicos.

A subcomissão A foi presidida pela parte brasileira sendo a relatoria confiada à parte cabo-verdiana. Na subcomissão B a presidência foi atribuída à parte cabo-verdiana e a relatoria à brasileira.

Caracterizaram-se os trabalhos da Comissão e de suas subcomissões por um clima de profundo entendimento, amizade e cooperação que ilustra o firme propósito de estreitar os vínculos que já unem os povos do Brasil e de Cabo Verde.

A segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde terá lugar, em princípio, em junho de 1980 no Brasil. A data será acordada pelos canais diplomáticos normais.

No dia 10 de agosto encerraram-se os trabalhos da primeira reunião da Comissão Mista com a aprovação dos relatórios das subcomissões A e B incluídos nos Anexos VII e VIII.

O Chefe da delegação brasileira expressou o seu reconhecimento pelo fraternal acolhimento dispensado a ele e a sua delegação o que confirma o espírito de hospitalidade do povo cabo-verdiano e a profunda identidade entre as duas nações.

Feita na Cidade do Mindelo, em 10 de agosto de 1979.

anexos

DELEGAÇÃO BRASILEIRA

- Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores
- Embaixador Raymundo Nonnato Loyola de Castro, Embaixador em Cabo Verde
- Ministro Marcos Castrioto de Azambuja, Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores

- Conselheiro Affonso de Ouro Preto, Chefe da Divisão da África do Ministério das Relações Exteriores
- Conselheiro Carlos Alberto Pimentel, Chefe da Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores
- Conselheiro Sergio Serra, Chefe da Divisão de Operações Comerciais do Ministério das Relações Exteriores
- Secretário Luiz Augusto de Araújo Castro, Coordenador de Assuntos Políticos do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores
- Secretário Marcelo Jardim, da Divisão da África do Ministério das Relações Exteriores
- Eliete Santiago, do Ministério do Interior
- Silmar Pereira Rodrigues, da Assessoria Internacional do Ministério da Agricultura
- José Ottmar Goettert, da Assessoria Internacional do Ministério da Educação e Cultura
- Roberto Carreiro, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República
- Zulmiro Balthazar Neves, da Diretoria de Operações e Agências Internacionais do Banco do Brasil
- Paulo Cesar Brito, Diretor Financeiro da Casa da Moeda
- Miguel Daher Neto, Vice-Cônsul — Praia

DELEGAÇÃO CABO-VERDIANA

- Comandante Herculano Vieira, Ministro dos Transportes e Comunicações
- João Quirino Spencer, Secretário-Geral do Ministério de Educação e Cultura
- Renato Cardoso, Diretor-Geral dos Assuntos Políticos, Econômicos e Culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Adão Rocha, Diretor-Geral da Cooperação
- Eurico Pinto Monteiro, Diretor-Geral da Administração Interna
- Humberto Morais, Diretor-Geral da Marinha e Portos
- Judite Lima, Diretora da Empresa Pública de Produção e Importação de Medicamentos (EMPROFAC)
- Augusto Costa, Diretor Regional de Educação
- José Cardoso, Diretor do Banco de Cabo Verde
- Noel Pinto, Diretor de Serviços na Direção-Geral da Fundação Pública e Trabalho
- Cláudio Ramos Duarte, Técnico Superior do Gabinete de Estudos e Planejamento do Ministério dos Transportes e Comunicações

- Esther Sequeira, Técnica Superior do Ministério de Educação e Cultura
- Carlos Silva, Técnico Superior do Ministério do Desenvolvimento Rural
- Fernanda Fonseca, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna, Fundação Pública e Trabalho
- Manuel Tolentino, Chefe de Departamento da Direção-Geral da Cooperação
- Elísio Silva, Técnico da Direção Nacional das Pescas
- Jorge Custódio, Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos oito dias do mês de agosto de 1979, na cidade de Mindelo, República de Cabo Verde, Sua Excelência o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador João Clemente Baena Soares e Sua Excelência o Ministro dos Transportes e Comunicações de Cabo Verde, Comandante Herculano Vieira chefiando respectivamente delegações oficiais do Brasil e Cabo Verde procederam à instalação solene da Comissão Mista de Cooperação Cabo Verde-Brasil instituída pelo Art. III do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde.

Em fé do que, lavrou-se a presente Ata em dois exemplares, que vai assinada pelos Representantes dos dois Governos.

João Clemente Baena Soares
Secretário-Geral das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Herculano Vieira
Ministro dos Transportes e Comunicações da República de Cabo Verde

RELATÓRIO DA SUBCOMISSÃO A

No âmbito da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde reuniu-se a subcomissão A, encarregada dos assuntos políticos e culturais

Foram abordados os seguintes pontos constantes da agenda da Comissão Mista:

1. Educação

1.1 A parte brasileira propôs a deslocação a Cabo Verde em outubro, de um técnico da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) que estude, juntamente com o Ministério de Educação de Cabo Verde as necessidades concretas nesse domínio, por forma a permitir uma avaliação exata do que pode ser a cooperação a estabelecer-se nesse domínio. Para preparação dessa deslocação, o Ministério da Educação de Cabo Verde deverá prestar ao FENAME algumas informações (população escolar dos vários níveis, condições em que têm sido impressos manuais em Portugal e na Holanda) bem como remeter exemplares de manuais em uso.

A parte cabo-verdiana registrou a proposta e trabalhará para que a visita se concretize.

Igualmente a FENAME dispõe-se a colaborar com o Ministério de Educação e Cultura de Cabo Verde no domínio da elaboração de manuais, proposta igualmente registrada pela parte cabo-verdiana.

1.2 Equipamento para uma Escola Primária Complementar

A parte brasileira explicou as dificuldades em satisfazer a proposta apresentada pela parte cabo-verdiana já que não exerce nenhum departamento estatal que fabrique equipamentos escolares.

No entanto, o Ministério da Educação e Cultura do Brasil continua a estudar a proposta.

A parte brasileira propôs a realização de estágios juntos do Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE) nos domínios ligados ao planeamento de rede escolar e de unidades escolares e na especificação e aquisição de equipamentos escolares. Complementarmente, propôs a deslocação de um técnico do Ministério da Educação e Cultura do Brasil para a cooperação nesse domínio com o Ministério da Educação e Cultura de Cabo Verde.

A parte cabo-verdiana registrou as propostas apresentadas.

1.3 Material Didático e Bibliotecas

A parte cabo-verdiana expôs o seu interesse numa cooperação neste domínio centrada sobre:

a) melhor conhecimento do livro brasileiro e do panorama editorial brasileiros;

b) fornecimento pelo Brasil de livros brasileiros destinados a bibliotecas cabo-verdianas.

A parte brasileira informou da realização, ainda em 1979, de uma exposição do livro brasileiro em Cabo Verde, exposição que depois seria doada ao Instituto Cabo-verdiano do Livro. Registrou também as propostas relativas a fornecimento de livros destinados a bibliotecas e aquisição no Brasil, âmbito da colaboração entre o Instituto Nacional do Livro do Brasil e o Instituto Cabo-verdiano do livro, expressou o seu desejo que as relações entre os dois Institutos se processem num fluxo permanente.

A parte brasileira aceitou o fornecimento de livros para a escola de professores do ensino secundário e de alguns materiais de apoio, registrando para estudo posterior os demais materiais de apoio.

A parte brasileira mencionou ainda a possibilidade de treinamento em Cabo Verde de monitores e auxiliares de Bibliotecas Públicas, bem como o envio de material didático disponível neste campo.

1.4 Educação pelo Rádio

A parte cabo-verdiana manifestou o seu interesse pelo conhecimento da vasta experiência do Brasil neste domínio.

A parte brasileira propôs como método para esse conhecimento a deslocação a Cabo Verde de um técnico brasileiro neste domínio e a realização no Brasil de estágios de planejamento, produção e execução de programas.

A parte cabo-verdiana registrou as propostas brasileiras.

2. Incrementação do Intercâmbio Cultural

A parte cabo-verdiana reafirmou o seu interesse no intercâmbio no domínio da pesquisa histórica.

A parte brasileira confirmou a sua abertura em relação a propostas concretas que lhe venham a ser submetidas.

A parte brasileira informou sobre a realização, prevista em Cabo Verde englobando variadas manifestações culturais.

As duas partes manifestaram o seu interesse no intercâmbio de conferencistas.

3. Administração Pública

3.1 A parte cabo-verdiana reafirmou o seu interesse na cooperação com o Brasil no domínio da Administração Municipal.

A parte brasileira fez entrega de dois projetos de cooperação elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração, o primeiro de apoio ao CENFA e o segundo sobre Legislação Urbana. A parte cabo-verdiana aceitou para estudo este projeto.

3.2 A parte cabo-verdiana reafirmou o seu interesse no fornecimento de equipamentos de acordo com a relação remetida em fevereiro de 1979. A parte brasileira estudará essa proposta em coordenação com o projeto elaborado pelo IBAM.

3.3 Ao pedido da parte cabo-verdiana de cooperação técnica para os Gabinetes, técnicos municipais, foi acordada que o governo brasileiro estudará a possibilidade do envio dos técnicos solicitados, a saber, engenharia civil, dois arquitetos e um urbanista através do serviço de voluntários da ONU, sempre sob a supervisão de ambos os governos.

As duas partes convieram em estudar com o PNUD as modalidades que poderia revestir essa forma de cooperação.

4. Formação de Quadros

Ambas as delegações exprimiram o seu interesse na dinamização deste setor de cooperação.

A parte brasileira comunicou a disponibilidade do Governo do Brasil em atribuir, como mínimo, cinquenta bolsas para o ano letivo a iniciar-se em 1980 e destinadas aos cursos de formação superior e técnica (cursos plurienais ou de formação técnica curriculares), dispendo-se, sob proposta da parte cabo-verdiana, a considerar pedidos da parte cabo-verdiana a um teto máximo de 70 bolsas nos moldes atrás referidos.

As duas partes debruçaram-se sobre os mecanismos de efetivação da cooperação neste importante domínio, tendo examinado os mecanismos e processos até agora utilizados e sugerido formas de melhoramento da sua eficácia. Um esquema de ligação dinamizador foi apresentado no quadro dessa discussão. Esse esquema dinamizador prevê as seguintes novas providências:

a) o Governo cabo-verdiano se compromete a fazer chegar às autoridades brasileiras no mais tardar até a primeira quinzena de setembro a documentação referente ao candidato, que deverá constar do **dossier** completo do candidato que inclua **currículum** com discriminação das diferentes matérias cursadas e informes pessoais, indicação tão precisa quanto possível do nível e objetivos da formação pretendida;

b) de posse dessas informações, o Governo brasileiro procurará identificar a instituição de ensino cujo **currículum** melhor corresponda às intenções e necessidades do candidato;

c) uma vez identificada a instituição, o perfil do curso será remetido com a brevidade possível, ao Governo de Cabo Verde a fim de ser examinado pelo interessado;

d) o Governo brasileiro buscará também assegurar resposta das instituições selecionadas no que diz respeito à inscrição ao menos até dezembro de cada ano;

e) na medida do possível, bolsistas serão recebidos na mesma época a fim de serem informados sobre os procedimentos de matrícula e encaminhados às respectivas instituições.

Com esta mesma finalidade, a parte brasileira solicitou o fornecimento do currículo disciplinar dos três últimos anos de formação secundária em Cabo Verde.

A parte brasileira reafirmou o seu interesse na frequência, por funcionários cabo-verdianos de cursos e estágios de superação profissional de curta duração programados por entidades e instituições brasileiras. A parte cabo-verdiana registrou esse interesse.

A parte brasileira igualmente solicitou das autoridades cabo-verdianas uma apreciação sobre os

cursos e estágios de formação e aperfeiçoamento profissional de cabo-verdianos no Brasil. A parte cabo-verdiana registrou a proposta.

A parte brasileira prestou informações sobre o sistema de estudante-convênio. A parte cabo-verdiana escutou com interesse essas informações que registrou. A parte brasileira submeterá oportunamente à apreciação das autoridades cabo-verdianas elementos de análise com vista à eventual conclusão de um acordo por troca de Notas neste domínio.

A parte brasileira informou da deslocação a Cabo Verde, em setembro de 1979, de uma missão conjunta SENAI-SENAC para estudo com as autoridades cabo-verdianas de um programa de formação profissional a médio e longo prazo.

A parte brasileira informou da possibilidade de dar continuidade à formação de estudantes de Cabo Verde no Instituto Rio-Branco para a carreira diplomática.

RELATÓRIO DA SUBCOMISSÃO B

No âmbito da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde reuniu-se a Subcomissão B, encarregada dos assuntos técnicos-econômicos.

Foram abordados os seguintes pontos constantes da Agenda da Comissão Mista:

1. Desenvolvimento Rural

As duas partes analisaram e entraram em acordo com referência aos seguintes pontos:

1.1 Tendo em vista os resultados satisfatórios alcançados com a instalação dos laboratórios de solos e patologia animal, que se encontram em funcionamento, as duas delegações manifestaram interesse em continuar a cooperação nesse setor, através da formulação de novo projeto que preveja o envio de missões brasileiras de apoio e avaliação, bem como aperfeiçoamento de técnicos cabo-verdianos no Brasil.

1.2 Ida de missão técnica cabo-verdiana ao Brasil, para, com base na análise da experiência brasileira, identificar possibilidades de cooperação, nos seguintes domínios:

- Agronomia em geral
- Gestão de empresas voltadas para o setor agropecuário
- Reflorestamento e pastagens
- Hidrogeologia
- Conservação de solos e água

A deslocação da missão seria em princípio em março de 1980.

1.3 Vinda de missão técnica brasileira a Cabo Verde, composta por um especialista em conservação de solos e um especialista em prospecção e exploração de águas.

A data prevista para o deslocamento da missão será definida ainda este ano, de preferência para os meses de outubro ou novembro.

1.4 Vinda de missão técnica brasileira a Cabo Verde, para proceder ao levantamento, juntamente com técnicos locais, das condições e possibilidades concretas de cooperação no domínio da sanidade animal, em período a ser posteriormente determinado.

1.5 Vinda de missão técnica brasileira a Cabo Verde, para, juntamente com técnicos locais, estudar a viabilidade da implantação de um centro de multiplicação de suínos. As duas partes concordaram em desenvolver esforços para que a referida missão desloque-se a Cabo Verde ainda em 1979.

1.6 Vinda a Cabo Verde de dois extensionistas rurais brasileiros, um com experiência no campo do bem-estar social e outro familiarizado com o trabalho junto a pequenos produtores, por um período aproximado de 3 meses. Essa missão será realizada o mais breve possível e dedicar-se-á, fundamentalmente, a colaborar na estruturação do Serviço Nacional de Extensão Rural.

1.7 Estágios Técnicos no Brasil

a) Um técnico de nível médio em estabelecimentos produtores de frangos de corte. As duas partes concordaram em desenvolver esforços para que esse estágio ocorra em 1979, com uma duração a ser acertada, oportunamente, pelas autoridades cabo-verdianas e brasileiras.

b) Um técnico médio em agricultura e pastagens em zonas áridas. A parte brasileira ficou

de estudar as possibilidades existentes internamente e contatar posteriormente as autoridades de Cabo Verde.

c) Um técnico de nível médio em experimentação de cana-de-açúcar. A parte brasileira comprometeu-se a examinar a possibilidade e a responder o mais rápido possível.

d) Um técnico de nível médio em instalação e exploração de pequenas unidades de laticínios. A parte brasileira comprometeu-se a consultar a Escola de Laticínios Cândido Tostes, quanto à realização do referido estágio.

e) Um técnico de nível médio em industrialização da carne de porco. A parte brasileira comprometeu-se a estudar a viabilidade de realização do estágio.

1.8 As duas partes concordaram em que seja incrementado o intercâmbio de material diverso, respeitante a publicações técnicas, informações bibliográficas, filmes, etc.

2. Setor Pesca

2.1 A Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), manifestou-se favoravelmente em idênticas possíveis áreas de cooperação técnica e, para tanto, está procedendo ao reexame do projeto de distribuição de peixe em gelo, apresentado pelo Governo de Cabo Verde.

2.2 Ainda no âmbito do mesmo projeto, a delegação brasileira comprometeu-se a submeter às autoridades competentes a questão relativa ao fornecimento dos equipamentos necessários à perfeita instalação do mesmo.

3. Saúde

Foram discutidos em pormenores os seguintes pontos:

3.1 Fornecimento de vacinas para a realização do programa Cabo-verdiano de vacinação.

A delegação brasileira informou que as vacinas poderão ser fornecidas a preço de custo através da Central de Medicamentos (CEME) dentro de curto prazo, com exceção das vacinas antipólio e dupla, das quais o Brasil é importador.

3.2 Equipamento para 5 postos sanitários.

tudar a possibilidade de fornecimento do equipamento solicitado, a partir do próximo ano.

3.3 Fornecimento de medicamentos.

A delegação brasileira informou da possibilidade de doações de medicamentos em casos de emergência e da disposição da CEME em fornecer os produtos fabricados nos Laboratórios a ela adstritos a preço de custo, esclarecendo que os contatos para a concretização seriam efetuados pela Empresa Pública de Produção e Importação de Medicamentos (EMPROFAC) através das vias diplomáticas.

3.4 Educação sanitária.

A delegação brasileira ofereceu ao Governo de Cabo Verde um conjunto de material didático e audiovisual incluindo publicações, filmes e cassetes sobre programas de educação em Saúde Pública.

Informou ainda da vinda da Dra. Rosa Pamoni Pimont — Diretora da Divisão Nacional de Saúde ainda este ano que apoiará o desenvolvimento do programa de educação sanitária.

3.5 Produção e controle de medicamentos.

No âmbito de produção de medicamentos, a delegação brasileira informou da possibilidade de concessão de estágios a serem definidos mediante indicação oportuna.

No âmbito de controle de medicamentos informou que seriam concedidos estágios para 2 técnicos médios por um período de 2 meses e de um químico por um período de um mês no Instituto Oswaldo Cruz que poderia ser iniciado a partir de 6 de outubro e no Instituto de Qualidade de Medicamentos a partir de 24 do mesmo mês.

A delegação brasileira se propôs estudar a possibilidade de inclusão de um item sobre equipamentos indispensáveis ao projeto de treinamento.

A delegação cabo-verdiana mostrou interesse na vinda da farmacêutica Dra. Teresa Cynino para apoiar o setor farmacêutico, por 2 meses.

A delegação brasileira informou que seriam feitos todos os contatos necessários à sua concretização, ainda este ano.

3.6 Assistência técnica em Saúde Mental

A delegação brasileira informou da vinda do Dr. Jerônimo Alves Barbosa por um ano, dentro de 30 dias, e do Dr. Jorge Alakja por um período inicial de 4 meses, em época a ser determinada pelas duas partes.

3.7 Formação de quadros

a) Foram solicitados estágios em Saúde Pública para um médico e dois enfermeiros.

A delegação brasileira informou que seriam concedidas bolsas para o curso básico da Escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro por um período de 4 meses e no Curso de Saúde Pública da Universidade de São Paulo por um período de 6 meses.

b) Na área da Pediatria foi solicitada pela delegação cabo-verdiana estágios para duas enfermeiras no Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco no campo de Medicina Social e Comunitária.

A delegação brasileira informou que, poderia haver uma coincidência com os estágios na área de Saúde Pública acima citados.

Todavia em caso contrário, seria estudada a possibilidade de concessão de estágios no próprio Instituto.

c) A delegação cabo-verdiana mostrou interesse em obter no domínio da Engenharia Sanitária.

A delegação brasileira informou da possibilidade de efetuação do estágio na CETESB — Companhia do Saneamento e Tecnologia de São Paulo em época a ser definida pelas duas partes.

d) Formação de administradores hospitalares: à solicitação feita pela delegação cabo-verdiana.

A delegação brasileira informou que o curso de administrador hospitalar é de pós-graduação, pelo que procuraria obter as informações ne-

cessárias no sentido da possibilidade de formar nesse campo técnicos médios administrativos.

e) Ainda no domínio de formação de quadros, a delegação brasileira informou da possibilidade de promover estágios para especialização de enfermeiros no NUTES — Núcleo de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por períodos de 4 a 6 meses.

3.8 Assistência Técnica na Construção Hospitalar

A delegação brasileira informou da vinda de um engenheiro civil com experiência em construções hospitalares por um período de 4 a 6 meses, se possível ainda este ano em época a ser definida pelas duas partes.

4. Obras Públicas

4.1 Cooperação na implantação de uma escola de formação de operários especializados em construção civil e metal-mecânica.

Devendo o Governo da República de Cabo Verde constituir no segundo semestre de 1980 uma escola destinada à formação de operários especializados em construção civil e em metal-mecânica, as duas delegações concordaram que o SENAI cooperará com o Ministério das Obras Públicas da República de Cabo Verde nos seguintes setores:

a) formação de monitores em construção civil e metal-mecânica.

O Governo de Cabo Verde solicitou ao Governo brasileiro a concessão de 26 bolsas para estagiários, sendo 17 no setor de construção civil e 9 no setor metal-mecânico. O SENAI se compromete a receber ainda no corrente ano de 1979, 10 estagiários, ficando estabelecida que a solicitação relativa a formação dos restantes dezesseis será encaminhada quando da vinda a Cabo Verde da missão técnica do SENAI, a fim de se determinar o período mais conveniente em 1980 e o perfil do curso a ser ministrado.

b) A missão do SENAI/SENAC também examinará a questão da formação de supervisores de nível superior com a finalidade de formar pessoal habilitado à formação do currículo e da

metodologia de ensino para a escola técnica acima mencionada.

c) A vinda de um engenheiro civil e de um engenheiro mecânico a Cabo Verde para o enquadramento dos monitores formados e o lançamento da Escola será também estudada durante a visita da referida missão.

4.2 Laboratório de Geotecnia e Materiais de Construção.

A delegação do Brasil informou a delegação de Cabo Verde de que a Fundação Universidade de São Paulo — FUNDUSP — e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas — IPT —, vinculados à Universidade de São Paulo — USP —, já se manifestaram positivamente quanto a cooperar com Cabo Verde no setor de Laboratório de Geotecnia e Materiais de Construção. Acrescentam aquelas entidades que estão procedendo ao exame do projeto apresentado por Cabo Verde e deverão oferecer brevemente uma resposta sobre o alcance das atividades a serem desenvolvidas.

5.1 Acordos de Transporte Marítimo e Aéreo

Entendimento de 28 de abril de 1977 e no quadro do artigo VII do Tratado de Amizade e Cooperação, as duas delegações convieram em envidar esforços para a institucionalização das relações bilaterais no campo dos transportes e comunicações, visando, especificamente, à retomada, por parte de empresas brasileiras, de utilização do Porto Grande de São Vicente e do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na Ilha do Sal. Nesse contexto, a delegação cabo-verdiana fez entrega de projeto de Acordo de Transportes Marítimos entre o Brasil e Cabo Verde, anexando a este relatório, o qual será encaminhado pela parte brasileira às autoridades competentes do Brasil para o devido exame. A delegação cabo-verdiana informou, ainda, que apresentará oportunamente, por via diplomática, projeto de acordo no campo dos transportes aéreos, que será igualmente encaminhado ao exame das autoridades competentes brasileiras.

5.2 Planejamento de Transporte

5.2.1 No campo do planejamento de Transporte, a delegação brasileira informou das seguintes possibilidades de cooperação:

a) participação de um técnico cabo-verdiano no Curso de Planejamento de Transportes a ser realizado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT — no período de setembro a novembro do corrente ano em Brasília;

b) concessão de estágios em empresas brasileiras de transportes, cobrindo as áreas de administração, planejamento e pesquisa em transportes urbanos.

5.2.2 A delegação cabo-verdiana manifestou igualmente interesse em incentivar o intercâmbio de publicações técnicas e científicas referentes ao setor.

5.3 Formação Profissional

No domínio da formação profissional, a delegação cabo-verdiana manifestou o desejo de dar continuidade aos programas de treinamento nas seguintes áreas:

a) marinha mercante (formação de oficiais de ponto e de máquinas);

b) aeronáutica e aviação civil (formação de pilotos, mecânicos e controladores de tráfego aéreo);

c) administração portuária (formação de técnicos de nível médio);

d) correios e telecomunicações (formação de técnicos de nível médio)

A delegação brasileira informou que as autoridades brasileiras competentes examinarão as possibilidades de atender as solicitações acima tão logo o Governo de Cabo Verde apresente os candidatos e defina o nível e o perfil do estágio desejado.

6 Cooperação Financeira

6.1 Abertura de linha de crédito

Avançando nos entendimentos relativos à abertura de uma linha de crédito destinada à aquisição, por parte de Cabo Verde, de bens e serviços brasileiros, a delegação cabo-verdiana, a pedido da parte brasileira, fez entrega de uma relação provisória — e de caráter indicativo — de bens

cujas importações são consideradas prioritárias pelo Governo de Cabo Verde.

A delegação brasileira afirmou que, dentro do espírito de cooperação e amizade que anima as relações entre os dois países, o Governo brasileiro envidará todos os esforços no sentido de apresentar um projeto de Convênio de Crédito que contemple condições as mais favorecidas, no intuito de prestar um concurso eficaz aos anseios de desenvolvimento da República de Cabo Verde.

6.2 Operações Triangulares

A delegação brasileira manifestou o interesse do Brasil em participar de projetos de desenvolvimento em Cabo Verde em cujo financiamento estejam envolvidos terceiros países ou organizações internacionais.

6.3 Cooperação Bancária

As duas partes convieram ainda em promover uma colaboração mais estreita entre as instituições bancárias internacionais. Neste setor, a delegação cabo-verdiana manifestou interesse em enviar estagiários para treinamento no Banco do Brasil. Os níveis de treinamento seriam oportunamente indicados pelo Governo cabo-verdiano. A delegação brasileira informou que o assunto será analisado com atenção tão logo seja recebida a proposta cabo-verdiana.

7. Operações Comerciais

7.1 A delegação cabo-verdiana comunicou o interesse de seu Governo em adquirir do Brasil um navio de cerca de 5.000 tpb, com até 4 (quatro) anos de uso, com financiamento dentro da linha de crédito a ser aberta para a compra, por parte de Cabo Verde, de bens e serviços de origem brasileira. A delegação brasileira afirmou que o interesse cabo-verdiano será levado em consideração no projeto de Convênio de Crédito a ser apresentado pelo Brasil.

7.2 A delegação brasileira informou à parte cabo-verdiana de seu interesse em que fosse estudada pelas autoridades competentes de Cabo Verde a possibilidade de fornecimento, pela Casa da Moeda do Brasil, de produtos de sua fabricação, tais como passaportes, papel-moeda,

moedas metálicas, selos postais e fiscais e outros documentos de valor. A delegação cabo-verdeiro-examinado pelas autoridades competentes de Cabo Verde.

7.3 As duas partes convieram, ainda no domínio das operações comerciais, em seu mútuo interesse na participação da empresa brasileira em projeto de construção de hotel na ilha do Sal. A esse respeito, as duas delegações anotaram com satisfação que entendimentos sobre o assunto já estão se procedendo entre as autoridades competentes cabo-verdeianas e uma empresa brasileira.

no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros do japão

Discursos dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e dos Negócios Estrangeiros do Japão, Sunao Sonoda, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 16 de agosto de 1979, por ocasião de almoço oferecido ao Chanceler japonês e a sua comitiva, composta de três Ministros e um Vice-Ministro.

CHANCELER BRASILEIRO

Senhores Ministros de Estado,

O Governo brasileiro sente-se honrado com a realização, pela primeira vez, em Brasília, da Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão. Muito apreciamos a relevante participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Senhor Sunao Sonoda, em visita oficial, e dos Ministros Michio Watanabe, da Agricultura, Floresta e Pesca, do Ministro Masumi Esaki, do Comércio Internacional e da Indústria, do Ministro Kinji Moriyama, do Transporte, do Vice-Ministro Takehiro Sagami, que representa o titular da pasta das Finanças.

Ao acolher hoje, nesta Casa, tão ilustres representantes japoneses, desejo manifestar-lhes mais uma vez a amizade e hospitalidade do povo brasileiro.

A presença de Vossas Excelências no Brasil confirma a necessidade do contato freqüente e dire-

to entre os responsáveis pela alta administração dos dois países. Estou convencido de que as relações entre o Brasil e o Japão serão beneficiárias desse contato pessoal.

A colaboração entre o Brasil e o Japão repousa historicamente — e assim deve ter seguimento — em bases concretas e estáveis: trata-se de uma associação entre parceiros que se estimam, para benefício mútuo. Nosso diálogo, isento de conflitos, se fundamenta no genuíno respeito de um país pelo outro, e na irrestrita consideração dos respectivos interesses e aspirações nacionais.

O mundo, hoje, está a exigir imaginação e capacidade de iniciativa. A realidade em transição impõe-nos freqüentes desafios de adaptação e de progresso. É indispensável, assim, que a cooperação bilateral não perca de vista o dinamismo de nossos interesses e se coloque na perspectiva de longo prazo. Brasil e Japão não têm recuado diante de obstáculos conjunturais em seu esforço para ampliar as áreas bilaterais de cooperação.

Não têm faltado aos dois povos lucidez e coragem para levar adiante inúmeros projetos conjuntos. A USIMINAS é, já, exemplo clássico de realização concreta da convergência de vontades e interesses brasileiros e japoneses.

A visita do Presidente Ernesto Geisel ao Japão, em 1976, veio acrescentar ao elenco da cooperação nipo-brasileira uma impressionante lista de projetos binacionais, cuja implementação está em curso.

A presença, ano passado, no Brasil, de suas Altezas Imperiais, o Príncipe Herdeiro Akihito e a Princesa Michiko, durante as comemorações do septuagésimo aniversário da chegada dos primeiros imigrantes, contribuiu para ressaltar a importância daquela etapa humana da história das relações entre Brasil e Japão.

O Brasil tem sido receptivo, em momentos nos quais o Japão se interessou especialmente, às iniciativas japonesas. Capitais e homens japoneses foram aqui bem recebidos e integraram-se no esforço brasileiro de desenvolvimento. Multiplicou-se o capital japonês e as mulheres e os homens que aqui se fixaram adotaram a nova pátria, que é hoje a de nacionalidade de seus descendentes.

É extremamente oportuna a realização, neste momento, da Segunda Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão. A avaliação periódica de nosso relacionamento, dentro de uma visão de conjunto, certamente concorrerá para renovar a vontade política capaz de assegurar o dinamismo da cooperação econômica e do intercâmbio comercial entre os dois países. Não podemos nos contentar com as metas já atingidas, sob pena de não respondermos à expectativa que a densidade do nosso relacionamento permitiu aos dois povos. Cabe à Reunião Consultiva a responsabilidade de intensificar o nosso alto nível de cooperação bilateral, identificando novas frentes para

Excelentíssimo Senhor Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores;

Digníssimas Autoridades presentes;

Desejo expressar, neste momento, na qualidade de representante da comitiva japonesa, meu profundo agradecimento pelas palavras gentis de Vossa Excelência.

Quero agradecer, também, a Sua Excelência o Presidente João Baptista Figueiredo, a Vossa Excelência, Senhor Ministro, e a todas as demais autoridades brasileiras, pela calorosa recepção

CHANCELER JAPONÊS

Senhores Ministros,

O diálogo entre nossos Governos não se esgota no plano bilateral. A causa da paz reclama o diálogo e servir à causa da paz é para o Brasil — como para o Japão — um compromisso constitucional. A complexidade do quadro internacional contemporâneo não é um incentivo ao isolamento, mas um desafio cada vez maior de presença e de participação.

Brasil e Japão devem encontrar novos pontos de contato para um diálogo frutífero e construtivo. É meu desejo que as nossas conversações forneçam contribuição positiva à cooperação entre nossos Governos, tanto no plano internacional, quanto na esfera bilateral. Creio que a visita de tão ilustre comitiva é mais uma etapa no caminho promissor do convívio nipo-brasileiro.

Com esses votos, permitam-me erguer minha taça num brinde pela saúde de Vossas Excelências e pela prosperidade da grande nação japonesa.

com que fomos distinguidos por parte do Governo brasileiro.

Pela primeira vez em minha vida pisei o solo de Brasília, a convite do Governo brasileiro, e pude constatar por que esta bela cidade é conhecida, com muita propriedade, como a "capital do século XXI". Na realidade, estou impressionado com o planejamento, urbanização e funcionalidade desta esplendorosa cidade edificada em pleno cerrado, onde a beleza do concreto se desenvolve em harmonia com o verde e colorido da natureza. Ao verificar, *in loco*, este arrojado empreendimento, cresceu minha admiração pelo esforço do Governo e do povo brasileiros que, no curto espaço de tempo de vinte anos, construíram uma cidade que deslumbra por suas linhas modernas e traçado original, a par de uma febril atividade e pujança que a projetam, altiva, para enfrentar os grandes desafios do futuro.

Este desenvolvimento surpreendente da capital, no entanto, é uma projeção natural do extraordinário impulso que a economia brasileira vem experimentando nestes últimos anos. Neste sentido, não há exagero em afirmar que o Brasil, cujo território é vinte e três vezes maior do que o do Japão, promoveu, de forma dinâmica, um dos mais nobres programas de desenvolvimento global que a história humana jamais testemunhou. Penso que uma das razões que contribuíram para que o Brasil atingisse o estágio de desenvolvimento atual, foi a adoção de uma magnânima política de imigração.

Tendo como alicerce maior uma perfeita e invejável unidade de seu povo, no processo de construção do país, desde o século XIX que o Brasil vem aproveitando, com rara sabedoria, os recursos humanos dos imigrantes de outros países, cujas virtudes fundamentais são a coragem e a força de vontade.

Esta atitude generosa da Nação brasileira propiciou o surgimento de uma nova sociedade, enri-

quecida pela tradição e cultura de várias raças, adequando suas atividades e interesses à realidade nacional e materializando, assim, aquele ideal expresso no ditado de que o mundo é um só. Isto deve ser motivo de orgulho para todos os brasileiros, e tem suscitado profunda admiração por parte de outros povos.

Fiquei profundamente sensibilizado quando o ex-Presidente Geisel, em discurso pronunciado por ocasião do 70.º Aniversário da Imigração Japonesa, afirmou que a maior contribuição feita pelo Japão ao Brasil foi o envio de seus emigrantes. Ao mesmo tempo, sinto orgulho em constatar que tanto aqueles como seus descendentes brasileiros vêm contribuindo, de maneira eficaz, para o progresso deste imenso país.

As relações entre o Brasil e o Japão, iniciadas há setenta anos quando o primeiro contingente de imigrantes japoneses chegou ao Brasil, estão hoje firmemente enraizadas por indestrutíveis laços de amizade. Esta união de dois países antípodas, de raça, cultura e costumes tão divergentes, forjada no curto espaço de tempo de setenta anos, merece registro especial nos anais da história da humanidade como evento de incomparável sucesso. Minha geração reconhece os esforços empreendidos por seus antecessores, e está consciente da necessidade de prosseguir, com todo o vigor, na construção de um relacionamento cada vez mais nobre e fecundo.

O Brasil já conquistou um lugar de respeito e admiração no cenário mundial das Nações, e é indiscutível sua força de liderança no mundo atual. Unidos por sua tradicional postura de respeito às liberdades fundamentais do ser humano, o Japão e o Brasil, estreitando sempre mais suas relações de cooperação mútua, poderão oferecer ao mundo uma contribuição substancial para consolidar as aspirações mais sublimes de todos os povos do planeta — paz, harmonia e prosperidade.

Neste sentido, desejo que a realização da Segunda Reunião Consultiva Ministerial Nipo-Brasileira produza os resultados que todos esperamos, e constitua uma etapa significativa nas relações de cooperação bilateral entre o Japão e o Brasil.

Gostaria que todos os presentes brindassem comigo à saúde pessoal de Sua Excelência o Presidente João Baptista Figueiredo, à prosperidade do Brasil e ao incremento das relações nipo-brasileiras.

a segunda reunião consultiva ministerial brasil-japão

Discursos dos Chanceleres Saraiva Guerreiro e Sunao Sonoda, e dos Ministros da Fazenda, Karlos Rischbieter, da Agricultura, Reflorestamento e Pesca, Michio Watanabe, dos Transportes, Eliseu Resende, do Comércio Internacional e Indústria, Masumi Esaki, da Agricultura, Ângelo Amaury Stabile, dos Transportes, Kinji Moriyama, das Minas e Energia, César Cals, da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, e do Vice-Ministro das Finanças, Takehiro Sagami, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 16 de agosto de 1979, por ocasião da segunda Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão.

SARAIVA GUERREIRO

Senhores Ministros de Estado,

É com grande satisfação que damos as boas vindas a Vossas Excelências, ao inaugurarmos os trabalhos da II Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão.

Previsto na Declaração Conjunta firmada entre os dois Governos em 1974, esse mecanismo de consulta reflete o nível de importância das relações entre o Brasil e o Japão. Com efeito, a intensidade do nosso relacionamento bilateral e a projeção de ambos os países no cenário mundial estavam a exigir o estabelecimento de um quadro institucional que permitisse o exame sistemático das relações nipo-brasileiras no mais alto nível governamental.

A convivência entre o Brasil e o Japão, apesar de nossas poucas décadas de história comum, da diversidade histórico-cultural e do distanciamento geográfico, tem sido muito positiva e marcada por uma cooperação, que, nos últimos tempos, ganhou abrangência e envergadura.

O clima favorável no relacionamento bilateral, o diálogo entre os dois povos e entre os dois Governos não decorrem do acaso. Estimulado pela ausência de dificuldades políticas bilaterais, o encontro de interesses nacionais nos permitiu construir, em bases sólidas, uma cooperação frutífera no presente e antever promissoras perspectivas para o futuro.

Temos, por outro lado, plena consciência dos ingentes problemas econômicos com que o mundo se depara. Em virtude da progressiva interdependência que caracteriza a sociedade internacional, esses problemas exigirão um esforço coletivo para a sua solução, no qual os países desenvolvidos, por força da própria dimensão de suas economias, têm uma responsabilidade crescida. Países devotados à causa da paz, sempre dispostos a propugnar pelo entendimento sem preconceitos entre as nações, abertos à compreensão das mutações da realidade internacional, Brasil e Japão devem, também, orientar seus interesses nacionais em favor de uma nova ordem econômica internacional equitativa.

Os trabalhos da I Reunião Consultiva Ministerial, realizada, em 1976, no contexto da visita do Pre-

sidente Ernesto Geisel ao Japão estiveram permeados por essas idéias e transcorreram dentro desse espírito. Naquela oportunidade, os dois Chefes de Governo reconheceram que os resultados da Reunião iriam contribuir para impulsionar o relacionamento e a cooperação entre Brasil e Japão.

A realização, agora, da II Reunião Consultiva Ministerial reflete o empenho de nossos Governos em consolidar este mecanismo como foro para encontros construtivos e francos dos respectivos interesses nacionais, no qual as oportunidades de cooperação possam ser exploradas e equacionadas a partir da perspectiva global das relações nipo-brasileiras.

Os setores governamentais aqui representados espelham o grau de complexidade e diversificação do relacionamento bilateral. Por sua vez, o temário desta II Reunião Ministerial apresenta como pontos focais a cooperação, nas mais variadas áreas, entre os dois países e o intercâmbio comercial. Guarda, portanto, estreita relação com o encontro anterior, realizado em Tóquio. **No entanto, tendo em vista as alterações de curso ocorridas nas diretrizes de ambos os Governos em função das suas atuais prioridades e da presente conjuntura mundial, devemos procurar identificar no contexto das perspectivas de política econômica setorial e global — que serão, a seguir, apresentadas pelos Ministros aqui presentes — novos Parâmetros para a cooperação bilateral. Nos entendimentos preliminares, já foi possível entrever novos projetos em que a colaboração nipo-brasileira poderia ser implementada, especialmente nos setores agrícola, de mineração e de transportes.**

Não se esgota nesses campos a nossa tarefa. É indispensável que a desejada expansão do nosso relacionamento se faça, em todos os setores, de forma harmônica. Assim, uma vez detectados desequilíbrios ou distorções, devemos empenhar nossa criatividade e firmeza na correção desses desafios.

Nosso comércio bilateral exige especial esforço nesse sentido, de modo que acompanha da maneira mais fiel a evolução da economia dos dois países. O Brasil tem conseguido transformar sua economia e diversificar acentuadamente suas ex-

portações de produtos industrializados. É necessário que a pauta de trocas entre o Brasil e o Japão também venha a refletir progressivamente a realidade do próprio desenvolvimento brasileiro, através de um esforço comum que garanta maior acesso de bens manufaturados brasileiros ao grande e próspero mercado nipônico.

Cabe-nos, igualmente, ativar certas áreas do relacionamento bilateral, onde amplas possibilidades de colaboração — como nos setores científico e tecnológico — têm deixado de ser adequadamente aproveitadas. O Governo brasileiro considera que entendimentos nesses setores devem ser intensificados a fim de alçá-los ao nível da colaboração existente em outras áreas.

Convido, portanto, os Senhores a empreenderem a mais ampla discussão de todos os campos de relevância para o futuro das relações nipo-brasileiras, sem esquecer que somos parceiros em empresa que transcende os limites de nossos interesses bilaterais. Brasil e Japão têm provado a viabilidade de um entendimento harmonioso e mutuamente profícuo entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

SUNAO SONODA

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores;

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado;

É para mim motivo de muita alegria a realização desta II Reunião Consultiva Ministerial.

Na qualidade de representante da comitiva japonesa, gostaria de expressar nosso profundo agradecimento ao governo brasileiro pelo esforço e empenho na preparação desta Reunião, que sempre desejamos fosse realizada, devido à importância de nossas relações com o Brasil. E sua realização, exatamente no período de transição da década de setenta, tem um significado histórico. As idéias expostas nesta Reunião serão por nós devidamente apreciadas, para fixar a diretriz principal das relações nipo-brasileiras a médio e a longo prazo, visando a década de oitenta.

Como primeiro orador da comitiva japonesa, desejo, em primeiro lugar, abordar a posição funda-

O Japão pretende dar continuidade a esta política de participação ativa visando neutralizar as dificuldades da economia mundial, a maioria das quais está a exigir medidas de longo prazo. Sendo o Japão um país recentemente industrializado, olhamos com simpatia as justas aspirações de progresso e autonomia de suas economias por parte dos países em desenvolvimento. É responsabilidade das Nações desenvolvidas responder às expectativas daqueles países. Coerente com este pensamento, o governo japonês pretende continuar sua política de cooperação por meio de medidas que visem estimular os esforços empreendidos por parte dos países em desenvolvimento, tais como a transferência de capital e tecnologia. Ao mesmo tempo, gostaria de ressaltar a importância da firme determinação do progresso e consequentes esforços por parte destes países e enfatizar a necessidade de estes desempenharem seu papel e assumirem suas responsabilidades face ao controle da economia mundial, na mesma medida em que aumenta o seu poder econômico.

Agora, no que diz respeito às relações da América Latina com o Japão, constato com muita satisfação que é cada vez mais sólida a tradicional amizade entre nossos países, não obstante a distância geográfica que os separa.

De um lado, os países latino-americanos com seus abundantes recursos naturais e possibilidades ilimitadas de desenvolvimento, devido às suas vastas fronteiras; de outro lado, um país de pequenas dimensões e carente de recursos naturais, mas que atingiu um estágio de avançada tecnologia. Conscientes desta realidade, e baseados numa relação de amizade e confiança recíprocas, nossos países caminham de mãos dadas, na condigão de parceiros naturais que se complementam, objetivando assegurar o progresso e bem-estar de seus povos. Penso que é de suma importância que tais relações entre a América Latina e o Japão sejam desenvolvidas dentro de um princípio de profundo respeito e completa harmonia.

Dentro deste panorama, as relações de cooperação entre o Japão e o Brasil sofreram um extraordinário impulso com a visita do ex-Presidente Geisel ao nosso país, a qual foi seguida por uma intensa agilitação de intercâmbio pessoal, em todos os níveis de atividade.

mental da diplomacia japonesa, de modo particular no que diz respeito ao setor econômico. Em seguida, farei uma breve análise das relações econômicas entre o Japão e o Brasil.

Depois da última Guerra Mundial, o governo japonês tomou a firme decisão de sobreviver como um país pacífico, alijerçando nossa prosperidade e segurança no progresso e na paz mundial. Em consequência, a economia japonesa sofreu uma rápida expansão e ocupa, hoje, o segundo lugar, entre as Nações do mundo ocidental, logo depois dos Estados Unidos.

O Japão, atualmente, depende de até 75% dos recursos de energia do exterior, razão por que sua sobrevivência só poderá ser conseguida através de uma interdependência harmônica internacional.

Por outro lado, as expectativas dos outros países em relação ao Japão e nossa responsabilidade no cenário mundial estão crescendo na medida em que aumenta nosso peso na economia do mundo. Esteu convencido de que nossa diplomacia básica deve fundamentar-se no reconhecimento de nossa interdependência na sociedade internacional, e na determinação em assumir nossa responsabilidade e desempenhar nosso papel, resultantes do poder econômico e da posição que nosso país conquistou no cenário mundial das Nações.

Nesta linha de pensamento, o Japão vem fazendo esforços no sentido de que seja fortalecido um sistema de livre comércio internacional, evitando tendências de protecionismo. Nas negociações do **Tokyo Round**, o Japão empenhou-se para que fosse firmado um acordo final neste sentido. Quanto à questão Norte-Sul, também desempenham papel ativo, através da participação do Primeiro Ministro Ohira na 5.ª Conferência da UNCTAD, realizada em maio passado em Manila, para que fosse encontrada uma solução adequada a seus problemas. Ainda, na Reunião de Cúpula de Tóquio, em junho passado, o Japão apresentou um painel de sugestões para superar o problema energético e a inflação — que estão a agilitar a economia mundial — bem como fez renovar dos esforços na busca de soluções para a questão Norte-Sul.

No entanto, entendo que não é adequado estabelecer-se idêntica política de relacionamento entre o Japão e todos os países da América Latina, dado que o Brasil é atualmente um dos países mais avançados da região. Pretendo intensificar ainda mais a cooperação com o Brasil, através de intercâmbio pessoal em alto nível.

Em seguida, traçarei, em linhas gerais, o perfil das relações comerciais entre o Japão e o Brasil. Não me deterei em pormenores, pois o assunto será abordado pelo Ministro da Indústria e Comércio Internacional, dentro de instantes.

O que me parece importante é que se estimulem e ampliem os canais de intercâmbio comercial de forma segura e harmoniosa, baseados no princípio de confiabilidade e compreensão recíprocas, e gostaria de manifestar, nesta ocasião, a nossa disposição de colaborar com o Brasil no esforço de aumentar as exportações brasileiras para o nosso país. É claro que nossa importação de matérias-primas tende a variar sensivelmente, dependendo da conjuntura econômica do país, cujo tema será tratado pelo Vice-Ministro da Fazenda para Assuntos Internacionais o Senhor Takehiro Sagami.

O investimento do Japão no Brasil, a meu ver, é da maior importância, pois fortalece as bases de cooperação econômica com a Nação brasileira, nesta sua fase de rápida industrialização. O governo japonês está disposto a dar assistência necessária para que, tendo como base a iniciativa privada, esta relação de investimento se desenvolva de maneira estável. Gostaria de frisar, no entanto, que, para que o setor de investimento seja fortalecido, é preciso que o lado receptor esteja devidamente preparado para recebê-lo. Assim, para que a empresa japonesa possa exercer normalmente suas atividades no Brasil, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico, proponho que seja adotada uma política sem discriminação em relação aos capitais estrangeiros, como o Brasil tradicionalmente advogava.

Sobre a cooperação econômica do Japão ao Brasil, esta atingiu um total de 4,88 bilhões de dólares no período de 1960 a 1978. Deste montante, a Ajuda Oficial para Desenvolvimento foi de 94 milhões de dólares.

Quanto ao financiamento direto governamental, foi decidida, na ocasião da visita do ex-Presidente Geisel ao Japão, a cooperação financeira no valor de 100 milhões de dólares, destinada ao Projeto da Construção do Porto de Praia Mole. Esperamos que este Projeto seja concretizado brevemente.

No que diz respeito à cooperação técnica da JICA (**Japan International Cooperation Agency**), verifica-se que o Japão recebeu, até fins de 1978, um total de 766 estagiários brasileiros, enquanto que houve um total de 575 especialistas deslocados para exercerem atividades no Brasil. Estes números foram superiores a todos os registrados nos outros países da América Latina, e a perspectiva é de que sejam aumentados no futuro. Ainda em relação à cooperação técnica, desejo manifestar nossa disposição de ampliar sensivelmente nossa cooperação no campo científico e tecnológico — à qual o governo brasileiro está dando grande ênfase — especialmente naqueles setores mais solicitados pelo lado brasileiro tais como de energia, medicina e agricultura.

Finalmente, desejo ressaltar os grandes projetos de cooperação econômica entre nossos países. Graças ao empenho e esforços por parte dos encarregados de ambas as partes a que estão afetos esses grandes empreendimentos, já estão sendo executados normalmente os projetos do Cerrado, Alunorte, Usina de Tubarão e o projeto de compra de minério, embora alguns não estejam sendo implementados dentro do prazo previsto. Espero a colaboração do governo brasileiro no sentido de reativar o plano inicial.

Estes e outros projetos serão abordados, com maiores detalhes, por meus colegas, e discutidos na reunião da tarde. Existem, também, projetos de produção de álcool extraído da mandioca que, por sua vez, será plantada aproveitando a energia solar na Amazônia. Desejo esclarecer que o governo japonês encara este projeto com o maior interesse, dada a premência atual em diversificar as fontes de energia existentes.

Como foi dito, o Japão e o Brasil têm intensificado seus laços de amizade, nos últimos anos, não só através da cooperação econômica, mas também do intercâmbio cultural e da imigração.

Finalizando, desejo que os resultados desta Reunião Consultiva Ministerial venham a somar mais uma conquista nas relações de amizade que unem o Japão e o Brasil.

KARLOS RISCHBIETER

A crise econômica atual tem atingido indistintamente países desenvolvidos e em desenvolvimento. A grande discriminação, no entanto, é que as nações desenvolvidas, dispostas de mecanismos de defesa mais eficientes, conseguem minimizar os efeitos da crise.

Tais mecanismos têm implicado, não raro, a própria exportação da crise para economias periféricas, que se vêem obrigadas a enfrentar o agravamento do desemprego, da inflação interna e dos problemas do balanço de pagamentos.

O Brasil, carente de petróleo, capital e tecnologia, tem sido um dos mais penalizados pelo recrudescimento da crise econômica mundial, atingido por aumentos sucessivos no custo da energia, pela elevação nos preços de bens essenciais e por dificuldades crescentes no acesso de seus produtos aos mercados dos países desenvolvidos.

Esses fatores pressionaram fortemente os preços internos e, sobretudo, provocaram desajustes em nossas contas externas. De uma posição de relativo equilíbrio até 1973, passamos para um déficit sem precedentes em 1974. Em 1977, graças aos esforços empreendidos, nossa balança comercial retornou ao equilíbrio, mas os novos reajustes nos preços do petróleo a partir de 1978, tornaram a situação novamente preocupante.

O equacionamento da questão energética passou a ser prioritário no atual governo. Medidas de efeito imediato foram tomadas para racionalizar o uso de combustíveis. Estamos também empenhados em programas de médio e longo prazo, visando desenvolver fontes alternativas de energia e reciclar o sistema produtivo para adaptá-lo à nova realidade.

Os desdobramentos causados pelos sucessivos aumentos do petróleo mudaram completamente a dinâmica das decisões econômicas. Fomos obrigados a repensar toda a estratégia anterior para conciliar a manutenção de taxas razoáveis de

crescimento com adequado controle da inflação e do endividamento externo.

Diante deste panorama, o Governo do Presidente João Figueiredo determinou, como diretrizes básicas do Ministério da Fazenda, a redução da taxa de inflação, o equacionamento dos problemas do balanço de pagamentos, com ênfase na exportação crescente de bens e serviços e na atualização dos instrumentos legais da área econômica, notadamente os que se referem a matéria tributária, financeira e comercial.

Quanto à dívida externa, deveremos retomar, a partir do próximo ano, o ritmo anterior de captação de recursos para financiar o crescimento do País. É absolutamente normal que um país em desenvolvimento como o Brasil continue ainda por muitos anos como importador de capital. Nossa dívida externa é perfeitamente compatível com o crescimento do nosso produto, de nossas exportações e com nossa capacidade de pagamento e os recursos são canalizados para atividades prioritárias.

A partir de 1982, o perfil de nossa dívida externa tornar-se-á mais suave, pois o Brasil tem captado recursos nos últimos anos com "spreads" menores e maturidade mais longa.

Essa postura frente aos problemas da dívida externa assegura ao País amplo apoio da comunidade financeira internacional, inclusive para complementar os recursos necessários à busca de alternativas energéticas, notadamente o Programa do Alcool.

Como objetivo de alcançar saldos positivos na balança comercial, mediante maior ênfase no crescimento das exportações do que na contenção de importações, a política brasileira de comércio exterior incentiva o empresário nacional a voltar-se competitivamente para o mercado externo. Vamos reforçar a oferta de produtos exportáveis para áreas e mercados prioritários, sem prejuízo do atendimento ao mercado interno.

Ainda dentro das prioridades do atual Governo, destaca-se o desenvolvimento do setor agrícola, com vistas ao barateamento de gêneros alimentícios essenciais e à criação de excedentes exportáveis, cabendo ao Ministério da Fazenda prover

fluxo de recursos compatível com a nova dimensão da agricultura nacional.

Para viabilizar a consecução dessas metas, o Governo está procedendo ampla reformulação no sistema de comércio exterior. Importante passo nessa direção será dado nos próximos dias, com a reativação pelo Exmo. Sr. Presidente da República do Conselho Nacional do Comércio Exterior, órgão formulador da política do Comércio Exterior do País, presidido doravante pelo Ministro da Fazenda.

Apesar das dificuldades atuais — e qual nação não as tem — confiamos firmemente em que a nação brasileira vencerá os desafios que antepõem ao seu progresso. Nesse contexto, atribuímos grande importância ao desenvolvimento de ações conjuntas com nossos parceiros, entre os quais o Japão ocupa lugar de grande destaque. Essa posição é realçada pela crescente importância do mercado de capitais japoneses para o lançamento de bônus de empresas estatais brasileiras e títulos do Tesouro e para implementação de empreendimentos associados, alguns dos quais examinaremos nesta Reunião.

Finalmente, deve-se destacar que as relações econômico-financeiras entre o Brasil e o Japão apresentam significativa intensidade e abrangência, refletindo elevado grau de parceria econômica. A confiança mútua na experiência adquirida em nosso relacionamento representa hoje forte estímulo para que busquemos ampliá-lo.

Muito obrigado.

MICHIO WATANABE

É uma grande alegria, para mim, participar desta reunião juntamente com os Senhores Ministros brasileiros.

O Japão e o Brasil estão solidamente unidos, também, na área da agricultura. Apraz-me saber que muitos imigrantes japoneses trabalham no setor agrícola do Brasil, com o decisivo apoio das autoridades governamentais e do povo brasileiro, e que os mesmos vêm contribuindo para o desenvolvimento agrícola neste país. Como Ministro da Agricultura, Floresta e Pesca, gostaria de tecer, neste ensejo, algumas considerações sobre a

política agrícola e de alimentos do Japão, a cooperação nas áreas da agricultura, floresta e pesca e o comércio dos produtos agrícola-florestal e pesqueiros entre os dois países.

O abastecimento estável de alimentos ao povo, juntamente com recursos energéticos, é extremamente importante, sob o ponto de vista de segurança nacional, e que, para o governo, constitui uma política da máxima importância. Por essa razão, no Japão é adotada uma política global de alimentos que consiste, de um lado, em fortalecer na medida do possível a capacidade de auto-suficiência em produtos agrícolas que possam ser produzidos internamente, aperfeiçoando-se o sistema produtivo da agricultura interna; e, de outro, assegurar o abastecimento através da importação ordenada e estável e de origem diversificada de produtos que, por diversos motivos, como a limitação da terra arável, são passíveis de dependência externa.

A agricultura vem desempenhando também a tarefa de conservar a terra e preservar o meio ambiente, através de meios ecológicos, além de abastecer, de modo estável, os alimentos necessários à vida humana. Portanto, considera que o desenvolvimento sadio do meio rural é fator imprescindível para estabelecer a base da sociedade de uma Nação.

A sociedade econômica do nosso país sofreu alterações em sua política desenvolvimentista a partir de meados da década de 70, devido à mudança da conjuntura interna e externa. Nestas circunstâncias, a própria agricultura japonesa vem enfrentando problemas diversos. Entre eles, o maior problema é o desequilíbrio da produção agrícola, pois, enquanto a produção de arroz, que é cultivo básico da agricultura japonesa, e ao mesmo tempo, constitui a principal dieta dos japoneses, continua excessiva, a produção interna de produtos como o trigo, a soja e cereais forrageiros é deficiente e não atende a demanda interna. Com relação à rizicultura, a opção pelo cultivo de arroz tem sido mantida pelos agricultores, enquanto o consumo tende a cair cada vez mais, do que resulta assim uma produção excessiva agravante. Portanto, a tarefa mais importante e premente da política agrícola, no momento, é de sanar urgentemente o desequilíbrio entre a oferta e a procura. Nesta conjuntura, o

Japão vem executando medidas que visam coordenar a produção de arroz, e ampliar a produção de trigo, soja, cereais forrageiros e carne bovina, para melhorar nossa situação de auto-suficiência de alimentos, que funciona de acordo com a tendência da demanda dos produtos agrícolas.

Sobre a estrutura agrícola, nosso território é extremamente pequeno em comparação com o do Brasil, sendo a área média cultivada por uma família rural de cerca de 1 ha. É nesse minúsculo pedaço de terra que se desenvolve concentradamente a agricultura.

Em vista desta realidade, urge estruturar uma administração agrícola altamente produtiva, mediante ampliação da escala de operação. Este plano porém está sendo de difícil execução, devido ao preço exorbitante do terreno e forte tendência por parte dos agricultores em desejarem possuir a terra como bens. Por conseguinte, o objetivo da política é de empreender a ampliação da área operacional, mediante a agregação de arrendamento, em vez da posse do terreno.

Para fornecer ao consumidor alimentos baratos e abundantes, é necessário que haja aperfeiçoamento da produtividade agrícola, além de racionalização e eficácia do processo manufatureiro e de comercialização. Assim, é preciso estimular a melhoria da comercialização de alimentos perecíveis e fortalecer a estrutura da indústria alimentícia.

A agricultura japonesa possui vários problemas. Considero porém, que é necessário, no presente, estabelecer uma projeção a longo prazo da política agrícola. Esta é uma tarefa que me propus realizar e à qual estou empenhando todos os meus esforços.

Em seguida, desejo focalizar sobre cooperação no campo agrícola, florestal e pesqueiro entre o Brasil e o Japão. Tenho, todavia, a opinião de que o desenvolvimento da agricultura, floresta e pesca só pode ser realizado em longo prazo, de acordo com as condições peculiares de cada região, tais como: circunstância social, condições naturais do clima, fertilidade da terra e de correntes d'água, etc. Para promover cooperação neste setor e alcançar seu objetivo, acredito que é necessário promover levantamentos e pesquisas e elaborar

projetos adequados por especialistas, bem como o esforço por parte das pessoas relacionadas com o assunto, aplicando suas experiências.

De acordo com esta definição, estou disposto a promover cooperação agrícola, florestal e pesqueira para ampliar seu conteúdo futuramente. Para isto, pretendo unir todas as forças disponíveis no meu Ministério. Referente à cooperação com o Brasil, tenho grande satisfação, tendo em vista o constante desenvolvimento da cooperação que tem produzido resultados positivos nos últimos anos. No que tange ao projeto de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola no Cerrado, fui informado de que desde a Reunião de Cúpula Brasil-Japão, em 1974, que convencionara sobre o assunto, foram determinados seu conteúdo concreto, e com base nesta decisão foi criada, em 1978, uma companhia de promoção agrícola local, associando o Brasil e o Japão, e está sendo promovida a desapropriação de terrenos pela Companhia referida, satisfatoriamente. Espero que tenham sucesso outros projetos de cooperação, tais como: Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira, Cooperação de Pesquisa Agrícola no Cerrado, e Pesquisas Florestais no Estado de São Paulo.

Com referência às empresas de **joint-venture** de pesca, temos alegria de que vêm sendo administradas da melhor maneira.

Considerando a existência de várias empresas japonesas que desejam associar-se com as do Brasil, desejo solicitar que sejam abrandadas as condições exigidas pela legislação, bem como a aplicação flexível da mesma, com cuidado especial, por parte do governo brasileiro.

Paralelamente, considero oportuno manifestar que o governo japonês tem a firme intenção de promover cooperação, com base nas definições e experiências dos projetos já concretizados. Entretanto, cooperação desta natureza está sendo realizada através de pedido pelo Brasil. Por este motivo, creio na necessidade da existência de solicitação firme por parte do Brasil. Para o desenvolvimento da cooperação, é necessário, também, um bom entrosamento entre os encarregados do Brasil e do Japão. Meu Ministério está agindo no sentido de fortalecer os relacionamentos necessários.

Finalmente, desejo abordar sobre comércio de produtos agrícolas, florestais e de pesca. O comércio japonês, neste campo, teve considerável progresso, de conformidade com a procura crescente e diversificada. O Japão, atualmente, é um dos maiores importadores de produtos agrícolas, florestais e de pesca, oferecendo aos estrangeiros um enorme mercado consumidor. Em relação ao Brasil, o comércio destes produtos tem se desenvolvido satisfatoriamente, com o estreitamento de relações econômicas em geral, apesar da diminuição temporária registrada no ano passado pela quebra da safra de café no Brasil. De agora em diante, a previsão não permitiria crescimento de importação tão acelerado como no passado, em virtude da desaceleração da expansão do mercado consumidor, mas será possível um aumento de venda pelos países que asseguram a competitividade em termos de qualidade e de preço. A importação dos produtos referidos pelo Japão, no atual momento, é ocupada em sua maior parte pelos Estados Unidos, a Austrália e o Canadá, em decorrência geográfica e de outros fatores. Espero que o Brasil, em futuro próximo, se torne um dos nossos maiores fornecedores de produção agrícola, esperança esta, como já foi dito primeiramente, justificada pelo ponto de vista de diversificação da origem de importação para o meu país.

Obrigado.

ELISEU RESENDE

Até o passado recente o Brasil, por suas condições geográficas, seu estágio de desenvolvimento sócio-econômico, com diferenças marcantes entre suas várias regiões, e em razão do baixo custo do petróleo, empreendeu grande esforço na implantação de uma rede rodoviária que pudesse, ao lado das ferrovias existentes e da navegação, atender às suas necessidades de transporte. Paralelamente, tratou-se de desenvolver a indústria automobilística, de material ferroviário e de construção naval.

Este esforço, malgrado os entraves de natureza financeira, permitiu aos transportes responder satisfatoriamente ao crescimento da demanda e conduziu no ano de 1977, para uma movimentação total de 287 bilhões de passageiros-km e 356 bilhões de toneladas-km úteis de mercadorias, à seguinte distribuição modal, nos movimentos intermunicipais:

Modalidade	%	Passageiros	%	Mercadorias	%
Rodoviária	96,1	17,0	70,2		
Ferrovária	1,6	10,0			
Hidroviária	—	2,3			
Aérea	—	0,2			
Dutoviária	—	2,6			

Modalidade	Milhares m ³	%
Rodoviária	24.183,2	84,8
Ferrovária	653,5	2,3
Hidroviária	2.244,9	7,9
Aérea	1.415,1	5,0
Dutoviária	—	—
Total	28.496,7	100,0

Ao Setor dos Transportes cabe uma participação relativa de 51% do consumo total, distribuída em:

Derivados	%	Transportes	%	Outros	%
Gasolina	97,5	2,5	18,0	88,6	89,7
Óleo Diesel	82,0	11,4	18,0	88,6	89,7
Óleo Combustível	10,3	2,5	18,0	88,6	89,7
Outros	—	—	—	—	—

Como as demais nações não produtoras de petróleo, o Brasil sofre intensamente as consequências da crise de energia.

Como um dos fatores para o desenvolvimento harmônico da economia brasileira, os transportes vêm sendo continuamente expandidos e aper-

feioados. Esse processo sofre com maior ênfase, no momento, a influência da atual conjuntura energética.

O crescimento da produção industrial, a expansão das áreas de produção agrícola e a política de substituição de importações e de aumento das exportações, altera a distribuição especial dos fluxos de transporte, cria novas linhas de demanda e densifica as existentes. Assim, torna-se obrigatória a expansão do sistema e a transferência para modalidade mais adequada daqueles fluxos altamente densificados.

Dessa forma, o Governo estabeleceu, através do Ministério dos Transportes, a política setorial com as seguintes diretrizes básicas:

- preferência pelas modalidades de menor consumo de energia;
- adoção de formas de energia oriundas de fontes renováveis;
- racionalização operacional;
- manutenção e reaparelhamento da infraestrutura existente; e
- aumento de capacidade dos segmentos próximos à saturação.

Esta política considera as características próprias de cada modalidade para maior eficiência operacional e econômica, em função de condições específicas da demanda, e busca integrá-las para se obter o menor dispêndio energético.

Tal situação deverá ser, em grande parte, atingida a médio prazo através de aperfeiçoamentos em toda a estrutura do sistema de transportes como vias, terminais, procedimentos administrativos e operacionais, política fiscal e tarifária e organização institucional. Medidas específicas, de resposta a curto prazo, também vêm sendo adotadas, evitando-se, entretanto, atos que não correspondam aos objetivos finais da política maior.

Dentro desse novo quadro, podem-se citar como medidas prioritárias para o transporte de mercadorias a indução para modalidade ferroviária e hidroviária daqueles segmentos da demanda que, por sua natureza, a elas melhor se ajustam. Os

instrumentos utilizados consideram um adequado programa de investimentos, uma taxaçoão fiscal e tarifária mais realista e a introdução de novas técnicas de manuseio como a utilização de cargas.

O transporte interurbano de passageiros, em virtude da elevada dispersão dos fluxos e baixa densidade na maioria das rotas, deverá continuar a utilizar-se principalmente da modalidade rodoviária, pois a curto prazo a ferrovia ainda se mostra inadequada.

Nas áreas urbanas, respeitadas as características próprias de cada cidade, ao lado de medidas de engenharia de tráfego, vem sendo estimulada a elevação do nível de serviço dos sistemas de ônibus, complementada pela maior disciplina do tráfego e estacionamento dos automóveis nas áreas centrais, com o intuito de inibir o transporte individual.

Nas regiões metropolitanas, onde a concentração de fluxos de passageiros atinge níveis elevados, a política do Ministério dos Transportes prevê também a recuperação dos serviços de trens de subúrbio, com a utilização das vias existentes, com a introdução de melhoramentos nos sistemas operacionais e renovação dos equipamentos.

Face a essa situação, consideramos oportuno, nesta II Reunião Consultiva Ministerial, apresentar alguns itens prioritários do programa do Setor dos Transportes, para os quais apreciariamos contar com a colaboração do Governo japonês.

Japão e Brasil são parceiros tradicionais nos campos comercial e técnico, tendo sido os transportes um dos beneficiados com a intensificação dessas relações, tanto sob os aspectos da prestação de serviço quanto sob o da indústria de equipamentos.

Certos de continuarmos contando com esse profícuo intercâmbio, indicamos para análise da Misão os seguintes projetos:

- Construção do Porto de Praia Mole (Tubarão);
- Construção da Ferrovia do Corredor de Transporte de Paranaguá (Ferrovia da Soja);

- Construção da Ferrovia do Aço; e
- Reaparelhamento e modernização dos Trens de Subúrbio das Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

MASUMI ESAKI

Tenho a honra de expressar minha grande satisfação em participar desta Reunião Consultiva Ministerial, neste país de crescente e reconhecida liderança na América Latina, e ao qual nos sentimos intimamente ligados por tradicionais laços de amizade.

Desejo agradecer penhoradamente a todos aqueles que, direta ou indiretamente trabalharam com especial zelo e dedicação para que fosse realizada esta Reunião.

Abordarei, em linhas gerais, a política de comércio exterior e da indústria do Japão em torno do problema energético, bem como as relações econômicas de nosso país com o Brasil.

2. Como é sabido, nosso país carece de recursos naturais, razão por que depende, em grande parte, do comércio externo. Em conseqüência, o governo japonês vem promovendo grandes esforços para o desenvolvimento sadio e harmonioso da economia do comércio mundial. A primeira iniciativa concreta neste sentido foi a de ampliar as fronteiras de livre comércio internacional.

3. Após a Segunda Guerra Mundial, os países ocidentais, inclusive o Brasil e o Japão, vêm lutando para estimular e manter um sistema de livre comércio, baseado nos princípios de liberdade e de igualdade, através do GATT. O governo japonês, baseado no objetivo ideal do GATT para a consolidação do sistema de comércio livre, sustentou firmemente a redução das tarifas alfandegárias, nas negociações multilaterais que chamamos **Tokyo Round**, atendendo proposta apresentada na Conferência do Conselho Ministerial do GATT em Tóquio, no ano de 1973. Temos orgulho de haver estabelecido no Japão, em conseqüência desta reunião, um sistema de livre comércio raramente encontrado no mundo de hoje. Espero que o resultado obtido em **Tokyo Round** impeça o ressurgimento do protecionismo e estimule a ampliação do livre comércio.

4. Convém destacar, também, os esforços e medidas adotadas para a ampliação do comércio sem afetar o seu equilíbrio. O Japão experimentou durante dois anos grande superavit na sua balança de pagamento. O governo advogando a tese de que o equilíbrio comercial deve ser alcançado não pela redução do comércio, mas por sua ampliação, tem se esforçado para incrementar as importações através da política da expansão de economia e conseqüente aumento de procura do mercado interno. Como resultado desta medida, em virtude da valorização do **yen**, a economia japonesa, na atual situação do balanço de pagamentos, está passando por um processo de transformação profunda, desde o início deste ano, com redução substancial de seu superavit. As importações japonesas aumentaram 35% no primeiro semestre de 1979, uma cifra considerável se comparada com os 6% na exportação, registrados em igual período. Conseqüentemente, os 16,5 bilhões de dólares de superavit da conta corrente registrados no ano passado, passou para déficit de 1,7 bilhão no primeiro semestre deste ano.

5. O aumento das importações incidiu não apenas no setor de produtos primários, mas também sobre os produtos industrializados, em virtude da política de estímulo do governo neste sentido.

As medidas concretas adotadas para promover as importações de produtos industrializados foram no sentido de reduzir antecipadamente as tarifas alfandegárias, simplificação dos processos burocráticos sobre as importações, promoção de exposições de produtos estrangeiros, através da Associação Promotora de Importação sobre Produtos Industrializados, etc. O Brasil foi o primeiro país a utilizar-se desta Associação. O mercado japonês transformou-se, hoje, num dos mais abertos do mundo, possibilitando aos outros países aumento substancial de acordo com seus esforços, no fluxo de suas exportações, não apenas dos produtos básicos, mas também industrializados.

6. O volume do comércio entre o Brasil e o Japão, tem variado, durante vários anos, em torno de dois bilhões de dólares. De acordo com as estatísticas das autoridades aduaneiras japonesas, o intercâmbio comercial registrou um déficit de 100 milhões de dólares para o Japão, em 1977,

e, em 1978, um superávit de 470 milhões. Neste número, porém, está incluída a exportação excepcional de uma fábrica flutuante pré-fabricada de celulose — **pulp-plant**, no valor de 250 milhões de dólares, para operar na bacia amazônica.

Como reflexo da transformação geral na economia japonesa, no âmbito de intercâmbio comercial, no período de janeiro a junho deste ano, as exportações japonesas para o Brasil diminuíram 23% com relação ao mesmo período do ano passado, enquanto as importações do Brasil, no mesmo período, registraram um aumento de 50%. Em consequência, o balanço comercial entre os dois países assinalou um pequeno superávit em favor do Brasil.

7. A ampliação equilibrada do comércio só poderá ser obtida através de esforços recíprocos. Por este motivo, o governo japonês vem solicitando ao Brasil para que sejam eliminadas as restrições impostas às importações, e esperamos esforços do Governo brasileiro neste sentido.

8. O desenvolvimento sadio dos países em desenvolvimento, através de programas de promoção econômica e social, está adquirindo uma importância cada vez maior na conjuntura mundial, objetivando a ampliação e manutenção da estabilidade da economia mundial. Por este motivo, pretendemos continuar fomentando nossa política de alargar as fronteiras de cooperação econômica, com base na convicção acima mencionada.

9. Durante a 5.^a Reunião da UNCTAD, realizada em Manila, tivemos a impressão de que está se processando uma ramificação de classes entre os países em desenvolvimento, isto é, países que já entraram em fase de industrialização, como o Brasil, e outros que estão tateando ainda em busca de um ponto de partida, como acontece em grande parte da África. Esta disparidade econômica entre os países em desenvolvimento, e a diferença considerável entre os países produtores de petróleo e consumidores deste produto, constituem aspectos cruciais no âmbito da economia mundial. A cooperação entre o Norte e o Sul deve ser conduzida de forma adequada, de acordo com os níveis de desenvolvimento dos respectivos países.

10. No que concerne à cooperação entre países industrializados e meio-industrializados, deve o intercâmbio no setor privado desempenhar o papel principal, com o apoio do governo. Esta cooperação deve basear-se num crescente fluxo de investimentos e transferência de tecnologia, enquanto que a cooperação financeira entre governos deve concentrar-se no setor de infra-estrutura.

No processo de desenvolvimento industrial, pode acontecer que o país meio-industrializado venha a concorrer com os países industrializados. Estes, entretanto, devem superar essa concorrência com a transformação estrutural de sua indústria, em vez da adoção de medidas protecionistas. Por sua vez, os países meio-industrializados devem levar em consideração a posição dos países industrializados, tomando medidas moderadas para fomentar o seu desenvolvimento. Assim, com a cooperação de todos, poderá processar-se, sem conflitos, um desenvolvimento harmonioso da economia mundial.

11. Analisemos, agora, a cooperação econômica entre o Brasil e o Japão. Os projetos convencionados entre os dois países por ocasião da visita do ex-Presidente Geisel ao Japão, em 1976, estão em franco processo de concretização, graças aos esforços de ambos os lados, e têm um significado da maior relevância para o futuro dos dois países. Estes projetos serão objeto de uma análise mais detalhada, na parte da tarde, razão por que não me deterei em detalhes nesta palestra.

12. O primeiro projeto de maior alcance e de maior volume de cooperação econômica, e que se constitui como um símbolo das relações amistosas Brasil-Japão, é o complexo da USIMINAS, cuja produção já atingiu a marca de 2,4 milhões de toneladas, devendo passar para 3,5 milhões logo que for concluído o projeto de ampliação. Este empreendimento oferece-nos esplêndidas perspectivas de desenvolvimento. Por sua vez, a CENIBRA, de cujo capital participam as principais empresas de papel do Japão, iniciou suas atividades em setembro de 1977 e exportou para o Japão mercadoria no valor de 12 milhões de dólares, durante o exercício de 1978, com perspectivas de aumentar cada vez mais.

13. Outros grandes projetos como a ALBRÁS, a Companhia Siderúrgica de Tubarão e o Projeto

todos os países participantes concordaram em promover medidas para a diminuição do consumo de petróleo e pesquisas fontes de energia substitutiva. Posteriormente, visitei alguns países do Oriente Médio, e tive oportunidade de conversar com os chefes destes países, apreciando o bom resultado da Conferência de Cúpula a respeito da economia de petróleo, enfatizaram a necessidade da exploração de energia substitutiva. Em vista disso, o governo japonês pretende acelerar a pesquisa de novas fontes de energia tais como o carvão, energia nuclear, LNG, e outras, adotando, paralelamente, medidas concretas para reduzir o consumo de petróleo.

17. Já estão sendo adotadas medidas de racionalização no setor de indústria, cujo consumo de energia representa 64% do total do país. Desde a crise no Oriente Médio, o consumo de petróleo na indústria siderúrgica, por exemplo, foi reduzido quase à metade, durante o período de 1973 a 1978. Visando diminuir ainda mais o consumo de petróleo, o Governo promulgou uma lei, em junho do corrente ano, que tem como objetivo incentivar medidas de economia da energia nas indústrias, transportes e particularmente, urge promover a pesquisa e desenvolver tecnologias que proporcionem a geração de produtos alternativos de energia para o século XXI. Em nosso país, existe um projeto chamado **Sunshine Project**, que consiste na pesquisa de energia solar, geotérmica e hidrogrânica, e outro chamado **Moonlight Project**, que visa o uso racional de energia. Além destes, estamos realizando pesquisas em vários outros setores, inclusive no da fusão nuclear. A grande maioria dos elementos existentes no mundo natural poderão ser transformados em energia útil para a humanidade, a exemplo do calor emanado do Sol, venerado pelo povo da antiga Grécia como uma autêntica manifestação de Deus.

18. O desenvolvimento e a pesquisa de novas fontes de energia substitutiva exigem, a longo prazo, grandes recursos humanos e financeiros. Para tanto, além do esforço individual de cada país, há necessidade de uma cooperação internacional para levar a bom termo este empreendimento. Alegra-nos saber que existe um projeto de troca de informações sobre energia solar e produção de álcool extraído da mandioca, ao mesmo tempo que está sendo promovido o inter-

do cerrado estão em fase avançada de concretização. O governo japonês pretende dar todo o apoio e colaboração a estes projetos, e solicita a colaboração do governo brasileiro para melhorar a infra-estrutura e concessão de incentivos, sendo essas medidas fatores decisivos para a rentabilidade dos projetos.

14. Em termos globais, o investimento direto pelo Japão para o Brasil atingiu até hoje, a cifra de 2,3 bilhões de dólares, o que significa uma porcentagem de 9% sobre todos os investimentos feitos pelo Japão para o exterior. Deste modo, o Brasil ocupa o terceiro lugar na escala de investimentos efetuados por nosso país, logo depois da Indonésia (em segundo lugar) e os Estados Unidos. A diretiva do Governo brasileiro em adotar uma política desenvolvimentista apoiada na captação de investimentos estrangeiros, constituiu fator favorável para o influxo de recursos financeiros. Existe a possibilidade de se aumentar ainda mais o volume de investimentos a longo prazo. Assim, espera-se que o Brasil faça um esforço especial para estabelecer condições favoráveis às atividades das empresas japonesas no Brasil.

15. Finalmente, abordarei um dos temas mais importantes na esfera da economia mundial, que é o problema energético.

A crise do petróleo, iniciada em 1973, atingiu todos os países do mundo, gerando efeitos negativos prolongados tanto nos países industrializados como nos países meio-industrializados e em vias de desenvolvimento. A economia mundial foi seriamente afetada pela crise energética, e há necessidade de muito tempo e de um preço elevado para restabelecer o seu equilíbrio. A mudança da situação no Iraque provocou dificuldades de fornecimento do petróleo e aumentos sucessivos nos preços levou-nos a reconhecer uma vez mais a gravidade da crise de energia. O problema energético desempenha papel relevante no futuro da humanidade, não só no que concerne ao seu fornecimento em curto prazo, mas também por constituir um desafio à humanidade, tendo em vista que os recursos petrolíferos são limitados.

16. Na Conferência de Cúpula realizada em Tóquio, em junho do corrente ano, o problema energético foi o tema principal das conversações, e

câmbio pessoal entre o Japão e o Brasil. Pensamos que é da maior importância que nossos dois países intensifiquem a troca de idéias e opiniões para superar tão grave problema, uma vez que ambos têm elevada dependência do produto.

19. Afirimo que nunca, na história da humanidade, existiu uma era que necessitasse tanto da cooperação e da união de todos os países para a prosperidade da economia mundial. Possuidores de uma economia dinâmica e de grande potencialidade, o Brasil e o Japão, no hemisfério sul e no oriente, respectivamente, constituem exemplo de cooperação e ajuda mútuas, objetivando ampliar o livre comércio internacional e contribuir para o desenvolvimento seguro da economia mundial. Eis que é um fator importante.

20. Espero que esta Reunião Consultiva Ministerial produza resultados positivos e desejo apresentar meus respeitosos cumprimentos às autoridades brasileiras.

ÂNGELO AMAURY STABLE

Senhores Ministros,

É um prazer e uma feliz coincidência participar, ao início de minha gestão à frente do Ministério da Agricultura, destas negociações entre os governos do Brasil e do Japão que deverão marcar também o início de uma nova etapa de cooperação técnica e econômica entre nossos países.

Como já manifestado por ambas as partes, sobram razões para que nossos países melhor se conheçam, mais se entendam e com maior empenho ampliem relações bilaterais. Pois, são tradicionais os laços de amizade que nos unem, ao mesmo tempo que também são históricas as contribuições que temos mutuamente prestado em várias áreas, com destaque especial ao setor agrícola. A fraternal acolhida do Brasil aos imigrantes japoneses, as contribuições destes à nossa agricultura, os projetos específicos que temos implementado, as cooperações técnica e econômica que temos desenvolvido nas áreas agrícola e da pesca são realizações importantes que nos animam a prosseguir e intensificar uma ação conjunta tendo em vista interesses comuns ou complementares.

Por certo, diferentes circunstâncias têm determinado diferentes ritmos de desenvolvimento nos nossos países, mas na agricultura temos experiências próprias com resultados satisfatórios que são importantes a ambos os países, sobretudo, porque também enfrentamos problemas comuns ao desenvolvimento agrícola.

Algumas das soluções que o Brasil desenvolve com contribuições da agricultura, para enfrentar os desafios de prover um abastecimento interno adequado, gerar níveis satisfatórios de emprego, produzir excedentes exportáveis para minimizar problemas da balança comercial, contribuir com o esforço nacional de evitar altos índices de inflação e desenvolver fontes alternativas de energia a níveis econômicos poderão ser de utilidade para outros países, inclusive o Japão.

O Governo brasileiro tem considerado o setor agrícola prioritário, pois, acreditamos que o desenvolvimento da agricultura em todas as suas dimensões é uma viável alternativa para alcançarmos um desenvolvimento econômico auto-sustentável e, ao mesmo tempo, distribuímos os benefícios do desenvolvimento econômico.

Tendo em vista este posicionamento, vários instrumentos de política agrícola têm sido utilizados com intuito de se estimular a produção agropecuária brasileira, garantindo uma adequada remuneração ao produtor e, dentro do possível, conciliando-a com a difícil meta de obter produtos a preços acessíveis ao consumidor nacional e competitivos no mercado internacional.

Neste contexto o crédito rural tem sido utilizado como um dos principais instrumentos de indução ao uso de insumos, facilitando a modernização da agricultura no Brasil e possibilitando o alcance de maiores níveis de produtividade no setor, sendo notáveis os incrementos anuais dos financiamentos à agropecuária e consideráveis seus aprimoramentos recentes.

Por outro lado também temos desenvolvido instrumentos que objetivam levar maior estabilidade aos empreendimentos agrícolas e assegurar rentabilidade mínima a investimentos num setor com elevado grau de risco e incerteza. Dentre estes destacam-se um arrojado programa de preços mínimos, os programas de estoques reguladores de

produtos básicos e o PROAGRO — Programa de Garantia de Atividades Agropecuárias.

Tendo em vista a transformação tecnológica do setor, dois outros substantivos esforços vêm sendo desenvolvidos, um na geração de tecnologia e outro na sua transferência, via assistência técnica. Na área da pesquisa agropecuária estamos acionando um intenso programa de modernização, cooperação e integração buscando utilizar de maneira eficiente o grande cabedal científico já desenvolvido no País e no exterior, bem como gerando tecnologia adaptada às nossas condições. No campo da transferência tecnológica, a consolidação de um sistema de assistência técnica e extensão rural oficial e com participação crescente de empresas particulares credenciadas tem contribuído para que se obtenha uma maior difusão e adoção tecnológica no setor agropecuário brasileiro.

Estes instrumentos e programas direcionados ao sistema de produção são complementados por outros dirigidos mais especificamente aos sistemas da infra-estrutura e comercialização. Assim mencionáramos os programas do Ministério da Agricultura na área de armazenagem, com substanciais incrementos na capacidade armazenadora estática, tanto a meio ambiente quanto a frio. Citáramos os programas de centrais de abastecimento para produtos hortigranjeiros, os vultosos programas de empréstimos e aquisições do governo federal, contemplando uma ampla variedade de produtos. Mencionamos também a existência de programas regionais especiais de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura agrícola. Na área específica de apoio ao desenvolvimento de cooperativas, como um considerável instrumento de promoção agrícola, cabe mencionar, ainda que brevemente, a existência de programas específicos de apoio técnico e financeiro, desenvolvido na área comercial pelo Banco Nacional de Cooperativas — BNCC, e na área de promoção, assistência e regulamentação cooperativista pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

Nos setores de desenvolvimento pesqueiro e florestal são relevantes os programas desenvolvidos através dos sistemas de incentivos fiscais, com esforços acentuados para uma exploração racional de nossos recursos naturais preservando-os,

via legislação específica e ações de fiscalização exercidas através de organismos específicos.

Completando este comentário geral sobre as grandes linhas de atuação governamental na área agrícola, com o intuito de possibilitar as autoridades japonesas presentes uma maior compreensão dos programas do Ministério da Agricultura, bem como contribuir para aprimorar o quadro de referência para cooperação entre o Brasil e o Japão é relevante sintetizar a concepção que suporta nossa ação em prol do setor.

A estratégia de desenvolvimento agrícola que temos adotado se fundamenta nas possibilidades de aumentarmos a produção nacional de alimentos, gerarmos emprego e renda, ao se assegurarem condições econômicas e técnicas ao agricultor brasileiro para: a) aumentar a produtividade, pela transformação da agricultura com o uso de insumos e tecnologia adequada às condições agrícolas no Brasil, e b) expandir a fronteira agrícola, pela exploração de áreas antes não utilizadas em glebas já existentes e/ou pela incorporação de novas áreas, como por exemplo os cerrados, uma imensa área de pelo menos 50 milhões de hectares constituídos de terras agricultáveis.

Daí o interesse do governo brasileiro no estabelecimento de uma estratégia bilateral de cooperação técnica e econômica com o Japão no setor agrícola, seu apoio a empreendimentos como a formação da Companhia de Promoção Agrícola, associando empresas de ambos os países e inclusive o interesse de discutir as possibilidades de celebração de contratos comerciais de longo prazo para fornecimento de produtos agrícolas como soja, suco de laranja, carne e a viabilidade de intercâmbios comerciais intercooperativas.

Assim, esperamos desenvolver uma cooperação que se faça em dois sentidos e que promova inclusive um maior e mais liberal intercâmbio comercial entre nossos países. Neste sentido, o Ministério da Agricultura elaborou um conjunto de propostas concretas cobrindo os principais pontos de cooperação bilateral mencionados anteriormente e o está submetendo à consideração de Vossas Excelências e seus assessores que poderão discutir maiores detalhes com técnicos brasileiros aqui presentes.

Com a devida aquiescência dos presentes me permitiria listá-las:

1. Estabelecimento de um acordo de crédito rotativo, em torno de US\$ 715 milhões objetivando o financiamento do "Programa de Desenvolvimento Agrícola do Brasil";
2. Programa de construção de armazéns, silos intermediários e frigoríficos, em torno de US\$ 150 milhões, tendo em vista assegurar o fluxo de produtos agrícolas aos terminais portuários brasileiros;
3. Desenvolvimento de projetos de colonização e investimentos em irrigação e drenagem, em áreas de 2.400.000 ha em vazios demográficos, envolvendo recursos da ordem de US\$ 250 milhões;
4. Complementação de corredores de exportação, estimado em US\$ 20 milhões, visando ampliar a infra-estrutura de comercialização de produtos agrícolas voltados, preferencialmente, para o mercado externo;
5. Empreendimentos conjuntos na agroindústria, pela iniciativa privada de ambos os países, aproveitando a sazonalidade da oferta de produtos agrícolas, envolvendo financiamentos na ordem de US\$ 100 milhões;
6. Implantação de indústria de fertilizantes fosfatados na região dos cerrados, com capacidade de 300 t/dia, demandando aporte de US\$ 80 milhões;
7. Empréstimo, a ser dimensionado, do Banco Cooperativo do Japão ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC, para a modernização de cooperativas brasileiras;
8. Programa de Cooperação Técnica, com recursos também a serem negociados, envolvendo projetos específicos de intercâmbio, treinamento, pesquisa, experimentação e estudos de viabilidade, dependendo do estabelecimento de uma es-

tratégia de cooperação que reflita interesses de ambos os países.

Assim, acredito que temos tópicos substantivos a debater na nossa Agenda e poderemos ainda explorar a complementaridade de várias áreas nas quais venhamos, no futuro, a desenvolver ações conjuntas tendo em vista nossas potencialidades e necessidades. Pois, certamente, poderemos repartir com equidade os benefícios de uma profícua cooperação, sobretudo, diante da sinceridade de propósitos que anima esta delegação de alto nível.

Ao terminar, expresso mais uma vez o prazer que tenho em participar deste diálogo e reitero minha expectativa de concretizarmos ações relevantes para nossos países e aprofundarmos nossas amizades, porque é grande e sincera a estima que devotamos ao povo japonês.

KINJI MORIYAMA

É para mim motivo de grande satisfação poder fazer um pronunciamento nesta Reunião Ministerial, na qualidade de Ministro dos Transportes.

Congratulo-me com o fato de que a economia brasileira, apoiada na imensa extensão territorial do país e em seus abundantes recursos naturais, vem experimentando um desenvolvimento gradual e consistente, ao mesmo tempo em que se verifica, a cada ano, um aumento no volume de intercâmbio comercial com o meu país, solidificando, assim, nossas relações amistosas.

Registramos com alegria, também, que empreendimentos de **joint-venture** nipo-brasileiros, nos setores de construção naval e indústria de material rodante de ferrovias, cuja área está afeta ao Ministério sob minha responsabilidade, estão contribuindo de forma substancial para o desenvolvimento da economia do Brasil.

Dado que o aumento da produção agrícola, a exploração de recursos minerais, o estímulo à indústria de máquinas de metalurgia e o incremento da exportação dos produtos resultantes são metas prioritárias da política econômica do Brasil, é imprescindível ao desenvolvimento econômico de seu país a implantação de um sistema

Através da **Japan International Cooperation Agency** — JICA, o Japão realiza a cooperação técnica para os projetos de modernização da linha Vitória-Minas, da construção da Ferrovia do Aço, modernização de linhas da Rede Ferroviária Federal e da Ferrovia Paulista, implementação dos Portos de Praia Mole e Suape, elaboração do plano referente ao projeto de desenvolvimento regional dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo, da construção do estaleiro da

A tecnologia da ferrovia foi a base de apoio na reconstrução da economia japonesa após a Segunda Guerra e hoje sustenta as atividades econômicas do país. Ao mesmo tempo, estão sendo desenvolvidas novas técnicas para atender às necessidades de transporte de passageiros na metrópole. Quanto à engenharia de portos, sua longa experiência levou o Japão a desenvolver uma avançada tecnologia neste setor. Hoje existem no país cerca de mil portos construídos tanto na orla do oceano como em enclaves de solo pouco fértil. No setor de construção naval, orgulhamos-nos de haver aperfeiçoado uma das mais sofisticadas tecnologias do mundo. Além disso, há vinte anos que o Japão ocupa o primeiro lugar, no mundo, no lançamento de navios.

Certos de que este projeto muito contribuirá para o desenvolvimento econômico do Brasil. De pois disso, acompanhamos o projeto com permanente interesse, enviando uma missão de estudos ao Brasil, visando colaborar na elaboração de planos referentes ao projeto. Entretanto, após tomarmos conhecimento de que o porto de Praia Mole não estaria pronto quando da inauguração da Usina Siderúrgica de Tubarão, decidiu-se promover o estudo de alternativas ao plano original, tais como a reforma do porto de Tubarão, para atender à entrada de matérias-primas e embarque da produção. De nossa parte, estamos dispostos a continuar a cooperação em projetos tais como o reexame do plano original, desde que haja a solicitação por parte do Brasil.

Tivemos conhecimento, também, de que estão sendo considerados projetos de grande importância tais como o melhoramento dos portos de Itaquiraçu e Paranaguá e outros portos relacionados aos projetos de desenvolvimento da agricultura, indústria de extração de minério, referidos acima.

A construção do porto destinado à Usina Siderúrgica de Tubarão é marco importante na relação bilateral de cooperação entre os dois países. Na ocasião da visita do ex-Presidente Geisel ao Japão, um dos temas discutidos de maior interesse foi a concessão de uma linha de crédito, em favor do projeto de Tubarão. Este foi confirmado no "Comunicado Conjunto" emitido naquela oportunidade, através do empréstimo de 100 milhões de dólares constituídos em **Yens**. Este fato foi motivo de grande satisfação para nós,

No mundo de hoje, está sendo reconsiderado o valor e importância do transporte ferroviário, dada a necessidade premente de reduzir o consumo de energia. Também em meu país estão sendo executados planos de ampliação dos meios de transporte, necessários e imprescindíveis para atender a demanda no futuro, tais como a aceleração de melhoramentos de linhas-tronco de ferrovias e de transporte nas grandes cidades. Assim, merece aplausos a iniciativa do governo brasileiro em atribuir ao transporte ferroviário a importância e relevante papel que este desempenha na economia de um país.

de São Paulo e do Rio de Janeiro.

franco desenvolvimento a construção dos metrô de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, e está em andamento de grandes cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, e está em andamento de novas linhas em ferrovias de subúrbios programados os melhoramentos das atuais instalações de transporte. Sabemos que estão sendo desenvolvidos planos de desenvolvimento de transporte, se impõe como meio fundamental e econômico, que é a siderurgia, que são planos em que o sistema ferroviário, que é desenvolvido na região periférica de Belo Horizonte, no Estado do Paraná, e de desenvolvimento de Itaipava, de desenvolvimento agrícola de Carajás, os projetos de desenvolvimento agrícola, os projetos de desenvolvimento de minérios com esta área. Especificando nosso ponto de vista, os projetos de desenvolvimento de minérios com esta área. Especificando nosso ponto de vista, os projetos de desenvolvimento de minérios com esta área. Especificando nosso ponto de vista, os projetos de desenvolvimento de minérios com esta área. Especificando nosso ponto de vista, os projetos de desenvolvimento de minérios com esta área. Especificando nosso ponto de vista, os projetos de desenvolvimento de minérios com esta área.

Ishibrás, etc. Atualmente, seis especialistas japoneses estão trabalhando nos projetos de modernização das linhas da Ferrovia Federal, dando continuidade, assim, ao tradicional e amistoso intercâmbio de tecnologia que se vem processando entre nossos países.

Tomamos conhecimento de que foi firmado, recentemente, um contrato de consulta entre a Jarts (**Japan Railway Technical Service**) e a Rede Ferroviária Federal, e de que estão em andamento negociações de cooperação financeira no setor privado, para a construção da Ferrovia do Aço.

É nosso firme desejo contribuir ativamente para o incremento do intercâmbio econômico bilateral no setor de transportes, promovendo, ainda mais, as relações de cooperação técnico-econômica entre nossos países, desde que haja solicitação do governo brasileiro, tanto na área privada como no setor oficial.

CÉSAR CALS

Na área do Ministério das Minas e Energia os seguintes projetos estão sendo desenvolvidos com o apoio do Governo e de empresas japonesas.

1 — ALBRÁS — produção de 320.000 t/ano de alumínio, divididos em quatro módulos de 80.000 t, sendo que o primeiro tem a conclusão prevista para 1983.

2 — ALUNORTE — produção de 800.000 t/ano de alumina, devendo estar em operação em meados de 1983. Os projetos se desenvolvem normalmente, sendo que os investimentos são US\$ 955 milhões para a ALBRÁS e US\$ 410 milhões para a ALUNORTE.

O BNDE fará financiamento da parte brasileira à CVRD, que repassará às duas empresas.

O empréstimo japonês foi firmado em junho de 1979, nos seguintes valores:

US\$ 11.520.000 Y 2.500.000.000, para ALUNORTE e US\$ 14.746.544 Y 3.200.000.000, para ALBRÁS.

A infra-estrutura está sendo preparada:

a — USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ — funcionamento previsto para 1983, sendo

que em 1981 a área será servida pela energia da CHESF;

- b — PORTO DA VILA DO CONDE — o projeto definitivo e estudos de viabilidade deverão estar concluídos este mês;
- c — NÚCLEO URBANO — a SUDAM contratou o projeto cujo prazo de entrega está previsto para setembro de 1979.
- d — TRATAMENTO ASFÁLTICO DA PA-403 — obra concluída.
- e — CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BARCARENA VELHA/PONTA GROSSA — em andamento, com cerca de 11 km de terraplenagem e sub-base prontos, estando previsto o término para setembro de 1979.
- f — ACESSO RODOVIÁRIO BELÉM/PONTA GROSSA — em fase final o projeto.
- g — EMBARCADOURO DE BARCARENA VELHA — projeto pronto. A PORTOBRÁS deverá iniciar a licitação da obra.
- h — EMBARCADOURO DE CAFEZAL — prevista a execução em 1981.
- i — RETIFICAÇÃO E DRAGAGEM DE FURO DA ILHA DAS ONÇAS — os estudos estarão concluídos em janeiro de 1980.

3 — CARAJÁS — O Projeto Carajás ganhou prioridade em face das novas perspectivas do minério de ferro.

A Companhia Vale do Rio Doce já iniciou todas as providências do projeto definitivo e construção da ferrovia Carajás/Itaqui, de maneira a que em 1984 possa estar exportando 25 milhões de toneladas de minério de ferro oriundo daquelas jazidas.

O projeto está orçado em US\$ 2.355.000.000,00.

O Governo brasileiro pretende a participação financeira de outros sócios que possam colaborar desde já na construção da infra-estrutura ferroviária. A ferrovia terá 887 km. A reserva de minério é de 18 bilhões de toneladas com o teor de 66,7% de ferro.

4 — PROJETO CENIBRA — CELULOSE NIPO-BRASILEIRA S.A. — Objetiva a produção anual de 255.000 t/ano de celulose franqueada. Participam do empreendimento a CVRD e subsidiárias pelo Brasil, enquanto da parte brasileira a **holding JBP (Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co. Ltd.)**.

A fábrica já está instalada e em produção devendo produzir no corrente exercício 200 mil toneladas de celulose franqueada. Para o ano de 1980 está prevista uma produção de 236 mil toneladas. A capacidade nominal da fábrica de 255 mil toneladas deverá ser atingida a partir de 1981.

5 — PROJETO FLONIBRA — EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S.A. Visa o desenvolvimento de um programa de florestamento e reflorestamento em 400 mil hectares de eucaliptos para produção anual de 6 milhões de toneladas de **chips** (pequenas lascas de madeira) sendo parte exportada e parte destinada à transformação em celulose.

No momento já estão adquiridos 163.675 hectares e já estão plantados 35 mil hectares.

Participam do empreendimento a CVRD e subsidiárias e a **holding JBP (Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co. Ltd.)**.

No tocante ao setor de energia, além das medidas de economia de energia que devem ser cada vez mais firmes, o Brasil está fazendo um grande esforço no setor de prospecção de petróleo. A nossa meta será a de atingir em 1985, 500.000 barris de petróleo por dia contra os 172.000 barris diários de produção atual.

Seria muito importante para o Brasil a participação japonesa nos contratos de risco.

No programa de álcool a meta é atingir em 1985 a produção de 170.000 barris equivalentes de petróleo por dia.

No carvão mineral a meta é semelhante, 170.000 barris equivalentes de petróleo por dia.

O xisto betuminoso participará com 25.000 barris de óleo por dia.

Além disso, o Brasil fará grande esforço no programa hidrelétrico e executará o programa nuclear.

O Brasil também deseja uma maior troca de informações sobre novas fontes de energia, em particular energia solar.

Finalmente quero expressar o nosso desejo de conhecer as reais possibilidades de construção de um grande porto no Japão, próprio para navios de grande calado (**Asia Port**).

JOÃO CAMILO PENNA

Senhor Ministro Sunao Sonoda,

Senhor Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro,

Senhores Ministros de Estado do Japão e do Brasil,

Autoridades presentes,

Senhoras,

Senhores.

Honra-me participar desta II Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão, evento que concorre para uma aproximação ainda maior de dois países distantes, com raízes culturais distintas, porém de há muito animados e unidos pelo desejo comum de progresso e cooperação bilateral.

A minha amizade pelo povo japonês transcende as fronteiras do interrelacionamento político, econômico e cultural para situar-se, de forma mais densa, ao nível de um sentimento pessoal. E explico: em 1908, zarpei rumo ao Brasil o navio Kasato-Maru trazendo a bordo o primeiro grupo de imigrantes japoneses, destinado a semear o campo fértil da convivência harmônica entre os dois povos. Era Presidente do Brasil à época o Dr. Afonso Penna, a mim ligado por laços de sangue, e a quem coube decidir em favor da vinda desse contingente pioneiro.

Lembro trecho de pronunciamento do Presidente Ernesto Geisel durante as comemorações do septuagésimo aniversário da imigração japonesa, em 1978. Dizia ele: "cabe realçar o congoçamento que vincula os dois povos, irmanados num mesmo espírito de entendimento e cooperação. Brasileiros e imigrantes japoneses, ao longo des-

se período de intenso convívio, aplicaram-se à difícil, mas grandiosa missão de construir uma sociedade justa e livre, em que os valores humanos têm primazia sobre todos os demais...”

Senhores,

Exemplo desta convivência apresenta-se na substantiva participação de tecnologia e capitais japoneses nos setores primário e secundário da nossa economia, com atuação destacada em segmentos de grande dimensão, como a siderurgia, a construção naval e a indústria eletrônica. A par do papel desempenhado pela imigração japonesa na formação do Brasil moderno, a cooperação desse país amigo se reflete sob vários ângulos no fortalecimento das relações bilaterais. O Japão ocupa destacado lugar entre os investidores estrangeiros no Brasil, tendo aplicado — entre investimentos e reinvestimentos — e até 31 de dezembro passado, a importante soma de US\$ 1 bilhão 404 milhões.

Ministro da Indústria e do Comércio do Brasil, titular de uma pasta que lida há longo tempo com Governo e setor privado japoneses, compareço de espírito aberto, decidido a emprestar a melhor colaboração do MIC para a ampliação do diálogo existente.

O Ministério que dirijo, à luz das diretrizes do Excelentíssimo Senhor Presidente João Figueiredo, buscará integrar a nossa atividade no quadro maior do desenvolvimento nacional e da cooperação com o capital estrangeiro. Ao MIC cabe formular e executar a política de desenvolvimento industrial e tecnológico e de suporte ao comércio interno, apoiando a empresa nacional, especialmente as de pequeno e médio porte, e gerando melhores condições para a capitalização desses empreendimentos ao lado de uma gradativa nacionalização de seus produtos. Mais ainda, buscaremos formas de ajustar o parque industrial do país à realidade do poder aquisitivo de grandes setores da população brasileira.

Acredito pertinente ressaltar, nesta ocasião, que uma política de fortalecimento do setor privado brasileiro também é estímulo à adequada articulação com as economias estrangeiras interessadas em participar dos programas nacionais. Na medida em que o empresariado local passa a se

constituir em interlocutor válido para o diálogo com o exterior, mais equilibrado e frutífero se tornará esse relacionamento.

Senhores,

Os problemas atualmente vividos pelo país não se constituem em exceção brasileira, mas em um desafio comum a todas as nações. Uma têm no problema energético a raiz de suas dificuldades, outras sofrem as conseqüências da inflação e do crescente protecionismo no comércio externo. Outras mais recebem o impacto adverso da conjugação desses vários fatores na sua economia mas têm procurado contornar os efeitos daí decorrentes mediante a ação integrada de todos os setores envolvidos, a conscientização da opinião pública, contando também com o apoio da comunidade internacional. É o caso do Brasil retratado na pesquisa de fontes alternativas de energia, nas diretivas do Programa Nacional do Álcool, no redimensionamento do perfil industrial, no aumento da produtividade e na busca do equilíbrio social.

Satisfaz-nos constatar que, acima das dificuldades experimentadas pelo país no seu progresso, continuamos a representar importante alternativa para os investimentos externos. O fluxo de capitais forâneos ingressando na economia destaca o acerto de uma estratégia de desenvolvimento orientada para a cooperação e a convivência com os recursos internacionais. Para tal, continuaremos mantendo uma política objetiva, sem discriminações, assegurando ao investidor estrangeiro um tratamento estável e racional desde que este se ajuste aos pressupostos nacionais. Oferecemos, em contrapartida, um mercado interno em expansão, mão-de-obra, matérias-primas, estabilidade política e, sobretudo, a oportunidade de trilharmos, em conjunto, novos rumos no campo da cooperação bilateral.

Evidentemente não poderíamos passar incólumes a uma conjuntura anômala e preocupante. Revêem-se prioridades e ajustam-se programações de modo a que os recursos disponíveis sejam alocados aos setores mais carentes. Mas essa redistribuição no tempo não afeta a execução global dos projetos contratados pois, subsiste o quadro que motivou a sua idealização agora revisto à luz transitória da crise econômica internacional. As

metas básicas de Governo permanecem, embora ajustadas aos impactos sofridos pelo Brasil. Persiste a seqüência do processo de desenvolvimento harmônico, objetivo maior de todos os nossos esforços.

Senhores,

O diálogo entre o Brasil e o Japão tem sido intenso e frutífero ao longo dos anos. No Ministério da Indústria e do Comércio, temos mensurado a densidade desse relacionamento através dos freqüentes contatos entre setores do MIC e seus correspondentes japoneses notadamente nas áreas siderúrgica, industrial e tecnológica. Seja por força de suas responsabilidades como condutor de política, seja em decorrência de sua atuação direta na atividade produtiva, o MIC tem se beneficiado da experiência japonesa para a execução das suas missões. Prova é a realidade da USIMINAS, projeto de alcance nacional e exemplo do entendimento vigente entre os dois países.

Outro fato relevante deu-se dia 24 de outubro de 1978, quando brasileiros e japoneses assinaram, na sede do Keidanren, o contrato de financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Tubarão, de grande significado para o Brasil. Trata-se do maior contrato de financiamento feito até hoje a uma empresa brasileira bem como o de maior monta concedido por um sindicato de bancos japoneses a qualquer empresa no exterior. Desejaria mencionar, outrossim, a assinatura do convênio entre o Conselho de Não-ferrosos e Siderurgia do MIC — CONSIDER e a **Nippon Steel** objetivando estudar as reservas carboníferas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e o seu aproveitamento em fornos elétricos de redução siderúrgica.

No quadro da cooperação tecnológica, entretanto, parte do caminho ainda está por percorrer. A Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC, do lado brasileiro, em conjunto com outros setores do Governo, está aparelhada para dar curso a um amplo programa conjunto, alicerçado em mecanismos bilaterais propiciadores a serem estabelecidos. As possibilidades são vastas e cito, entre várias, a metalurgia do aço, a biotecnologia, a metrologia e a tecnologia da borracha.

Senhores,

Os antecedentes me induzem a acreditar na ampliação constante das relações bilaterais a partir de um detido exame do grau de complementaridade existente entre as duas economias. Da parte brasileira, e particularmente quanto ao Ministério da Indústria e do Comércio, encontrarão os senhores a melhor receptividade aos propósitos de cooperação em níveis de proveito mútuo. Para isso estamos aqui reunidos em conversações francas e cordiais.

Como recentemente afirmou o Presidente João Figueiredo "a nossa política visa a conservar o Brasil como parceiro confiável, cumpridor de seus compromissos, pronto a desincumbir-se de suas responsabilidades internacionais com ânimo de paz e boa-vontade".

Muito obrigado.

TAKEHIRO SAGAMI

Na conjuntura atual, seria difícil fazer uma previsão otimista sobre o futuro da economia mundial no tocante a emprego, crescimento econômico e preços, devido ao aumento excessivo no preço do petróleo e instabilidade em seu fornecimento.

A economia atual do Japão está evoluindo de maneira consistente, com tendência expansionista, apoiada principalmente no aumento da demanda interna, tais como consumo privado e investimento de capital fixo. A produção e comercialização de produtos estão crescendo continuamente e, em face da melhoria de lucratividade das empresas, as oportunidades de trabalho estão igualmente aumentando. Porém, a evolução dos preços está a atingir uma fase crítica, à qual precisa ser dada uma atenção especial. Desde o final do ano passado que os preços por atacado continuam subindo de modo acentuado. O recente aumento dos preços de matérias-primas como o petróleo e a madeira, especialmente, estão influenciando sensivelmente os preços dos produtos internos manufaturados. O preço ao consumidor continua estabilizado; porém, a situação não permite fazer qualquer previsão, uma vez que há, também, o reflexo negativo da tendência altista dos preços por atacado.

Nestas circunstâncias, o Governo está envidando grandes esforços para conduzir, de maneira flexível, a administração da política econômica, alicerçada na estabilidade de preços e crescimento normal da economia.

Na área financeira, a taxa oficial de juros foi elevada duas vezes, em abril e julho, com o objetivo de conter ao máximo o ritmo altista de preços, e de contribuir para a expansão gradual da economia. Quanto à perspectiva da economia japonesa, embora existam fatores — como a evolução do preço e variação do fornecimento de petróleo, e mudanças na economia mundial — que exigem uma atenção especial, podemos prever a manutenção do modelo de crescimento estável, através da execução constante de uma administração de política adequada, com base na demanda interna.

Sobre o nosso Balanço de Pagamentos, registrou-se, no ano passado, na conta corrente, um superávit de 16,5 bilhões de dólares. No entanto, este superávit na balança comercial vem sendo reduzido sensivelmente desde o final do ano passado, sendo que no primeiro semestre deste ano apresentou um déficit de 600 milhões de dólares na conta corrente, após ter sido feito um ajustamento sazonal. E quanto ao fluxo de capital a longo prazo, houve um saldo negativo de 12,4 bilhões de dólares no ano passado, e de 7,4 bilhões de dólares no semestre que findou.

Por outro lado, a economia do Brasil, apesar das dificuldades enfrentadas após a Segunda Guerra Mundial, vem evoluindo notadamente, aproveitando de maneira inteligente seus vastos recursos naturais, e através de uma rápida aceleração industrial. Após a época em que apresentou um extraordinário crescimento — 1968 a 1973 —, continuou promovendo um desenvolvimento sólido, combatendo a inflação e superando a situação desfavorável do Balanço de Pagamentos, em decorrência da crise energética. Valho-me do ensejo para cumprimentar o governo e o povo deste país pelo esforço gigantesco dispensado em prol de um constante desenvolvimento econômico.

Apoiadas no intercâmbio pessoal de muitos anos, as relações entre o Japão e o Brasil vêm sendo fortalecidas nos últimos anos, o que faz esperar uma crescente ampliação da intercoplementaridade econômica entre os dois países.

No tocante ao intercâmbio comercial entre nossos países, a importação de matérias-primas e produtos agrícolas do Brasil é indispensável para nossa economia. Por outro lado, sabemos que está sendo cogitada a exportação sobretudo de instalações e equipamentos relacionados principalmente com grandes projetos de exploração de recursos naturais. Sem dúvida, estes equipamentos muito contribuirão para o desenvolvimento brasileiro. Tenho a certeza que as relações comerciais entre os dois países aumentará de modo substancial e consistente, baseando-se no referido princípio de complementaridade.

Quanto ao fluxo de capitais entre nossos países, o Brasil figura em terceiro lugar, depois dos Estados Unidos e a Indonésia, entre os países que recebem investimentos diretos do Japão, com um saldo acumulado de 2,5 bilhões de dólares, o que significa mais da metade do total de investimentos japoneses na América Latina. Espero que, doravante, sejam cada vez melhores as condições que possibilitem o estímulo de cooperação mútua na área de investimentos do setor privado. Neste sentido vemos, com satisfação, o prosseguimento normal de importantes projetos de cooperação econômica, como o Projeto de Tubarão, o Projeto de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado e Plano de Expansão da USIMINAS, cujo apoio total foi prometido por ambos os países na ocasião da I Reunião Consultiva Ministerial Japão-Brasil.

Quanto aos outros projetos, seria conveniente que, doravante, fossem feitos estudos adequados, com vistas a assegurar sua execução efetiva, através de permanentes esforços por ambos os países. Pensamos que isto tem a maior importância para que nossas relações sejam cada vez mais fortalecidas.

Na área da cooperação financeira, foram lançados, quatro vezes, Títulos do Tesouro Nacional no mercado de capitais japoneses, após a I Reunião Consultiva Ministerial Japão-Brasil. O lançamento, no meu país, de bônus do Brasil, denominação em yen, alcançou, com oito títulos, o valor de 136 bilhões de yens. Isto permite acreditar que houve, de maneira apreciável, uma sensível contribuição ao desenvolvimento do Brasil. Neste momento, está sendo planejado o 6.º lançamento de Títulos do Tesouro Nacional do Brasil no mercado japonês, bem como o lançamento

de bônus da Eletrobrás. Gostaria de ressaltar que o Japão tem interesse em que os referidos lançamentos sejam concretizados normalmente.

Com relação aos empréstimos a médio e longo prazos pelos bancos privados japoneses ao Brasil, o saldo acumulado vem crescendo todos os anos, atingindo a soma de 1,2 bilhões de dólares em 1977, subindo para 3,4 bilhões em março do ano em curso.

Nossas relações de cooperação estão no limiar de uma nova fase, e estou convencido de que devem ser ampliadas cada vez mais, não só para

o benefício de ambos os países, mas também para ajudar a resolver a questão Norte-Sul. Exemplo deste tipo de cooperação foi o acordo celebrado entre o Japão e o Brasil, juntamente com a Áustria, de formar um grupo com direito a eleger um representante para a diretoria do Banco de Desenvolvimento Africano, quando foi decidida a admissão de um país membro fora da região africana.

Finalizando meu pronunciamento, faço votos para que nossas relações de amizade e de cooperação econômica, nos vários setores, saiam fortalecidas desta Reunião Consultiva Ministerial.

chanceler japonês homenageia ministros brasileiros

Discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Sunao Sonoda, no Hotel Nacional de Brasília, em 17 de agosto de 1979, por ocasião de almoço que ofereceu aos Ministros de Estado brasileiros.

Excelentíssimo Senhor Saraiva Guerreiro,
Ministro das Relações Exteriores;

Digníssimas autoridades presentes;

Desejo expressar, uma vez mais, meu profundo agradecimento pela calorosa recepção e manifestação de apreço e fidalguia com que Vossa Excelência e demais autoridades brasileiras nos distinguiram durante nossa visita ao Brasil.

Desejando conhecer um pouco mais deste grandioso país e desfrutar, mais de perto, do calor humano do generoso povo brasileiro, estarei seguindo, logo mais, para a pujante cidade industrial de São Paulo, prosseguindo minha viagem até o Rio de Janeiro, mundialmente famosa por sua inebriante beleza natural.

Esta II Reunião Consultiva Ministerial teve um significado profundo e suscitou em nós o desejo de estudar, sob novos pontos de vista, a viabilidade de intensificar ainda mais o intercâmbio de cooperação entre os dois países nas áreas polí-

tica, econômica e cultural. Após esta Reunião, tive fortalecida minha convicção de que o Japão e o Brasil estão a alcançar um estágio ideal de parceiros que se ajudam e complementam mutuamente, visando o objetivo maior que é a paz e prosperidade de todos os povos do planeta.

As autoridades de nossos governos têm a nobre tarefa e a responsabilidade de concretizar as relações de cooperação entre os dois países. Desejo que, doravante, a exemplo do passado e do presente, as conversações entre o Japão e o Brasil se caracterizem por uma franca e generosa troca de idéias.

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores,

Digníssimas autoridades presentes,

Gostaria que todos erguessem suas taças, fazendo votos pela saúde do Excelentíssimo Senhor Presidente Figueiredo, e pela prosperidade da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.

comunicado de imprensa sobre a II reunião consultiva ministerial brasil-japão

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 17 de agosto de 1979, ao final da Segunda Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão.

A Segunda Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão foi realizada em Brasília em 16 de agosto de 1979.

Do lado japonês participaram da Reunião, Sua Excelência o Senhor Sunao Sonoda, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sua Excelência o Senhor Michio Watanobe, Ministro da Agricultura, Reflorestamento e Pesca, Sua Excelência o Senhor Masumi Esaki, Ministro do Comércio Internacional e Indústria, Sua Excelência o Senhor Kinji Moriyama, Ministro dos Transportes, Sua Excelência o Senhor Takehiro Sagami, Vice-Ministro das Finanças para Assuntos Internacionais, como representante do Ministro das Finanças.

Do lado brasileiro participaram da Reunião, Sua Excelência o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores, Sua Excelência o Doutor Karlos Rischbieter, Ministro da Fazenda, Sua Excelência o Doutor Eliseu Resende, Ministro dos Transportes, Sua Excelência o Doutor Ângelo Amaury Stabile, Ministro da Agricultura, Sua Excelência o Doutor João Camilo Penna, Ministro da Indústria e do Comércio e Sua Excelência o Doutor César Cals, Ministro das Minas e Energia.

Sua Excelência o Senhor Nobuo Okuchi, Embaixador no Brasil e Sua Excelência o Senhor Ronaldo Costa, Embaixador no Japão tomaram parte na Reunião.

2. Durante sua permanência no Brasil, os Ministros japoneses foram recebidos por Sua Excelência o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo no dia 16 de agosto.

3. Os Ministros dos dois países — registrando com satisfação que a Primeira Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão, realizada em setembro de 1976, quando o então Presidente Geisel fez uma visita oficial ao Japão, contribuiu para

o aprofundamento da compreensão mútua e que, desde então, relações mais estreitas e mais produtivas de cooperação entre os dois países têm-se desenvolvido firmemente — tiveram uma franca e útil troca de idéias sobre vários assuntos de interesse mútuo dentro de um espírito de amizade e de entendimento. Os Ministros passaram em revista o estágio de execução dos projetos mencionados do Comunicado Conjunto emitido por ocasião da visita oficial do Presidente Geisel ao Japão em 1976, além de outros empreendimentos conjuntos. Cada Ministro de ambas as partes apresentou suas idéias básicas acerca de projetos individuais e das futuras perspectivas de cooperação entre o Japão e o Brasil. No contexto dessa avaliação, foram examinados os seguintes assuntos:

- a) o apoio para a implementação do complexo ALBRÁS/ALUNORTE incluindo linhas de crédito preferenciais e comerciais e a construção — sob os auspícios do Governo brasileiro — da infra-estrutura necessária ao empreendimento, e a conclusão do sistema de Tucuruí para suprimento de eletricidade;
- b) a solicitação do Governo brasileiro com vistas a transferir para a expansão e a adaptação do Porto de Tubarão os fundos já alocados pelo Governo japonês para a construção do projeto de Praia Mole e a boa disposição manifestada pelo lado japonês em estudar essa alternativa;
- c) a definição do projeto FLONIBRA.

4. O lado brasileiro prometeu tomar as medidas necessárias para fortalecer a posição financeira da CENIBRA e o lado japonês prometeu, em contrapartida, proporcionar maior contribuição financeira japonesa para esse projeto.

5. Os Ministros concordaram em que deve prosseguir, sem entraves, a execução dos projetos referidos no supramencionado Comunicado Conjunto. Nesse sentido, o lado brasileiro reafirmou sua intenção de promover a implantação da infraestrutura necessária para tais empreendimentos e de oferecer incentivos apropriados.

6. Durante a Reunião, os Ministros de ambos os países decidiram também recomendar aos seus governos a promoção do comércio nipo-brasileiro de forma harmoniosa. Nesse sentido, concordaram em que a pauta das trocas bilaterais deve refletir as realidades das economias dos dois países e o seu atual estágio de desenvolvimento. Nesse contexto, os Ministros japoneses anunciaram que seu Governo já iniciou os preparativos necessários para enviar uma missão de importadores japoneses ao Brasil no ano fiscal de 1980. De sua parte, os Ministros brasileiros declararam sua intenção de organizar, em 1980, uma grande exposição comercial e cultural brasileira em Tóquio, com a mesmo propósito. Ambos os lados expressaram sua disposição de examinar medidas necessárias para a expansão do comércio entre os dois países levando em consideração as vantagens de longo prazo do crescimento equilibrado de seus fluxos de comércio.

7. Os Ministros acordaram em que funcionários governamentais dos dois países continuariam a consultar-se sobre a possibilidade de uma ampla cooperação financeira, econômica e técnica entre o Japão e o Brasil nos seguintes projetos e iniciativas:

- a) créditos a serem estendidos por instituições japonesas apropriadas, inclusive cooperativas, para financiar projetos brasileiros de desenvolvimento agrícola; esses projetos devem objetivar o desenvolvimento da produção e das exportações agrícolas brasileiras, tais como corredores de exportação, armazenagem, instalações portuárias e programas de irrigação;
- b) desenvolvimento agrícola das várzeas — como, por exemplo, o Vale do Ribeira — e nas fronteiras agrícolas brasileiras, no contexto de programas que serão implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para

umentar a produção de culturas básicas, especialmente cereais;

- c) entendimentos a serem concluídos entre instituições brasileiras e entidades japonesas interessadas para o incremento das exportações de produtos agrícolas brasileiros em condições competitivas;
- d) planos para a exploração de minério de ferro e outros empreendimentos similares do Projeto Carajás;
- e) os projetos prioritários brasileiros nos setores de transporte ferroviário e de construção de portos, particularmente aqueles relacionados com os corredores de exportação e o transporte ferroviário de passageiros nas áreas metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife;
- f) o acesso ao mercado de capital japonês por parte de emitentes brasileiros, governamentais e privados;
- g) maior esforço conjunto no campo da ciência e da tecnologia, inclusive o desenvolvimento de novas fontes de energia;
- h) revisão das atividades e da estrutura no campo da cooperação técnica entre os dois países.

8. Os Ministros expressaram sua esperança de que o próximo encontro do Comitê Empresarial Misto Brasil-Japão, a ter lugar em São Paulo, em setembro próximo, examine medidas para promover a cooperação entre os setores privados dos dois países.

9. Os Ministros notaram com interesse o Simpósio de Ciência e Tecnologia, que será realizado em Tóquio, em outubro de 1979, sob a coordenação das Universidades de São Paulo e de Tóquio.

10. Ao final da reunião, os Ministros, após registrarem que as relações de cooperação entre o Japão e o Brasil mostram, hoje, um extraordinário progresso, manifestaram a opinião comum de que devem conferir a maior importância à intensificação dos esforços, a nível governamental e no privado, para aprofundar o entendimen-

to mútuo e para promover relações de cooperação entre os dois países.

11. Foi acordada a realização, antes do final de 1981, da próxima Reunião Ministerial Consultiva, em Tóquio.

12. Os Ministros japoneses expressaram seus sinceros agradecimentos pela afetuosa acolhida dada pelos seus colegas brasileiros e pelo Governo do Brasil por ocasião da Segunda Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão.

comunicado à imprensa sobre a visita de sunao sonoda ao brasil

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 17 de agosto de 1979, ao final da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão ao Brasil.

1. A convite do Governo do Brasil, Sua Excelência o Senhor Sunao Sonoda, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, fez uma visita oficial à República Federativa do Brasil de 15 a 18 de agosto de 1979. Após sua estada em Brasília, o Chanceler fará também uma visita oficial a São Paulo, em 17 e 18 de agosto.

2. O Ministro Sonoda e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, tiveram uma troca de idéias cordial e proveitosa sobre a situação política e econômica internacional e sobre questões bilaterais de interesse mútuo. As conversações foram realizadas numa atmosfera extremamente amistosa.

3. Os Ministros acordaram em que os dois países devem intensificar a sua cooperação mútua em questões globais com vistas a atingir seu objetivo comum de contribuir para a paz e a prosperidade no mundo. Para tanto, concordaram igualmente que os canais diplomáticos disponíveis para a troca de opiniões e para consultas mútuas devem ser totalmente utilizados.

4. Durante suas conversações, os Chanceleres examinaram, em particular, as seguintes questões:

a) situação política na Ásia e na América Latina;

b) problemas econômicos internacionais, tais como energia, relações Norte-Sul e esforços para fortalecer ainda mais o sistema de livre comércio internacional; a esse respeito expressaram sua preocupação comum relativamente à política de caráter protecionista;

c) implicações internacionais da evolução política no Oriente Médio e na África Austral.

5. Os Chanceleres — após registrarem com satisfação que, não obstante a distância geográfica entre os dois países, suas relações têm-se desenvolvido firmemente até esta data em vários campos — concordaram que esforços adicionais deveriam ser feitos, tanto no nível governamental como privado, com a maior intensidade possível em todos os campos, para que as relações de amizade e de cooperação existentes possam ser fortalecidas.

6. Em nome de Sua Excelência Masayoshi Ohira, Primeiro-Ministro do Japão, o Chanceler Sonoda formulou convite ao Presidente da República Federativa do Brasil, sua Excelência João Baptista de Oliveira Figueiredo, para visitar o Japão na data mais próxima possível e de mútua conveniência, a ser acordada através dos canais diplomáticos. Esse convite foi aceito pelo Presidente com grande satisfação. Na mesma ocasião, o Presidente formulou convite oficial ao Primeiro-Ministro

do Japão para visitar o Brasil na data mais próxima possível e de mútua conveniência. O Chanceler Sonoda prometeu transmitir o convite ao Primeiro-Ministro, quando de seu retorno ao Japão.

7. Os Chanceleres notaram que a visita do Chanceler Sonoda foi muito oportuna e contribuiu para o aprofundamento das relações de amizade e cooperação entre o Japão e o Brasil. O Chanceler Sonoda manifestou sincera gratidão pela gentil atenção e calorosa hospitalidade que lhe foi proporcionada e à sua comitiva, pelo Governo do Brasil, durante sua visita oficial de quatro dias.*)

(*) Na seção *Mensagens*, página 189, o telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Sunao Sonoda, ao Chanceler Saraiva Guerreiro.

ministro da economia da república federal da alemanha visita o brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 20 de agosto de 1979, por ocasião do almoço oferecido ao Ministro da Economia da República Federal da Alemanha, Otto Von Lambsdorff.

Constitui para mim e para os Ministros aqui presentes uma honra e satisfação recebê-lo hoje nesta Casa. Isso porque é Vossa Excelência uma das personalidades mais ilustres e de maior prestígio do Governo da República Federal da Alemanha, país que ocupa lugar marcante no relacionamento internacional do Brasil.

Como sabe Vossa Excelência, os laços que unem os nossos dois países são intensos e vastos e se traduzem praticamente em todos os campos. Em termos de comércio, a Alemanha Federal coloca-se solidamente em segundo lugar, tanto como cliente de nossos produtos quanto entre os principais fornecedores do mercado brasileiro. É de igual destaque a participação da indústria e dos capitais alemães no Brasil, merecendo ainda ser acentuado o desenvolvimento crescente e promissor das relações culturais, além do expressivo saldo positivo dos programas bilaterais de cooperação científica e tecnológica.

Coroando este quadro, anoto a invejável profundidade a que chega hoje o entendimento político entre os nossos dois governos, resultado de um processo cujos acontecimentos máximos foram a visita oficial, em 1978, do Presidente do Brasil à Alemanha, e a retribuição, em abril último, do Chanceler Helmut Schmidt.

A presença de Vossa Excelência insere-se, assim, nesse contexto de sempre maior aproximação, cuja característica principal é a sinceridade e o respeito mútuos. O frutífero diálogo prossegue e vai assumindo várias modalidades. No particular, neste momento, em Bonn, grupos de planejamento político de uma e outra Chancelaria procedem a consultas sobre assuntos de interesse mútuo, e brevemente serão celebradas novas sessões das Comissões Mistas de Cooperação Econômica e de Cooperação Científica e Tecnológica.

Senhor Ministro,

Vossa Excelência vem exercendo, desde 1977, as altas responsabilidades de Ministro da Economia da República Federal. Congratulamo-nos com Vossa Excelência pelo notável progresso, motivo de admiração para todos nós, alcançado por seu país nos terrenos político, econômico e social. Muitas esperanças são depositadas no papel que poderá desempenhar a **Bundesrepublik** para que diminua o fosso entre os países ricos e pobres. Verificamos a grande sensibilidade e compreensão que Vossa Excelência revela em relação a tal problema que só poderá ter uma solução satisfatória com a participação solidária das sociedades mais afluentes.

Numa prova da particular significação atribuída a sua visita, Vossa Excelência terá ocasião de manter contatos com algumas das mais altas autoridades do Governo brasileiro, culminando com audiência a ser-lhe concedida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Estou convicto de que as conversações em Brasília, bem como aquelas que, a nível estadual, terão lugar em São Paulo e Porto Alegre, ensejarão a Vossa Excelência o conhecimento *in loco*, em toda sua dimensão, do esforço empreendido pelo Governo brasileiro para impulsionar o desenvolvimento

desta terra em condições de paz e justiça social e sob a égide de instituições genuinamente democráticas.

Convido os presentes, entre os quais tenho o prazer de destacar o Doutor Delfim Netto, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e o Doutor Karlos Rischbieter, da Fazenda, a me acompanharem em um brinde à saúde e à felicidade pessoal do Ministro da Economia, extensivo à Senhora Lambsdorff.

chanceler da malásia amplia intercâmbio com o brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 27 de agosto de 1979, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro do Exterior da Malásia, Teghu Ahmad Rithauddeen.

É com grata satisfação que recebo, hoje, em nome do Governo brasileiro, Vossa Excelência, na primeira visita que nos faz um Ministro das Relações Exteriores da Malásia, no momento em que as relações do Brasil com os países asiáticos adquirem crescente dinamismo e significação.

A despeito da distância geográfica e da diversidade de cultura, Brasil e Malásia estão cada vez mais próximos pela semelhança de aspirações em favor do desenvolvimento econômico e social dos respectivos povos e de uma participação cada vez mais ativa, dentro de suas possibilidades, na busca de soluções para os problemas que atingem o mundo como um todo interdependente.

A visita de Vossa Excelência representa também mais um passo no sentido de ampliar e diversificar o intercâmbio e a cooperação que o Brasil mantém com a Malásia. Desde o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1959, a Malásia e o Brasil vêm mantendo uma convivência harmoniosa e de respeito mútuo. E, como países em desenvolvimento, Brasil e Malásia têm diante de si um universo ainda largamente inexplorado, rico em possibilidades de cooperação horizontal.

Cabe-nos criar uma rede de entendimentos capazes de forjar mecanismos operacionais de cooperação, baseados na equidade, no respeito mútuo e na estrita observância do princípio de vantagens recíprocas.

A visita de Vossa Excelência ao Brasil reveste-se ainda de particular contentamento para todos os brasileiros: esta é a primeira vez que um Chanceler de país-membro da ASEAN nos honra com sua presença. Tendo como objetivo assegurar um desenvolvimento estável na região, a ASEAN assume papel de crescente relevo não só no plano econômico, mas também fator de paz e equilíbrio. Seu ideal de promover o estabelecimento, no Sudeste Asiático, de uma "Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade" é acompanhado com interesse pelo Brasil, que deseja fortalecer suas relações com essa região.

Como as nações do Sudeste Asiático, o Brasil é um país tropical. Este é um fator de fundamental importância para a compreensão da sociedade brasileira. Desenvolvemos aqui soluções próprias, adaptadas ao nosso meio físico, e podemos partilhar essa experiência com outros povos que vi-

vem em condições semelhantes. Creio, por isso, que há amplas perspectivas para uma crescente aproximação entre o Brasil e os países da ASEAN.

Senhor Ministro Rithauddeen,

Sua presença no Brasil e da ilustre comitiva que o acompanha é mais uma demonstração do que acabo de afirmar. Nos seus contatos com as autoridades brasileiras e no curso das conversações que tivemos a oportunidade de manter, Vossa Excelência terá verificado que o Brasil, de acor-

do com sua vocação pacifista, é um país aberto ao diálogo e à cooperação. Estou certo que a visita de Vossa Excelência trará grandes benefícios para impulsionar o desenvolvimento das relações entre nossos países.

Peço, agora, a todos que comigo se unam em brinde à saúde e felicidade de Vossa Excelência, pela prosperidade da nação malásia e pelo desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o Brasil e a Malásia.

prorrogado o convênio para publicação das consultas da seção de estrangeiros do conselho de estado imperial

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, em 29 de agosto de 1979, por ocasião da solenidade de assinatura do aditivo ao Convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e a Câmara dos Deputados para publicação das Consultas da Seção de Estrangeiros do Conselho de Estado do Império.

Senhor Presidente,

É grande minha satisfação ao comparecer, hoje, à cerimônia de prorrogação do Convênio entre a Câmara dos Deputados e o Ministério das Relações Exteriores, para dar continuidade à publicação das Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado do Império.

O conhecimento e a compreensão do desenvolvimento histórico do país é de fundamental importância. E, nesse sentido, a iniciativa de prorrogar esse Convênio, estabelecido em 1977 entre as duas Casas, expressa um cometimento de louvável alcance dentro do panorama cultural brasileiro, por tornar mais facilmente acessíveis aos nossos estudiosos e pesquisadores, documentos de tão inestimável valor.

Permito-me, pois, ressaltar essa iniciativa conjunta, da Câmara e do Itamaraty, que propicia a valorização de um patrimônio que é de todos e que não deve, portanto, ser usufruído por círculos limitados.

Os que cooperam nesta publicação certamente derivamos estímulo do testemunho por ela revelado da sabedoria e do patriotismo que caracterizaram a ação externa do Brasil, no século passado, em defesa de seus direitos e legítimos interesses.

A publicação desse trabalho conjunto, que recebe hoje novo alento, através da assinatura deste Aditivo, jubila, estou certo, a todos os que se preocupam com o desenvolvimento da cultura nacional.

saraiva guerreiro: diplomacia abre novos espaços comerciais para o brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em São Paulo, em 30 de agosto de 1979, perante o Conselho das Câmaras de Comércio Estrangeiras da Associação Comercial de São Paulo.

A satisfação que me dá este encontro não nasce somente de meu apreço pelo trabalho econômico das Câmaras de Comércio. Elas proporcionam ainda um melhor conhecimento e estima entre homens influentes na vida de seus países e assim constituem fator importante de aproximação entre os povos. Além das vantagens econômicas que produz, o fluxo organizado e permanente das trocas pode e deve fortalecer o sentido da convivência internacional, contribuindo para uma ordem mais harmoniosa e equitativa entre os povos.

O comércio é instrumento decisivo na construção de bases seguras para o desenvolvimento econômico do país. Não foi por acaso que, nestes últimos anos, a rápida expansão do PNB correspondeu ao aumento significativo do fluxo comercial brasileiro. Ao permitir o incremento da produção interna e gerar empregos, o comércio realiza funções sociais importantes; ao assegurar a sustentação da capacidade de crédito internacional do Brasil, o comércio garante níveis adequados de investimento, absolutamente indispensáveis em país que tem necessidade imperiosa de crescimento econômico.

Para o Itamaraty, esta compreensão da amplitude e da significação das funções do comércio sem-

pre foi clara, e orienta muito do nosso cotidiano diplomático. Os interesses do comércio exterior não podem ser dissociados dos interesses da política externa e da diplomacia. O trabalho diplomático de abrir politicamente formas novas de convívio e cooperação é muitas vezes completado decisivamente com o estabelecimento de relações comerciais. Da mesma forma, muitas vezes é a densidade das relações comerciais que convida à consolidação das relações diplomáticas e políticas e, nestes casos, os esforços de aproximação comercial têm sido, na verdade, pioneiros do encontro político entre o Brasil e outras nações. A presença diplomática é também decisiva no apoio a negócios concretos, sobretudo quando se pensa que, mais e mais, a atividade comercial se desenvolve no quadro do relacionamento político entre os Estados.

Num momento em que o esforço de expansão e diversificação das correntes comerciais do Brasil adquire contorno de prioridade e de urgência, dois elementos são fundamentais. Um é o conhecimento da realidade em que se inserem as relações de troca entre os países. O outro tem que ver com a disposição e a capacidade de agir sobre essa realidade.

Assim, para sermos eficientes como país exportador, precisamos combinar um conhecimento obje-

tivo das tendências das relações econômicas a nível mundial com uma adequada perspectiva da dimensão e das possibilidades dos mercados individuais. As duas faces se combinam, e, por isso, exigem ação que conjugue eficazmente as negociações multilaterais aos encontros bilaterais.

No caso das tendências globais, vemo-nos obrigados a uma constatação preocupante. O recrudescimento das tendências protecionistas dos países desenvolvidos coincide com um momento de desesperança, em relação aos movimentos de reforma abrangente da ordem econômica mundial. Esforços penosos de negociação e de construção doutrinária parecem fadados ao insucesso, com o aumento da distância entre as concepções que têm os países em desenvolvimento e os países altamente industrializados sobre como deve ser reestruturada a ordem econômica mundial. Ao contrário, o que está acontecendo — e os **summits** econômicos dos principais países industrializados provam isto cabalmente — é a adoção de um modelo oligárquico, em que as nações industrializadas parecem preferir trilhas solitárias para o encaminhamento dos grandes temas econômicos mundiais. Subestimam, assim, a participação crescente dos países em desenvolvimento no comércio mundial, nas formas mais variadas, que vão desde o fornecimento de matérias-primas até à exportação de produtos manufaturados e à posição crescentemente importante como importadores de bens industriais, compradores de tecnologia, tomadores de capital e receptores de investimentos. As deliberações sobre a economia, num mundo dividido entre nações ricas e pobres, correm o sério risco de não chegar a soluções eficazes, exatamente pela ausência notável de 3/4 partes da humanidade nos processos decisórios.

Diante desse quadro, não há alternativa senão a de seguir no esforço pela construção de uma ordem econômica internacional mais justa. Sabemos que as soluções que hoje prevalecem são precárias e o que fazem é simplesmente assegurar a reprodução de padrões de intercâmbio de sentido imediatista. A comunidade internacional deve concentrar esforços na construção das bases de uma ordem econômica capaz de ligar mecanismos eficientes de criação de riqueza com formas mais justas de sua distribuição.

Por outro lado, as próprias dificuldades do quadro global, agravadas pelos recentes aumentos

nos preços do petróleo, tornam ainda mais imperiosa a busca de opções capazes de responder às necessidades de crescimento econômico do país. O fato de encontrarmos tendências negativas, de vermos surgirem obstáculos crescentes à livre expansão do comércio mundial, não deve levar a um esmorecimento dos esforços de desenvolvimento concreto das relações comerciais do país. Ao contrário, deve estimular de nossa parte esforço redobrado por uma participação mais intensa no jogo comercial, tarefa que se tem constituído em vetor prioritário da atuação diplomática brasileira nestes últimos anos.

A segunda dimensão do problema comercial tem, assim, que ver com os “mercados individuais” e as ações correspondentes de liberalização do acesso e de promoção do comércio no plano bilateral de nosso relacionamento com outros países.

Nesse campo, a menção de alguns dados pode ilustrar o dinamismo das exportações brasileiras nestes últimos anos. Entre 70 e 79, o comércio internacional do Brasil aumentou em mais de 5 vezes, ou seja de 5 bilhões de dólares, em 1970, passou, em 1978, para 26 bilhões de dólares. A participação de manufaturados na pauta de exportação teve também significativamente aumentada a sua contribuição: de 15,9% em 70 passa para 48,2% em 78. Outro fato importante: aumentou sensivelmente o fluxo de comércio com os países em desenvolvimento no nosso intercâmbio global, o qual chega hoje a mais de 25,7% do total.

O que significa isto? De um lado, está claro o dinamismo da economia brasileira. De outro, o êxito do esforço de projetar internacionalmente este dinamismo, revelado não só pelo aumento numérico do nosso comércio, senão também pela diversificação de nossos parceiros comerciais e da pauta de nossas exportações. Neste particular, os esforços do Itamaraty, desenvolvidos sempre com a mais estreita e fluida coordenação com outros órgãos do Governo, foram de grande valia, especialmente no desbravamento de novos mercados e de novas formas de intercâmbio, e na engenharia da concretização de oportunidades comerciais, assim como na busca de maior acesso a mercados tradicionais. O perfil universalista que marca tão claramente as linhas básicas da diplomacia brasileira proporciona um quadro po-

lítico maior para o esforço específico na área comercial. A diplomacia, fiel ao dinamismo interno, ligou-se indissolúvelmente ao esforço pelo desenvolvimento econômico da nação.

É o exame dessas tendências que nos dá a medida necessária de sóbrio otimismo e serena confiança no país, nesse momento em que se ampliam as perspectivas de dificuldades na economia internacional em seu conjunto. Continuaremos em nossos esforços de intensificar as relações com os países em desenvolvimento. Há bases sólidas lançadas com os vizinhos latino-americanos, e procuraremos uma participação positiva nos trabalhos de reestruturação da ALALC. Com os países africanos, os números do comércio são já expressivos, e só vejo razões para que, num quadro em que se estreitam contatos em todas as dimensões, haja um aperfeiçoamento progressivo das linhas de contato comercial. Com a Ásia, ainda há muito o que fazer, sobretudo na área de mercados não tradicionais, como a China e os membros da Associação dos Países do Sudeste Asiático. Com os países do Oriente Médio, faremos esforço especial com vista a reduzir o mais possível um desequilíbrio comercial que a elevação nos preços do petróleo vem agravando sistematicamente. Reforçaremos, com particular empenho, nosso intercâmbio com países desenvolvidos, tanto na Europa, quanto na América do Norte. Sabemos o quanto é valioso esse intercâmbio exatamente em função do papel variado que pode desempenhar em nossos caminhos de desenvolvimento. De fato, a ligação com os países desenvolvidos envolve não somente a troca comercial, mas também uma ampla rede de contatos, de ordem financeira, de investimentos, de transferência de tecnologia, cujo aproveitamento estamos plenamente empenhados em apoiar.

O aporte externo é importante na medida em que sirva para as necessidades brasileiras de criação de emprego e de absorção de tecnologia moderna. Temos a certeza de que esse aporte, que deve estar em permanente sintonia com os planos e prioridades nacionais, continuará a fortalecer-se. Nesta tarefa, é de primordial importância a atuação das Câmaras de Comércio, como veículos estruturados de entendimento entre os interesses nacionais e estrangeiros. Nesses contatos com os países desenvolvidos, duas atividades se mostram prioritárias: de um lado, procurar evitar que as

tendências protecionistas se cristalizem e, mais especificamente, venham a atingir produtos brasileiros; de outro, trata-se de buscar formas novas de penetração nesses importantes mercados, que nos permitam superar a nossa tradição de fornecedores de bens primários. Enfoques novos, devem, portanto, ser definidos e implementados nessas áreas.

O Itamaraty vê, precisamente, como uma de suas vocações naturais, a tarefa, evidentemente complexa, de contribuir para intensificar e diversificar as exportações brasileiras. Uma das funções que a diplomacia brasileira vem cumprindo com mais êxito nesses últimos anos é exatamente a de abrir novos espaços à presença comercial do Brasil. A crescente presença do país em mercados, antes distantes, para nossos produtos manufaturados e semimanufaturados; o fortalecimento de um processo de intensificação de oportunidades e de apoio à venda de serviços; a sistematização de mecanismos ágeis que facilitem a tarefa do exportador brasileiro; a presença em feiras, em praticamente todos os quadrantes do globo; a configuração de modos práticos e articulados de apresentar ao importador estrangeiro as nossas potencialidades; a criação de um fluxo de informação especializada em comércio exterior; a formação de pessoal especializado em comércio exterior são algumas das iniciativas que já estão plenamente concretizadas na área. Com esta base, que é sólida e que tem implicações qualitativas que transcendem obviamente as suas indicações estritamente numéricas, o Itamaraty, através de sua rede diplomática, e em estreita colaboração com os demais órgãos governamentais competentes e com o setor privado, muito poderá contribuir para a superação de dificuldades econômicas conjunturais e acrescentar aporte significativo ao progresso econômico do país.

Senhores,

Não são pequenas nem são simples as tarefas que enfrenta a diplomacia brasileira na área comercial. Uma vasta agenda de aproximação com os parceiros em desenvolvimento deve ser adiantada, ao mesmo tempo em que se intensificam as relações tradicionais com os países desenvolvidos, e se desdobram os esforços de reestruturação da ordem econômica internacional. Aceitamos como desafio tais tarefas porque sabemos

que não é simplesmente um repertório de questões comerciais que se coloca; na verdade, é a própria dinâmica da convivência entre os povos que está em questão. Como pontes importantes desses processos de aproximação, as Câmaras de Comércio, aqui reunidas, são um instrumento decisivo neste trabalho. As Câmaras, com suas múltiplas funções, desempenham papel que vai além da mera aproximação entre exportador e importador. Funcionam, na verdade, como foros harmonizadores de convívio econômico, aparando estas e indicando os caminhos úteis de cooperação. São verdadeiramente preparadoras do encontro econômico em sentido amplo, e, por isso, têm, se fiéis à sua vocação, importância política inegável. Na ligação harmônica entre o empresário e o Governo, está certamente um dos

Não desejo, pois, terminar sem uma palavra de agradecimento pela oportunidade deste contato com tão significativo segmento do empresariado ligado ao comércio exterior brasileiro. Tenho sempre em mente, como homem de Governo, que a projeção econômica do país no exterior depende, acima de tudo, do dinamismo e da criatividade dos homens de negócio. É por isso que, consciente do árduo trabalho que vem sendo realizado pelo empresariado, encaro, como disse, com serena confiança e otimismo a capacidade de atuação externa do Brasil.

fatores da superação das dificuldades econômicas do mundo de hoje, e de progresso e prosperidade para o povo brasileiro.

brasil e suriname aprovam o regulamento da comissão mista

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 4 de setembro de 1979, por ocasião da solenidade de troca de Notas sobre a Comissão Mista Brasil-Suriname, que contou com a presença do Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário daquele país, Inderdew Sewrajsing.

Senhor Embaixador,
Senhores Membros da Embaixada do Suriname,
Meus colegas,

É com prazer muito particular que tenho participado desses atos que marcam as relações entre os dois países, e que agora se têm sucedido. Há alguns anos atrás, quando Secretário Geral, tive o prazer de estar na Primeira Reunião de um Grupo de Trabalho Misto Brasil-Suriname. Seu país estava às vésperas da independência, mas desde aquela ocasião os dois governos já se preocupavam em estabelecer métodos e maneiras de cooperarem entre si, muito conscientes de que o futuro dos dois países, necessariamente, requer um alto grau de cooperação e de amizade, no interesse de ambos.

Depois da independência, nosso relacionamento tem sido dinâmico. O tratado de amizade e cooperação de 1976 foi um marco importante, pois proporcionou um quadro amplo que pretendemos, tanto o Suriname quanto o Brasil, enriquecer no curso do tempo com iniciativas concretas e úteis.

A primeira reunião mista, em janeiro, foi inegavelmente um êxito. Não é este o momento de lembrar tudo o que foi feito na ocasião, mas talvez coubesse menção ao entendimento sobre a compra da bauxita, que dará uma base substancial ao nosso intercâmbio comercial. Nossas relações são, porém, muito mais variadas, e de fato cobrem todos os campos. Elas têm também, e sobretudo, uma inegável dimensão humana, uma dimensão de compreensão, de amizade, que é tão importante quanto os atos formais, embora estes sejam fundamentais para as nossas relações.

Assim, com esta troca de Notas a que acabamos de proceder, aprovamos o regulamento da Comissão Mista, e praticamos mais um ato nesse esforço constante de tornar o mais fluido e o mais eficiente possível o relacionamento entre os dois países. Portanto, só tenho palavras para congratular-me com Vossa Excelência pelo ato que acabamos de praticar, e para expressar, mais uma vez, a grande confiança e a grande segurança que temos de que as nossas relações se manterão sempre nesse nível de excelência e de eficácia.(*)

(*) Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 181, o texto do Acordo que aprova o Regulamento da Comissão Mista Brasil-Suriname.

brasília recebe o ministro dos negócios estrangeiros da costa do marfim

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 11 de setembro de 1979, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, Simeon Aké.

Senhores Ministros,

É com grande satisfação que recebo hoje, em nome do Governo brasileiro, a visita de Vossas Excelências e da ilustre delegação que o acompanha. A presença de Vossas Excelências no Brasil vem atestar o alto nível em que se desenvolveram, de forma harmoniosa e positiva, as relações entre o Brasil e a Costa do Marfim. Desde que alcançou sua independência nacional, a República da Costa do Marfim tem demonstrado, de forma eloqüente, o quanto pode realizar um país dinâmico em benefício de seus filhos. Na realidade, as altas taxas de crescimento contínuo mantidas pela economia marfiniana constituem motivo de admiração por parte da comunidade internacional e razão de justificado orgulho para seu povo e seu Governo.

Em novembro de 1973 tivemos o prazer de receber em Brasília a visita do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Senhor Arsene Usher Assouan e posteriormente, as visitas dos Ministros do Planejamento, das Minas e Energia, e da Agricultura da Costa do Marfim. Vossa Excelência honrou-nos, igualmente, com sua presença às cerimônias de posse do Presidente João Baptista Figueiredo, em março deste ano. Por sua vez, meus antecessores tiveram o privilégio de visitar

o seu belo país, em 1972 e em 1975, respectivamente. Têm sido, portanto, constantes e positivos os contatos entre nossos dois Governos, reflexo incontestável da identidade natural existente entre nossos dois povos.

Senhores Ministros,

As afinidades existentes entre os povos do Brasil e da África têm imprimido caráter todo especial às nossas relações com os países daquele continente. Nossos laços, forjados através dos séculos, são resultado de um legado histórico e cultural que se estende de um lado a outro do Atlântico, unindo-nos com invulgar intensidade. Próximos pela geografia e por essa forte identidade espiritual, os povos do Brasil e da África são solidários em sua maneira de encarar muitos dos problemas que afligem um mundo ainda dividido pela persistência de profundas desigualdades.

Nesse sentido, o Brasil e Costa do Marfim têm partilhado, com outros países em desenvolvimento, em diferentes foros internacionais, a responsabilidade de lutar pela afirmação dos direitos da grande maioria das nações por uma nova e mais justa ordem econômica internacional. Temos também intensificado nossos esforços de coope-

ração bilateral, pois estamos conscientes de que, ao aproveitarmos a ampla faixa de possibilidades de entendimento e trabalho conjunto, estamos construindo uma realidade nova que muito beneficiará nossos dois países. A cooperação entre os países em desenvolvimento, como o Brasil e a Costa do Marfim, está se tornando um fator cada vez mais importante para a concretização de seus anseios de desenvolvimento e bem-estar. Nesse mesmo espírito, e no interesse de paz e de segurança internacionais, o Brasil tem manifestado, repetidamente, sua repulsa aos remanescentes do colonialismo ainda enquistados no continente africano e, mais particularmente, às práticas odiosas do **apartheid** e de discriminação racial. Temos, igualmente, expressado, em todos os organismos internacionais, nossa condenação ao regime de Salisbury e nosso apoio à imedia-

ta independência da Namíbia, nos termos do plano aprovado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. País intimamente vinculado à África, pelo mar que antes deve unir-nos que separar-nos, o Brasil acredita que somente com a eliminação final dessas fontes de injustiça e de opressão poderá a paz ser implantada no sul do Continente Africano.

Peço agora a todos que comigo se unam em brinde à saúde do Presidente Félix Houphoet-Boigny, pela prosperidade da nação marfiniana, pelo desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o Brasil e a Costa do Marfim e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Aké, do Ministro e Senhora Fologo, e demais membros de sua delegação.

segunda reunião da comissão mista brasil-costa do marfim

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 11 de setembro de 1979, por ocasião da instalação da Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim, em solenidade que contou com a presença dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Simeon Aké, e da Juventude, Educação Popular e Esportes, Laurent Dona Fologo, daquele país.

Senhores Ministros,

É para o Governo brasileiro, e para mim pessoalmente, motivo de grande satisfação receber, em Brasília a visita de Vossas Excelências, à frente de expressiva delegação marfiniana, para, juntos, instalarmos a Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim.

Nesses dois dias, brasileiros e marfinianos, estaremos trabalhando juntos, passando em revista o que, unidos, pudemos realizar no correr dos últimos anos e procedendo à avaliação do considerável potencial que nos oferecem as perspectivas de desenvolvimento de novas e amplas formas de cooperação bilateral.

As fraternas relações que unem nossos dois países vêm sendo desenvolvidos pelo crescente fluxo de brasileiros e marfinianos, que cruzam o Atlântico nos dois sentidos, animados do propósito de melhor se conhecerem e às respectivas realidades nacionais. A presença, na Costa do Marfim, de algumas empresas brasileiras e, especialmente, do Banco do Brasil, e as visitas freqüentes de importantes missões marfinianas a nosso país, são exemplos da diversificação das vias de aproximação entre dois países vizinhos. Tornou-se, assim, altamente positiva e conseqüente a próxima inauguração de uma linha aérea regular ligando o Rio de Janeiro a Abidjan, o que, por sua vez, facilitará e estimulará esse processo de aproximação.

Senhores Ministros,

Pela simples leitura da agenda de trabalho verificamos que o Brasil e a Costa do Marfim estão, hoje, ligados por uma comunidade de interesses que, assentando-se em bases sólidas, tenderá a se firmar e a prosperar. Devemos, pois, estar aptos a criar mecanismos ágeis que proporcionem fluidez à dinâmica de nossas relações. Como países em rápido processo de desenvolvimento que somos, Brasil e Costa do Marfim têm à sua frente um vasto potencial ainda inexplorado e amplas perspectivas de cooperação horizontal. Buscar meios que nos possibilitem alcançar estágios mais elevados em nosso relacionamento e que nos permitam desenvolver essas formas de cooperação, no interesse de nossos dois povos, é o grande desafio que temos à nossa frente.

Senhores Ministros,

O Governo brasileiro se sente honrado e a cidade de Brasília enriquecida, pela construção da imponente sede de representação diplomática da Costa do Marfim em nossa capital, cuja inauguração, amanhã, Vossas Excelências presidirão, pessoalmente, em nome do Presidente Félix Houphoët-Boigny. Estamos conscientes de que essa obra representa uma tangível expressão do apreço e da amizade de seu Governo e do povo de seu país pelo Brasil. Bem conhecem Vossas Excelências a importância da herança étnico-cultural que recebemos da África e não ignoram que esse legado constitui traço fundamental na formação e na caracterização do povo brasileiro. É, pois, com espírito da fraterna amizade, Senhores Ministros, que recebemos a visita de sua delegação e que instalamos, hoje, a Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim.

a assinatura do tratado de amizade e cooperação entre brasil e costa do marfim

Discursos, de improviso, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Costa do Marfim, Simeon Aké, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de setembro de 1979, por ocasião da solenidade de assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre os dois países.

SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro e caro Amigo,

Vou dizer apenas algumas breves palavras. Estamos felizes que, nesta mesa em que há três quartos de século, foram firmados todos os tratados concluídos no Brasil, possamos hoje assinar este Acordo de Amizade e Cooperação. A bem dizer, não constitui novidade, em nossos espíritos; não é um passo inesperado, no desenvolvimento de nossas relações visto que reflete um estado de espírito já existente e que, na prática, freqüentemente, foi aplicado este tratado antes da letra. Mas estamos muito felizes em poder, digamos, formalizar, num instrumento jurídico,

esse estado de espírito, essa disposição, entre nossos dois países que têm pontos de interesse comum, que não têm verdadeiramente nenhum ponto de divergência de interesse, que têm na vida internacional, metas e objetivos semelhantes e cuja cooperação é conseqüência natural daquilo que são e daquilo que são seus interesses. Também deveria dizer alguma palavra a respeito dos resultados da Comissão Mista, esse documento bastante grosso que firmamos; se é extenso, é porque havia uma grande variedade de assuntos que toram tratados, com cuidado e competência, pelos Membros de nossas duas Delegações. É portanto uma oportunidade feliz para nós e devemos nos congratular, creio que podemos, com um sentimento de realismo, nos congratularmos nesta ocasião.

SIMEON AKÉ

Senhor Ministro,

Agradeço as palavras que Vossa Excelência acaba de proferir. Resumo igualmente meu pensamento; mas desejaria aproveitar esta oportunidade para dizer a grande alegria que senti, pessoalmente, ao proceder a assinatura desse documento, esta semana. Não seria necessário assinar um Tratado de Amizade para que pudéssemos cooperar; mas as coisas sendo o que são, preferimos talvez formalizá-las num instrumento jurídico salientando nossa vontade comum de concretizá-lo. Creio que o fazíamos antes da letra pois a Comissão Mista pode passar em revista e avaliar a cooperação de nossos dois países, definir novas áreas onde essa cooperação poderá ser fortalecida. Vou portanto aproveitar essa oportunidade para expressar minha satisfação por tudo quanto foi feito aqui, em Brasília. Senhor Ministro, damos grande importância ao nosso relacionamento com seu país, não somente porque, dentre os países em desenvolvimento, o Brasil ocupa um lugar de escol pela importância de sua contribuição à solução dos problemas internacionais, pelo avanço que tem sobre a maioria dentre nós no plano do desenvolvimento, pelos progressos tecnológicos realizados por seus técnicos, seus peritos, seus cientistas e outros. Pensamos que isso possa ser muito proveitoso para os outros países em desenvolvimento. É a razão pela qual damos especial

importância a esse relacionamento além do fato, de que, em certas áreas, temos todo interesse em cooperar, em trabalhar juntos, pois produzimos os mesmos produtos. Temos que nos entender para podermos lutar juntos com vistas a obter, em favor de nossos agricultores e produtores, preços compensadores por aqueles produtos. Desejaria dizer pois que nosso Chefe de Estado, o Presidente Félix Houphouët-Boigny já havia mencionado em sua mensagem ao Presidente da República Federativa do Brasil que iríamos propor um projeto de Tratado de Cooperação. Ficará muito satisfeito em saber que as discussões que se desenrolaram, foram finalizadas muito felizmente, pela assinatura desse importante documento que constitui mais uma pedra na edificação e construção das relações entre nossos dois países. Faço, portanto, questão de agradecer a compreensão, de Vossa Excelência, de seus colaboradores e, direi, do Governo brasileiro em relação aos diferentes problemas que expusemos. Estamos certos de que tiraremos o melhor proveito e os melhores ensinamentos de nossa estada em seu país. Desejaria, Senhor Ministro, dizer-lhe que não podemos certamente igualarmo-nos ao que o Brasil, ao que Vossa Excelência fez para conosco durante nossa permanência aqui. Ficaremos felizes se nos for dada a oportunidade de lhe testemunhar um pouco dessa amizade, desse calor humano que encontramos aqui, quando Vossa Excelência nos visitar na Costa do Marfim.

ata final da segunda reunião da comissão mista brasil-costa do marfim

Ata Final da Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim, assinada no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de setembro de 1979, pelos Chanceleres dos dois países, Ramiro Saraiva Guerreiro e Simeon Aké.

Realizou-se em Brasília, nos dias 11 e 12 de setembro de 1979 a Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim, criada pelo Comunicado Conjunto assinado entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países, em Brasília, em 6 de novembro de 1973.

A Delegação da República da Costa do Marfim foi chefiada por Sua Excelência o Senhor Simeon Aké, Ministro dos Negócios Estrangeiros, acompanhado por Sua Excelência o Senhor Laurent Dona Fologo, Ministro da Juventude, Educação Po-

pular e Esportes. A composição da Delegação marfiniana consta do Anexo I da presente Ata.

A Delegação da República Federativa do Brasil foi chefiada por Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores.

As duas Partes manifestaram seu agrado ante os resultados que vêm caracterizando as relações entre o Brasil e Costa do Marfim na área bancária, considerando positivo o papel desempenhado pelo Banco Real e pelo Banco do Brasil nesse setor. Demonstraram, igualmente, sua satisfação pela inauguração em Abidjan, em fevereiro do corrente ano, da primeira agência do Banco do Brasil na África e pela realização, na mesma oportunidade, do Primeiro Simpósio para o Fomento do Intercâmbio Comercial Brasil-África Ocidental. A Parte brasileira tomou nota favoravelmente de solicitação marfiniana para a implantação de bancos marfinianos no Brasil no espírito do princípio da reciprocidade, ficando entendido que deve ser caracterizado como banco comercial marfiniano, instituição bancária em que o capital acionário seja de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) marfiniano. O assunto será objeto de estudos por parte dos órgãos competentes do Governo brasileiro. As duas Partes constataram com satisfação a participação do Brasil no Banco Africano de Desenvolvimento e no Fundo Africano de Desenvolvimento, como País não-regional, e consideram essa participação fator relevante para o desenvolvimento das relações econômicas e financeiras entre o Brasil e o Continente Africano.

Considerando a importância do setor de seguros como fator de dinamização das relações econômicas bilaterais, a parte brasileira expressou interesse quanto à instalação de empresas brasileiras de seguros, na Costa do Marfim. A parte marfiniana acolheu favoravelmente a proposição brasileira, que deverá ser submetida às exigências normativas prevalescentes na Costa do Marfim.

A Parte brasileira tomou nota do interesse demonstrado pela Parte marfiniana referente à solicitação de abertura de uma linha de crédito em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Agrícola da Costa do Marfim, no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), fi-

cando acertado que o assunto será objeto de estudo por parte dos órgãos competentes dos Governos brasileiro e marfiniano.

As duas Delegações procederam à avaliação das relações econômicas e comerciais entre os dois países. Tal exame revelou que o esforço tanto dos Governos, quanto dos setores privados de cada país, poderá contribuir para a realização das potencialidades de cooperação comercial e econômica. Neste sentido, ambas as Partes manifestaram a opinião de que o intercâmbio comercial entre os dois países deveria desenvolver-se de uma maneira equilibrada e dinâmica. A Parte brasileira mostrou-se favorável a organizar contatos com os setores públicos e privados no Brasil, visando a criar condições para o desenvolvimento de um esforço de promoção comercial marfiniano no Brasil.

As duas Partes convieram intercambiar experiência na área do planejamento governamental, nomeadamente no setor de técnicas de planificação.

Conscientes da importância desempenhada pelos centros de estudos e pesquisa no processo de desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento, as duas Partes expressaram sua intenção de incrementar a cooperação entre centros de estudos e pesquisas marfinianas e brasileiras, com o propósito de utilizarem plenamente seus recursos humanos e físicos.

As duas Delegações manifestaram satisfação pela recente assinatura de Protocolo de Entendimentos entre os dois países, visando à normalização das relações de cooperação para a implantação da cultura de soja na Costa do Marfim. A Delegação marfiniana deixou claro que a cultura de soja é essencial para o desenvolvimento agrícola de seu país. Assim sendo, considera o projeto de implantação de cultura de soja na Costa do Marfim prioritário. A Delegação brasileira tomou nota da solicitação marfiniana e lembrou, nesse sentido, que o assunto havia sido objeto do Protocolo de Acordo assinado em Brasília, em 15 de agosto de 1979, pelo Ministro da Agricultura da Costa do Marfim e pelo Ministro da Fazenda do Brasil. Da boa implementação deste Programa depende a diversificação ulterior da cooperação no campo da agricultura.

Isto posto, as duas Delegações convieram em examinar as possibilidades de cooperação nas seguintes áreas:

a) **Projeto de mandioca**

A Delegação brasileira comunicou à Delegação marfiniana a possibilidade de receber uma missão de técnicos marfinianos no Brasil para estudar o desenvolvimento dessa cultura.

A Delegação da Costa do Marfim tomou devida nota desta proposta. Ambas as Delegações expressaram o desejo de que em matéria de pesquisa agrônômica e de desenvolvimento agroindustrial a EMBRAPA e STI entrem em contato com a SODEPALM e a **Société Ivoirienne de Technologie Tropicale** (I2T) para definir um quadro de cooperação entre os dois países.

b) **Beneficiamento e transformação do coco**

A Parte brasileira expressou sua satisfação pelo estabelecimento de vínculos de cooperação neste campo, no qual é expressivo o progresso tecnológico marfiniano.

Ambas as Delegações expressaram desejo de estreitar a cooperação técnica, comercial e de pesquisa tanto do coco como de outros óleos vegetais.

c) **Projetos de desenvolvimento agroindustrial**

As duas Partes manifestaram interesse em cooperar na implantação de projetos agro-industriais na Costa do Marfim para os seguintes produtos: caju, tomate (concentrado), fruta (polpa para alimentos infantis, sucos e geléias de cítricos, licor e xarope de banana). As duas Delegações manifestaram sua intenção de favorecer a cooperação dos setores competentes marfiniano e brasileiro para a consecução desse objetivo.

d) **Produção de álcool a partir de mandioca e cana-de-açúcar**

A Delegação marfiniana manifestou interesse em conhecer a tecnologia brasileira em matéria de produção de álcool carburante a partir de mandioca e de cana-de-açúcar. A Delegação brasileira

comunicou à Delegação marfiniana a possibilidade de cooperação nesse campo que poderá ser iniciada pelo envio de informações sobre o Programa do Alcool (PROÁLCOOL) e, possivelmente, pelo recebimento de técnicos marfinianos em estágio de curta duração a ser programado pela Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (STI).

A Delegação marfiniana informou à Delegação brasileira a possibilidade de a Costa do Marfim exportar melão. A Delegação brasileira tomou a devida nota desta informação e esclareceu que até o momento o Brasil não é importador de melão. No entanto, poderia considerar eventuais importações de melão se o Programa Nacional do Alcool assim o exigisse.

e) **Lima sem sementes**

A Delegação marfiniana informou à Parte brasileira o interesse pela implantação de um projeto para a produção anual de 10.000 toneladas de limas sem sementes. As duas Partes expressaram sua disposição de promover a cooperação entre as instituições especializadas dos dois países nesse setor.

f) **Reflorestamento**

Em matéria de desenvolvimento e promoção da madeira na Costa do Marfim, o Governo marfiniano deseja cooperar com as autoridades brasileiras nas áreas seguintes:

- 1 — produção de madeira incluindo as técnicas de organização do território, da plantação e exploração;
- 2 — beneficiamento industrial da madeira para a implantação de fábricas na Costa do Marfim;
- 3 — formação de técnicos marfinianos por meio de viagens de estudos e estágios de formação.

A Parte brasileira não vê nenhum empecilho em que se estabeleça intercâmbio de experiências nessas áreas com vistas a fundamentar uma base de cooperação para valorizar, ao máximo, esse gênero de primeira necessidade, em benefício das duas Partes.

g) Pecuária

As duas Delegações exprimiram sua satisfação pelos pontos de acordo obtidos durante os entendimentos havidos no campo do desenvolvimento da pecuária. Elas sublinharam a importância de que se reveste a próxima visita ao Brasil do Ministro marfiniano de Produção Animal.

Ademais, a Delegação marfiniana manifestou seu interesse em se beneficiar da cooperação técnica do Governo brasileiro no setor pecuário, especificamente nos seguintes campos: patologia animal, agro-economia, formação de pastos, zootecnia geral. A Delegação brasileira tomou a devida nota da proposta marfiniana. A pedido da Delegação marfiniana, a Delegação brasileira concordou com o envio à Costa do Marfim, de uma missão técnica governamental de técnicos brasileiros com objetivo exploratório, visando ao estudo de problemas que poderiam suscitar a transferência de animais do Brasil para a Costa do Marfim.

h) Formação agrícola

As duas Partes expressaram agrado ante a visita ao Brasil, em junho passado, de uma Delegação de 48 formandos da Escola Nacional Superior Agrônômica de Abidjan, e de seus professores, os quais tiveram contatos positivos com diversos estabelecimentos agrônômicos brasileiros. Visando uma maior aproximação entre os dois países no setor agrícola, a Delegação brasileira sugeriu à Delegação marfiniana que esses intercâmbios tenham caráter regular.

A Delegação marfiniana expressou o desejo de estabelecer vínculos com faculdades brasileiras de agronomia e veterinária a fim de contar com visitas periódicas de professores para cursos ou seminários de curta duração na Escola Nacional Superior de Agronomia de Abidjan. Da mesma forma indicou ter interesse em obter cooperação no setor de formação profissional em nível de pós-graduação e de graduação especializada.

A Parte brasileira informou que entrará em contato com as autoridades universitárias competentes para, em futuro próximo, poder desenvolver a cooperação neste campo.

A Delegação marfiniana expressou o interesse do seu país em obter colaboração industrial brasilei-

ra no campo da fabricação de produtos de madeira, produtos de borracha, bem como no setor de indústrias mecânicas e elétricas. A Parte brasileira manifestou sua disposição de apoiar os contatos adequados entre os setores interessados de ambos os países.

Tendo em vista a importância das questões marítimas, ambas as Partes concordaram em que o capítulo dos transportes marítimos venha a ser objeto de estudos mais aprofundados quando da próxima reunião da Comissão Mista Bilateral.

Ambas as Delegações manifestaram o desejo de estabelecer uma ligação aérea entre os dois países e, nesse sentido, recomendam que suas respectivas e competentes autoridades empreendam, com a possível brevidade, as negociações necessárias.

Ambas as Partes examinaram o estado atual das ligações de telecomunicações existentes entre seus países e registraram com satisfação os esforços desenvolvidos de ambos os lados para a realização, no prazo previsto, do projeto de sistema de cabos submarinos Atlantis. Convieram, outrossim, no incremento de sua cooperação na área específica de Correios e Telecomunicações. A Parte marfiniana anotou a possibilidade de participação de Empresas brasileiras de engenharia e de consultoria, na realização e execução de projetos técnicos de telecomunicações na Costa do Marfim. O Brasil está, outrossim, disposto a colaborar na formação de técnicos de nível médio e superior em seus Centros de Formação e Empresas especializadas. A Parte brasileira considera com satisfação a próxima visita do Ministro dos Correios e Telecomunicações da Costa do Marfim, ao Brasil, durante o ano de 1980, com vistas a incrementar a cooperação técnica entre os dois países, na área específica dos Correios e Telecomunicações.

A Parte marfiniana manifestou seu interesse em contar com a participação do setor de engenharia hoteleira brasileiro em projetos de infra-estrutura de hotelaria a serem implantados na Costa do Marfim. A Parte brasileira fez conhecer sua disposição de promover, juntamente com a Parte marfiniana, os contatos necessários entre o referido setor privado brasileiro e as entidades marfinianas interessadas. A Parte brasileira informou

à Parte marfiniana estar pronta a estudar as bases de um programa especial que preveja a formação de monitores e de pessoal especializado marfiniano no setor de hotelaria.

A Parte marfiniana manifestou interesse em conhecer o sistema de informação geológica utilizado no Brasil, solicitando igualmente a assistência de especialistas brasileiros na implantação do projeto de banco de dados de seu subsolo. A Parte brasileira dispôs-se a estudar condições para a efetivação deste tipo de cooperação.

O lado marfiniano mostrou-se igualmente interessado em desenvolver formas de cooperação e em conhecer a experiência brasileira no domínio da teledetecção (radar-landsat), visando o mapeamento de grandes superfícies. A Parte marfiniana interessou-se ainda pela experiência brasileira na área da exploração de jazidas de níquel laterítico e de valorização de materiais (pedras ornamentais, lateritas, etc.).

A Delegação marfiniana expressou interesse em conhecer a estrutura de funcionamento da PETROBRÁS e sua experiência nas áreas de pesquisa, produção e distribuição de derivados de petróleo. A Delegação brasileira manifestou o desejo de que a BRASPETRO venha a participar em colaboração com a PETROCI, na pesquisa e na prospecção de petróleo, na Costa do Marfim, em condições a serem definidas de comum acordo. A Delegação marfiniana tomou nota desse interesse.

A Parte marfiniana solicitou à Parte brasileira que sejam estudadas possibilidades de cooperação técnica nos seguintes setores relacionados às áreas de mineração, geologia e petróleo: intercâmbio de informações e de especialistas, em nível técnico e superior; viagens de estudo ou estágios de curta duração; missões de consultores de alto nível.

As duas Partes registraram, com satisfação, a participação de estagiários da Costa do Marfim no Programa de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos na Área de Televisão Educativa, que o Governo brasileiro fará realizar a partir de novembro próximo. Neste contexto, a Parte brasileira colocou já à disposição da Parte marfiniana vagas em um segundo programa da mesma natureza, com realização prevista para 1980, no

Brasil. A Parte marfiniana, ao anotar a oferta, manifestou interesse na criação de uma sólida cooperação na área de teleducação entre os dois países inclusive no que diz respeito à possibilidade de organizar missões de consultores brasileiros e ao intercâmbio de especialistas brasileiros e marfinianos.

Foram passadas em revista, pelos dois lados, as relações bilaterais na área cultural, principalmente no âmbito dos convênios entre universidades da Costa do Marfim e do Brasil. Foi igualmente considerado positivo o papel que vem sendo desempenhado pelo leitorado de Civilização Brasileira na Universidade Nacional da Costa do Marfim, onde já lecionam dois professores brasileiros. A Parte brasileira tomou a devida nota da sugestão marfiniana de vir a contar com mais um professor de Língua e Civilização Brasileiras e manifestou a intenção de examinar, a partir de 1980, seu possível atendimento. No espírito do Acordo Cultural entre os dois países, concluído em Abidjan em 27 de outubro de 1972, as duas Partes convieram em estudar formas destinadas a efetivar a equivalência de estudos e de diplomas expedidos por estabelecimentos dos dois países.

A Parte marfiniana apresentou um programa de formação de recursos humanos na área de educação física e esportes, que prevê a vinda ao Brasil de estudantes e professores de educação física, assim como a ida à Costa do Marfim de professores brasileiros da mesma especialidade. A Parte brasileira, ao anotar as sugestões marfinianas, manifestou sua disposição de estreitar por esse meio as relações bilaterais no campo esportivo, prontificando-se a solicitar desde já às suas instituições de ensino superior as vagas solicitadas para estágios de um ano de professores marfinianos de educação física. Da mesma forma, indicará no mais breve prazo os nomes de professores brasileiros de nível universitário, que poderão eventualmente lecionar na Costa do Marfim. Quanto às bolsas de graduação, a Parte brasileira estudará os mecanismos adequados para o possível atendimento da proposta marfiniana. Ainda no domínio da educação física e dos esportes, ambas as Partes acolheram, com satisfação, a possibilidade de que empresas brasileiras venham a participar da construção de estádios esportivos na Costa do Marfim. As duas Partes

manifestaram-se interessadas igualmente em desenvolver o intercâmbio na área dos esportes amadores.

A Parte marfiniana expressou seu interesse em obter bolsas de curta duração (3 meses) para aperfeiçoamento de professores primários nas áreas de metodologia da matemática e das ciências. A Parte brasileira manifestou sua disposição de estudar, com as instituições competentes, a elaboração de um programa de cooperação para tal fim.

A Parte marfiniana solicitou a realização de estágios práticos, de curta duração, para funcionários diplomados pela Escola Nacional de Administração da Costa do Marfim em instituições brasileiras de administração pública e financeira. A Parte brasileira tomou nota dessa solicitação e prontificou-se a examiná-la com os setores nacionais interessados, com vistas à possível organização do programa de estágios propostos.

No campo da cooperação científica, as duas Partes manifestaram-se dispostas a estudar as condições para a realização de um programa de intercâmbio que contemple o aperfeiçoamento de pesquisadores, através de estágios de até 1 (um) ano de duração, e a troca de informações e material científico.

Ainda no quadro das relações culturais e de cooperação entre os dois países, registrou a parte marfiniana a importância que poderão vir a adquirir as questões atinentes à propriedade intelectual. A Parte brasileira tomou nota dessa observação e se dispôs a examinar, com os órgãos governamentais competentes, os aspectos específicos do assunto.

A Parte marfiniana demonstrou seu interesse em conhecer a experiência brasileira na área da administração municipal. Nesse sentido, sugeriu o envio de uma missão técnica ao Brasil e o recebimento de material informativo sobre o desenvolvimento brasileiro nesse campo. A Parte brasileira manifestou sua disposição em receber a visita dessa missão bem como em enviar, posteriormente, um técnico brasileiro à Costa do Marfim, através da colaboração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). A Parte brasileira dispôs-se, outrossim, a receber téc-

nicos da Costa do Marfim em Seminários promovidos pelo IBAM e por outras entidades brasileiras afins. A Parte marfiniana tomou nota do oferecimento brasileiro. A Parte brasileira fez entrega, ao lado marfiniano, de alguns documentos básicos sobre práticas de administração municipal no Brasil e se dispôs a encaminhar, através dos canais diplomáticos, documentação e material informativo adicional.

A Parte marfiniana tomou nota da possibilidade da participação de empresa brasileira de planejamento e administração hospitalar em projetos de implantação de unidades de saúde na Costa do Marfim.

As duas Partes externaram sua satisfação ante os resultados já alcançados na formação profissional de funcionários diplomáticos marfinianos no Instituto Rio-Branco. Na medida de suas disponibilidades, o lado brasileiro manifestou disposição de continuar a oferecer novas vagas ao Governo da Costa do Marfim.

A Delegação marfiniana manifestou o interesse em estabelecer uma cooperação técnica no campo da educação popular. A Parte brasileira, atendendo a convite da Parte marfiniana, prontificou-se a enviar à Costa do Marfim, durante o primeiro semestre de 1980, missão integrada por dois técnicos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com vistas a examinar *in loco* a implementação de programa específico que incluiria a organização de estágios de curta duração no Brasil a partir de 1981.

A Parte marfiniana referiu-se a um projeto para a Criação do Centro Nacional de Tecnologia Têxtil (CNTI) na Costa do Marfim elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A Parte brasileira expressou sua concordância em estabelecer contatos com as instituições brasileiras competentes, a fim de estudar a possibilidade de execução de projeto. A Parte marfiniana solicitou cinco bolsas para aperfeiçoamento em formação profissional. A Parte brasileira declarou que considerará essa solicitação para o ano de 1980.

Ao concluírem o exame dos variados setores abrangidos pelos projetos de cooperação bilateral, as duas partes manifestaram sua satisfação pelo

prevalecimento do espírito de cooperação horizontal, que, o Brasil e Costa do Marfim entendem, devem reger as relações entre países em desenvolvimento, em conformidade com as diretrizes emanadas da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.

Os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim se desenvolveram em ambiente de amizade e entendimento mútuo, que ilustra o firme

próposito de que sejam ainda mais sólidos os vínculos que unem o Brasil e a Costa do Marfim.

A Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim deverá ser realizada, em 1981, em Abidjan, em datas a serem fixadas de comum acordo.

A Delegação marfiniana expressou seu agradecimento pelo fraternal acolhimento dispensado pelo Governo brasileiro durante sua estada em Brasília.

comunicado de imprensa brasil-costa do marfim

Comunicado de Imprensa Brasil-República da Costa do Marfim, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de setembro de 1979, ao final da visita dos Ministros marfinianos dos Negócios Estrangeiros, Simeon Aké e da Juventude, Educação Popular e Esporte, Laurent Dona Fologo.

A convite do Governo brasileiro, Suas Excelências, os senhores Simeon Aké e Laurent Dona Fologo, Ministros, respectivamente, dos Negócios Estrangeiros e da Juventude, Educação Popular e Esporte da República da Costa do Marfim, realizam visita oficial ao Brasil de 10 a 19 de setembro de 1979.

Durante sua permanência em Brasília, os Ministros Simeon Aké e Laurent Dona Fologo foram recebidos em audiência, no dia 11 de setembro de 1979, no Palácio do Planalto, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, João Figueiredo, a quem fizeram entrega de mensagem a ele endereçada por Sua Excelência o Senhor Félix Houphouët-Boigny, Presidente da República da Costa do Marfim.

Os Ministros Simeon Aké e Laurent Dona Fologo foram igualmente recebidos, no dia 11 de setembro de 1979, por Suas Excelências os Senhores Senador Luiz Vianna Filho, Presidente do Senado Federal, e Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados.

Os dois Ministros de Estado da República da Costa do Marfim realizaram visita de cortesia ao

Supremo Tribunal Federal, no dia 12 de setembro, tendo sido recebido por seu Presidente, Sua Excelência o Senhor Ministro Antonio Neder.

O Ministro Simeon Aké avistou-se com o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores. As conversações entre os dois Ministros realizaram-se em clima de amizade e entendimento mútuo, e versaram sobre assuntos internacionais e africanos, e questões de interesse para as relações bilaterais. Manifestaram seu apoio e solidariedade aos povos africanos ainda oprimidos por resíduos de dominação colonial e denunciaram todas as formas de discriminação racial, especialmente a política de **apartheid**, condenada pela Organização das Nações Unidas como crime contra a humanidade.

Os Ministros Ramiro Saraiva Guerreiro e Simeon Aké trocaram opiniões sobre as políticas de seus respectivos Governos para desenvolver a cooperação entre os Estados. Consideraram importante estimular a cooperação horizontal entre os países em desenvolvimento, com base na equidade, no respeito mútuo e na estrita observância de vantagens recíprocas. Manifestaram sua preo-

cupação ante a persistência de sérios desequilíbrios e desigualdades nas relações de troca entre os países industrializados e os países em desenvolvimento e expressaram o apoio de seus dois Governos ao estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional mais justa e equânime.

O Ministro Laurent Dona Fologo avistou-se com o professor João Guilherme de Aragão, Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura, havendo, ambos, trocado informações relativas a assuntos dos respectivos Ministérios. Examinaram, conjuntamente, perspectivas para o incremento da cooperação entre Brasil e Costa do Marfim na área da educação e do intercâmbio de bolsistas em diferentes setores de atividades.

Nos dias 11 e 12 de setembro de 1979, foi realizada, em Brasília, sob a presidência do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, a Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim, criada pelo Comunicado Conjunto, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 1973. Durante a reunião, as delegações do Brasil e da Costa do Marfim passaram em revista o estado das relações bilaterais, em diversos setores, em ambiente de amizade e entendimento recíproco. Foi produzida, em comum acordo, uma Ata Final dos trabalhos da reunião com detalhada narração do que foi discutido pelas partes.

Animados do propósito de desenvolver suas relações bilaterais, os dois países celebraram, em 12 de setembro de 1979, um Tratado de Amizade e de Cooperação, que institucionaliza a Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim.

No dia 12 de setembro de 1979, os Ministros Simeon Aké e Laurent Dona Fologo inauguraram, oficialmente, o prédio da Chancelaria da representação diplomática da República da Costa do Marfim, em Brasília. O Governo brasileiro manifestou seu apreço e satisfação por essa obra do Governo marfiniano.

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação Popular, Juventude e Esportes da República da Costa do Marfim deverão permanecer no Brasil até o dia 19 de setembro de 1979, visitando os Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

O Ministro Simeon Aké manifestou seu reconhecimento ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil pela fraternal acolhida dispensada a si e à sua delegação durante sua permanência no Brasil.

O Ministro Simeon Aké convidou o Ministro Saraiva Guerreiro a realizar uma visita oficial à Costa do Marfim. O Chanceler brasileiro manifestou seu prazer em aceitar o convite, em data a ser, em breve, determinada de comum acordo.

Acompanharam os Ministros Simeon Aké e Laurent Dona Fologo:

- Sr. Amadou Traoré, Diretor de Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Sr. M. Nioupin Benie, Diretor da Cooperação Internacional.
- Sr. Claude Yapobi, Subdiretor do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Sr. Obeo Coulibaly, Subdiretor da Direção dos Assuntos Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Sr. Aggrey Albert, Diretor dos Estudos e da Legislação do Ministério da Justiça.
- Sr. Amon Pascal, do Ministério da Economia, das Finanças e do Plano.
- Sr. Touré Famory, Conselheiro-Técnico da Direção Geral da Atividade Industrial do Ministério da Economia, das Finanças e do Plano.
- Sr. Paul Lamizana, Diretor-Geral da SODEPRA, do Ministério da Produção Animal.
- Sr. Billot Piot, Conselheiro Técnico do Ministério do Ensino Primário da Televisão Educativa.
- Sr. Diarra Lassina, Diretor do Instituto Nacional da Juventude, da Educação Popular e dos Esportes.
- Sr. Seydou Coulibaly, Chefe do Serviço Jurídico da Direção Central da Aeronáutica Civil.

- Sr. Coulibaly Doulaye, Chefe do Serviço Autônomo do Equipamento e da Manutenção do Ministério da Juventude, da Educação Popular e dos Esportes.
- Sr. Kouyate Madogne, Diretor do Comércio Exterior do Ministério do Comércio
- Sr. Coulibaly Diabiga, Assessor do Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Sr. Gbaguidi Jean, do Departamento de Acordos Bilaterais da **Air-Afrique**
- Sr. Okoman, Subdiretor da D.A.C. da **Caisse de Stabilisation**
- Sr. Koby Assa, Chefe de Projetos da CIERIE
- Sr. Maurice Delafosse, Secretário-Geral da Câmara do Comércio

SETOR PARA-GOVERNAMENTAL

- Sr. N'Zi Joseph, Diretor-Geral da SODEMI
- Sr. Ekra Maxime, Secretário-Geral da Câmara de Indústria
- Sr. Aka Bonny, Diretor-Geral Adjunto da Intelci(*)

(*) Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 182, o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Costa do Marfim.

décima reunião da comissão especial brasileiro-argentina de coordenação

Ata final da Décima Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação, assinada em Buenos Aires, em 12 de setembro de 1979, pelo Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, João Hermes Pereira de Araújo, e pelo Secretário de Estado de Comércio e Negociações Econômicas Internacionais da Argentina, Alejandro Estrada.

Entre os dias 10 e 12 de setembro de 1979 realizou-se na cidade de Buenos Aires a X Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação.

A Delegação argentina foi chefiada pelo Licenciado Alejandro Estrada, Secretário de Estado de Comércio e Negociações Econômicas Internacionais, e integrada pelos Delegados e Assessores cuja relação figura em anexo n.º 1.

A Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, e integrada pelos Delegados, Assessores e Observadores cuja relação figura em anexo n.º 2.

Os trabalhos se desenvolveram em ambiente de grande cordialidade e mútuo entendimento e os temas da agenda em anexo n.º 3 foram tratados nos grupos assim constituídos:

- I — Intercâmbio e promoção comercial, integração econômica e complementação industrial; (Anexo A)

II — Assuntos financeiros e inversões; (Anexo B)

III — Transporte e turismo; (Anexo C)

IV — Cooperação tecnológica e científica, acordo sanitário. (Anexo D)

Em decorrência das conversações mantidas, as duas Delegações chegaram às conclusões que se registram nos anexos à presente Ata.

Feita em Buenos Aires, aos 12 dias do mês de setembro de 1979, em dois exemplares em português e em espanhol.

anexo a

INTERCÂMBIO COMERCIAL

1. Análise do intercâmbio

Efetuada uma análise do intercâmbio, ambas as Delegações concordaram em que se deverá continuar a realizar os maiores esforços a fim de incrementá-lo. Outrossim, manifestaram sua satisfação pelo volume atingido nos últimos anos e

muito especialmente no primeiro semestre do ano em curso, prevendo-se para 1979 que será ultrapassada a cifra de 1 bilhão 200 milhões de dólares no intercâmbio bilateral.

A Delegação do Brasil manifestou que se deveria aprofundar a análise das alternativas que permitam um crescimento mais sustentado de suas exportações ao mercado argentino a fim de possibilitar um maior equilíbrio na balança comercial bilateral.

Por sua vez, a Delegação argentina expressou o desejo de que se verifique uma maior diversificação quanto ao ingresso no mercado brasileiro de produtos argentinos de exportação.

2. Questões Comerciais

Quanto às dificuldades relativas ao intercâmbio, ambas as Delegações efetuaram uma análise exaustiva a fim de identificar as soluções que possibilitem maior fluidez.

A Delegação argentina expressou sua preocupação pela existência de medidas que limitam o acesso de seus produtos ao mercado brasileiro. Ressaltou a vigência de cláusulas de salvaguarda, a intervenção de organismos que supervisionam as importações e os preços de referência.

A Delegação do Brasil manifestou sua preocupação com referência a determinados aspectos da legislação argentina em matéria de **dumping** e direitos compensatórios. Nesse sentido, salientou sobretudo a inexistência de um mecanismo de consulta ou notificação prévia, a nível de governos, que permita um tratamento mais adequado de cada caso, anterior ao início das investigações e dos prazos legais fixados para as diversas fases do processo.

Ambas as Delegações expressaram a conveniência de continuar a análise dos temas que constam dos anexos 4 e 5 no âmbito da Subcomissão de Assuntos Comerciais e Industriais, cuja criação se recomenda na presente Ata, e através dos Comitês Permanentes.

3. Comitês Permanentes

Com relação aos Comitês Permanentes, ambas as Partes coincidiram na conveniência de reativar

suas reuniões, mantendo o entendimento de que o Comitê de Buenos Aires atenderá prioritariamente aos assuntos de interesse do Brasil e o Comitê de Brasília considerará preferentemente os assuntos de interesse da Argentina.

Ambas as Delegações reconheceram a necessidade de promover o mais amplo entendimento entre os setores privados dos dois países.

Para tanto, estimam conveniente reativar a Comissão Empresarial Privada Brasileiro-Argentina, criada juntamente com a CEBAC em 1965, cujas atividades seriam coordenadas pelas entidades representativas de cúpula dos setores empresariais de cada país.

4. Promoção Comercial

Ambas as Partes procederam à análise e ao intercâmbio de informações sobre as possibilidades de participação em feiras e exposições em ambos os países e das facilidades existentes nos mesmos. Através dos organismos correspondentes será comunicado o programa de participação em feiras internacionais de cada país e os eventos desse tipo que neles se realizem.

5. Integração Econômica

Com relação a este ponto da Agenda, a Delegação argentina expressou a filosofia de seu Governo em relação ao processo de integração regional e de reestruturação da ALALC, de acordo com a posição manifestada pelo seu Representante Permanente.

Por sua vez, a Delegação do Brasil, ao tomar conhecimento da informação fornecida pela Delegação argentina, destacou que a importância da reestruturação da ALALC e do processo de integração regional requeria a realização de um estudo amplo e profundo, ao qual estavam dedicadas atualmente as autoridades de seu Governo a fim de fixar a posição definitiva a esse respeito.

Outrossim, ambas as Delegações trocaram pontos de vista não somente sobre a reestruturação da ALALC mas também sobre o processo de integração econômica regional e tendo em vista a importância que ambos os países conferem ao tema em apreço, concordaram em manter con-

versações, em estreito contato através de suas Delegações Permanentes junto à ALALC, a fim de acompanhar a evolução do processo.

A Delegação argentina fez algumas considerações sobre a importância dos acordos de complementação vigentes na ALALC especialmente aqueles dos quais participam simultaneamente a Argentina e o Brasil, seja em forma exclusiva, seja com a adesão de outros países. Nesse sentido assinalou que, de 25 Acordos subscritos e vigentes na ALALC, a Argentina participa de 19, dos quais 13 juntamente com o Brasil. Manifestou, outrossim, que dos últimos quatro acordos que se assinaram na ALALC, somente são partes a Argentina e o México, deles não havendo participado o Brasil. Nessas circunstâncias consultou acerca da intenção do Brasil sobre qual seria sua posição com referência à subscrição de novos acordos e à renovação dos existentes.

A Delegação brasileira assinalou que, no que diz respeito à renovação dos acordos vigentes, estavam sendo estudadas as recomendações setoriais e estavam em condições de participar das negociações respectivas, fundamentalmente, daqueles acordos de caráter temporal, cujo vencimento está previsto para o dia 31 de dezembro de 1979. No tocante às novas recomendações setoriais visando à subscrição de novos acordos, a Delegação brasileira manifestou que, não tendo sido recebida dos setores empresariais confirmação das Recomendações do citado setor, não se contemplava, a nível oficial, a possibilidade de concretizá-los. Expressou, outrossim, que, de qualquer modo, na negociação de novos produtos nos acordos vigentes, são de estrita aplicação os dispositivos sobre depósito prévio.

6. Complementação Industrial

Em relação aos setores específicos que possam ser suscetíveis de complementação industrial, ambas as Delegações coincidiram em assinalar os seguintes, com vistas a iniciar os estudos que determinem as possibilidades de complementação em cada caso:

- Automotriz
- Material ferroviário
- Motores diesel

- Grupos eletrógenos
- Mecânica pesada
- Máquinas-ferramenta
- Telecomunicações

Com essa finalidade serão promovidos os encontros necessários entre os organismos competentes de cada país e os setores privados correspondentes.

7. Criação de Subcomissão

Tendo em conta a importância crescente das relações bilaterais, as Delegações do Brasil e da Argentina coincidiram na necessidade de recomendar a criação, no âmbito da CEBAC, de uma Subcomissão de Assuntos Comerciais e Industriais, encarregada de proceder a estudos e propor as recomendações pertinentes nos assuntos de sua competência.

Igualmente, assinalaram a conveniência de que a citada Subcomissão celebre sua primeira reunião até a primeira quinzena do mês de dezembro próximo.

anexo b

ASSUNTOS FINANCEIROS E INVERSÕES

Ambas as Delegações convieram em tratar os temas na seguinte ordem:

1. Evolução do Convênio de Pagamento e sua possível ampliação

Ambas as Delegações acordaram em ressaltar os benefícios resultantes do Convênio de Créditos Recíprocos vigente entre os Bancos Centrais dos dois países, o qual permitiu canalizar diretamente os pagamentos das transações comerciais e financeiras e estreitar assim, ainda mais, os vínculos do setor bancário comercial.

Outrossim, concordaram com a conveniência de incrementar o montante do crédito recíproco, que na atualidade é de 70 milhões de dólares, para evitar as liquidações extraordinárias, em razão do constante aumento das transações e dos saldos acusados pelas contas. Nesse sentido,

recomendam seu exame aos Bancos Centrais da República Argentina e do Brasil.

2. Financiamento do Intercâmbio

Ambas as Delegações consideraram os mecanismos existentes bem como os que poderiam implantar-se no futuro entre os dois países em matéria de financiamento comercial, com o objetivo de continuar incrementando o intercâmbio recíproco visando os níveis máximos possíveis.

A esse respeito, a Delegação brasileira solicitou informações acerca das linhas de crédito oferecidas oportunamente a bancos oficiais argentinos para o financiamento de importações de produtos do Brasil.

A Delegação argentina informou que o exame do assunto se encontra adiantado e que em breve tempo se dará resposta a esse oferecimento. Por sua vez, manifestou a intenção de oferecer linhas de crédito a bancos oficiais brasileiros, para financiar exportações com destino ao Brasil. Ambos os países canalizarão as consultas através dos organismos pertinentes.

3. Bitributação

Recordaram que este ponto tem seu antecedente no encontro que mantiveram no mês de dezembro de 1978, em Brasília, os Ministros de Economia da Argentina e da Fazenda do Brasil, ocasião na qual coincidiram em considerar seu tratamento.

Nesse sentido, ambas as Delegações acordaram que os representantes de ambos os países se reunirão com a maior brevidade para negociar o acordo pertinente.

A Delegação argentina expressou que seus representantes poderiam reunir-se para tal fim a partir do mês de março de 1980.

4. Possibilidades de inversão recíproca e empresas binacionais

5. Constituição de joint-ventures para produção com vistas inclusive à exportação para terceiros países

Ambas as Delegações coincidiram em tratar os dois temas conjuntamente.

O intercâmbio de idéias de ambas as Delegações permitiu detectar um campo propício para a receptividade de investimentos recíprocos. Vistas as possibilidades de incentivar o desenvolvimento dos mesmos concordou-se em facilitar mutuamente uma adequada difusão e informações em matéria de planos, áreas prioritárias de investimento, normas legais e todo elemento de juízo atinente ao desenvolvimento das referidas atividades, com o objetivo de facilitar a participação do setor privado aproveitando sua potencialidade nas oportunidades que se apresentam nesse campo.

Idêntico critério foi compartilhado nos aspectos referidos à formação de **joint-ventures**, inclusive para incentivar a exportação a mercados de terceiros países.

Nesse sentido, ambas as Delegações convieram em intercambiar na primeira quinzena do mês de outubro próximo informação precisa sobre os setores definidos como prioritários em ambos os países.

Outrossim, ambas as Delegações expressaram seu interesse no seguinte:

- a) A Delegação brasileira adiantou ser de seu interesse especial a formação de empresas conjuntas no setor de pesca, levando em conta a capacidade ociosa da indústria pesqueira no sul do país, originada da carência da matéria-prima para seu processamento.

Nesse sentido assinalou seu interesse em analisar a possibilidade de negociar um acordo na matéria a nível de governo.

A Delegação argentina acolheu a preocupação brasileira e expressou que a mesma será transmitida à Secretaria de Estado de Interesses Marítimos, por ser o órgão competente que atende a matéria.

- b) A Delegação argentina, levando em conta as reuniões efetuadas de 13 a 21 do mês de julho de 1978 em Buenos Aires, no âmbito da Secretaria de Estado de Minas, entre representantes das indústrias argentinas e brasileiras, destacou seu interesse em retomar o diálogo com relação à possível

instalação de uma usina de pelotização para minerais de ferro e de uma unidade de produção de ferro-ligas. Ademais, expressou seu interesse pelo setor de alumínio, no qual a indústria argentina estaria em condições de entregar alumínio metálico e de receber alumina de origem brasileira.

6. Outros assuntos considerados

a) Negociação de papel-moeda de ambos os países

Com relação aos inconvenientes observados pelo Grupo de Trabalho que analisou o desenvolvimento do turismo, no que se refere à conversão de pesos argentinos ou cruzeiros em poder dos turistas, decidiu-se recomendar seu exame pelos Bancos Centrais.

b) Documentação exigida aos Consulados

A Delegação argentina solicitou, com relação aos requisitos de documentação exigidos pelas autoridades brasileiras para efetuar as transferências de direitos consulares, que se contemple a possibilidade de simplificar os mesmos.

A Delegação brasileira acolheu a preocupação e comprometeu-se a analisar o problema com a possível brevidade.

c) Ponte Puerto Iguazú-Porto Meira

Com relação à predisposição de ambos os Governos de considerar a construção de uma ponte entre Puerto Iguazú, em território argentino, e Porto Meira, em território brasileiro, procedeu-se a uma troca de idéias sobre a forma de financiar o referido projeto.

Ambas as Delegações coincidiram na necessidade de que as conclusões expressas com relação a cada um dos pontos tratados do temário sejam consideradas pelos Comitês Permanentes da CEBAC para o prosseguimento de seu tratamento.

anexo c

TRANSPORTE E TURISMO

1. Transporte por água

No tocante a este item, foi feita referência às reuniões realizadas em agosto último relativas

às questões sobre transporte marítimo, das quais resultou o Memorandum de Entendimento assinado pela Superintendência Nacional da Marinha Mercante da República Federativa do Brasil (SUNAMAN) e pela Secretaria de Estado de Interesses Marítimos da República Argentina (SEIM), no dia 10 de agosto de 1979 (Anexo à presente Ata).

As duas delegações concordaram em que o referido Memorandum de Entendimento resultou de um exame amplo e objetivo dos diversos aspectos do transporte marítimo em geral e particularmente entre os dois países, e coincidiram em que será necessário dar continuidade aos estudos que realizam as diversas autoridades de ambos os países, acerca dos assuntos abordados no mencionado Memorandum, especialmente sobre:

- 1 — Transporte em condições FIOST (itens 1.2 e 1.4).
- 2 — Taxas, gravames e incentivos (reintegro) — (tem 1.3).
- 3 — Transporte em navios **roll-on-roll-off** (item 1.5).
- 4 — Transporte de minerais (item 1.6).

2. Transporte terrestre

Quanto ao tema vinculado ao transporte internacional terrestre, ambas as Delegações concordaram em que seja considerado na próxima reunião da Subcomissão de Transportes da CEBAC, prevista para os dias 1, 2 e 3 de outubro de 1979 na cidade de Buenos Aires.

3. Turismo

As duas Delegações realizaram uma análise sucinta do mercado turístico de ambos os países e verificaram a ocorrência de expansão da demanda e sua incidência sobre a infra-estrutura existente.

Propuseram a reativação do projeto de desenvolvimento turístico das Cataratas do Iguazú e Missões Jesuíticas.

A Delegação argentina entregou à Delegação do Brasil cópia do estudo realizado pelo INTAL para

a construção da ponte Puerto Iguazú-Porto Meira, tema considerado de interesse turístico por ambas as Delegações.

A Delegação do Brasil solicitou a reconsideração da medida pela qual as empresas brasileiras operadoras de turismo estão impedidas de vir buscar com seus ônibus turistas argentinos a partir do território deste país. A Delegação argentina tomou nota dessa solicitação que será remetida às autoridades competentes.

Por outro lado, foram trocadas idéias relativas ao melhor aproveitamento dos órgãos de treinamento existentes (CICATUR — Centro Interamericano de Capacitação Turística — e CEBITUR — Centro Brasileiro de Informações Turísticas). Foi sugerida a realização de um intercâmbio permanente de pessoal técnico e profissional.

A Delegação argentina manifestou interesse em conhecer o sistema de financiamento de desenvolvimento turístico adotado atualmente no Brasil. A Delegação brasileira encaminhará, oportunamente, por intermédio da EMBRATUR, informações e outros elementos necessários ao melhor conhecimento dos referidos sistemas de financiamento.

Ambas as Delegações coincidiram em que a ação conjunta para a formação de pacotes turísticos na América Latina requer tratamento aprofundado e minucioso. A propósito, a Delegação do Brasil propôs o estabelecimento de um grupo técnico de trabalho, que teria a seu cargo o estudo de medidas destinadas à criação de uma oferta conjunta a fim de atrair grupos provenientes dos principais centros emissores de turismo e lograr um melhor intercâmbio entre ambos os países.

anexo d

COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA E CIENTÍFICA. ACORDO SANITÁRIO

As Delegações tomaram nota com satisfação das iniciativas de cooperação empreendidas até o presente momento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil e pelo Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) da República

Argentina, com base no acordo existente entre ambas as instituições, assinado em 5 de fevereiro de 1968, bem como daquelas realizadas entre instituições e universidades dos dois países.

Ambas as Delegações expressaram o desejo de que se ampliem as relações de cooperação tanto técnica como científica e tecnológica e nesse sentido, como exemplo, mencionaram-se as seguintes áreas:

- Tecnologia de Alimentos
- Tecnologia Láctea
- Carnes
- Têxteis
- Celulose e papel
- Plásticos
- Couro
- Álcool-combustível
- Doenças endêmicas
- Desenvolvimento Industrial e Tecnológico.

Nesse sentido, o Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI), da República Argentina, assinalou seu interesse em incrementar os contatos com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo e o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

Consideraram também o espectro geral de possibilidades de incrementar a cooperação técnica e científico-tecnológica recíproca, a partir dos parâmetros bilaterais e multilaterais em que se inscrevem as mencionadas ações.

Ambas as Delegações expressaram sua satisfação pelas modificações introduzidas na ação dos órgãos internacionais em favor da cooperação entre países em desenvolvimento, como resultado do Plano de Ação de Buenos Aires adotado pela Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), realizada na República Argentina em fins de 1978.

No que diz respeito à cooperação bilateral, as Delegações coincidiram na conveniência de considerar a efetivação de um convênio entre os dois Governos sobre cooperação técnica de caráter global e instrumental, que compreenda por sua vez a cooperação científica e tecnológica, de forma a tortalecer, ampliar e estreitar as relações mútuas nesse campo, a fim de sistematizá-las e orientá-las para aquelas áreas e setores de maior interesse recíproco.

Finalmente, ambas as Delegações acordaram em recomendar a seus respectivos governos que estabeleçam uma subcomissão da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação a fim de dar renovado impulso e facilitar a consideração das diferentes medidas e projetos de cooperação na matéria.

Acordo Sanitário

Ambas as Delegações examinaram o Projeto de Convênio em matéria de sanidade animal em áreas de fronteira entre ambos os países, elaborado pelas autoridades competentes do Brasil e da Argentina, reunidas na cidade de Uruguaiana em julho de 1979 e foi tomada nota da reunião que, com o mesmo propósito, está sendo realizada na cidade de Paso de los Libres simultaneamente à reunião da X CEBAC.

Ambas as Delegações manifestaram o interesse de seus respectivos Governos na celebração a curto prazo do Convênio e na subsequente efetivação da cooperação prevista no mesmo.

a visita do ministro das relações exteriores do sri lanka ao brasil

Discursos (de improviso) dos Chanceleres do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Sri Lanka, A. C. S. Hameed, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 13 de setembro de 1979, por ocasião do almoço oferecido ao representante do Governo cingalês.

CHANCELER BRASILEIRO

Sua Excelência Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros; Sra. Hameed e ilustres membros da comitiva cingalesa, que agora nos honra com a sua visita; Senhores Embaixadores de países amigos aqui presentes; meus amigos.

É um privilégio para mim receber hoje a visita do Sr. e Sra. Hameed e os membros da sua comitiva. Esta é uma ocasião muito especial. Muitos brasileiros ouvem pela primeira vez falar de Sri Lanka sob o nome muito antigo de Taprobana, um nome que para nós só tem um significado literário, porque utilizado no poema épico de Camões. Outros aprenderam que a palavra Taprobana é um nome grego para designar a Ilha, depois conhecida como Ceilão. Outros, principalmente os estudiosos da língua inglesa, conheceram a palavra **Serendipity**, que tem uma certa conotação de serenidade e alegria; alguns poucos sabem que este foi, simplesmente, como me disse hoje Vossa Excelência, o nome árabe da Ilha. E há cinco anos, o nome de seu país foi mudado de Ceilão para Sri Lanka. Todos sabíamos, contudo, que seu país é dos lugares mais bonitos do mundo, e que produz um chá que é considerado em todo o mundo o mais perfeito de todos. Sempre recebemos este

chá importado do Reino Unido e de outros reexportadores e mesclado com outros chás.

Senhor Ministro, a verdade, porém, é que no transcurso da minha geração, a visão do mundo mudou e está mudando de forma substancial e significativa. A nossa geração está, de fato, de muitas maneiras separada das de nossos antepassados justamente por essa nova visão do mundo.

Eu tive o privilégio, quando Terceiro Secretário de nossa Missão junto às Nações Unidas, de conhecer pela primeira vez representantes do então Ceilão — isto em 1947, após a sua independência. No decorrer de minha carreira, em muitos outros foros internacionais, aprendi a admirar e a respeitar os representantes de seu país, pela sua inteligência, sua competência e habilidade. Mesmo para quem jamais teve o privilégio de visitar Sri Lanka, esses contatos foram suficientes para dar a certeza de que só um país de substância, um país de importância poderia produzir pessoas de tão alto gabarito.

Estamos empenhados, o seu país e o meu, num esforço de desenvolvimento para, talvez, recuperar tempo perdido. E nós o fazemos com otimis-

mo, apesar dos obstáculos e das desvantagens que enfrentamos. A visita de Vossa Excelência reveste-se de particular significado, por tratar-se da primeira visita de um Ministro de Relações Exteriores do Sri Lanka ao Brasil — na verdade, conforme soube do Senhor há pouco, não poderia ser de outra forma já que Vossa Excelência é o primeiro ocupante da pasta, uma vez que, desde a independência, estava enfeixada nas atribuições do Primeiro-Ministro.

Posso adiantar, Sr. Ministro Hameed, que em nossas conversações, hoje pela manhã, de apenas uma hora, muitas áreas foram discutidas. Descobrimos, inclusive, graças às sugestões de Vossa Excelência, campos bastante significativos para uma maior cooperação e para a intensificação de nossas relações bilaterais. São muitas as possibilidades para uma cooperação objetiva e concreta, proveitosas para ambas as partes, em termos de projetos, de contratos e de meios para cooperação mútua. Nossa amizade, nossas boas relações, as nossas receptividades quanto a idéias políticas e nossa muito boa-vontade e respeito mútuo à distância poderão vir a traduzirem-se em fatos concretos e em entendimentos práticos entre os nossos dois países.

Portanto, Sr. Ministro e membros da Delegação de Sri Lanka, gostaria de terminar estas rápidas palavras convidando todos os presentes a brindarem ao Chefe de Estado de Sri Lanka, o Senhor Jayewardene, à prosperidade de nossos dois povos, à sua felicidade pessoal, à da Sra. Hameed e de todos os membros de sua Delegação.

CHANCELER CINGALÊS

Sua Excelência Ministro Ramiro Guerreiro e Sra. Guerreiro, Excelências, ilustres convidados. Antes de mais nada, agradeço ao Sr. Ministro pelas gentis palavras que proferiu sobre Sri Lanka, meu país e sobre minha pessoa, e os votos formulados à minha Delegação.

Descobri que Vossa Excelência e eu temos algo em comum, porque metade de seu nome é idêntica à metade de meu nome: eu sou Hameed e Vossa Excelência é Ramiro. Antes de minha chegada, não me tinha apercebido dessa característica comum.

Nós temos muitas outras coisas em comum. Estivemos sob o domínio dos portugueses durante cerca de um século e vocês até mais, e por isso compartilhamos nomes como Pereira, como Fernando, como Almeida; temos palavras em comum como "mesa", outras muito parecidas como "almira" (armário), enfim, uma série de palavras de origem comum. Há, portanto, coisas que nos unem. E algo que me impressionou profundamente, Sr. Ministro, foi o fato de Vossa Excelência referir-se à nossa e à nova geração, e às suas visões do mundo. Eu acho que nos cabe assegurar que o passado, o presente e o futuro não sejam considerados unidades estanques e isoladas. Nós todos devemos à História, assegurar que quaisquer que sejam os progressos que realizarmos, as conquistas que a ciência venha a registrar e as proezações que venhamos a vencer, ainda assim, não haja separação entre o passado e o presente. Embora todos esperemos um futuro melhor, devemos fazer nossos melhores esforços para que possa existir um sentido de continuidade histórica. O passado é sempre importante, porque nos lembra do futuro, daquilo que nos aguarda, permitindo que a humanidade possa levar uma vida melhor. O que podemos legar ao futuro é o presente, aceitando ao mesmo tempo os desafios e as mudanças que surgem com o passar do tempo. Compartilho pois, com vocês, a idéia de que o passado não deve ser isolado do presente. Por isso, estou aqui para assegurar que os vínculos que nos foram transmitidos pelos portugueses sejam fortalecidos e continuados.

Estou certo de que esta minha visita servirá para construir uma ponte entre nossos dois países. É verdade que Sri Lanka é um belo país. Vossa Excelência disse com toda razão que meu país teve muitos nomes. Já foi denominado de "Pérola do Oceano Índico", de "Rainha de Todos os Sorrisos", de "Rainha de Todas as Ilhas"; Vossa Excelência lembrou "Taprobana", os árabes a chamavam de Serendip, e, em 1972, decidimos voltar às origens e chamá-la de Sri Lanka.

Aceito, com satisfação, os elogios à beleza de Sri Lanka, mas devo dizer, Sr. Ministro, que o Brasil é indubitavelmente um desafio à beleza de Sri Lanka. É, portanto, mais um aspecto que une nossos países. E espero que os ilustres convidados de outros lindos países e belas ilhas não

Não desejo tomar mais do seu tempo. Temos Senhoras e Senhores, à nossa frente um esplêndido almoço. Lembro-me de que quando os portugueses primeiro chegaram a Sri Lanka, foi enviada uma mensagem ao Rei de então, dizendo: "O Rei, chegaram alguns à nossa costa. Eles comem pedras e bebem sangue". Referiam-se ao pão e ao vinho tinto que nos estão sendo servidos. Portanto, não irei propor um brinde com vinho tinto, o que seria pouco convencional, mas convido todos a erguêrem suas taças brindando à Sua Excelência o Presidente e Chefe do Governo do Brasil, bem como à paz e à prosperidade do povo brasileiro, assim como à paz, à amizade, à boa vontade e à compreensão entre o Sri Lanka e o Brasil, à saúde e bem-estar de meu bom amigo o Sr. Ministro Saraiya Guerreiro e de sua esposa, bem como à saúde e bem-estar de todos os presentes e ao bem-estar da humanidade.

O Brasil é o coração da América Latina. O Brasil desempenha um papel importante e, sob a liderança de seu Presidente e de sua própria, Sr. Ministro, tem estado alerta e tem sabido compreender estes problemas. Acredito, portanto, que o Brasil tem um papel ainda maior a desempenhar.

Estamos no entardecer do século, e considerando-o do ponto de vista, não de um político mas, de um historiador, o que mais impressiona, o que é a mais bela característica deste entardecer do século, é o fato de os povos estarem se unindo. As pessoas estão viajando, estão se encontrando nos foros internacionais, estão fazendo viagens de turismo, muitas barreiras estão sendo rompidas. Essa é, acredito, a mais bela história de nossas épocas. E tenho o prazer, Sr. Ministro, de estar aqui com vocês hoje, de estar contribuindo para essa história, de estar acrescentando a esse belo quadro. Esse arco-íris que reunirá pessoas de todos os matizes, de climas e países variados, buscando entenderem-se uns aos outros. Podem perceber a filiositas políticas diversas, podem estar comprometidos com ideologias políticas diferentes, porém, todos têm única ambição e aspiração comum, que é a de um mundo melhor no futuro. E nisto, Sr. Ministro, estamos unidos.

interpretarem essas palavras sendo como uma simples observação ampla e genérica.

Como bem o frisou Vossa Excelência, nós enfrentamos, em Sri Lanka, a tarefa árdua e comum a todos os países em desenvolvimento: o esforço de construção inicial. Adquirimos a independência em 1948, e desde então dedicamo-nos ao processo de construir nossa nação. Há dois anos e meio, o povo de meu país deu ao Presidente um voto de confiança sem precedentes na história parlamentar do mundo; 83% das cadeiras do Parlamento foram ocupadas pelo partido ao qual pertencço. Isto representa uma enorme responsabilidade e estamos agora empenhados em trazer este mandato em algo significativo para nosso povo. É devo assinalar aqui que em dois anos e meio, o nosso desempenho tem sido considerado vel e demonstra que nossos esforços estão sendo bem-sucedidos.

Mas, todos os países em desenvolvimento se parecem, todos enfrentam os mesmos problemas. Todos nós queremos um mundo melhor, todos nós queremos condições de vida melhores para nossos povos. Estou chegando de Havana, da Sexta Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, da qual participaram 96 países, assim como 52 Chefes de Estado. Eu considero essa Conferência como algo único devido a uma característica peculiar, qual seja, a oportunidade proporcionada à liderança política do Terceiro Mundo para, nessa Conferência de Cúpula, se encontrar, discutir, compreender e trocar pontos de vista. Este é um processo para o qual o Sri Lanka contribui veementemente, vigorosa e sinceramente. Acreditamos que os povos devam conversar, trocar pontos de vista e expor seus pontos de vista. Acreditamos que todos os povos do mundo têm vontades próprias. A não ser que os povos conversem, a não ser que troquem pontos de vista, a não ser que haja um diálogo, estou certo de que não poderemos solucionar os problemas que defrontamos. Considero, portanto, a conferência de Cúpula sendo uma oportunidade para a liderança política do Terceiro Mundo se reunir, conversar, trocar pontos de vista e buscar o entendimento.

o seminário sobre serviços nacionais de promoção comercial

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 17 de setembro de 1979, por ocasião da sessão inaugural do Seminário sobre Serviços Nacionais de Promoção Comercial.

A inauguração deste Seminário sobre Serviços Nacionais de Promoção Comercial, co-patrocinado pelo Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, constitui mais uma demonstração da importância atribuída pelo Governo brasileiro à cooperação entre as nações irmãs do Continente. Nesta ocasião, vale recordar que, apenas dois meses após a Conferência sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Buenos Aires, o Itamaraty já tinha a honra de sediar o Seminário Latino-Americano sobre Serviços Nacionais de Informação Comercial. Transcorridos apenas dez meses daquele evento, estamos hoje inaugurando mais este Seminário, que abordará, desta vez, o universo mais amplo da promoção comercial como um todo.

Temos a convicção de que o relacionamento horizontal possui grande potencial de aproveitamento nas próximas décadas. Com efeito, a similitude de estágios de desenvolvimento em tudo nos aproxima, ao contrário do que possam argumentar teorias ultrapassadas do comércio internacional. Por isso, já vimos executando programas de cooperação técnica com países em desenvolvimento, em particular latino-americanos e africanos, dentro e fora do âmbito das Nações Unidas.

Este Seminário se realiza no momento em que o Governo e o empresariado brasileiro se lançam em um redobrado esforço no sentido de expandir as exportações de bens e serviços. O Itamaraty, de sua parte, tem procurado ampliar e dinamizar a execução das tarefas de promoção comercial no exterior, bem como aperfeiçoar seus mecanismos de atuação no apoio ao exportador brasileiro. Essa ação promocional redobrada se faz tanto mais necessária quanto são crescentes, nos dias de hoje, as pressões protecionistas.

O processo de industrialização dos países em desenvolvimento está sendo inibido, no momento mesmo em que começam a dar frutos seus esforços de aumentar sua integração na economia internacional também como fornecedores, crescentemente competitivos de produtos manufaturados.

Não podem, países em desenvolvimento como os nossos, ficar inertes diante de tais dificuldades. A cooperação entre países em desenvolvimento é fator relevante de prosperidade não só ao permitir-nos, mediante a partilha de experiência, o aperfeiçoamento dos instrumentos nacionais de atuação no comércio internacional, senão também pelo que representa como ampliação e di-

versificação de mercados para o nosso esforço de exportação. Exemplo desse fato, no que se refere ao Brasil, são as seguintes cifras: no período 1960 a 1977, a participação percentual dos países em desenvolvimento, no destino das exportações brasileiras, passou de 9,6% a 24%. Por outro lado, as importações brasileiras dos países em desenvolvimento, no mesmo período, passaram de 23,3% de nossas importações totais, para 43,3%. Essa é a razão de nossa fé na potencialidade do comércio entre países em desenvolvimento, e o fato que comanda nossa resolução de ampliar o relacionamento horizontal a que antes me referi.

Durante esta semana que se inicia, os Senhores estarão em contato com a experiência dos serviços de promoção comercial de nossos países. É, portanto, uma grande oportunidade para todos nós de intensificar o processo regional de desen-

volvimento das exportações, bem como de aperfeiçoar os mecanismos de promoção comercial existentes. É com muita honra que o Governo brasileiro hospeda este evento e acolhe seus participantes nesta capital.

Não poderia deixar de agradecer o indispensável concurso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT e da Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República para o êxito de eventos anteriores e, estou seguro, deste que hoje se inicia.

Aos Senhores Chefes de Serviços Nacionais de Promoção Comercial de países irmãos agradeço haverem-nos honrado com sua presença em Brasília. A todos desejo felicidades e muito êxito em suas atividades futuras.(*).

(*). Na seção **Notícias**, página 191, uma informação sobre o Seminário sobre Serviços Nacionais de Promoção Comercial.

terceira reunião da comissão mista brasil-espanha

Discursos do Chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 19 de setembro de 1979, por ocasião da solenidade de abertura da III reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha, e em 21 de setembro de 1979, por ocasião da sessão de encerramento da mesma reunião.

DISCURSO NA ABERTURA

Senhor Ministro do Comércio e Turismo da Espanha,

Senhores Embaixadores,

Senhores membros da delegação espanhola,

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Recordo-me, com prazer, haver co-presidido, em 1974, a solenidade de instalação da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha.

Naquela oportunidade, por feliz decisão de nossos Governos, tratamos, pela primeira vez, em concomitância, de nossas relações tanto econômicas, comerciais e financeiras, que culturais, científica e tecnológica.

Posteriormente, em 1976, altas autoridades brasileiras e espanholas reuniram-se em Madri, mas tão-somente para cuidar de aspectos econômicos e comerciais, na II Reunião da Comissão Mista.

Agora, retomando o precedente de 74, estudam-se as delegações, que temos a honra de che-

fiar, o Ministro García e eu, todos os setores de cooperação e intercâmbio que se deparam à ação conjunta do Brasil e da Espanha.

A presença do Ministro do Comércio e Turismo à frente dos delegados espanhóis é sintoma da vontade política, existente no mais alto nível, de desenvolver e aperfeiçoar, quanto possível, o relacionamento entre o Brasil e a Espanha.

Ainda em agosto último, Senhor Ministro, encontrou-se Vossa Excelência entre nós, acompanhando o Presidente do Governo Espanhol, em sua visita oficial ao Brasil, que inaugurou nova etapa na história de nossos laços de amizade e cooperação.

Sinto-me particularmente satisfeito em revê-lo agora, para darmos sem perda de tempo, execução ao desejo sincero de aproximação que anima os Chefes de nossos Governos.

Se o Brasil é, de um lado, grande mercado exportador, é, de outro, também um grande mercado importador. Desejamos, certo é, continuar a vender, mas também a comprar, em proveito de nosso desenvolvimento e do bem-estar dos brasileiros.

Colocarmos sobre a mesa, com serenidade e franqueza, sugestões para a remoção dos entraves que dificultam o intercâmbio, constitui a tarefa de nossos negociadores na subcomissão econômico-financeiro-comercial.

Em etapa posterior ao aplainamento de terreno a que procederemos, incumbirá, por certo, aos homens de empresa brasileiros e espanhóis darem conteúdo e densidade às nossas trocas, agindo sobre os respectivos mercados com a necessária presteza e agressividade.

Seara não menos importante do nosso trabalho, é a do desenvolvimento dos laços de cooperação cultural, técnica e científica que nos unem. Neste campo, tudo milita em nosso favor, tanto a proximidade e tão numerosas as afinidades entre espanhóis e brasileiros.

Por isso mesmo que estes temas se vêm desenvolvendo normalmente, sem que sobre eles nos tenhamos detido no último lustro, é mister avaliarmos o que tem sido feito, triarmos entre os projetos sem seguimento aqueles que ainda possam ser revividos, e descobriremos novas avenidas para a cooperação mutuamente proveitosa, em matéria de cultura, ciência e tecnologia.

Senhor Ministro,

Nossa agenda é ampla e o tempo talvez se torne escasso, se ainda me estendo. Vossa Excelência e seus companheiros de delegação são bem-vindos ao Itamaraty. Aqui desejo que se sintam como em sua própria casa. Desejo, ainda, a Vossa Excelência o melhor proveito nos contactos que manterá com meus colegas de diversas áreas.

Muito obrigado.

DISCURSO NO ENCERRAMENTO

Senhor Ministro do Comércio e Turismo,

Senhor Embaixador da Espanha,

Senhores delegados, espanhóis e brasileiros,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Após três dias de intensos trabalhos, chegamos ao término da III Reunião da Comissão Mista

Brasil-Espanha, cuja Ata Final terei, daqui a pouco, o prazer de assinar, juntamente com o Ministro Juan Antonio Garcia Diez.

Desejo ressaltar, na Subcomissão econômica, comercial e financeira, a firme vontade que transparece de enriquecer as pautas de nosso comércio, no sentido quantitativo e no qualitativo. A Ata dos trabalhos reflete o esforço comum no sentido de identificar setores e projetos que possam contribuir para esse objetivo.

É meritório, também, o esforço de compreensão recíproca, demonstrado por uma e outra Delegação ante as dificuldades que atingem as economias do Brasil e da Espanha, numa grave conjuntura mundial, em que todo o otimismo se impõe, não para esfumar os contornos de uma realidade adversa, mas para infundir ânimo a populações e a governos ameaçados pelo espectro da crise.

Felicito-me pela oportuna decisão, que tomamos na Subcomissão Cultural, de negociar, dentro em breve, novo Convênio Cultural, em substituição ao de 1960, cujos termos de referência não mais se adequam à realidade dos dias que correm. Prestou bons serviços o velho texto, mas é sentimento comum que nosso intercâmbio cultural tanto aumentou, nos últimos vinte anos, que está a requerer quadro institucional mais amplo, dentro do qual se possa desenvolver mais agilmente.guardo, também com sumo interesse, as conclusões do Grupo de Especialistas que, em Madri, estudará as questões relativas ao reconhecimento recíproco de títulos e diplomas de nível secundário e superior.

Da leitura das conclusões a que chegou a Subcomissão de Cooperação Técnica e Científica, resulta patente a densidade da cooperação hispano-brasileira, em matéria de formação profissional em diversas áreas de interesse prioritário, que abarcam das obras de irrigação à pesca, do controle da peste suína à administração hospitalar.

Senhor Ministro,

Ao alinhar alguns pontos de nossos trabalhos, que me chamaram mais particularmente a atenção, terei deixado de lado outros aspectos, não menos importantes, de quanto se propôs, exami-

nou e discutiu nesses três dias. Mas nossa Ata Final aí está, disponível para a informação de quantos se interessarem em conhecer o reflexo e a projeção do relacionamento entre o Brasil e a Espanha que ela traduz.

É com um sentimento de honra e de estima pessoal que agradeço a Vossa Excelência ter retornado ao Brasil, nesta visita de trabalho.

Muito obrigado.

ata final da III reunião da comissão mista brasil-espanha

Ata final da Terceira Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha, assinada no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 21 de setembro de 1979, pelo Chanceler Saraiva Guerreiro e pelo Ministro do Comércio e Turismo espanhol, Juan Antonio García Díez.

A III Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha realizou-se em Brasília, de 19 a 21 de setembro de 1979, sob a alta chefia, pelo lado brasileiro, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, e, pelo lado espanhol, do Ministro do Comércio e Turismo, Senhor Juan Antonio García Díez.

A relação dos integrantes de ambas as Delegações constitui o Anexo I da presente Ata.

Paralelamente aos trabalhos da Comissão, o Ministro do Comércio e Turismo da Espanha foi recebido pelos Ministros de Transportes, Indústria e Comércio, Agricultura, Interior e Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com os quais manteve frutíferas conversações.

Por ocasião da instalação da Comissão Mista, os Chefes de ambas as Delegações pronunciaram discursos, ressaltando a importância dessa reunião, que dá seguimento ao diálogo iniciado com a recente visita oficial do Presidente do Governo Espanhol ao Brasil.

A Comissão distribuiu os itens da agenda provisória a três subcomissões, assim discriminadas:

I — Intercâmbio Econômico, Comercial e Financeiro; II — Cooperação cultural; III — Cooperação científica e técnica.

Registraram-se a seguir, as conclusões a que chegaram as referidas subcomissões.

I. subcomissão de intercâmbio econômico, comercial e financeiro

Análise do Intercâmbio Atual

A Delegação espanhola manifestou sua preocupação com o déficit crônico que se registra em seu intercâmbio comercial com o Brasil, bem como com a estagnação das exportações espanholas para o mercado brasileiro, as quais, há vários anos, oscilam em torno de 100 milhões de dólares, não obstante o grande esforço que vem desenvolvendo a Espanha no sentido de ultrapassar esses níveis.

A Delegação brasileira reconheceu a existência do referido desequilíbrio e destacou o fato de que o mesmo decorre, em grande parte, da composição das pautas de exportação dos dois países. No caso do Brasil, as vendas à Espanha são constituídas quase que exclusivamente de produtos primários. Expressou, igualmente, o desejo de que, no futuro, haja uma crescente diversificação das exportações brasileiras para a Espanha, de modo a incluírem, também, produtos semimanufaturados e manufaturados.

A Comissão Mista concordou em que o intercâmbio comercial bilateral está longe de atingir o ní-

vel que se poderia esperar da potencialidade de ambos mercados e manifestou o propósito de buscar um maior equilíbrio da balança comercial, dentro de um contexto dinâmico, e num nível mais elevado e mais compatível com as aspirações dos dois países.

O Problema do Café

A Delegação brasileira manifestou sua grave preocupação com respeito à tarifa, recentemente imposta pelo Governo espanhol, sobre o café arábico não-lavado, em razão de seu aspecto discriminatório e das implicações que poderá ter no comércio internacional do café. Comunicou ainda as providências já tomadas nos foros multilaterais competentes, quais sejam o GATT e a OIC. A Delegação espanhola, sublinhando não considerar a medida discriminatória, tomou nota dos recursos brasileiros aos organismos mencionados.

Setores Siderúrgicos e Cooperação em Terceiros Países

A Delegação espanhola reiterou seu interesse na venda de equipamentos ao Brasil para os planos de expansão siderúrgica, garantindo, para tal fim, as necessárias linhas de crédito. Assinalou serem mais promissoras as perspectivas de continuidade do intercâmbio de produtos siderúrgicos, especialmente perfis, se eliminado pelo Brasil o depósito compulsório em suas importações, assunto cujo estudo está sendo finalizado pelo Governo brasileiro.

Ambas as Delegações confirmaram seu interesse em juntar esforços para assegurar-se o abastecimento de carvão siderúrgico proveniente de terceiros países, colaborando na execução de planos de exploração mineira e de transporte, por ferrovia ou outras modalidades. Para isso, se comprometeram a trocar informações sobre a colaboração mútua em um terceiro país, que lhes permita apresentar propostas de desenvolvimento mineiro, para assegurar este abastecimento.

Registrou, ainda, a proximidade da conclusão da análise, pela SUNAMAM, dos estudos de viabilidade econômica para a compra de um navio de 8.000 m³, destinado ao transporte de gás liquefeito de petróleo. A Delegação espanhola manifestou seu contentamento pela expectativa de uma decisão favorável do assunto, já tratado na II Reunião da Comissão Mista.

A Delegação espanhola informou da possibilidade de que a Construnaves faça uma oferta à Companhia Brasileira de Dragagem para fornecimento de duas dragas cortadoras de 30 polegadas, para as quais será outorgado o financiamento mais adequado. A Delegação brasileira tomou conhecimento dessa informação e mostrou interesse em examinar a oferta, quando apresentada.

Com relação aos LPG de 6.000 m³ para a PETROBRÁS, a Comissão Mista considerou muito positiva que a AESA e a empresa brasileira mantenham negociações para examinar os termos técnico-financeiros da oferta espanhola.

Setor Portuário

Informou a Delegação brasileira constar, do Programa de Transportes Alternativos para Poupou Energia, a implantação futura de terminais Portuários, especializados em movimentação de carvão, nos portos de Rio Grande, Imbituba, Santos, Sepetiba, Tubarão/Praia Mole e Cabedelo. Informou, ainda, que, uma vez concluídos os estudos para a definição desses empreendimentos, os mesmos estarão disponíveis para as empresas espanholas. A Delegação espanhola, por seu turno, manifestou desejo de uma cooperação bilateral no referido programa, o que foi acolhido com interesse pela Delegação brasileira.

A Delegação brasileira informou que, sempre que nos projetos de implantação e melhoramentos portuários houver necessidade de equipamentos a serem fabricados fora do Brasil, os estudos pertinentes estariam disponíveis para as empresas espanholas. A Delegação espanhola voltou a mostrar o interesse que a indústria espanhola tem em participar em tais projetos.

Setor Pesqueiro

A Comissão Mista procedeu a um intercâmbio de informações e pontos de vista sobre o quadro institucional, os dispositivos legais e os aspectos econômicos do setor e programas de desenvolvimento pesqueiro, nos dois países.

A Delegação espanhola, dada a experiência de seu país nesse setor, ofereceu a colaboração que for de interesse para o desenvolvimento da pesca no Brasil.

Setor Agropecuário

A Delegação espanhola expressou sua preocupação pela redução da exportação de alhos para o Brasil, em termos tanto absoluto quanto relativos, visto que, nos dois últimos anos, o volume global das importações brasileiras do produto não diminuiu. Por esse motivo, a Delegação espanhola solicitou às autoridades brasileiras que a cota de importação de alho originário da Espanha, isenta do recolhimento prévio restituível e com alíquota reduzida, seja aumentada até 12 mil toneladas em 1979 e nos anos subseqüentes.

A Delegação espanhola, conhecedora do interesse do Brasil para desenvolver ao máximo suas jazidas de carvão siderúrgico, manifestou interesse em participar com tecnologia e equipamento, além de formação de pessoal. Com vistas à elaboração das correspondentes propostas, a Delegação espanhola solicitou as informações necessárias.

A Delegação brasileira concordou em facilitar o solicitado no menor prazo possível.

Setor Ferroviário

A Comissão Mista tomou conhecimento, com satisfação, do Protocolo de Intenção para Cooperação Industrial entre a Empresa Brasileira **EMAQ — Engenharia e Máquinas S.A.** e a Empresa Espanhola **CAF — Construcciones y Auxiliares de Ferrocarriles S.A.**, que figura como Anexo II à presente Ata. As competentes autoridades brasileiras se propõem a acelerar os trâmites administrativos necessários à instrumentação dos contratos que vierem a ser firmados em decorrência desse Protocolo.

A Delegação brasileira informou que o Plano Ferroviário Federal prevê a aquisição de 367 locomotivas diesel-elétricas nos próximos quatro anos.

A Comissão Mista manifestou sua satisfação pelo desenvolvimento dos contratos firmados para a aquisição de 110 locomotivas e componentes espanhóis destinados à Rede Ferroviária Federal S.A., em valor superior a 100 milhões de dólares. Esses equipamentos serão entregues nos próximos dois anos e seu fornecimento foi acordado na II Reunião da Comissão Mista.

A Delegação brasileira informou à Delegação espanhola do interesse da Rede Ferroviária Federal em conhecer condições de oferta de sistemas de fixação elástica de trilhos.

A Comissão Mista expressou, igualmente, satisfação pelas excelentes relações entre a **CVRD — Companhia Vale do Rio Doce** e a **MACOSA — Materiales y Construcciones S.A.**, decorrentes do contrato de aquisição de locomotivas espanholas pela CVRD, assunto também tratado na II Reunião da Comissão Mista, esperando que tais relações continuem e se ampliem no futuro.

A Comissão Mista manifestou interesse em que as relações econômicas hispano-brasileiras, no que tange a transportes ferroviários, continuem se desenvolvendo de modo satisfatório, como no passado, para os novos programas de desenvolvimento no setor.

Setor Naval

A Comissão Mista registrou, com agrado, os entendimentos entre a empresa Transroll e outros armadores brasileiros e a entidade espanhola Construnaves para aquisição de navios **Roll-on-roll-off**. A **SUNAMAM — Superintendência Nacional de Marinha Mercante**, dará prioridade à análise dos estudos de viabilidade que vierem a ser apresentados a esse respeito. Se aprovados tais estudos, as negociações com a Construnaves serão prioritárias, à luz dos bons antecedentes.

A Delegação brasileira compreendeu as preocupações manifestadas pela Delegação espanhola e se comprometeu a examinar o assunto, da forma mais favorável, resguardados os objetivos da política de auto-suficiência na produção brasileira, estabelecidos pelo Plano Nacional do Alho.

A Delegação espanhola reiterou seu interesse em que as autoridades brasileiras concedam isenção do recolhimento prévio restituível para fornecimento, pela Espanha, de duas mil toneladas de frutas frescas, principalmente peras e uvas, até fins de 1979. Solicitou também que essa isenção seja ampliada para quatro mil toneladas anuais, a partir de 1980.

A Delegação brasileira, após informar sobre o processo gradual de extinção do recolhimento

prévio restituível, tomou nota da solicitação espanhola, a fim de encaminhá-la às autoridades competentes.

A Delegação brasileira manifestou seu particular interesse em que a Espanha reinicie, no prazo mais breve possível, as importações de carnes suínas resfriadas e congeladas, de origem brasileira, dada a importância do mercado espanhol para o setor suinocultor nacional.

A Delegação espanhola tomou nota do interesse brasileiro e se comprometeu a transmiti-lo aos órgãos espanhóis competentes.

A Delegação brasileira, no intuito de dinamizar o intercâmbio bilateral, ressaltou as possibilidades de suprimento, pela Espanha, de uma parte maior da demanda de importação de fertilizantes, em particular de ácido ortofosfórico, uréia, sulfato de amônia, sulfonitrato de amônia, superfosfatos e cloreto de potássio.

A Delegação espanhola reiterou a importância de que se reveste o mercado brasileiro para as exportações de fertilizantes de seu país.

A Delegação brasileira deixou também consignado seu interesse no aumento das exportações para o mercado espanhol, além dos itens tradicionais, dos seguintes produtos: amendoim em grãos (HPS), fumo em bruto, óleos vegetais comestíveis, cordoalha de sisal e licor de cacau.

A Delegação espanhola tomou nota do interesse manifestado pela Delegação brasileira.

Setor Agroindustrial

A Delegação brasileira manifestou interesse na participação dos setores público e privado da Espanha, em associação com grupos congêneres brasileiros, na produção, controle de qualidade, tecnologia, **marketing** e exportação de vinhos, bem como na engenharia de processo, produto e produção de equipamentos destinados à agroindústria de pequeno e médio portes.

A Delegação espanhola considerou de seu interesse a manifestação brasileira e se comprometeu a transmiti-la aos órgãos públicos e empresas privadas espanholas.

Setor Financeiro

A Comissão Mista registrou, com grande prazer, a conclusão favorável dos entendimentos entre as autoridades de ambos os países, com vistas à criação de agências do Banco do Brasil S.A. na Espanha e da instalação de agências de bancos espanhóis no Brasil.

Dentro do clima de intensificação das relações financeiro-industriais entre o Brasil e a Espanha, e recolhendo sugestões formuladas durante a viagem do Presidente do Governo espanhol ao Brasil, no mês de agosto último, a Comissão Mista expressou sua satisfação ante o interesse demonstrado por um banco industrial espanhol na instalação de um banco de investimento, no Brasil.

Setor Energético

A Comissão Mista reconheceu a conveniência de que prossigam os entendimentos já iniciados entre a SERCOBE e a CESP ou outras empresas, com vistas à participação espanhola no fornecimento de equipamentos para usinas hidrelétricas e à eventual identificação de um projeto específico, previsto pela CESP, em relação ao qual a SERCOBE venha a apresentar uma proposta concreta.

A Comissão Mista concordou em examinar a possibilidade da constituição de empresas mistas de mineração com o objetivo de assegurar o fornecimento de produtos minerais de interesse para os dois países. Com tal propósito, foi acordado que os Ministérios de Minas e Energia do Brasil e de Indústria e Energia da Espanha, através de seus órgãos competentes, estabeleçam os contatos necessários para identificar, tanto os tipos de minério, como as modalidades de associação.

A Delegação espanhola, conhecedora dos planos brasileiros de expansão de sua indústria extrativa de carvão, manifestou interesse em colaborar com sua experiência no campo da prospecção, pesquisa e desenvolvimento desta substância mineral. A Delegação brasileira acolheu favoravelmente esta petição e, em consequência, facilitará à Delegação espanhola a informação necessária, para que possam ser apresentadas propostas concretas de cooperação.

A Comissão Mista concordou em que devem ser efetuadas conversações entre a empresa espanhola **Dragados y Construcciones** e a PETROBRÁS para estudos da possibilidade de fornecimento, pela Espanha, de plataformas fixas para exploração de petróleo, cuja aquisição esteja prevista pela PETROBRÁS.

A Comissão Mista viu com interesse os contatos que possam ser realizados entre empresas brasileiras e espanholas para o desenvolvimento da indústria de equipamentos para prospecção, exploração e produção de petróleo.

II. subcomissão cultural

De acordo com o Artigo VII do Convênio Cultural de 25 de julho de 1960, reuniram-se conjuntamente as Delegações espanhola e brasileira, em Brasília, de 19 a 21 de setembro de 1979.

Foram examinados os temas enunciados no Projeto de Agenda apresentado pela Delegação brasileira, aos quais foram acrescentados, por sugestão da Delegação espanhola, os pontos referentes a Atividades Artísticas e Atividades Sócio-Culturais. Foi transferido do Projeto de Agenda da Subcomissão de Cooperação Técnica para a desta Subcomissão o tema relativo à restauração Artística e Conservação de Monumentos. A Comissão Mista concordou no que segue:

Convênio Cultural

A Comissão Mista concordou em que o Convênio Cultural entre o Governo da Espanha e a República Federativa do Brasil, de 25 de junho de 1960, atualmente em vigor, poderá ser substituído por um novo acordo que melhor atenda às necessidades atuais, incluindo campos não contemplados no existente.

Com esse propósito, e com a maior brevidade possível, as autoridades brasileiras enviarão um Projeto de Convênio a ser examinado pelas autoridades espanholas, que poderá formular as observações oportunas, com base nas quais se procederá à negociação de novo convênio, caso possível durante o primeiro trimestre de 1980.

Reconhecimento de Estudos e Títulos

Ambas as Delegações fizeram exposição pormenorizada sobre os respectivos sistemas de estu-

dos e propuseram a constituição de uma Comissão de Especialistas destinada a analisar o tema da revalidação de títulos, diplomas e de estudos parciais e completos nos diferentes níveis. Com esse objetivo, será efetuado, com antecedência, o intercâmbio por via diplomática de documentação e informação a mais pormenorizada possível sobre os respectivos sistemas educacionais e a legislação pertinente atualizada.

O intercâmbio será realizado com a maior brevidade possível.

A reunião da Comissão de Especialistas será realizada tão logo haja sido estudada a documentação por ambas as Partes. A propósito, a Delegação espanhola comunicou que não poderia ser realizada antes da promulgação da nova Lei espanhola de reforma universitária, esperada para o mês de janeiro de 1980, ao mais tardar.

O local e data da mencionada Reunião serão fixados oportunamente, por via diplomática, tendo sido Madrid o local proposto pela Delegação espanhola.

Bolsas e Estágios de Curta Duração

A Delegação espanhola comunicou a existência de:

- a) Bolsas especiais do Centro Ibero-americano de cooperação para cursos de língua e literatura espanhola.
- b) Bolsas gerais para cursos universitários completos, em nível de pós-graduação, com a oferta anual de vagas a estudantes brasileiros. Em cada curso acadêmico serão determinadas as matérias prioritárias e o número de bolsas oferecidas.
- c) Auxílio para a realização de cursos de curta duração, em casos especiais.
- d) Bolsas para professores brasileiros de espanhol.
- e) Programa Especial para Ibero-americanos, do Ministério da Educação, que consiste em facilitar o intercâmbio de especialistas.

Ademais, foi informado que os estudantes brasileiros em Madri dispõem, para seu alojamento, não só da Casa do Brasil, mas também **Colégio Mayor Nuestra Señora de Guadalupe**.

A Delegação brasileira manifestou grande satisfação com o oferecimento de novas bolsas para estudantes brasileiros e pela continuação do programa de bolsas para professores brasileiros de língua espanhola. Assegurou, ademais, que se empenharia em intensificar, na medida de suas possibilidades, a oferta de bolsas a estudantes espanhóis.

Comunicou, igualmente, a possibilidade de concessão de alojamento e custeio das despesas decorrentes dos cursos mencionados no item e.

Expressou ainda o desejo de receber, por intermédio da Embaixada da Espanha, listas de cursos de especialização para os quais poderiam ser concedidas bolsas, assim como listas de interesses da Espanha no Brasil, nessa matéria.

As duas Delegações manifestaram comum desejo e interesse na intensificação de auxílio para estágios de curta duração.

Intercâmbio de Professores e Informações

A Comissão Mista recomendou o estabelecimento de um Programa de Intercâmbio de Professores, de nível universitário, e de Informação entre as Universidades do Brasil e da Espanha. Como medida inicial, ficou estabelecido um intercâmbio de professores, em áreas a serem determinadas e condições financeiras estipuladas para cada caso. A Delegação brasileira expressou o desejo de conhecer os métodos de ensino de língua e cultura para estrangeiros, adotados no Centro Iberoamericano de Cooperação e outras entidades, assim como a possibilidade de enviar um grupo de professores para a aprendizagem de sua técnica.

A Delegação espanhola manifestou a disposição de organizar um curso dessa natureza para os professores brasileiros.

Para a preparação desse curso, a Delegação espanhola estimaria receber, com a maior urgência, questionário pelo qual a Delegação brasileira

indicaria os aspectos técnicos de maior interesse no ensino da língua e cultura espanhola.

Concordou-se, ainda, em se conceder todas as facilidades possíveis aos contatos entre as universidades dos dois países, com vistas a eventual cooperação interuniversitária, em modalidades a serem decididas.

Com referência ao intercâmbio de informações, que incluiria livros, teses e publicações, a Comissão Mista determinou sua incrementação, com ampla concessão de facilidades para que possa ser concretizada.

Leitorados

A Comissão Mista recomendou o incremento dos leitorados, ficando asseguradas amplas facilidades para sua criação e funcionamento.

Livros e Co-Edições

A Delegação brasileira informou sobre as atividades do Instituto Nacional do Livro brasileiro e a remessa regular de publicações à Biblioteca Nacional de Madrid, tendo a Delegação espanhola acolhido tal remessa com satisfação.

Da mesma forma, a Parte brasileira expressou sua satisfação com a remessa de três mil livros enviados pelo Instituto Nacional do Livro espanhol, que serão distribuídos pela Embaixada da Espanha, em diversos lotes, após a exposição na Universidade de Brasília.

A Delegação espanhola informou sobre o crescente interesse pela literatura brasileira na Espanha e o constante aumento de traduções para o espanhol de obras brasileiras.

A Comissão Mista se esforçará em estimular as co-edições de livros.

Televisão Educativa e Cultural

Ambas as Delegações manifestaram a intenção de intensificar o intercâmbio de programas e estudarão a possibilidade de realizar co-produções de programas educativos.

Cinema

A Comissão Mista considerou a conveniência da revisão do Convênio Cinematográfico de 1963 e estimou que, antes de proceder à mesma, seria oportuno incrementar as atividades de co-produção cinematográfica.

A Comissão Mista manifestou interesse na possibilidade de intercâmbio de películas entre as cinematecas dos dois países e na celebração de Semanas Cinematográficas.

A Delegação espanhola informou sobre sua participação no próximo "Festival Internacional de Cinema", em São Paulo, com o envio de três filmes.

Por sua vez, convidou a Delegação brasileira a participar do Festival Ibero-americano de Cinema de Muelva, a ser realizado de 3 a 9 de dezembro do ano em curso.

Atividades Artísticas

A Delegação espanhola informou sobre a participação da Espanha na próxima Bienal de São Paulo.

A Comissão Mista acertou intensificar o intercâmbio no campo das artes plásticas, música, teatro e outras atividades artísticas.

A Delegação espanhola reiterou o interesse, já manifestado por ocasião da I Reunião da Comissão Mista, em 1973, na possibilidade de realizar a exposição Portinari (temas do Quixote acompanhados de poemas de Carlos Drummond de Andrade). Também veria com interesse a celebração de uma exposição de monografias sobre Brasília e de outra com monografias e documentação sobre as Bienais de São Paulo e sua repercussão na arte contemporânea.

A Delegação brasileira acolheu com grande satisfação as propostas espanholas e procurará tomar as medidas necessárias para a concretização dos referidos projetos.

A Comissão Mista considerou conveniente o intercâmbio de especialistas em matéria de atividades teatrais.

Atividades Sócio-culturais

A Delegação espanhola apresentou o tema do intercâmbio de jovens, com vistas a fixar, inicialmente, a visita de dois especialistas, com o objetivo de conhecer a realidade dos jovens e estabelecer o programa de intercâmbio.

No que diz respeito ao desenvolvimento comunitário, a Comissão Mista demonstrou grande interesse pela animação sócio-cultural, nas cidades e no campo, e concordaram quanto à conveniência do envio de especialistas dos dois países para o intercâmbio de experiência e documentação.

Restauração Artística e Conservação de Monumentos

A Comissão Mista concordou fosse dado início a um programa de cooperação no campo da restauração artística e conservação de monumentos, com o envio, pela Parte espanhola, de um ou dois especialistas, com a maior brevidade possível, para ministrar a brasileiros cursos de formação na matéria. Todas as despesas de permanência dos especialistas espanhóis no Brasil seriam custeadas pelo Governo brasileiro.

III. subcomissão de cooperação científica e técnica

A Comissão Mista aprovou a agenda de trabalho da Subcomissão de Cooperação Científica e Técnica, decidindo ainda acrescentar ao temário aprovado os seguintes itens: acordo entre o SNAP — Secretaria Nacional de Produção Agropecuária e o IRYDA — **Instituto Nacional de Reforma y Desarrollo Agrario e Previdencia Social**. As Delegações concordaram ainda em transferir para o âmbito da Subcomissão de Cooperação Cultural o subitem: "Exame das possibilidades de Cooperação em matéria de restauração artística e de monumentos".

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA

Os representantes do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e do CSIC — **Consejo Superior de Investigaciones Científicas** da Espanha redigiram um texto de Ajuste Complementar ao Convênio Básico

de Cooperação Técnica e ao Acordo Cultural entre os dois países, o qual contempla a Cooperação Científica e Tecnológica entre as citadas instituições.

A Comissão Mista decidiu incluir o referido texto como anexo à presente Ata (Anexo n.º III).

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo DNOCS-IRYDA

A Delegação espanhola afirmou que o anteprojeto de Acordo DNOCS — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — IRYDA é na realidade um novo texto que recolhe a experiência adquirida, busca assegurar a continuidade da cooperação que vem sendo prestada pelo IRYDA ao DNOCS e confere um nível tecnológico mais elevado àquela Cooperação.

Ambas as delegações expressaram interesse de que o novo acordo seja concluído com a brevidade possível, a fim de que não se produza solução de continuidade na cooperação entre o IRYDA e o DNOCS.

A Delegação brasileira informou que o projeto está em fase final de aprovação e que a decisão será comunicada ao Governo espanhol por via diplomática.

A Comissão Mista recomendou a conveniência de que o novo Acordo possa ser celebrado no mais breve prazo possível, uma vez que o Acordo atualmente em vigor expira no dia 23 de outubro de 1979.

Acordos SUDENE-IRYDA e CODEVASF-IRYDA

A Delegação brasileira reiterou o interesse na cooperação espanhola a ser prestada pelo IRYDA à CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, esclarecendo que fatores de ordem administrativa dificultaram o exame do projeto correspondente pelos organismos competentes brasileiros. Espera-se chegar a uma definição sobre o mencionado projeto com a brevidade possível.

Quanto ao projeto SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — IRYDA, já

negociado em nível técnico pelas duas instituições, a Delegação brasileira esclareceu que se encontra em fase preliminar de exame pelas autoridades competentes.

Cooperação SNAP-IRYDA

A Delegação brasileira mencionou a intenção do SNAP de receber cooperação do IRYDA no campo do desenvolvimento de sistemas de irrigação e drenagem.

A Delegação espanhola acolheu com interesse essa manifestação, tendo ambas as Delegações expressado a intenção de formalizar a cooperação mencionada.

Os termos de referência de uma possível cooperação SNAP-IRYDA serão comunicados ao Governo espanhol por via diplomática.

EMBRAPA e EMBRATER

A Delegação brasileira expressou a intenção de que a EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias receba cooperação espanhola na área da pesquisa Agropecuária e propôs a ida de missão exploratória daquela empresa à Espanha. Essa missão teria por objetivo verificar a possibilidade de se estabelecer cooperação naquela área com a entidade técnica espanhola competente; caso venha a se concretizar, essa cooperação poderia ser formalizada através da assinatura de Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Ao informar que seria o INIA — Instituto Nacional de Investigaciones Agrarias a entidade espanhola competente para prestar à EMBRAPA a cooperação solicitada, a Delegação espanhola manifestou a disposição de acolher a missão em datas a serem oportunamente estabelecidas pelas autoridades competentes e expressou interesse na negociação do Ajuste.

Sobre esse assunto, ambas as Delegações concordaram em que a cooperação com a EMBRAPA deveria ser mutuamente benéfica tendo em vista o nível tecnológico atingido pelas pesquisas desenvolvidas pela empresa brasileira.

A Delegação brasileira informou que outras instituições brasileiras, como o ITAL — Instituto Tec-

nológico de Alimentos, poderiam estabelecer vínculos de cooperação com entidades espanholas equivalentes, o que foi favoravelmente acolhido pela Delegação espanhola.

A Delegação espanhola ofereceu a possibilidade de colaborar com a EMBRATER através do organismo espanhol correspondente, que é o SEA — **Servicio de Extensión Agraria.**

Laboratório Nacional de Referência Animal

A Delegação brasileira agradeceu a cooperação que já vem sendo prestada pela Espanha na área do controle da peste suína africana e manifestou o desejo de receber cooperação espanhola para a implantação do Laboratório Nacional de Referência Animal. Essa cooperação se concentraria no controle da doença infecciosa animal mencionada e tomaria a forma de estágios técnicos de curta duração (três meses) de peritos brasileiros na Espanha.

Ambas as delegações concordaram em examinar o intercâmbio de técnicos com vistas à análise do estabelecimento de zonas livres de peste suína africana, seja através do envio de técnicos brasileiros à Espanha para o estudo desse problema, seja mediante a vinda ao Brasil de técnicos espanhóis com a mesma finalidade.

A Delegação espanhola tomou nota do pedido e prometeu examinar o projeto a ser apresentado sobre o assunto pelo Governo Brasileiro.

Formação Profissional

A Delegação brasileira reiterou o interesse de implementação dos anteprojetos na área de pesca aprovados pela I Reunião da Comissão Mista (1974) e formulou pedido de cooperação técnica na área da formação profissional em favor do SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e do SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Como resultado das conversações mantidas em maio de 1979, por ocasião da visita ao Brasil de uma Delegação espanhola, e em atendimento aos pedidos formulados pela SUDEPE — Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, SENAC e SENAI, a Delegação espanhola elaborou um Projeto de Acordo Complementar que prevê quatro

programas de cooperação técnica com as instituições brasileiras mencionadas e o Ministério do Trabalho do Brasil.

A Delegação espanhola deu explicação sobre o referido Projeto de Ajuste Complementar que prevê o envio ao Brasil de 19 (dezenove) peritos espanhóis que permanecerão no País por um período de tempo global totalizando duzentos e trinta e três homens-mês distribuídos no período 1980-1982. O texto inclui também a concessão de trinta e oito (38) bolsas para o aperfeiçoamento na Espanha dos peritos brasileiros de contrapartida aos técnicos espanhóis, bem como de 45 (quarenta e cinco) bolsas para o aperfeiçoamento técnico e metodológico de instrutores do SENAI.

A Delegação espanhola ressaltou que o Ministério do Trabalho da Espanha, executor da cooperação em causa, pode manter apenas um Ajuste com cada País, embora esse Ajuste possa incluir vários programas que se desenvolvam de maneira independente e com grande flexibilidade, permitindo uma adaptação permanente às necessidades de cada momento. A Delegação espanhola informou que essa cooperação não prevê contrapartida das instituições brasileiras interessadas.

A Delegação espanhola observou ainda que a cooperação prevista poderia iniciar-se em 1980, desde que ambas as Delegações consigam acelerar os trâmites de aprovação do Ajuste de maneira que ele possa ser submetido ao Conselho de Ministros da Espanha até o final do corrente ano. Em caso contrário, o Ajuste não poderá entrar em vigor antes de 1981.

Com respeito ao texto do Projeto de Ajuste Complementar proposto pela Parte espanhola, a Delegação brasileira informou que o mesmo será examinado pelo Governo brasileiro, devendo uma resposta sobre o assunto ser dada por via diplomática.

A Delegação espanhola entregou à Delegação brasileiro o texto do Projeto de Ajuste Complementar e o protocolo anexo para sua tramitação.

As Delegações concordaram em incluir como anexo à presente Ata o referido texto do Projeto de Acordo Complementar e seu Protocolo (Anexo IV).

Cooperação em Recursos Minerais

A Comissão Mista concordou em ampliar a cooperação na área de recursos minerais entre os dois países, tendo sido tomada nota do desejo conjunto de levar a efeito esta cooperação.

A Comissão Mista tomou nota dos contatos oficiais estabelecidos desde 1977 sobre o assunto e das conversações informais mantidas entre membros das duas Delegações por ocasião da realização do presente encontro.

A Comissão Mista tomou conhecimento de que, a nível técnico, foi elaborado anteprojeto de convênio, de natureza ampla, no campo da cooperação na área de recursos minerais, tendo decidido incluí-lo como Anexo à presente Ata (Anexo V).

A Delegação brasileira informou que manifestará sua opinião sobre o referido texto pela via diplomática, no mais breve prazo possível, com vistas a se obter uma cooperação ágil e eficaz entre os dois países nos setores de Minas e Geologia.

Cooperação em Matéria de Administração de Saúde Previdenciária e Hospitalar

A Delegação brasileira expressou o interesse em cooperar com a Espanha mediante intercâmbio de informações e a preparação de especialistas em matéria de Administração de Saúde Previden-

ciária e Hospitalar com vistas à transmissão recíproca das experiências dos dois países no assunto.

A Delegação espanhola acolheu com interesse o desejo da Parte brasileira e informou que irá transmiti-lo às autoridades espanholas competentes.

A Comissão Mista concordou em que esta matéria poderá ensejar, no futuro, cooperação mais intensa entre o Brasil e a Espanha.

Previdência Social

As delegações trocaram informações amplas sobre os contactos mantidos recentemente por representantes dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e das Relações Exteriores do Brasil com representantes da Embaixada da Espanha com respeito à próxima assinatura do Protocolo Adicional do Convênio de Previdência Social hispano-brasileiro de 25 de abril de 1969.

A Parte espanhola informou sobre o seu desejo de realizar no futuro uma troca de notas sobre assistência médica.

A presente Ata Final foi assinada em Brasília, em dois exemplares igualmente autênticos, nas línguas portuguesa e espanhola, aos 21 dias do mês de setembro de 1979.

chanceler brasileiro abre a xxxiv sessão da assembléia-geral da onu

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, ao abrir o debate geral da XXXIV Sessão da Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 24 de setembro de 1979.

Senhor Presidente,

Ao abrir o debate geral, tenho a honra e o sincero prazer de apresentar a Vossa Excelência as primeiras expressões de congratulações por sua eleição para o cargo de Presidente da Trigésima-quarta Sessão da Assembléia-Geral. Vossa Excelência conta com o apoio da comunidade internacional aqui representada graças ao apreço que temos por seu país e por suas próprias qualificações pessoais, que conhecemos e admiramos.

A incessante dedicação de Vossa Excelência aos princípios da soberania e autodeterminação e a notável contribuição que prestou aos esforços pela paz e independência distinguiram sua atuação, nos últimos anos, como Presidente do Comitê Especial sobre a aplicação da Declaração relativa à concessão da independência aos países e povos coloniais.

Vossa Excelência bem conhece os significativos vínculos que existem entre as nações africanas e o Brasil. Beneficiários de uma mesma herança em muitos campos e parceiros de aspirações básicas, temos buscado expandir nossos laços, de modo a formar uma rede de cooperação mútua, que já abrange ampla gama de atividades. É com

particular agrado que me refiro, nesse contexto, à iminente instalação da Embaixada do Brasil em Dar-Es-Salaam. Estabelece-se, assim, um canal diplomático direto com uma das mais importantes capitais da África.

Antes de prosseguir, desejo expressar, Senhor Presidente, o prazer do meu Governo com o modo extremamente capaz e produtivo, pelo qual o Doutor Indalecio Liévano Aguirre — um ilustre sul-americano e representante da Colômbia, país com que o Brasil mantém fraternal amizade —, conduziu os trabalhos da XXXIII Sessão.

Por muitos anos e de variadas maneiras, Senhor Presidente, tenho estado associado com o labor e o desenvolvimento desta Organização e pude testemunhar sua transformação num foro verdadeiramente universal. É, portanto, com satisfação que acolho um novo Estado-Membro — um país da América Latina — Santa Lúcia, cujos representantes desejo saudar, na expectativa de que cooperaremos, de modo frutífero, nesta Organização.

Senhor Presidente,

Ao assumir o Governo em 15 de março último, o Presidente João Figueiredo reafirmou que a po-

lítica externa do Brasil busca realizar os nobres ideais da paz, justiça e cooperação internacional para o desenvolvimento. Nos próximos anos, perseveraremos no desbravamento de novos caminhos para o entendimento e a cooperação com nações de todos os quadrantes do mundo. Nessa tarefa, faremos uso da tradicional capacidade brasileira de diálogo amistoso e do nosso sentido de dignidade nacional.

Ao olharmos para o futuro, parece-me apropriado reafirmar o compromisso do Brasil com os princípios da independência nacional, igualdade soberana dos Estados, autodeterminação dos povos, e não-interferência nos assuntos internos e externos dos Estados, assim como nosso apoio à solução pacífica das controvérsias internacionais, como determina a Carta das Nações Unidas. O Brasil continuará a trabalhar pelo fortalecimento das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais, na cooperação para o desenvolvimento e na promoção do respeito aos direitos da pessoa humana e às liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Senhor Presidente,

Para o Governo brasileiro, é motivo de satisfação que as relações com os nossos vizinhos imediatos — as nações irmãs da América Latina — estejam cada vez mais permeadas por tendências positivas. Sopram ventos de mudança na América Latina. Os países da região estão conscientes da necessidade de dar novas dimensões a seus laços históricos, através da intensificação de suas consultas políticas, do estabelecimento de novos e dinâmicos laços culturais e do aumento substancial de suas relações econômicas e comerciais. Embora conservando seus traços e peculiaridades, os países da América Latina se aproximam cada vez mais. Com a expansão do campo de entendimentos, será necessário acordar novas formas de ação conjunta. Por sua parte, o Brasil está pronto a cooperar e é nosso interesse que a paz e o descontraimento prevaleçam em nossa região e que os países da América Latina possam enfrentar, ombro a ombro, a luta comum pelo desenvolvimento. Com esse objetivo desejamos trabalhar com outras nações de todas as partes da América Latina.

Com os seus vizinhos de Leste, — as nações da África — o Brasil se sente especialmente ligado.

Os vínculos que pudemos desenvolver através dos anos refletem não apenas a proximidade geográfica, mas também as profundas afinidades entre os nossos povos. Juntos, identificamos nosso interesse pela criação de novos padrões de cooperação econômica e técnica pelo estabelecimento de novos fluxos de bens e serviços. Juntos buscamos soluções comuns, em nossos esforços para superar os desafios do desenvolvimento e da independência, numa base de confiança e respeito mútuo.

Fomos particularmente sensíveis ao profundo sofrimento do povo de Angola com o inesperado desaparecimento do Presidente Agostinho Neto, há duas semanas. Para seu povo, Agostinho Neto foi o guia na luta pela independência e pela construção nacional e um líder africano cujas qualidades pessoais grangearam respeito e alto apreço. Em meu país ele era visto também como um dos poetas contemporâneos mais significativos de nossa língua comum. Sua morte ocorreu antes que pudesse ser alcançado o objetivo de uma África inteiramente livre da dominação político-econômica e da injustiça racial. Mas, como ele mesmo diria, a luta continua, pela autodeterminação e pela independência do Zimbábue e da Namíbia e pela eliminação do apartheidismo.

Com as nações do Oriente Médio, o Brasil forjou firmes laços de amizade, entendimento e cooperação. Encaramos com crescente preocupação os problemas que afligem aquela parte do mundo. Durante o último ano, muito evoluiu a situação do Oriente Médio. Seria, porém excessivamente otimista afirmar que as perspectivas de paz — de uma paz justa, duradoura e abrangente — são hoje, de alguma forma, melhores do que um ano atrás.

Apesar disso, alguns Estados ainda relutam em aceitar as mudanças que devem ser realizadas para que uma verdadeira paz possa ser alcançada. Alguns insistem em fechar os olhos ao fato básico de que não haverá paz na área até que todos os territórios tomados pela força sejam desocupados e até que os direitos do povo palestino — seus inegáveis direitos à autodeterminação, independência e soberania na Palestina, de acordo com a Carta das Nações Unidas — sejam devidamente reconhecidos e implementados. Não se pode prever, igualmente, êxito real em

negociações de paz sem a participação da Organização da Libertação da Palestina, que é um dos atores relevantes do quadro político da região.

Acreditamos que todos os Estados da região têm direito de existir dentro de fronteiras reconhecidas. Esse direito implica, na verdade, o reconhecimento do direito de viver em paz de todos os povos da região, inclusive os que, sem lar, mais têm sofrido. Não mais se podem tolerar delongas na adoção de medidas efetivas, com vistas a um futuro de bom entendimento, paz e justiça no Oriente Médio. É esperança do Governo brasileiro que a presente sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas possa criar condições diplomáticas para que surja uma nova situação política, em benefício de todos.

Senhor Presidente,

A economia mundial prepara-se para ingressar na década dos 80 em condições marcada por incertezas generalizadas. Depois de mais de vinte anos de intensas negociações para a reformulação das relações entre o Norte Industrializado e o Sul em desenvolvimento, os resultados alcançados não foram além do reconhecimento teórico das situações de desequilíbrio e da necessidade de revê-las.

É inegável que as medidas práticas para a correção dos fatores de desequilíbrio econômico se limitaram, essencialmente, à convocação de conferências internacionais, ou à criação de organismos multilaterais mais voltados para o debate dos problemas do que para sua negociação e solução.

A institucionalização da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, a UNCTAD, e os desdobramentos de seus trabalhos ao longo de cinco reuniões de alto nível; o estabelecimento da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial; a adição ao texto do Acordo de Tarifas e Comércio, o GATT, de um capítulo sobre os problemas de comércio das nações menos desenvolvidas; numerosas sessões desta Assembléia-Geral, e dezenas de reuniões e conferências sobre os mais variados temas; o lançamento de duas "Décadas do Desenvolvimento", a chamada Conferência Norte-Sul de Paris; todo este imenso esforço não chegou a modificar o

panorama de injustiça e assimetria que caracteriza tão profundamente o relacionamento Norte-Sul.

A notável prosperidade da economia ocidental no pós-guerra se vê hoje ameaçada por numerosas dificuldades. Mudou a própria essência do problema econômico vivido pelas grandes nações desenvolvidas: se antes, na fase de crescimento acelerado, o problema era o de minimizar os elementos de instabilidade num contexto de expansão sustentada, agora trata-se apenas de evitar que o sistema internacional chegue a pontos intoleráveis de instabilidade.

Neste momento, ocorre uma preocupante desaceleração do comércio internacional: seu volume, que até 1973, cresceu à média de 9%, expande-se agora a menos de 5% ao ano. A contração dos espaços econômicos prenuncia o agravamento das tendências protecionistas, e introduz um inquietante elemento de fricção numa economia cada vez mais interdependente e internacionalizada.

Vão-se estabelecendo no campo comercial, com crescente nitidez, linhas de clivagem entre o Norte, crescentemente integrado, e o Sul, onde países como o Brasil vêm sua participação nas exportações internacionais ficar muito aquém da contribuição por eles oferecida à prosperidade mundial. Essa contribuição se configura não só pela compra de bens e serviços, mas também pela importação, adequadamente remunerada, de insumos tecnológicos e recursos financeiros, sob a forma de investimentos diretos e de capitais de empréstimo.

As próprias dificuldades da conjuntura têm, paradoxalmente, servido de estímulo à integração entre as economias altamente industrializadas. Terminada mais uma ambiciosa rodada de negociações no GATT, verificamos que seus resultados beneficiaram, sobretudo, o comércio de bens sofisticados entre as nações altamente industrializadas. No hemisfério Norte, liberaliza-se o comércio recíproco, e são adotadas soluções construtivas que propiciam o maior entrelaçamento dos respectivos setores industriais, com acrescida cooperação tecnológica e financeira, e redobradas trocas de investimentos diretos.

Aumenta, por outro lado, a aproximação entre o mundo industrializado e as nações que passaram a contar com elevada disponibilidade de recursos financeiros, em decorrência da valorização nos preços do petróleo.

Tais fatos são positivos para a economia mundial e, nesta medida, merecem simpatia e apoio. Do ponto de vista do interesse específico das nações em desenvolvimento como o Brasil, entretanto, o panorama das relações comerciais com o mundo desenvolvido suscita preocupação. O que está ocorrendo não é a demolição das estruturas protecionistas, mas sua evolução para novas formas e modalidades, por vezes mais sutis, mas nunca menos eficazes.

Longe de desfazer-se, o protecionismo muda de face, moderniza-se; atinge com impacto redobrado precisamente as nações que, devido à crônica tendência aos desequilíbrios externos — imposição inevitável de seu esforço de desenvolvimento —, mais necessitam de acesso aos grandes mercados mundiais.

É preciso evitar que as preocupações com aspectos prementes das dificuldades econômicas — como os problemas da inflação no mundo desenvolvido e a questão da elevação nos preços do petróleo — requeiem ao segundo plano a problemática mais ampla, da luta pela superação da estrutura do subdesenvolvimento. A industrialização dos países em desenvolvimento está sendo dificultada no momento em que começa a dar frutos seus esforços, e quando mais podem contribuir à economia internacional também como fornecedores, crescentemente competitivos, de produtos manufaturados. Talvez pior do que o protecionismo às aberturas, consubstanciado em barreiras comerciais contra as vendas desses países, seja a omissão implícita no abandono dos problemas do relacionamento entre o Norte e o Sul, que se evidenciou, por exemplo, quando da recente reunião de cúpula de Tóquio.

Recentemente, o Presidente Figueiredo, em discurso pronunciado por ocasião do lançamento, pelo Governo e empresariado brasileiro, de um redobrado esforço de exportação, afirmou o seguinte:

“A nossos parceiros industrializados, declaramos nossa disposição para o diálogo e o entendimento, e nossa rejeição a qualquer atitude gratuita de confrontação. Desejamos chegar, juntos, a soluções estáveis e construtivas. Por meio delas, contamos afastar o espectro do protecionismo hoje aguçado pelas dificuldades generalizadas. E abrir espaços cada vez mais amplos ao comércio e à cooperação internacional”.

É nesse espírito que nos dirigimos a nossos amigos do mundo desenvolvido. O Brasil favorece a retomada do diálogo Norte-Sul, mediante novo e revigorado esforço de negociação efetiva com vistas a remodelar o relacionamento entre o mundo desenvolvido e as nações em desenvolvimento. Nesse contexto, veremos a que resultados práticos chegará a Assembléia Especial de 1980.

Senhor Presidente,

Confiamos que o mundo em desenvolvimento saberá manter sua solidariedade fundamental perante as nações altamente industrializadas. Mas o mundo em desenvolvimento não pode ter sua unidade calcada exclusivamente na coincidência de interesses em face das nações desenvolvidas. Essa unidade precisa expressar um sentido efetivo de entendimento e cooperação. Para ser autêntica, a solidariedade do mundo em desenvolvimento deve estender-se crescentemente à ação concreta. Refiro-me aqui especialmente a atual crise energética. Devem ser estabelecidas novas formas de cooperação comercial entre os países em desenvolvimento. Devem aumentar, em bases de mutualidades, os fluxos econômicos e financeiros diretos entre países em desenvolvimento, a fim de que não se introduzam, em caráter duradouro, situações de agudo desequilíbrio no Terceiro Mundo. Com esse fim, devem urgentemente os países em desenvolvimento manter entre si todas as consultas que se façam necessárias, inclusive para preparar o diálogo que deverão manter com os países industrializados.

De sua parte, o Brasil vem-se empenhando em intenso esforço de ampliar seu intercâmbio e suas relações de cooperação com outros países em desenvolvimento. Temos partilhado, ao máximo de nossas possibilidades, o acervo de experiências de que dispomos como país tropical e de nível relativamente elevado e diversificado de

industrialização. Nosso intercâmbio com as nações da América Latina, África e Ásia, que, na década de sessenta, respondia por 9% de nossas exportações e cerca de 23% de nossas compras, representa, hoje, 25% de nossas vendas e mais de 40% de nossas importações. Mais de um bilhão de dólares foram destinados pelo Governo brasileiro, nos últimos anos, à abertura de linhas de crédito em favor de outras nações em desenvolvimento. Prestamos cooperação técnica, embora ainda modesta, a quatro dezenas de países da América Latina e África, e temos, hoje cerca de 15 mil estudantes estrangeiros em instituições técnicas e universitárias brasileiras.

Na área das fontes renováveis de energia, estamos abrindo um campo inteiramente novo à cooperação. Graças a vultosos investimentos para a produção de álcool combustível, e para o desenvolvimento da tecnologia de seu uso, pode o Brasil tornar-se o fulcro de um amplo esforço de desenvolvimento de fontes alternativas de energia, com efeitos benéficos para todos os países, produtores e consumidores, que buscam o bom uso e a adequada conservação das reservas de petróleo, bem como maior estabilidade e previsibilidade na evolução do mercado desse produto essencial.

Estamos assim contribuindo, no limite de nossas possibilidades, para alargar e enriquecer o sentido de harmonia e solidariedade do mundo em desenvolvimento, condição indispensável para o êxito da tarefa de revisão dos padrões de relacionamento entre o Norte e o Sul.

Senhor Presidente,

Sérios problemas políticos e econômicos de repercussão mundial tornaram-se todos agudamente conscientes da importância do diálogo e da cooperação entre os Estados. Os países em desenvolvimento despertaram para o fato de que podem e devem procurar-se mutuamente para resolver os seus problemas comuns. Despertaram, também, para o fato de sua marginalização em negociações e processos decisórios internacionais que diretamente afetam, de tantas maneiras, seus legítimos interesses e aspirações.

Não mais se pode ignorar que todos os Estados, sem discriminação, têm o direito de participar eqüitativa e efetivamente nas decisões que condicionam seus destinos nacionais. Não é somente nas questões energéticas, comerciais, monetárias e outras do campo econômico, que se verifica essa necessidade de participação. Desejo considerar também a presente situação no campo do desarmamento.

Apesar de a sessão especial da Assembléia-Geral, de 1978, ter ficado longe de alcançar um compromisso claro quanto ao desarmamento nuclear, criou-se o que parecia ser um mecanismo mais aberto e democrático para as negociações sobre o desarmamento. Foram, porém, pouco encorajadores os resultados do primeiro ano de trabalho do Comitê sobre o Desarmamento. O Comitê se concentrou no debate do seu regimento interno e de outras questões processuais, enquanto as negociações sobre questões substantivas básicas continuaram a ser conduzidas diretamente entre as duas principais potências militares.

Saudados em alguns círculos como um grande avanço no campo do desarmamento nuclear e descritos em outros como não mais do que um passo limitado em direção ao que se poderia chamar de uma gerência racional da corrida armamentista, os acordos SALT-II são um resultado de tais negociações diretas entre as duas principais potências militares. Aos demais Estados, presumivelmente, será pedido que elogiem os acordos durante a presente sessão da Assembléia-Geral. Não nos oporemos a tal pedido.

Vemos, porém, o SALT-II primordialmente como uma etapa intermediária que deve levar ao pronto início das negociações SALT-III, em que se prometem reduções substantivas no armamento nuclear. De qualquer forma, devem as negociações SALT integrar-se num esforço mais amplo e aberto à participação de todos os Estados com vistas ao desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional.

O Comitê de Desarmamento propriamente dito não teve sequer a oportunidade de iniciar negociações significativas sobre duas medidas que já se encontravam, há muitos anos, na agenda do seu antecessor, a CCD. Nem as conversações trilate-

rais sobre a proibição de testes nucleares, nem as discussões bilaterais sobre a proibição de armas químicas ensejaram, este ano, a esperada apresentação de propostas concretas ao Comitê de Genebra. Ao invés disso, foi apresentado ao órgão negociador multilateral, no penúltimo momento, um projeto sobre armas radiológicas, produzidas pelas duas principais potências militares, com a recomendação de que o Comitê o aprovasse rapidamente e o encaminhasse à Assembléia-Geral para endosso. Embora tivesse acolhido essa iniciativa, o Comitê prudentemente decidiu que lhe cabia examinar e discutir o texto proposto em maior profundidade.

Por outro lado, não deixa de ser significativo que, neste ano, o único esforço importante de desarmamento aberto à participação de todos os Estados não se situou na área altamente prioritária do armamento nuclear, mas se dirigiu a certos armamentos convencionais específicos.

Senhor Presidente,

Antes de concluir, desejo referir-me a duas questões que foram objeto de amplos detalhes, no seio das Nações Unidas, no correr do presente ano: o direito do mar e a ciência e a tecnologia. O Governo brasileiro tem participado ativamente dos trabalhos da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar, animado pelo desejo de buscar, com os demais membros da comunidade internacional, uma estrutura jurídica universalmente aceitável para o uso dos espaços marinhos. Os resultados da última sessão da Conferência parecem indicar o caminho para solucionar alguns dos pontos mais delicados do que seria a futura Convenção. Não nos fazemos, contudo, ilusões quanto às dificuldades que ainda enfrenta a Conferência, dificuldades essas que só podem ser resolvidas com espírito construtivo e em ambiente de serenidade. É de lamentar que iniciativas intempestivas venham a perturbar a marcha natural dos trabalhos que entram em sua

fase decisiva. Refiro-me, inclusive, à eventual adoção de legislações unilaterais sobre exploração dos recursos dos fundos marinhos além da jurisdição nacional, caracterizados por esta Assembléia como patrimônio comum da humanidade. O Brasil espera que acabe, igualmente, por prevalecer o sentimento de responsabilidade coletiva, essencial para que um empreendimento desta complexidade e magnitude possa ser bem sucedido.

O Brasil também participou de forma muito ativa e interessada na Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia.

Esperamos que o Programa de ação e o Comitê intergovernamental criados em Viena e o prosseguimento das negociações, inclusive em conferências já previstas no âmbito das Nações Unidas, possam levar os países do Norte e do Sul à revisão dos dispositivos que regulam a propriedade industrial e a resultados concretos no campo da transferência da tecnologia, consentâneos com as necessidades dos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Ao concluir, devo assegurar-lhe, que, como no passado, a Delegação do Brasil está pronta a trabalhar juntamente com as demais Delegações para solucionar as questões diante da Assembléia-Geral. Devo, também, declarar-lhe que, no Brasil, permanecemos confiantes e otimistas quanto ao futuro, apesar das freqüentes e graves mudanças adversas que a conjuntura internacional tem oposto a nossos esforços. Estamos convencidos de que somos capazes de superar os variados obstáculos que nosso país enfrenta e determinados a continuar a cooperar de forma equitativa nos esforços internacionais, conduzidos dentro e fora das Nações Unidas, para a promoção da justiça, do desenvolvimento e da paz.

Muito obrigado.

saraiva guerreiro, em nova york, homenageia chanceleres latino-americanos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Nova York, em 25 de setembro de 1979, por ocasião de almoço oferecido aos Chanceleres latino-americanos presentes à XXXIV Assembléia-Geral da ONU.

Senhores Chanceleres,

Senhores Embaixadores,

Em nome da amizade que a cada ano renova a confraternização deste encontro, tenho a satisfação pessoal de dar as boas-vindas aos colegas latino-americanos e agradecer-lhes a presença com que tanto nos honram.

Ocasões como esta são valiosas, pois contribuem para desenvolver a consciência da solidariedade da América Latina e para manter-lhe inconfundível a voz, em meio ao entrechoque de pontos de vistas e interesses deste foro universal.

Quase três vezes maior do que em San Francisco, mais próxima do ideal de universalidade, a Organização das Nações Unidas transformou-se profundamente, ao longo de mais de um terço de século de evolução contínua.

Acompanhando essas mudanças ou a elas se antecipando, o Grupo Latino-Americano soube, como a Organização, enriquecer-se com a adesão de novos membros e diversificar sua presença e atuação. Uma constante tem sido alentadora nestes anos de transformações: a unidade do Grupo, fruto de um fenômeno profundo, essa unidade constitui o reflexo, no seio da Organização, do movimento que vai, aos poucos, mas de forma constante, edificando, na própria realidade latino-americana, as grandes estruturas da solidariedade.

A revitalização da ALALC, a nova etapa em que acaba de ingressar o SELA, são, no plano global latino-americano, expressões desse movimento, complementado, no âmbito subregional, pela experiência encorajadora do Grupo Andino, pelas importantes contribuições no Caricom e no Mer-

cado Comum Centro-Americano e pelo esforço diplomático para renovar as bases da cooperação entre os países signatários do Tratado da Bacia do Prata e do Tratado de Cooperação Amazônica.

Ao mesmo tempo, o dinamismo das trocas comerciais vai anulando as distâncias artificiais entre os países latino-americanos e criando os fatos econômicos concretos que justificam e reforçam os esquemas diplomáticos multilaterais.

Permitam-me citar, a esse respeito, o exemplo do Brasil, que, nos últimos oito anos aumentou cinco vezes seu intercâmbio dentro da ALALC.

Esses fatos confirmam a capacidade latino-americana de elaborar fórmulas originais e operativas para edificar, com realizações e conceitos, a unidade do Continente.

A fidelidade a este chamado cria condições para que a América Latina realize sua outra grande vocação, a da universalidade.

No passado, foi sempre a partir da comunhão de valores e aspirações, de cultura e história, que os latino-americanos geraram princípios que vieram renovar a convivência internacional.

Hoje, a mesma convergência encontra-se na raiz da contribuição do Continente para o entendimento e reversão dos mecanismos internacionais de cristalização dos modos de distribuição de poder e riqueza.

Que essa criatividade da diplomacia latino-americana fortaleça-nos a confiança de continuar a encontrar, em nosso próprio meio, soluções para os nossos problemas.

Só assim estaremos assegurando, ao mesmo tempo, repêrcussão consagrada e eficaz para o que a América Latina tiver a dizer em relação aos grandes problemas mundiais do nosso tempo. Excelências.

a iii reunião de chanceleres dos países do grupo dos 77

Discurso do Chanceler Saraiya Guerreiro, em Nova York, em 28 de setembro de 1979, por ocasião da III reunião de Ministros das Relações Exteriores dos países do Grupo dos 77.

dispensável que a solidariedade entre os países em desenvolvimento adquira novos contornos, indo além da simples coincidência de interesses perante as nações industrializadas como fator de unidade.

Confiante em que os países em desenvolvimento, fundamentados numa solidariedade concreta e eficaz, saberão construir posição una e firme, o Brasil traz seu apoio e, com ele, o compromisso de participação plena, as negociações globais sobre cooperação econômica internacional, sobre as quais, conforme decisão recém-adotada no comitê plenário, caberá à XXXIV Assembleia-Geral decidir.

Reiterando nossa crença no papel das Nações Unidas em favor da cooperação internacional para o desenvolvimento, julgamos importante que se preservem as negociações em curso nos diferentes foros internacionais e que se evite a proibição que procura dar o mundo em desenvolvimento na busca de superação da crise global que enfrentamos todos, em menor ou maior grau, desenvolvidos ou em desenvolvimento.

A permanência da crise, em que pese a multiplicidade dos foros internacionais para o debate dos problemas do relacionamento norte-sul, está a indicar que cabe ao mundo em desenvolvimento fortalecer sua vontade política, assumir maior responsabilidade e empreender iniciativas com vistas a procurar corrigir as distorções daquele relacionamento. Para que assim seja, faz-se in-

Permita-me dizer-lhe, inicialmente, o quanto lhe somos gratos, e a seu país, pela maneira exemplar com que conduziram o Grupo dos 77 no último ano. Desejo, em particular, dirigir uma palavra especial de agradecimento ao Embaixador Mestiri e a seus colaboradores, cujos esforços permanentes, na presidência dos 77 em Nova York, asseguraram que nossas deliberações fossem sempre coroadas por conclusões positivas. A Tunísia se fez, pois, credora do Grupo dos 77 e faço-me o dever e a honra de reconhecê-lo.

A magnitude dos problemas que caracterizam as relações econômicas internacionais nesta década têm agravado, a passos largos, o estado já crítico da economia dos países em desenvolvimento, acentuando ainda mais as disparidades Norte-Sul. Adquire, pois, particular importância a contri-

sa preparação da posição com que o Grupo dos 77 comparecerá às negociações globais. Conçm do grupo, os parâmetros e os objetivos dessas negociações, considerados os interesses interligados de todos os países em desenvolvimento. Ainda nesse contexto, ouvimos ontem a importância mensagem que o Presidente do México dirigiu à Assembleia-Geral. As idéias e propostas nela contidas requerem análise minuciosa e a Assembleia-Geral deverá, pois, examiná-las de forma aprofundada. Para esse fim, a delegação do Brasil estará pronta a colaborar com as demais delegações.

Concluindo, Senhor Presidente, desejo enfatizar, mais uma vez, que a unidade dos 77 requer, entre nós, esforços renovados para uma cooperação que seja crescente e orientada para a ação. Devemos, prioritariamente, orientar nossa solidariedade para objetivos concretos — que podem clareamente ser alcançados por nós mesmos — se desejamos ser efetivos ao enfrentar os desafios do momento particularmente crítico que vivemos. Devemos equacionar as questões cruciais que ainda permanecem sem resposta. Devemos criar novas formas práticas de cooperação. Devemos reconhecer que a crise econômica — e a crise energética que dela é parte integrante — exigem tratamento vigoroso, onde nossa solidariedade não se expresse apenas nas negociações que mantemos com o mundo desenvolvido, mas constitua sobretudo, a base sobre a qual continuaremos a construir e fortalecer nossa própria unidade. Busquemos entre nós, novas formas de cooperação em matéria de comércio, de desenvolvimento e de finanças, a fim de que a crise não venha a transformar os desequilíbrios do mundo em desenvolvimento em um fantasma latente que nos venha a perseguir no período crítico que já está em nossas portas.

Muito obrigado.

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros

Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, junto ao Governo da **Nigéria**, em 24 de julho de 1979;

Manoel Antonio Maria Pimentel Brandão, junto ao Governo da **Tchecoslováquia**, em 23 de agosto de 1979;

Cláudio Garcia de Souza, junto ao Governo da **Suécia**, em 10 de setembro de 1979;

Carlos Sylvestre de Ouro-Preto, junto ao Governo da **Bélgica**, em 25 de setembro de 1979;

Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, junto ao Governo da **Argentina**, em 25 de setembro de 1979;

Murilo Gurgel Valente, junto ao Governo de **Cingapura**, em 25 de setembro de 1979.

entrega de credenciais

De Embaixador brasileiro:

Marcos Henrique Camillo Côrtes, junto ao Governo da **Nova Zelândia** (cumulativa com a Missão brasileira na **Austrália**), em 18 de setembro de 1979.

De Embaixadores estrangeiros:

Timothy Anaele Mgbokwere, da **Nigéria**, em 17 de julho de 1979;

Sayez Ezz El-Dine Rifaat, do **Egito**, em 17 de julho de 1979;

Nobuo Okuchi, do **Japão**, em 24 de julho de 1979;

Biyagamage Jayasena Fernando, do **Sri Lanka**, em 24 de julho de 1979;

Kasasa Cynyata Mutati, do **Zaire**, em 18 de setembro de 1979;

Ronald Stuart MacLean, do **Canadá**, em 18 de setembro de 1979.

programa mundial de alimentos ajuda as vítimas das enchentes

Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e o Programa Mundial de Alimentos sobre um Projeto de Ajuda Alimentar de Emergência às vítimas das enchentes, assinado no Palácio Itamaraty de Brasília, em 03 de julho de 1979, pelos Secretários-Gerais das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, e do Ministério da Agricultura, Ângelo Amaury Stabile, e pelo Representante do Programa Mundial de Alimentos no Brasil, Luiz Maria Ramirez-Boettner.

Baseado no Acordo Básico de Assistência Técnica assinado a 29 de dezembro de 1964 entre o Governo da República Federativa do Brasil (daqui em diante referido como "o Governo") e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; e considerando que o Governo apresentou no dia 19 de abril de 1979 uma solicitação de assistência alimentar de emergência para consumo humano, a fim de atender às vítimas das chuvas e enchentes que ocorreram nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1979 nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; tendo em vista a recomendação do Diretor-Executivo do Programa Mundial de Alimentos (daqui em diante referido como "o PMA"), o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura aprovou, em 15 de maio de 1979, a concessão de ajuda alimentar de emergência para 120.000 pessoas, durante um período de 90 dias.

O PMA colocará à disposição do Governo, inicialmente, com urgência, e em caráter de devolução do empréstimo que será feito pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), as seguintes quantidades de gêneros alimentícios:

- i. 864 toneladas métricas de farinha de milho
- ii. 216 toneladas métricas de óleo vegetal
- iii. 432 toneladas métricas de leite em pó.

Estes alimentos totalizam um montante de US\$ 892,800 (oitocentos e noventa e dois mil e oitocentos dólares).

1. Os gêneros acima mencionados serão distribuídos às vítimas das enchentes, de acordo com as seguintes rações diárias:

Gênero	Duração		Quantidade total em ton. métricas
	Gramas por dia	da Assistência	
Farinha de milho	80	90 dias	864
Óleo vegetal	20	90 dias	216
Leite em pó	40	90 dias	432

2. O Governo será responsável pela descarga dos carregamentos de gêneros do PMA no Porto do Rio de Janeiro, bem como pelo seu imediato desembaraço alfandegário, armazenagem adequada, transporte e devolução à COBAL e ainda por todas as despesas relativas à retirada, transporte e distribuição dos gêneros fornecidos, em caráter de empréstimo, por aquela Companhia. Desde a entrega, todas as despesas, incluindo direitos aduaneiros e impostos, correrão por conta do Governo. Outrossim, o Governo deverá prover um orçamento correspondente ao equivalente a US\$ 170,000 (cento e setenta mil dólares) para custear os gastos do pessoal encarregado da operação de emergência e da descarga, despacho, transporte e armazenagem dos gêneros.

3. O Governo designa o Ministério da Agricultura, através do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR), como agente executor da operação de emergência. O PRODECOR se encarregará também de preparar os relatórios pertinentes e atuará como via de comunicação entre o Governo e o PMA.

4. Os gêneros cedidos pelo PMA serão distribuídos, gratuitamente e sem discriminação de grupos, às

vítimas das enchentes, na zona afetada pelas inundações.

5. A finalidade e a duração da assistência em apreço não serão modificadas sem o consentimento prévio do PMA.

6. O Governo deverá manter contabilidade e registro dos gêneros recebidos, bem como da distribuição em cada local.

7. O Governo enviará ao PMA relatórios mensais sobre a quantidade de gêneros determinada para cada área ou setor; total dos produtos distribuídos aos beneficiários, indicando as quantidades acumuladas desde o início da operação (data da primeira distribuição de alimentos do PMA) até o final do período acordado; forma e sistema empregados para a distribuição; rações diárias *per capita*; número de beneficiários que recebem alimentos; e estoques ao final do período estabelecido. Em caso de perdas, o relatório indicará as causas e as medidas adotadas para evitar reincidência. O relatório apresentará também as medidas tomadas para melhorar a situação de emergência, incluindo os alimentos entregues por outros governos ou órgãos de beneficência, quando aplicável, como também os fornecidos pelo Governo. Se os beneficiários da ajuda alimentar do PMA empreenderem voluntariamente atividades de obras públicas ou outras de reconstrução, estas deverão ser descritas no relatório.

8. A quantidade de alimento, recebida como empréstimo da COBAL para ajuda de emergência e autorizada pelo PMA, deverá ser registrada pelo Governo (Ministério da Agricultura) e devolvida imediatamente após o recebimento das mesmas quantidades do PMA.

9. O Governo deverá enviar um relatório Final, contendo uma auditoria do programa de emergência, imediatamente após o término da operação de ajuda alimentar prestada pelo PMA. Este Relatório deverá indicar, *inter alia*, a quantidade total de gêneros recebidos; sua distribuição em cada localidade; número total de beneficiários; o estoque, se existente; dificuldades encontradas, obras executadas e benefícios oriundos da assistência proporcionada pelo PMA, e qualquer outra informação considerada pertinente.

10. Qualquer quantidade dos gêneros fornecidos pelo PMA que não tenha sido utilizada no Brasil, à época da conclusão do Projeto ou ao término da vigência do presente Memorando de Entendimento, por mútuo consentimento, será disposta pelas Partes Signatárias deste Memorando de Entendimento, por mútuo acordo.

11. Para o devido reconhecimento do PMA e de suas atividades, o Governo adotará as medidas de divulgação pública apropriadas à época em que sejam recebidos e distribuídos os produtos do PMA.

12. O Governo propiciará aos funcionários que estiverem prestando serviços em nome do PMA as mesmas imunidades e privilégios concedidos aos funcio-

nários das Agências Especializadas das Nações Unidas, conforme o Artigo 6, 18.^a a 23.^a Seções de Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas da Organização das Nações Unidas, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas a 21 de novembro de 1947 e promulgada pelo Decreto n.º 52.288, de 24 de julho de 1963, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 1963.

Feito em Brasília, aos 3 dias do mês de julho de 1979, em cinco (5) exemplares, todos na língua portuguesa, sendo todos os textos igualmente válidos.

brasileiros residentes em portugal estão isentos de taxa de moradia

Acordo, por troca de Notas, para extinção da taxa de residência para os brasileiros residentes em Portugal, assinado no Palácio de Itamaraty em Brasília, em 17 de julho de 1979, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador da República Portuguesa, José Eduardo de Meneses Rosa.

nota brasileira

A Sua Excelência o Senhor José Eduardo de Meneses Rosa,

Embaixador da República Portuguesa.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência proposta do Governo brasileiro ao Governo português no sentido de que, tendo em vista o tratamento já dispensado pela legislação brasileira aos portugueses residentes no Brasil, seja abolida, em regime de reciprocidade, toda e qualquer taxa de residência para os brasileiros residentes em Portugal.

2. Em caso de concordância do Governo português, esta Nota e a resposta de Vossa Excelência passarão a constituir Acordo entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da recepção da última dessas notas.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mui distinta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

nota portuguesa

A Sua Excelência o Senhor
Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Senhor Embaixador,
Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.º EZ 624.40/646/79, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,
Com referência à nota verbal DCOP/117/644(B46) (F36), de 14 de maio de 1977, do Ministério das Relações Exteriores, bem como em execução do Acordo Bêlgico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre “Cooperação entre as Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Saarbrücken no setor da Ecologia”:

1. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Sul aprovaram o Convênio de Cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (dórvant UFRGS), em Porto Alegre, e a Universidade de Saarbrücken (dórvant USAAR) e apoiam sua implementação. É objetivo dessa cooperação apoiar a UFRGS na instalação de um Centro de Ecologia junto ao Instituto Central de Biotecnologias, bem como promover o ensino e a pesquisa no setor da ecologia, nomeadamente na elaboração das bases ecológicas para o planeamento do Rio Grande do Sul.

2. Contribuições do Governo da República Federal da Alemanha.
Arca com as despesas decorrentes das seguintes medidas:

- a) envio de até 3 cientistas alemães por um período total de até 108/homens/mês;
- b) participação de até 5 cientistas alemães ou brasileiros, respectivamente, no simpósio a ser realizado alternadamente em Porto Alegre e em Saarbrücken, uma vez por ano, pelo prazo de duração do projeto, para a discussão dos resultados das atividades científicas e a determinação de novos campos de trabalhos;
- c) envio de um coordenador alemão da parceria por um período total de até 6 homens/mês; e
- d) fornecimento (CIF porto de desembarque) de material e aparelhos científicos, não produzidos no Brasil, imprescindíveis para a execução de projetos de ensino e pesquisa em laboratórios, bem como para a pesquisa de campo, até o montante total de DM 2.800.000 (dois milhões e oitocentos mil marcos alemães).

3. Contribuições do Governo da República Federativa do Brasil.

Tenho a honra de acusar recebimento de sua Nota n.º DE 1/65 de 17 de julho de 1979, cujo teor é o seguinte:

“Senhor Embaixador,
Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência proposta do Governo brasileiro ao Governo português no sentido de que, tendo em vista o tratamento já dispensado pela legislação brasileira aos portugueses residentes no Brasil, seja abolida, em regime de reciprocidade, toda e qualquer taxa de residência para os brasileiros residentes em Portugal.

2. Em caso de concordância do Governo português, esta Nota e a resposta de Vossa Excelência passada a constituir acordo entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da recepção da última dessas notas.

3. Em resposta, comunico a Vossa Excelência a concordância do Governo português com o teor da Nota em apreço, a qual passará a constituir, juntamente com a presente, Acordo entre nossos dois Governos, a entrar em vigor a partir desta data.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais ditinta consideração.

Brasil e rta assinam três ajustes sobre cooperação técnica

Ajuste sobre cooperação no setor de ecologia entre as Universidades Federais do Rio Grande do Sul e Saarbrücken, assinado através de troca de Notas entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Embaixador da República Federal da Alemanha, Heinz Fredy Lewalter, em 18 de julho de 1979; e ajustes sobre a criação de um fundo para o envio de técnicos a curto prazo (pool de peritos) e sobre o projeto “Manejo e Conservação de Solo na Amazônia Oriental”, assinados em 16 de agosto de 1979, através de troca de Notas entre o Chanceler Saraiva Guerreiro e Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, Jörg Kasstl.

AJUSTE PARA COOPERAÇÃO NO SETOR DE ECOLOGIA

A Sua Excelência o Senhor Heinz Fredy Lewalter, Encarregado de Negócios a.i. da Embaixada da República Federal da Alemanha.

1. Colocará à disposição do projeto:
 - a) o necessário pessoal científico, técnico e administrativo da UFRGS;
 - b) os necessários edifícios, salas e áreas de jardinagem ecológica, inclusive instalações com abastecimento adequado de energia elétrica e água, equipamentos, bem como material de ensino e pesquisa, desde que esses bens não sejam fornecidos com o apoio do Governo da República Federal da Alemanha;
 - c) os recursos necessários para o funcionamento das instalações científicas e a manutenção de seus equipamentos;
 - d) os recursos necessários para a manutenção e ampliação das estações externas, indispensáveis para os trabalhos ecológicos de campo; e
 - e) os recursos necessários para as viagens de serviço indispensáveis dos cientistas alemães no Brasil, inclusive diárias adequadas.

2. Além das medidas do Item III, parágrafo 1.º, o Governo brasileiro

- a) preencherá os cargos, em regime de tempo integral na UFRGS, necessários para a implementação apropriada do Convênio mencionado no Item I, e nomeará um diretor para o Centro de Ecologia;
- b) designará, oportunamente, o pessoal a ser enviado à República Federal da Alemanha para um estágio de aperfeiçoamento e previsto para o preenchimento de cargos, em regime de tempo integral, na UFRGS, custeando esse aperfeiçoamento;
- c) em conformidade com o Artigo 1.º, parágrafo 2 e Artigo 4.º, parágrafo 2 do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, isentará o equipamento referido no Item II, alínea d) de taxas portuárias e aduaneiras, tributos de importação e demais encargos fiscais; e
- d) providenciará o transporte do equipamento ao local de destino, arcando com as despesas daí decorrentes.

- IV. O material fornecido conforme o Item II, alínea d) passará, quando de sua chegada no Brasil, ao patrimônio da UFRGS, sob a condição de que fique à inteira disposição dos cientistas alemães pelo prazo da cooperação.

- V. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federal do Brasil concorde com as propostas contidas nos Itens I a V, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência. Permitita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.
- Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

AJUSTE SOBRE CRIAÇÃO DE FUNDO PARA ENVIO DE TÉCNICOS

A Sua Excelência o Senhor Jörg Kastl, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota n.º EZ 455/131/781/79, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

Com referência à Nota verbal DCOPT/DE-I/160/644 (B46) (F36), de 13 de julho de 1978, do Ministério das Relações Exteriores, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, existente entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre a criação de um fundo para o envio de técnicos a curto prazo (pool de peritos):

- I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil acordam na criação de fundo para o envio de técnico a curto prazo.
- II. Contribuições do Governo da República Federal da Alemanha:

1. enviará, conforme as disposições referidas a seguir, técnicos a curto prazo por um período total de até 50 homens/mês (in-

clui-se os trabalhos de preparação e conclusão de relatório na República Federal da Alemanha), podendo o período das atividades de um técnico a curto prazo ser de até 12 homens/mês; e

2. fornecerá o necessário material de equipamento e de trabalho e arcará com eventuais despesas de impressão e tradução até o montante de DM 100.000 (cem mil marcos alemães).

O material passará, quando de sua chegada ao Brasil, ao patrimônio da República Federativa do Brasil, sob a condição de que fique à inteira disposição dos técnicos enviados a curto prazo para a execução das suas tarefas.

III. Contribuições do Governo da República Federativa do Brasil:

1. prestará aos técnicos alemães todo o apoio necessário ao cumprimento das suas tarefas e colocará à sua disposição os documentos indispensáveis;
2. isentará, em conformidade com as disposições do Artigo 4, alínea 2, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, o material de equipamento e de trabalho, referido no Item II, Parágrafo 2., de taxas portuárias, alfandegárias, direitos de importação, bem como dos demais gravames e encargos fiscais; e
3. custeará as despesas com moradia e as despesas e diárias das viagens de serviço dos técnicos alemães no Brasil.

IV. Os técnicos a curto prazo exercerão suas funções, colaborando na identificação, elaboração ou acompanhamento de projetos no quadro da cooperação técnica da República Federal da Alemanha.

V. O Governo da República Federativa do Brasil dirigirá à Embaixada da República Federal da Alemanha em Brasília a solicitação de enviar técnicos a curto prazo, devendo esta conter uma descrição detalhada de tarefas, bem como dados sobre a instituição, o conteúdo do projeto e a duração das atividades do técnico. O Governo da República Federal da Alemanha também poderá propor ao Governo da República Federativa do Brasil o envio de técnicos a curto prazo, financiados através do fundo acima referido, para as mesmas finalidades, indicando as razões para tanto e encaminhando os currículos dos referidos técnicos.

VI. Depois da conclusão das suas atividades, o técnico a curto prazo apresentará ao Governo da República Federativa do Brasil e às autoridades

alemãs competentes um relatório sobre os resultados das atividades e as propostas daí decorrentes.

VII. O Governo da República Federal da Alemanha incumbirá da execução de suas contribuições a **Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH** (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschborn.

VIII. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Itens I a VIII, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência em que se expresse a concordância do seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e distinta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

AJUSTE SOBRE O PROJETO "MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO NA AMAZÔNIA ORIENTAL"

A Sua Excelência o Senhor Jörg Kastl, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota n.º EZ 445/127/782/79, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/87/644(B46) (F36), de 19 de abril de 1977, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto "Manejo e Conservação do Solo na Amazônia Oriental":

- I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil promoverão conjuntamente os trabalhos de pesquisa agrônômica do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Belém, inicialmente por um prazo de três anos. É o objetivo dessa promoção colher informações sobre o aproveitamento agrícola adequado dos trópicos úmidos atendendo-se, notadamente, à conservação do solo, bem como a reforçar o potencial de pesquisa do CPATU, em Belém.
 - b) arcará com as despesas de um estágio de informação de duas semanas, em áreas de sua especialidade, na República Federal da Alemanha, para 3 personalidades brasileiras ligadas ao projeto; e
 - c) promoverá o intercâmbio de cientistas, resultados de pesquisa e informações entre o CPATU e institutos de pesquisa alemães e internacionais.
- II. Contribuições do Governo da República Federal da Alemanha.
 1. Enviará:
 - a) três técnicos especializados, de preferência, em cultura vegetal e pedologia, por um período de até 36 homens/mês, em cada caso; e
 - b) técnicos a curto prazo para a elaboração da concepção definitiva do projeto, para o planejamento e a avaliação dos trabalhos do projeto, bem como para o equacionamento de problemas e para consultoria em casos especiais e urgentes, por um período de até 8 homens/mês.
 2. Fornecerá (CIF porto de desembarque no Brasil) máquinas, aparelhos e equipamentos técnicos, necessários ao cumprimento das atividades do projeto e não produzidos no Brasil. Esse equipamento será determinado de comum acordo entre o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido e os técnicos alemães, até o valor de DM 300.000 (trezentos mil marcos alemães) e passará, quando de sua chegada ao porto de desembarque no Brasil, ao patrimônio da República Federativa do Brasil, que, por sua vez, o transferirá ao CPATU sob a condição de que esteja à inteira disposição dos técnicos alemães pelo prazo de suas atividades no projeto.
 3. Facultará cursos de aperfeiçoamento fora do projeto para até 3 técnicos brasileiros, que após o seu regresso, atuarão no projeto, dando, autonomamente, prosseguimento às tarefas dos técnicos enviados.
 4. Além das contribuições acima, o Governo da República Federal da Alemanha:
 - a) custeará as despesas de um curso intensivo de aperfeiçoamento de dois meses, para até 6 técnicos brasileiros em institutos de pesquisa agrária alemães ou internacionais;
- III. Contribuições do Governo da República Federativa do Brasil.
 1. Promoverá a designação de:
 - a) em contrapartida a cada técnico alemão, pelo menos um técnico brasileiro permanente; e
 - b) técnicos em experimentação de campo e laboratoristas, indispensáveis à execução dos trabalhos, bem como pessoal auxiliar qualificado em número suficiente.
 2. Além das contribuições acima, o Governo da República Federativa do Brasil:
 - a) isentará, em conformidade com as disposições do artigo 4, parágrafo 2, do Acordo Básico acima referido, o equipamento mencionado no item II, parágrafo 2, deste Ajuste, de taxas portuárias e alfandegárias, direitos de importação e demais gravames e encargos fiscais;
 - b) cuidará do transporte do equipamento, do porto de desembarque ou local de aquisição no Brasil, ao local de destino, arcando com as despesas daí decorrentes;
 - c) colocará à disposição do projeto todos os demais equipamentos necessários à execução das tarefas, desde que não sejam fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha conforme o item II, parágrafo 2, deste Ajuste, incluindo também veículos para os técnicos alemães, desde que sejam indispensáveis ao exercício das suas atividades;
 - d) prestará aos técnicos alemães todo o apoio necessário ao cumprimento de suas tarefas;
 - e) tomará medidas para que sejam colocados à disposição do projeto terrenos apropriados de tamanho suficiente para ensaios de campo, dentro e fora do CPATU;

- f) providenciará em número suficiente salas de escritório e oficinas técnicas adequadas junto ao CPATU, bem como o material de escritório;
 - g) arcará com as despesas de locação das habitações dos técnicos alemães e de seus familiares;
 - h) arcará com as despesas para as necessárias viagens dos técnicos alemães no Brasil e pagar-lhes-á, além dos custos de viagem, uma diária adequada; e
 - i) permitirá ao Governo da República Federal da Alemanha a utilização dos resultados da pesquisa e dos dados do projeto, em cada caso específico, para planejamento e assessoria de projetos de experimentação agrícola, novos e em curso, no âmbito da cooperação técnica com outros países em desenvolvimento.
- c) com base nas propostas de trabalho elaboradas na fase 1, a EMBRAPA e a GTZ direta e conjuntamente coordenarão, acordarão e estabelecerão os detalhes da cooperação prevista para a fase 2 subsequente, adaptando-os, se necessário, ao andamento do projeto;
 - d) a área de atuação do terceiro técnico alemão, previsto conforme o item II, parágrafo 1, alínea a, deste Ajuste, será determinada em função dos resultados da fase 1.
4. Os órgãos encarregados da execução do projeto têm a incumbência de manter um constante intercâmbio de informações com o projeto "Controle da Erosão no Estado do Paraná".

V. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

IV. Da execução do projeto.

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará a **Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH** (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschborn, da execução de suas contribuições.
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da execução do projeto o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU), em Belém.
3. A cooperação será dividida em 2 fases:
 - fase 1: planejamento do programa
duração: 3 meses
 - fase 2: execução do programa
duração: 33 meses
- a) na fase 1 será elaborado um programa detalhado de trabalho, equilibrado e completo em si, que constituirá a base para a subsequente cooperação na fase 2;
- b) na fase 1 serão enviados dois dos técnicos mencionados no item II, parágrafo 1, alínea a), deste Ajuste, previstos para o prosseguimento posterior da cooperação (um técnico em cultura vegetal e um pedólogo), que, para a preparação e elaboração do programa, contarão com o apoio adicional de dois consultores (um especialista em sistemas de manejo de solo e um especialista em nutrição vegetal e pedologia);

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a V, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e distinta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

acordo mantém escritórios comerciais da república democrática alemã no brasil

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a República Democrática Alemã, para manutenção dos escritórios comerciais da RDA no Brasil, assinado no Palácio de Itamaraty em Brasília, em 18 de julho de 1979, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário daquele país, Gunther Severin.

A Sua Excelência o Senhor Gunther Severin,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário
da República Democrática Alemã.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro concorda em que sejam mantidos, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, escritórios, para fins comerciais, da República Democrática Alemã nas seguintes condições:

- a) cada escritório, designado como Escritório Comercial da República Democrática Alemã, constitui uma seção dos serviços comerciais da Embaixada da República Democrática Alemã no Brasil;
- b) os Escritórios Comerciais terão exclusiva função de fomentar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a RDA e promover os interesses comerciais da RDA no Brasil;
- c) as instalações dos Escritórios Comerciais, bem como sua correspondência oficial, gozarão do privilégio de inviolabilidade;
- d) poderão servir nos Escritórios Comerciais da República Democrática Alemã no Rio de Janeiro e em São Paulo, conjuntamente até 24 (vinte e quatro) funcionários de cidadania da RDA, entendendo-se essa cifra como um acréscimo ao número total dos funcionários da Embaixada da República Democrática Alemã no Brasil, conforme fixado por troca de Notas de 22 de outubro de 1973, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Democrática Alemã;
- e) os Escritórios Comerciais poderão empregar, a seu serviço, cidadãos brasileiros, observando o disposto no Artigo 81, parágrafos 18 e 146, inciso II, da Constituição do Brasil, e informarão o Ministério das Relações Exteriores do nome, data e local de nascimento, filiação e função desses empregados;
- f) nas instalações de cada Escritório Comercial, poderá funcionar uma Seção do Serviço Consular da Embaixada da República Democrática Alemã que terá jurisdição exclusiva sobre o território do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo, ou do Estado de São Paulo e Paraná, conforme o caso, e será integrada por funcionário consular incluído entre os funcionários de cidadania da República Democrática Alemã mencionada no item d) acima;
- g) o funcionário consular, em cada um dos escritórios, cuja designação deverá ser comunicada ao Ministério das Relações Exteriores, terá o título de Agente Consular e receberá visto oficial; uma vez aprovada sua designação, deverá exercer com exclusividade, funções consulares correspondentes ao Direito Internacional

e em conformidade com as leis e regulamentos brasileiros;

- h) os Chefes dos Escritórios Comerciais receberão vistos diplomático ou oficial, segundo a categoria do passaporte e gozarão dos privilégios e das imunidades geralmente concedidos aos cônsules estrangeiros no Brasil;
- i) todos os demais funcionários do Escritório Comercial, de cidadania da República Democrática Alemã, terão vistos oficiais e receberão o mesmo tratamento atribuído aos funcionários administrativos de Repartições consulares estrangeiras no Brasil;
- j) poderão figurar na "Lista do Corpo Consular Estrangeiro", além dos endereços dos Escritórios Comerciais, os nomes dos seus Chefes e Agentes Consulares;
- k) semestralmente, a Embaixada da República Democrática Alemã deverá encaminhar ao Ministério das Relações Exteriores a relação atualizada dos funcionários de cidadania da República Democrática Alemã e de cidadania brasileira lotados nos Escritórios Comerciais.

2. Fica assegurada pelo Governo da República Democrática Alemã reciprocidade de tratamento ao Governo brasileiro se vier a solicitar o estabelecimento de Escritório da mesma natureza na República Democrática Alemã.

3. A presente Nota e a respectiva resposta de Vossa Excelência, de igual teor, constituirão um Acordo sobre a matéria entre os Governos do Brasil e da República Democrática Alemã, a vigorar a partir desta data.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

Brasil e Espanha estabelecem mecanismo de consulta em alto nível

Acordo, por troca de Notas, para estabelecimento de um mecanismo de consulta em alto nível entre o Brasil e a Espanha, assinado no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de agosto de 1979, pelos Chanceleres dos dois países Ramiro Saraiva Guerreiro e Marcelino Oreja Aguirre.

A Sua Excelência o Senhor Marcelino Oreja Aguirre, Ministro dos Assuntos Exteriores da Espanha.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar a Vossa Excelência que, no curso de nossas conversações, verificamos o interesse e a utilidade de reuniões periódicas entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha, para exame da situação internacional e do conjunto das relações dos dois países nos campos político, econômico, social e da cooperação industrial, cultural, científica e técnica. No que respeita aos problemas internacionais, observar-se-á, em particular, o interesse que revestem consultas sobre as questões tratadas nas Nações Unidas e em outros foros multilaterais.

2. Para esse fim, serão realizadas reuniões, em princípio anualmente, a nível de Ministros de relações exteriores ou de seus representantes. Tais reuniões se realizarão, alternadamente, no Brasil e na Espanha, em data e com agenda a serem determinadas de comum acordo pelos canais diplomáticos normais.

3. Com base nas diretrizes que forem, em consequência, estabelecidas, serão realizadas as reuniões de Comissões Mistas previstas nos acordos vigentes entre os dois países, e, bem assim, outras reuniões de grupo *ad hoc* que as circunstâncias aconselhem convocar.

4. A presente Nota e sua resposta colocarão imediatamente em vigor este nosso entendimento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

o regulamento da comissão mista brasil-suriname

Acordo que aprova o Regulamento da Comissão Mista Brasil-Suriname, assinado através de troca de Notas entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário daquele país, Inderdew Sewrajsing, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 4 de setembro de 1979.

A Sua Excelência o Senhor Inderdew Sewrajsing, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Suriname.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no Artigo III, parágrafo 2,

do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, firmado entre o Brasil e o Suriname, a 22 de junho de 1976, o Governo brasileiro aprova o texto, em anexo, do Regulamento da Comissão Mista Brasil-Suriname, elaborado durante os trabalhos da I Reunião da referida Comissão, realizada em Paramaribo de 22 a 25 de janeiro de 1979.

2. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de mesma data e idêntico teor, constituem Acordo formal entre nossos Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mui distinta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

ANEXO

REGULAMENTO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-SURINAME

1. Princípios orientadores gerais

O Comitê adotarà como seus princípios básicos os objetivos expostos no artigo 3 do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, concluído entre os dois Governos.

2. Reuniões

Deverá ser estabelecido um período para reuniões anuais. Na ocorrência de comprovada necessidade, reuniões especiais poderão ser realizadas quando as circunstâncias assim o exigirem.

3. Agenda

Após prévia consulta e acordo entre os dois Governos, através dos canais diplomáticos, a agenda provisória será estabelecida pelo país sede. O país visitante deverá ser informado sobre a agenda provisória com uma antecedência razoável. A Agenda definitiva será redigida pelo Comitê. Será permitida uma modificação nessa conduta em caso de reuniões especiais.

4. Presidência

A Presidência será ocupada pelo Ministro das Relações Exteriores do país sede ou por seu representante. As minutas das reuniões serão invariavelmente anotadas por dois secretários registradores: um do país sede e o outro do país visitante.

5. Línguas oficiais

As línguas oficiais a serem usadas durante as reuniões serão o holandês e o português com tradução simultânea. Se essa resolução não puder ser cumprida, o inglês será então utilizado durante as reuniões.

6. Conclusões e recomendações

As conclusões e recomendações de cada reunião serão expostas numa Ata Final, em duas cópias, assinadas pelo Presidente e o Chefe da outra Delegação.

Uma distinção deverá ser feita na Ata Final entre os assuntos acordados no Comitê e os assuntos que necessitem de um maior exame ou que contenham declarações de uma das Partes. Uma cópia da Ata Final deverá ser submetida por cada Delegação a seu respectivo Governo, assim que possível.

7. Consultas prévias

Depois que a Ata Final for submetida aos Governos, as duas Delegações deverão manter estreito contato através dos canais diplomáticos, com o objetivo de implementar o que foi mutuamente acordado e de tomar providências para o exame de novos problemas e de novos temas.

Tratado de amizade e cooperação entre o Brasil e a Costa do Marfim

Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a República da Costa do Marfim, assinado no Palácio de Hamarthy de Maritim, em 14 de setembro de 1979, pelos Chanceleres Saraiwa Guerreiro, e Simeon Aké.

O Governo da República Federativa do Brasil

Para tal fim, os dois países concordam em proceder a trocas de informações sobre questões bilaterais ou

artigo II

As Altas Partes Contratantes se comprometem a preservar e a reforçar os laços particulares de amizade e de fraternidade que as unem, a se abster de todo ato cuja natureza possa afetar seus interesses e a regular seus conflitos por meios pacíficos.

artigo I

Resolveram concluir o presente Tratado:

Animados pela vontade de contribuir para a instauração da paz e para o desenvolvimento da cooperação internacional conforme os princípios da Organização das Nações Unidas,

Desajosos de reforçar esses laços e de promover a cooperação política, econômica, comercial, cultural, científica e técnica entre os dois Estados,

Convencidos da necessidade de cooperação entre países em vias de desenvolvimento,

Conscientes dos laços históricos de amizade e de fraternidade que unem seus dois povos,

A Comissão Mista é constituída:

- dos Ministros das Relações Exteriores;
- de Ministros; e
- de peritos.

artigo VIII

A Comissão Mista se reunirá uma vez cada dois anos, alternadamente, nos dois países.

A Comissão submeterá à aprovação dos dois Governos todas as medidas suscetíveis de reforçar a cooperação entre as duas Partes.

A Comissão poderá se reunir a qualquer tempo entre uma sessão e outra, a pedido de uma das Partes.

artigo IX

A Comissão Mista fixará as regras de sua organização e funcionamento.

artigo X

O presente Tratado entrará em vigor provisoriamente no momento da assinatura e, definitivamente, no dia

da troca dos instrumentos de ratificação pelos dois Governos, de acordo com seus respectivos procedimentos constitucionais.

artigo XI

O presente Tratado terá vigência por um período ilimitado. Contudo, cada uma das Altas Partes Contratantes poderá notificar por escrito à outra sua decisão de denunciá-lo. Neste caso, a denúncia surtirá efeito seis meses a contar da data de recebimento da notificação.

Em fé do que, os plenipotenciários das Altas Partes Contratantes assinaram o presente Tratado, em dois originais, redigidos nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito na cidade de Brasília, aos 14 dias do mês de setembro de 1979.

brasil e paraguai criam grupo de trabalho para interconexão ferroviária

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e o Paraguai, para constituição de um Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Interconexão Ferroviária entre os dois países, assinado no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 17 de setembro de 1979, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Paraguai, José Antonio Moreno.

A Sua Excelência o Senhor José Antonio Moreno, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Paraguai.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro está disposto a adotar medidas com vistas à realização dos estudos necessários à interconexão ferroviária entre o Brasil e o Paraguai, tal como previsto no Artigo XI do Tratado de Amizade e Cooperação assinado em 4 de dezembro de 1975.

2. Nesse sentido, fica constituído o Grupo de Trabalho **Ad-Hoc** sobre Interconexão Ferroviária entre o Brasil e o Paraguai, integrado por representantes de cada Parte, com a finalidade de estudar e formular as bases de um entendimento sobre o assunto.

3. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de igual teor e mesma data, constituem Acordo entre nossos dois Governos sobre a matéria.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mui distinta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores

acordo modifica a rota brasileira no transporte aéreo com o reino unido

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, modificando a rota aérea brasileira entre os dois países, assinado no Palácio Itamaraty em Brasília em 21 de setembro de 1979, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Sir Norman Statham.

A Sua Excelência Sir Norman Statham,
KCMG, CVO
Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota n.º 292 datada de 12 de setembro de 1979, pela qual Vossa Excelência se refere às recentes conversações entre autoridades aeronáuticas do Brasil e do Reino Unido, e cujo teor é o seguinte:

“Tenho a honra de referir-me às recentes negociações entre representantes do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e do Governo da República Federativa do Brasil, referentes ao Acordo sobre Transporte Aéreo entre nossos Governos, assinados no Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1946, e ratificado por Notas trocadas em 5 de janeiro de 1977 (a partir de agora referido como “o Acordo”).

Como resultado dessas negociações e de conformidade com o Artigo VII do Acordo tenho a honra de propor que a Parte II do Quadro de Rotas do Anexo ao Acordo que descreve a Rota Brasileira seja modificada como segue:

“Pontos no Brasil, via África Ocidental e/ou pontos intermediários na Europa para Londres e/ou Manchester, e daí para Amsterdam e/ou Frankfurt e/ou Países Escandinavos”.

Caso a proposta acima seja aceita pelo Governo da República Federativa do Brasil, tenho a honra de propor que a presente Nota, juntamente com sua resposta nesse sentido, constitua um Acordo entre nossos dois Governos, o qual entrará em vigor na data de sua resposta”.

2. Apraz-me informar Vossa Excelência da concordância do Governo brasileiro com a proposta contida na Nota em apreço, a qual, com a presente resposta, constitui a troca de Notas prevista no Artigo VII do

Acordo sobre Transporte Aéreo, e que passa a vigorar a partir de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mui distinta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

troca de notas modifica o anexo do acordo sobre transportes aéreos brasil-frança

Nota verbal entre o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada da França em Brasília, em 26 de setembro de 1979, estabelecendo modificações no anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os dois países.

O Ministro das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada da França e tem a honra de acusar recebimento da Nota-verbal n.º 1.930 datada de 26 de setembro de 1979, cujo teor é o seguinte:

“A Embaixada da França apresenta seus cumprimentos ao Ministério das Relações Exteriores e, com referência à nota n.º DTC/DE-1/145/680.4 (B46) (F37), de 28 de julho de 1979, tem a honra de levar ao seu conhecimento que, no curso das conversações aeronáuticas franco-brasileiras havidas no Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de maio de 1979, entre uma delegação brasileira e uma delegação francesa, as duas delegações convieram ao seguinte:

1 — Quadro de Rotas

a) as duas delegações concordaram em acrescentar os seguintes pontos aos Quadros de Rotas estabelecidos na troca de notas franco-brasileira de 22 de março de 1977:

(1) Quadro de Rotas brasileiras pontos intermediários rota n.º 1 via Atlântico Sul: PORTO.

(2) Quadro de Rotas francesas pontos intermediários rota n.º 1 via Atlântico Sul: RECIFE

b) A delegação francesa expressou o desejo de que no Quadro de Rotas francesas acima mencionado figurasse “Recife ou Salvador”.

c) as duas delegações concordaram em que nos serviços sobre a rota brasileira n.º 2, via Atlântico Médio, a empresa brasileira operará obrigatoriamente em Belém, ou Manaus, ou um outro ponto na região amazônica, em ambos os sentidos.

d) ambas as delegações acordaram que o “ponto intermediário na Europa” a que se refere a rota n.º 2, do Quadro de Rotas brasileiras poderá ser qualquer ponto em território europeu, desde que em cada serviço seja utilizado um mesmo ponto em ambos os sentidos.

2. Capacidade

As duas delegações concordaram na conveniência de modificar a redação do item IV da Ata Final assinada em 6 de maio de 1975, confirmada por troca de notas diplomáticas de 22 de março de 1977, na forma que se segue:

ATLÂNTICO SUL

As empresas designadas pelas Partes Contratantes poderão operar semanalmente, em ambos os sentidos, os seguintes serviços nas rotas 1 dos respectivos Quadros de Rotas:

BRASIL

— Em 1979: até 5 serviços de DC-10 com oferta de 1.100 assentos, e 2 serviços de B-707 exclusivamente cargueiros.

— A partir de 1.º de novembro de 1980: até 6 serviços de DC-10 com oferta de 1.250 assentos, e 2 serviços de B-707 exclusivamente cargueiros ou 1 Boeing-747/F ou similar.

FRANÇA

— Em 1979: 2 serviços de Concorde com 100 assentos cada; 3 serviços de B-747 com oferta de 900 assentos; e 1 serviço com B-707 exclusivamente cargueiro.

— A partir de 1.º de novembro de 1980: 2 serviços de Concorde com 100 assentos cada; 4 serviços de B-747 com 1.050 assentos; e 1 serviço de B-747/F exclusivamente cargueiro.

ATLÂNTICO MÉDIO

As empresas brasileiras designadas poderão operar semanalmente, em ambos os sentidos, os seguintes serviços na rota 2 do respectivo Quadro de Rotas:

— Em 1979: 2 serviços de B-747 ou similar, ou 3 serviços de B-707 sendo um exclusivamente cargueiro.

Nota: No caso de um dos serviços mistos ser operado com aeronave de grande porte, o serviço exclusivamente cargueiro será realizado com B-707 ou similar. Os novos serviços exclusivamente cargueiro da empresa brasileira deverão ser operados distintamente, nas rotas 1 e 2, ficando a critério da empresa escolher em qual delas operará inicialmente, em 1979, o primeiro desses serviços, entendendo-se que o segundo não se iniciará antes de 1.º de novembro de 1980.

A Embaixada da França tem a honra de comunicar ao Ministério das Relações Exteriores que as disposições acima têm a plena concordância do Governo francês.

Caso o mesmo se verifique da parte do Governo da República Federativa do Brasil, a Embaixada da França tem a honra de propor ao Ministério das Relações Exteriores que a presente nota e a resposta do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil constituem a troca de notas prevista no Artigo VIII do Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Federativa do Brasil, firmado em Paris

em 29 de outubro de 1965, para vigorar a partir de hoje.

A Embaixada aproveita a oportunidade para renovar ao Ministério os protestos de sua alta consideração".

2. O Ministério das Relações Exteriores informa a Embaixada da França da concordância do Governo brasileiro com a proposta contida na Nota em apreço, a qual, com a presente resposta constitui a troca de Notas previstas no Artigo VIII do Acordo sobre Transportes Aéreos entre os dois países, com vigência a partir de hoje.

a despedida do embaixador canadense, james howard stone

**Do discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro,
no Palácio do Itamaraty em Brasília, em
3 de julho de 1979, por ocasião da
solenidade de despedida do
Embaixador do Canadá, James Howard
Stone, que deixou suas funções no Brasil:**

"Parte hoje Vossa Excelência, após dois anos e meio à frente da representação diplomática canadense em Brasília. Nesse período especialmente criativo e dinâmico das relações entre o Brasil e o Canadá, com dedicação e reconhecida competência profissional soube Vossa Excelência fazer de sua gestão exemplo de empenho em prol do aprofundamento da tradicional amizade que une nossos dois países. Não poderia deixar de salientar, a propósito, a colaboração da Senhora Stone, cuja simpatia será por muito tempo recordada em Brasília.

Dentro desse quadro de intensificação do relacionamento entre o Brasil e o Canadá, é meu desejo citar dois setores particularmente significativos: a expansão do comércio bilateral, e a cooperação técnica que recebe o Brasil, por intermédio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional.

Com efeito, nos últimos dois anos, o intercâmbio comercial acusou expressivo índice de crescimento, sendo importante notar que as vastas potencialidades desse comércio bilateral não foram ainda completamente exploradas. Cumpre-nos, portanto, prosseguir na tarefa de criar condições cada vez mais propícias a essa expansão do intercâmbio. Para tanto, dispomos de eficiente mecanismo para periódica troca de idéias e acerto de posições: a Comissão Mista Brasil-Canadá sobre Relações Comerciais e Econômicas, cuja última reunião se realizou em abril de 1978.

No campo da cooperação técnica, desejo ressaltar a satisfação do Governo brasileiro em poder contar

com a colaboração canadense, que tornou possível a aprovação e execução, ora em andamento, do II Programa Nacional de Cooperação Técnica entre nossos países. Saliento, igualmente, a feliz coincidência da presença de Vossa Excelência no Brasil com a implementação desse Programa, o qual constitui eficiente instrumento de canalização de recursos para setores prioritários de nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Aliás, nunca será demais frisar o papel que tem desempenhado o Canadá com relação ao processo de desenvolvimento do Brasil, em vários setores.

É-me grato lembrar, entre as visitas ocorridas durante os últimos dois anos e meio, a honrosa presença no Brasil do Senhor Donald Campbell Jamieson, na época Secretário de Estado para Negócios Exteriores, ocasião em que foram assinados importantes documentos destinados a intensificar e aperfeiçoar a cooperação entre o Brasil e o Canadá.

Senhor Embaixador, não preciso fazer um exaustivo retrospecto das relações brasileiro-canadenses durante sua permanência no Brasil para demonstrar quão profícua e importante se revela uma aproximação ainda maior entre nossos países, baseada no sistema de valores e conjunto de interesses que compartilhamos.

Peço a todos que brindem comigo à saúde de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II e à prosperidade do povo do Canadá, à amizade e à cooperação entre nossos países, bem como à saúde e à felicidade de Vossa Excelência e da Senhora Stone."

ao deixar o brasil, embaixador da tailândia recebe a cruzado do sul

**Do discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro,
no Palácio do Itamaraty em Brasília, em
6 de setembro de 1979, por ocasião
da solenidade de despedida do Embaixador
da Tailândia, Chamôn Prahulrat, que
que deixou suas funções no Brasil:**

“Ao final de três anos à frente da missão tailandesa em nosso país, Vossa Excelência deixará o Brasil com o justo orgulho e satisfação de ter contribuído para o estreitamento das relações entre nossos Governos e povos. A despeito da distância que nos separa, tanto do ponto de vista geográfico, quanto histórico, nossos países estão irmanados por aspirações comuns às nações em desenvolvimento e pela crença no valor da cooperação entre os povos. Há, por isso, bases sólidas para uma crescente aproximação entre o Brasil e a Tailândia.

Na realidade, no mundo em que vivemos, o diálogo entre os Governos se faz imperativo, para a realização dos objetivos nacionais. Nesse horizonte, o bom relacionamento entre nossos dois países evidencia de forma eloqüente o quanto é viável e fecundo esse caminho.

Pelo caráter pacífico e construtivo da política externa do Brasil e do Reino da Tailândia, as tradições diplomáticas de nossos países apresentam pontos de similitude. Assim, diante da evolução permanente e por vezes dramática no panorama internacional, reagimos com objetividade, propugnando pelo respeito à soberania e autonomia de cada país como a fórmula justa para a consecução dos interesses nacionais.

Em decorrência de esforço mútuo, observa-se que o intercâmbio comercial, embora ainda modesto, apresenta evolução sistemática, e que a cooperação industrial, sugerida pela similaridade de condições geoeconômicas, principia a se expandir. São os meus votos que o trabalho desenvolvido por Vossa Excelência no sentido da plena realização do potencial de cooperação entre nossos países será motivo de inspiração e estímulo para os que vierem depois.

Senhor Embaixador,

O sentimento de perda que nos traz a sua partida é compensado pela certeza de que teremos sempre em Vossa Excelência um verdadeiro e dedicado amigo do Brasil. Em reconhecimento aos serviços prestados em favor de um relacionamento cada vez mais intenso entre nossos países, o Senhor Presidente da República houve por bem agradecer Vossa Excelência com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que tive o prazer de entregar-lhe momentos atrás.

Peço que aceite, juntamente com a Senhora Chamông Prahulrat, cujo amável convívio tanto marcou a sociedade desta cidade, os votos de felicidade pessoal e de continuado êxito profissional que lhe fazemos eu e minha mulher.”

chanceler do japão agradece acolhida no brasil

**Telegrama do Ministro dos Negócios
Estrangeiros do Japão, Sunao Sonoda, ao
Chanceler Saraiva Guerreiro, enviado
em 23 de agosto de 1979:**

Quero expressar meus agradecimentos pela profunda consideração que recebi do povo e do Governo brasileiros. Em nome do Ministro da Agricultura, Floresta e Pesca, Michio Watanabe, Ministro do Comércio Internacional e da Indústria, Masumi Esaki, Ministro dos Transportes, Kinji Moriyama, toda a comitiva e no meu próprio, foi um grande prazer termos sido recebidos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil e ouvimos conversações francas e frutíferas e estou confiante em que as relações de amizade e cooperação existentes tradicionalmente entre o Japão e o Brasil tornar-se-ão cada vez mais estáveis daqui em diante.

Aproveito a oportunidade para agradecer as atenções recebidas e renovar ao Excelentíssimo Senhor Presidente os votos de felicidade e prosperidade ao povo brasileiro.

Sunao Sonoda
Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão

o falecimento do presidente de angola, agostinho neto

**Mensagem do Presidente João Figueiredo
ao Comitê Central do Movimento Popular**

**de Libertação de Angola e do
Chanceler Saraiva Guerreiro ao Ministro
das Relações Exteriores de Angola,
Paulo Teixeira Jorge, a propósito do
falecimento do Presidente angolano,
Agostinho Neto, e divulgadas pelo Itamaraty
à imprensa em 13 de setembro de 1979:**

mensagem do presidente figueiredo

Ao Comitê Central do Movimento Popular de Libertação de Angola,

Em nome do povo e do Governo brasileiros e no meu próprio, rogo aceitar as expressões do meu profundo pesar pelo falecimento de Sua Excelência o Doutor Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola.

João Baptista de Oliveira Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

mensagem do chanceler saraiva guerreiro

Excelentíssimo Senhor Paulo Teixeira Jorge,
Ministro das Relações Exteriores da República
Popular de Angola,

Profundamente consternado com o súbito e prematuro falecimento de Sua Excelência o Doutor Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola, peço aceitar minhas mais sentidas condolências.

Com a mais alta consideração,

Ramiro Saraiva Guerreiro,
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

comissão mista de inspeção dos marcos da fronteira brasil-argentina

Brasil e Argentina realizaram, em Brasília, no mês de agosto de 1979, a IX Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira entre os dois países, durante a qual foram abordados diversos assuntos de interesse comum, aprovadas as atas assinadas em campanha e efetuado um intercâmbio de documentação técnica.

Os principais pontos constantes da agenda da IX Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina foram: informação sobre a execução do plano de trabalho estabelecido na Ata da 8.ª Conferência; consideração e aprovação das Atas assinadas em Campanha; intercâmbio de documentação técnica; plano de trabalho para a próxima campanha.

A delegação brasileira à IX Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina foi integrada pelas seguintes pessoas: Coronel Juvenal Milton Engel, Coronel Rubens Onofre de Azevedo Moraes, Major Prim Duarte de Moraes, Astrônomo Francisco Loncan e Tenente Raymundo Alberto Faria de Araújo. A delegação argentina foi composta pelo General-de-Divisão Luiz Maria Miró, Coronel Aurélio Aristóbulo Luchetti, Coronel Emilio Carlos Maria Casares, Geodesta Luis Ramón Alfonsín, Topógrafo Victor Axel Farina e Nicolás Román Sabatini.

o seminário sobre serviços nacionais de promoção comercial

Realizou-se, em setembro de 1979, em Brasília, o Seminário sobre Serviços Nacionais de Promoção Comercial, que, reunindo 15 altos funcionários dos serviços de promoção comercial de países das Américas Central e do Sul, além de sete representantes brasileiros, discutiu as diversas experiências obtidas no setor para o estabelecimento de objetivos prioritários de promoção comercial para a América Latina.

O encontro, tal como foi concebido pelo Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, teve por objetivos gerais o aumento do potencial exportador dos países do continente latino-americano, particularmente de produtos não-tradicionais, e promover a cooperação entre o ITC — **International Trade Center** — e a América Latina no campo da promoção comercial. Em termos específicos, o Seminário teve os seguintes objetivos: estabelecer objetivos prioritários de promoção comercial para a América Latina; promover a troca de experiência entre os serviços de promoção comercial latino-americanos, nas áreas de organização planejamento e controle orçamentário; identificar novas oportunidades de exportação para a América Latina.

O Seminário sobre Serviços Nacionais de Promoção Comercial insere-se no quadro do Programa de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, das Nações Unidas, com a colaboração do Governo brasileiro.

Índice

3	figueiredo: conex aguiliza e comércio exterior brasileiro discurso do presidente João Figueiredo no clube monte libano do rio de janeiro, por ocasião da sessão solene do conselho nacional do comércio exterior (conex)
7	a visita do presidente do governo espanhol, adolfo Suárez discursos do presidente João Figueiredo e do presidente do governo espanhol, adolfo Suárez González, por ocasião de jantar oferecido ao chefe do governo espanhol
12	proveitosos os entendimentos de adolfo Suárez no Brasil pronunciamento do presidente Figueiredo por ocasião do banquete que lhe foi oferecido pelo presidente do governo espanhol, na embaixada da Espanha em Brasília
12	comunicado conjunto Brasil-Espanha comunicado conjunto Brasil-Espanha, divulgado pelo Itamaraty ao final da visita do presidente do governo espanhol, adolfo Suárez González
17	em Brasília, o presidente da República de Zâmbia discursos dos presidentes João Figueiredo e Kenneth David Kaunda, da República de Zâmbia, por ocasião de jantar oferecido ao chefe de estado zambiano
19	comunicado conjunto Brasil-Zâmbia comunicado conjunto Brasil-República de Zâmbia, divulgado pelo Itamaraty ao final da visita de Kenneth David Kaunda
23	Saravaia Guerreiro, na esq, fala sobre a política externa do Brasil conferência do chanceler Saravaia Guerreiro na escola superior de guerra do rio de janeiro
33	primeira reunião da comissão mista Brasil-Austrália discursos do secretário-geral das relações exteriores, João Clemente Baena Soares, e do secretário-adjunto do ministério de comércio e recursos naturais da Austrália, Paul H. Barratt, por ocasião da sessão de abertura da primeira reunião da comissão mista Brasil-Austrália
36	ata final da primeira reunião da comissão mista Brasil-Austrália ata final da primeira reunião da comissão mista Brasil-Austrália, assinada no palácio Itamaraty de Brasília em 19 de julho de 1979
39	suriname ratifica o tratado de cooperação amazônica discursos do ministro de estado das relações exteriores, Romero Saravaia Guerreiro, por ocasião da cerimônia de depósito, pelo Suriname, do instrumento de ratificação do tratado de cooperação amazônica

na visita a caracas, chanceler instala comissão de coordenação brasil-venezuela	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, em caracas, por ocasião da instalação da comissão de coordenação brasileiro-venezuelana	41
chanceler brasileiro recebe o grande cordão da ordem do libertador da venezuela	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, em caracas, ao receber do chanceler josé alberto zambrano velasco, o grande cordão da ordem do libertador da venezuela	43
brasil e venezuela assinam memorando de entendimento para cooperação no setor nuclear	
memorando de entendimento entre o brasil e a venezuela para cooperação em atividades científicas, tecnológicas, de desenvolvimento e de aplicação da energia nuclear para fins pacíficos, assinado em caracas pelo chanceler saraiva guerreiro e josé alberto zambrano velasco	45
comunicado conjunto de imprensa brasil-venezuela	
comunicado conjunto de imprensa brasil-venezuela, divulgado em caracas, ao final da visita do chanceler brasileiro àquele país	46
baena soares: cooperação cada vez mais estreita entre o brasil e a guiné-bissau	
discurso do secretário-geral das relações exteriores, joão clemente baena soares, em bissau, por ocasião da inauguração dos trabalhos da primeira sessão da comissão mista brasil-guiné-bissau	51
primeira reunião da comissão mista brasil-guiné-bissau	
ata final da primeira reunião da comissão mista brasil-guiné-bissau, assinada pelo secretário-geral das relações exteriores, joão clemente baena soares, e pelo comissário de estado do comércio, indústria e artesanato da guiné-bissau, armando ramos	52
a visita do secretário-geral das relações exteriores a cabo verde	
discursos do ministro dos transportes e comunicações de cabo verde, herculano vieira, e do secretário-geral das relações exteriores do brasil, joão clemente baena soares, em mindelo, por ocasião da sessão de instalação da comissão mista cabo-verdiano-brasileira de cooperação	68
primeira reunião da comissão mista brasil-cabo verde	
ata final da primeira reunião da comissão mista brasil-cabo verde, assinada na cidade do mindelo, pelo secretário-geral das relações exteriores do brasil, joão clemente baena soares, e pelo secretário-geral do ministério da educação e cultura de cabo verde, joão quirino spencer	71
no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros do japão	
discursos dos chanceleres saraiva guerreiro e sunao sonoda, por ocasião de almoço oferecido ao representante do governo japonês	81
a 11 reunião consultiva ministerial brasil-japão	
discursos dos chanceleres saraiva guerreiro e sunao sonoda, dos ministros karlos rischbieter, michio watanabe, eliseu resende, masumi esaki, ângelo amaury stabile, kinji moriyama, cesar cals, joão camilo penna, e do vice-ministro das finanças, takehiro sagami, por ocasião da segunda reunião consultiva ministerial brasil-japão	84
chanceler japonês homenageia ministros brasileiros	
discurso do ministro dos negócios estrangeiros do japão, no hotel nacional de Brasília, por ocasião de almoço que ofereceu aos ministros de estado brasileiros	105
comunicado de imprensa sobre a 11 reunião consultiva ministerial brasil-japão	
comunicado do itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, ao final da segunda reunião consultiva ministerial brasil-japão	106

- 108 **comunicado à imprensa sobre a visita de sunao sonoda ao brasil**
comunicado do itamaraty à imprensa, divulgado em brasil, ao final da visita do ministro dos negócios estrangeiros do japo ao brasil
- 111 **ministro da economia da república federal da alemanha visita o brasil**
discurso do chanceler brasileiro por ocasião de almoço oferecido ao ministro da economia da república federal da alemanha, otto von lambsdorf
- 113 **chanceler da malásia amplia intercâmbio com o brasil**
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiwa guerreiro, por ocasião de almoço oferecido ao ministro do exterior da malásia, teghu ahmad rithaudden
- 115 **prorrogado o convênio para publicação das consultas da seção de estrangeiros do conselho de estado imperial**
discurso do chanceler saraiwa guerreiro por ocasião da assinatura do aditivo ao convênio entre o itamaraty e a câmara dos deputados para publicação das consultas da seção de estrangeiros do conselho de estado do império
- 117 **saraiwa guerreiro: diplomacia abre novos espaços comerciais para o brasil**
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiwa guerreiro, perante o conselho das câmaras de comércio estrangeiras da associação comercial de são paulo
- 121 **brasil e suriname aprovam regulamento da comissão mista**
discurso do chanceler saraiwa guerreiro, por ocasião da solenidade de troca de notas sobre a comissão mista brasil-suriname
- 123 **brasil recebe o ministro dos negócios estrangeiros da costa do marfim**
discurso do chanceler saraiwa guerreiro, no palácio itamaraty de brasil, por ocasião de almoço oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros da costa do marfim, simeon aké
- 124 **segunda reunião da comissão mista brasil-costa do marfim**
discurso de saraiwa guerreiro, por ocasião da instalação da segunda reunião da comissão mista brasil-costa do marfim
- 125 **a assinatura do tratado de amizade e cooperação entre brasil e costa do marfim**
discursos do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiwa guerreiro, e do chanceler da costa do marfim, simeon aké, por ocasião da solenidade de assinatura do tratado de amizade e cooperação entre os dois países
- 126 **ata final da segunda reunião da comissão mista brasil-costa do marfim**
ata final da segunda reunião da comissão mista brasil-costa do marfim, assinada pelos chanceleres dos dois países, saraiwa guerreiro e simeon aké
- 132 **comunicado de imprensa brasil-costa do marfim**
comunicado de imprensa brasil-costa do marfim, divulgado pelo itamaraty ao final da visita dos ministros dos negócios estrangeiros, simeon aké, e da juventude, educação popular e esporte, laurent dona fologo
- 135 **décima reunião da comissão especial brasileiro-argentina de coordenação**
ata final da décima reunião da comissão especial brasileiro-argentina de coordenação, assinada em buenos aires, pelo chefe do departamento das américas do ministério das relações exteriores, jóão hermes pereira de araujo, e pelo secretário de estado de comércio e negociações econômicas internacionais da argentina, alejandro estrada

- a visita do ministro das relações exteriores do sri lanca ao brasil**
discursos dos chanceleres do brasil, sarava guerreiro, e do sri lanca, a.c.s. hameed, por ocasião de almoço oferecido ao representante do governo cingalês
- o seminário sobre serviços nacionais de promoção comercial**
discurso do secretário-geral das relações exteriores, João Clemente Baena Soares, por ocasião da sessão inaugural do seminário sobre serviços nacionais de promoção comercial
- terceira reunião da comissão mista brasil-espanha**
discursos do chanceler sarava guerreiro na abertura e no encerramento da terceira reunião da comissão mista brasil-espanha
- ata final da iii reunião da comissão mista brasil-espanha**
ata final da terceira reunião da comissão mista brasil-espanha, assinada pelo chanceler sarava guerreiro e pelo ministro do comércio e turismo espanhol, Juan Antonio Garcia Diaz
- chanceler brasileiro abre a xxxiv sessão da assembleia-geral da onu**
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro sarava guerreiro, em nova york, ao abrir o debate geral da xxxiv sessão da assembleia-geral da onu
- sarava guerreiro, em nova york, homenageia chanceleres latino-americanos**
discurso de sarava guerreiro, em nova york, por ocasião de almoço oferecido aos chanceleres latino-americanos presentes à xxxiv assembleia-geral da onu
- a iii reunião de chanceleres dos países do grupo dos 77**
discurso do chanceler sarava guerreiro, em nova york, por ocasião da terceira reunião de ministros das relações exteriores dos países do grupo dos 77
- relações diplomáticas**
designação de embaixadores brasileiros
- 171 entrega de credenciais
- tratados, acordos, convênios**
- programa mundial de alimentos ajuda as vítimas das enchentes**
memorando de entendimento entre o governo brasileiro e o programa mundial de alimentos sobre um projeto de ajuda alimentar de emergência às vítimas das enchentes, assinado pelos secretários-gerais das relações exteriores, João Clemente Baena Soares, e do ministério da agricultura, Angelo Amavry Stabile, e pelo representante do programa mundial de alimentos no brasil, Luiz Maria Ramirez-Boettner
- 173 **brasileiros residentes em portugal estão isentos de taxa de moradia**
acordo, por troca de notas, para extinção da taxa de residência para os brasileiros residentes em portugal, assinado pelo chanceler sarava guerreiro e pelo embaixador da república portuguesa, José Eduardo de Menezes Rosa
- 174 **brasil e rta assinam três ajustes sobre cooperação técnica**
ajuste para cooperação no setor de ecologia
ajuste sobre criação de fundo para envio de técnicos
ajuste sobre o projeto "manejo e conservação do solo na amazônia oriental"
- 175
176
177

acordo mantém escritórios comerciais da república democrática alemã no brasil acordo, por troca de notas, para manutenção dos escritórios comerciais da rda no brasil, assinado pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo embaixador extraordinário e plenipotenciário daquele país, gunther severin	179
brasil e espanha estabelecem mecanismo de consulta em alto nível acordo, por troca de notas, para estabelecimento de um mecanismo de consulta em alto nível entre o brasil e a espanha, assinado pelos chanceleres dos dois países, saraiva guerreiro e marcelino oreja aguirre	180
o regulamento da comissão mista brasil-suriname acordo que aprova o regulamento da comissão mista brasil-suriname, assinado através de troca de notas entre o chanceler saraiva guerreiro e o embaixador extraordinário e plenipotenciário daquele país, inderdew sewraising; e o texto do regulamento da comissão mista brasil-suriname	181
tratado de amizade e cooperação entre o brasil e a costa do marfim tratado de amizade e coperação brasil-costa do marfim, assinado pelos chanceleres saraiva guerreiro e simeon aké	182
brasil e paraguai criam grupo de trabalho para interconexão ferroviária acordo, por troca de notas, entre o brasil e o paraguai, para constituição de um grupo de trabalho ad hoc sobre interconexão ferroviária entre os dois países, assinado pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo embaixador extraordinário e plenipotenciário do paraguai, josé antonio moreno	183
acordo modifica a rota brasileira no transporte aéreo com o reino unido acordo, por troca de notas, entre o brasil e o reino unido da grã-bretanha e irlanda do norte, modificando a rota aérea-brasileira entre os dois países, assinado pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo embaixador norman statham	183
troca de notas modifica o anexo do acordo sobre transportes aéreos brasil-frança nota verbal entre o ministério das relações exteriores e a embaixada da França em Brasília, estabelecendo modificações no anexo do acordo sobre transportes aéreos regulares entre os dois países	184
excertos e ênfases a despedida do embaixador canadense, james howard stone ao deixar o brasil, embaixador da tailândia recebe a cruzeiro do sul	187 187
mensagens chanceler do japão agradece acolhida no brasil o falecimento do presidente de angola, agostinho neto	189 189
notícias comissão mista de inspeção dos marcos da fronteira brasil-argentina o seminário sobre serviços nacionais de promoção comercial	191 191